

ABORDAGENS E REFLEXÕES: DO LEGAL AO SOCIAL, DO FÍSICO AO AMBIENTAL

COLEÇÃO ARQUITETURA E CIDADE
VOL. 3

Ana Paula Rabello Lyra
Caroline Gunther
Letícia Peret Antunes Hardt
Melissa Ramos da Silva Oliveira
(organizadoras)



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO

LETRACAPITAL

A coletânea **Abordagens e Reflexões: do legal ao social, do físico ao ambiental** integra a continuidade de um projeto editorial voltado à socialização de pesquisas acadêmicas — a coleção *Arquitetura e Cidade*. A obra que compõe este terceiro volume da série tem ênfase na internacionalização acadêmica, fruto da cooperação internacional entre o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha (PPGAC/UVV, Brasil) e a Universidade de Ciências Aplicadas de Frankfurt (Frankfurt UAS, Alemanha), por meio da participação de pesquisadores que integram a Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net (UKN).

O título desta série representa a síntese das questões abordadas nos 13 capítulos, organizados em seis partes. I. Cidade, Segurança e Inclusão; II. Vulnerabilidade Social, Física e Ambiental; III. História, Memória e Requalificação; IV. Edifício, Qualidade e Avaliação; V. Gestão e Políticas urbanas; e VI. Ensino, Meio Ambiente e Tecnologia.

A ênfase desta obra é a colaboração interdisciplinar, possibilitada por pesquisadores em rede que possuem um objetivo científico comum e por estudos que integram saberes complementares para investigação de problemas específicos, bem como a transdisciplinar, possibilitada por meio da contribuição de diferentes áreas do conhecimento inerentes ao problema de pesquisa comum aos diferentes interlocutores.

ORGANIZADORAS

Ana Paula Rabelo Lyra

Arquiteta e Urbanista. Mestre e Doutora em Cidade, Segurança e Saúde. Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade (PPGAC) e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Dignidade Urbana.
Email: ana.lyra@uvv.br
ORCID 0000-0003-0806-911X



Caroline Gunther

Arquiteta. Mestre em Arquitetura e Doutora em Engenharia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Acessibilidade e Construção sem barreiras da Universidade de Ciências Sociais Aplicadas de

Frankfurt (UAS). Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Idades Avançadas da UAS Frankfurt.

Email: caroline.guenther@fb1.fra-uas.de
ORCID 0000-0001-6585-5825

Letícia Peret Antunes Hardt

Arquiteta e Urbanista. Mestre e Doutora em Engenharia Florestal. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais.
Email: l.hardt@pucpr.br
ORCID 0000-0002-6661-0050



Melissa Ramos da Silva Oliveira

Arquiteta e Urbanista. Mestre e Doutora em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade (PPGAC) e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade Vila Velha (UVV). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Arquitetura, Cidade e Patrimônio Cultural.

Email: melissa.oliveira@uvv.br
ORCID 0000-0002-8529-5180

Copyright © Ana Paula Rabello Lyra, Caroline Gunther, Letícia Peret Antunes Hardt e
Melissa Ramos da Silva Oliveira (*Organizadores*) 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios
empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Ana Paula Rabello Lyra
com auxílio do CANVA, ferramenta de design
gráfico, julho, 2024.

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Danilo Tavares

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A136

Abordagens e reflexões [recurso eletrônico] : do legal ao social, do físico ao ambiental /
organização Ana Paula Rabello Lyra ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.

Recurso digital ; 13 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-978-8 (recurso eletrônico)

1. Sociologia urbana. 2. Planejamento urbano. 3. Política urbana. 4. Livros eletrônicos. I. Lyra,
Ana Paula Rabello, II. Gunther, Caroline. III. Antunes Hardt, Letícia Peret. IV. Silva Oliveira,
Melissa Ramos da. V. Série.

24-92852

CDD: 307.76

CDU: 316.334.56

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

*O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:*

Comitê Gestor

Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Corrêa do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio de Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial

Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura

Sumário

Apresentação.....	13
Presentation	15
Parte I: Cidade, Segurança e Inclusão.....	17
1 Espaço público e violência urbana sob a perspectiva de gênero	19
<i>Larissa Letícia Andara Ramos</i>	
<i>Myllena Siqueira Santos</i>	
2 Paisagem Segura: análises morfofuncionais e urbanocriminais em cidades de porte médio	41
<i>Letícia Peret Antunes Hardt</i>	
<i>Carlos Hardt</i>	
<i>Lucas Grocoske Ferrari</i>	
<i>Amanda Cerioni Belniaki</i>	
Parte II: Vulnerabilidade Social, Física e Ambiental.....	17
3 Mapeamento e Qualificação de Vazios Urbanos em Vila Velha, ES.....	63
<i>Ana Paula Rabello Lyra</i>	
<i>Nayra Carolina Segal da Rocha</i>	
<i>Flávia Lopes do Nascimento</i>	
4 Vulnerabilidade socioambiental no Morro do Jaburuna: uma análise da situação de risco ambiental	79
<i>Yasmin Depes Marques</i>	
<i>Teresa Cristina da Silva Rosa</i>	
Parte III: História, Memória e Requalificação	95
5 Meu Zen, Meu Bem, Meu Mal: crônicas da Praça Costa Pereira.....	97
<i>Karita de Souza Nunes</i>	
<i>Heitor Ambrozini</i>	
<i>Melissa Ramos da Silva Oliveira</i>	

- 6** Atos e caçadas na cidade de Narciso: uma crônica da
“revitalização” do centro de Vitória, Espírito Santo..... 113
Frank Andrew Davies
Hugo Mariani Frossard

Parte IV: Edifício, Qualidade e Avaliação
(Avaliação Qualidade Edifício Construído)..... 95

- 7** Changing the Cultural Center Mousonturm in Frankfurt
am Main in Germany, to an Inclusive Theater 135
Caroline Günther, Architect
Nur Bdair
Philipp Frankmann
Silvana Minsch
Alana Ulm
- 8** Critérios de Qualidade da Habitação Multifamiliar 151
Patrícia Cordeiro
Cynthia Marconsini

Parte V: Gestão e Políticas Urbanas..... 171

- 9** Gestão da Política de Habitação de Interesse Social na
Região Metropolitana da Grande Vitória 173
Walter Pereira Cossuol Neto
Gilton Luis Ferreira
Giovanilton André Carretta Ferreira
Guilherme Falqueto do Rosario
- 10** Governança de saneamento básico na Macrometrópole
Paulista, Brasil: uma proposta da avaliação da qualidade
da gestão municipal de saneamento básico 192
Marcio A. Kontopp
Elisabeth Ranck
Klaus Frey

- 6** **Abordagens e Reflexões: do legal ao social, do físico ao ambiental**
Coleção arquitetura e cidade

11	Success Factors for Community-Based Tourism Initiatives. Lessons Learnt from a Study of Best Practices in Cambodia, Ecuador and Thailand.....	216
	<i>Michael Peterek</i> <i>Sabena Thomas</i> <i>Susana Restrepo Rico</i>	
	Parte VI: Ensino, Meio Ambiente e Tecnologia.....	233
12	Cidade e criança: o envolvimento do público infantil na temática da qualidade do ar urbano	235
	<i>Jucileia Sian das Neves</i> <i>Érica Coelho Pagel</i>	
13	Ensino do BIM na Graduação em Arquitetura	249
	<i>Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos</i> <i>Matheus Baptista Carvalho</i>	

Lista de figuras, quadros e tabelas por artigo

1

Tabela 1 – Princípios para espaços urbanos e inclusivos	26
Figura 1 – Mapas de densidade com o registro das ocorrências de violência doméstica e estupro nas regionais Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri.....	27
Figura 2 – Infográfico dados socioeconômicos bairro Boa Vista II.....	28
Figura 3 – Mapa topografia e Mapa figura fundo das edificações Bairro Boa Vista II	29
Figura 4 – Mapa de espaços vulneráveis bairro Boa Vista II	31
Figura 5 – Escala monumental	
Figura 6 – Falta de calçada ao do Fórum lado do Canal	31
Figura 7 – Caminhões estacionados	
Figura 8 – Praça Argilano Dario.....	32
Figura 9 – Mulheres com carrinho de bebê e bicicleta evitando circular pelas calçadas.....	33
Figura 10 – Beco ao lado da escola que conecta a parte alta e baixa do bairro	33
Figura 11 – Mapa síntese dos aspectos de vulnerabilidade urbana mapeados.....	34
Figura 12 – Diretrizes Projetuais para espaços amigáveis as mulheres .	37

2

Figura 1 – Mapa esquemático de localização das cidades selecionadas.....	46
Quadro 1 – Síntese de critérios de valoração de potencial de segurança dos locais estudados nas cidades selecionadas, segundo variáveis e respectivos parâmetros.....	48
Figura 2 – Mapa de equipamentos urbanos e pontos criminais da área de estudo em Popayan, Cauca, Colômbia, e respectivas imagens de características morfológicas da paisagem.....	49
Figura 3 – Mapa de equipamentos urbanos e pontos criminais da área de estudo em Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, e respectivas imagens de características morfológicas da paisagem	50
Figura 4 – Mapa de equipamentos urbanos e pontos criminais da área de estudo em Frankfurt am Main, Hesse, Alemanha, e respectivas imagens de características morfológicas da paisagem	51

Tabela 1 – Síntese de médias de valoração do potencial de segurança nos pontos selecionados nas cidades estudadas segundo variáveis analíticas adotadas.....	52
--	----

3

Figura 1 – Localização da Regional 01, Vila Velha, ES.....	66
Figura 2 – Mapa de Bairros da Regional 01	68
Figura 3 – Mapa de Vazios Urbanos da Regional 01.....	71
Tabela 1 – Perímetros Rurais, Urbanos e vazios urbanos de Vila Velha.....	72
Tabela 2 – Lotes ocupados e vazios da Regional 01 de Vila Velha.....	72
Tabela 3 – Relação das Condições de Ocupação na Regional 01 de Vila Velha.....	75
Figura 4 – Mapa bairros e vazios Regional I, Vila Velha, ES	76

4

Figura 1 – Localização do município de Vila Velha no contexto estadual.....	83
Figura 2 – Mapa de Zoneamento urbano da região mais central de Vila Velha com destaque para área de estudo ZEIA-B.....	86
Figura 3 – Comparação ocupação Morro do Jaburuna 2010 e 2020....	87
Figura 4 – Assentamentos precários no Morro do Jaburuna.....	88
Figura 5 – Mapa de ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massas e enchentes – Morro do Jaburuna, Vila Velha-ES.....	89
Figura 5 – Eventos e graus de risco do Morro do Jaburuna.....	90

6

Figura 1 – Mapa do Centro de Vitória com destaque ao percurso de caçada da noite de 04/06/2022 e os investimentos da “revitalização” em curso previsto nos próximos anos.....	130
---	-----

7

Figure 1 – Mousonturm in Frankfurt am Main, 2022	137
Figure 2 – Logo for the project with a symbol for inclusion	138
Figure 3 – Workshop with staff, person on the left is wearing an age-simulation suit	141
Figure 4 – Extract of Catalog of Actions	144
Figure 5: Floor Plan, ground floor, Mousonturm	144
Figure 8 – Foyer Mousonturm, current situation.....	145

Figure 9 – Foyer Mousonturm, improved with ramp, handrails and signs	146
Figure 10 – Extract of checklist.....	147

8

Quadro 1 – Resumo dos critérios de qualidade da inserção urbana da habitação.....	156
Quadro 2 – Resumo dos critérios de qualidade urbanística e arquitetônica para habitação contemporânea multifamiliar através da escala do edifício	160
Quadro 3 – Resumo dos critérios de qualidade arquitetônica para habitação contemporânea multifamiliar através da escala da unidade habitacional	166

9

Tabela 1 - Ano de criação dos conselhos e conclusão do PLHIS por município.....	178
Tabela 2 – Período das atas analisadas	178
Tabela 3 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Serra	180
Tabela 4 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Vila Velha	182
Tabela 5 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Cariacica.....	183
Tabela 6 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Vitória.....	184
Tabela 7 – Temas predominantes nas reuniões dos conselhos	186

10

Tabela 1 – Indicadores e suas variáveis componentes.....	205
Figura 1 – Quantidade de municípios por aspectos da gestão do saneamento básico	207
Figura 2 – Mapa comparativo da Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento Básico em 2011 e 2017	208
Figura 3 – Mapa comparativo da Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento Básico em 2017 e a mancha urbana da MMP	209
Figura 4 – Mapa da Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento Básico em 2017 e as regiões da MMP	209

Figure 1 – Angkorian temple in Banteay Chhmar, Cambodia.....	218
Figure 2 – Traditional dance performance in Banteay Chhmar, Cambodia.....	219
Figure 3 – Arts and crafts sold by locals in Agua Blanca, Ecuador.....	220
Figure 4 – Archaeological Museum in Agua Blanca, Ecuador	220
Figure 5 – Village of Mae Kampong, Thailand.....	222
Figure 6 – Woven baskets in Mae Kampong, Thailand.....	222
Table 1: Analysis of preparation of CBT projects	224
Table 2: Analysis of the management and operation of CBT projects	226
Table 3: Analysis of benefits and impact of CBT projects	227

Figura 1 – Ações (Boa vista [a] Fortaleza [b]) com a participação do público infantil.....	241
Figura 2 – Crianças em uma sessão educativa sobre a poluição atmosférica na escola (a), crianças transportando as mochilas de monitoramento no trajeto para escola (b)	242
Figura 3 – Sessões de atividades de design (a). Um participante registrou o desenho de um quarto que é percebido como tendo uma (b) QAI ruim – esboço acima QAI bom – esboço abaixo	244
Figura 4 – Desenho infantil representando uma solução na visão da criança, para a melhoria da qualidade do ar na sala de aula: cheiro (máscara de gás)	244
Sobre os autores.....	268
Índice remissivo	277

Apresentação

A Coleção Arquitetura e Cidade foi criada pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Cidade (PPGAC) da Universidade Vila Velha com o propósito de compartilhar conhecimentos produzidos no âmbito da investigação científica. O terceiro volume enfatiza a internacionalização acadêmica e reúne a produção de pesquisas realizadas por autores das seguintes instituições de ensino: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Vila Velha (UVV), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Frankfurt University of Applied Sciences (Frankfurt UAS).

Esta obra resulta da cooperação internacional entre o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha (PPGAC/UVV, Brasil) e a Universidade de Ciências Aplicadas de Frankfurt (Frankfurt UAS, Alemanha) por meio da participação de pesquisadores que integram a Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net (UKN). Os estudos apresentados abrangem contribuições interdisciplinares de estudos de caso, discussões e percursos investigativos com o propósito comum de gerar conhecimentos para a área das Ciências Sociais Aplicadas. O título “Abordagens e Reflexões: do legal ao social, do físico ao ambiental” é uma síntese das questões abordadas em 13 capítulos, organizados em seis partes.

A Parte I – **Cidade, Segurança e Inclusão** – apresenta os resultados de duas pesquisas realizadas em cidades de médio porte, localizadas na América do Sul, América do Norte e Europa, para avaliar as características físicas e morfológicas que as tornam vulneráveis, inseguras e potencializadoras de ocorrências criminais.

A Parte II – **Vulnerabilidade Social, Física e Ambiental** – traz dois exemplos de investigações que utilizam bases cartográficas e mapeamentos digitais para identificar e avaliar ocupações com realidades espaciais, físicas e sociais contrastantes, promotoras de situações de vulnerabilidade ao exporem a população a riscos ambientais e sociais. A Parte III – **História, Memória e Requalificação** – compreende estudos

com foco no patrimônio e na identidade do centro histórico da cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil, que discutem cenários de períodos distintos da história, com respeito à memória afetiva materializada e analisada por métodos da narrativa e da crônica.

A Parte IV – **Edifício, Qualidade e Avaliação** – abrange resultados de avaliação da qualidade de dois edifícios, um no Brasil e outro na Alemanha. O primeiro caso, analisa a acessibilidade de um espaço cultural na Alemanha e, o segundo, os critérios e atributos necessários para tornar uma habitação apropriada à diversidade do Brasil, ambos com foco na interpretação de parâmetros que reflitam ambientes democráticos.

A Parte V - **Gestão e Políticas Urbanas** – reúne três trabalhos analíticos sobre processos para governança do enfrentamento a três grandes problemáticas. O primeiro discorre sobre a gestão do Plano Local de Habitação de Interesse Social do município brasileiro de Vila Velha, Espírito Santo, enquanto o segundo disserta sobre a qualidade da gestão do saneamento básico na Macrometrópole Paulista, São Paulo, Brasil, ao passo que o terceiro discursa sobre o Plano de Desenvolvimento do Turismo Comunitário da Tailândia, Camboja e Equador.

A Parte VI – **Ensino, Tecnologia e Meio Ambiente** – encerra o volume com dois trabalhos investigativos que trazem contribuições sobre processos pedagógicos desde a infância, com integração do ensino fundamental e superior na proposição de estudos que promovam a educação ambiental para crianças, à graduação, por intermédio da inserção da tecnologia Building Information Modeling (BIM) no contexto da aprendizagem acadêmica. Ressaltamos que esta obra foi viabilizada a partir do apoio e financiamento da Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Universidade Vila Velha (PRPPGE/UVV), à qual formalizamos nossos agradecimentos.

Ana Paula Rabello Lyra

Caroline Gunther

Letícia Peret Antunes Hardt

Melissa Ramos da Silva Oliveira

Presentation

The Graduate Program in Architecture and City (PPGAC) at Vila Velha University created the Architecture and City Collection with the purpose of sharing knowledge produced within the scope of scientific research. The third volume emphasizes academic internationalization and brings together the production of research carried out by authors from the following Educational Institutions: Federal University of ABC (UFABC), Vila Velha University (UVV), Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR) and Frankfurt University of Applied Sciences (Frankfurt UAS).

This work is the result of an international cooperation between the Postgraduate Program in Architecture and City at Vila Velha University (PPGAC/UVV, Brazil) and the Frankfurt University of Applied Sciences (Frankfurt UAS, Germany), through the participation of researchers who are part of the Urban Knowledge Net (UKN) International Research Network. The studies presented cover interdisciplinary contributions of case studies, discussions and investigative paths with the common purpose of generating knowledge for the area of Applied Social Sciences. The title “Approaches and Reflections: from legal to social, from physical to environmental” is a synthesis of the issues addressed in thirteen chapters, organized into six parts.

Part I – **City, Safety and Inclusion** – presents the results of two studies carried out in medium-sized cities, located in South America, North America and Europe, to evaluate the physical and morphological characteristics that make them vulnerable, unsafe and potential to criminal incidents.

Part II – **Social, Physical and Environmental Vulnerability** – brings two examples of investigations that use cartographic bases and digital mapping to identify and evaluate occupations with contrasting spatial, physical and social realities, promoting situations of vulnerability where the population is exposed to environmental and social risks.

Part III – **History, Memory and Requalification** – comprises studies focusing on the heritage and identity of the historic center of the city of Vitória, Espírito Santo, Brazil, which discuss scenarios from different periods of history, with respect to the affective memory materialized and analyzed using narrative and chronicle methods.

Part IV – **Building, Quality and Assessment** – covers two sets of results assessing the quality of built objects. In the first case, intended to analyze the accessibility of a cultural space in Germany and, in the second, the criteria and attributes necessary to make housing appropriate to the diversity of Brazil, both focusing on the interpretation of parameters that reflect democratic environments.

Part V - **Urban Management and Policies** – brings together three analytical works on governance processes for tackling three major problems. The first talks about the management of the Local Housing Plan of Social Interest in the Brazilian municipality of Vila Velha, Espírito Santo, while the second talks about the quality of basic sanitation management in the Paulista Macro-metropolis of São Paulo, Brazil, while the third speaks about the Community Tourism Development Plan for Thailand, Cambodia and Ecuador.

Parte VI – **Education, Technology and Environment** – closes the volume with two investigative works that bring contributions on pedagogical processes from childhood to undergraduate students. The first one focused in the children students, as an integration of elementary and higher education in proposing studies that promote environmental education for children, and the second one, focused on the undergraduate students, through the insertion of Building Information Modeling (BIM) technology in the context of academic learning.

We emphasize that the Vice-Rector of Research, Graduate Studies and Extension at Vila Velha University (PRPPGE/UVV) sponsored this work, to which we formally leave our appreciation.

Ana Paula Rabello Lyra

Caroline Gunther

Letícia Peret Antunes Hardt

Melissa Ramos da Silva Oliveira

PARTE I
Cidade, Segurança e Inclusão

Espaço público e violência urbana sob a perspectiva de gênero

*Larissa Letícia Andara Ramos
Myllena Siqueira Santos*

Introdução

Pensar na cidade contemporânea implica criar um espaço inclusivo e seguro para todos que a vivenciam, tendo em vista que o direito à cidade é universal. Os espaços públicos devem ser inclusivos e garantir segurança, principalmente para os grupos mais vulneráveis. De acordo com Bauman (2009), a sociedade enxerga a cidade contemporânea através de um filtro chamado “a cultura do medo” e, com isso, se afasta do convívio comunitário – a “mixofobia” – e evita o espaço público, buscando refúgio na promessa de segurança atribuída ao espaço privado.

Destacam-se, entre os grupos mais vulneráveis, as mulheres, que vivenciam o espaço público de maneira particular, em especial aquelas de baixa renda, sobretudo por sofrerem com a falta de segurança pública. Além das preocupações com os crimes urbanos, há ainda o agravamento de seus corpos serem sexualizados e violados.

A cidade segura para as mulheres é também uma cidade segura para todos (Bauman, 2009). Sob essa perspectiva, faz-se imprescindível que o planejamento e o desenho urbano considerem o olhar e a vivência das mulheres, incluindo as de maior vulnerabilidade socioeconômica. Analisar a questão de gênero não pode estar dissociada da desigualdade étnica-social que agrava os índices de violência. Ainda que ocupar e circular pela cidade seja um direito de todos, ele é questionado ao reproduzir o discurso de que as mulheres não devem andar desacompanhadas à noite, a culpabilização da vítima em caso de estupro, o regulamento do comportamento e suas vestimentas (Harkot, 2015). Tal pensamento deriva das relações sociais de gênero, que é algo cultural e construído pela sociedade (Gonzaga, 2020).

Este estudo entende que a violência contra a mulher é um assunto complexo e enraizado no sistema patriarcal e envolve questões

socioculturais, porém, identifica o urbanismo como uma estratégia para auxiliar na mitigação da sensação de insegurança que a cidade oferece. Nesse contexto, identifica como premissa a busca de um cenário urbano que minimize situações vulneráveis à mulher. A igualdade de gênero é uma pauta reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) em seu 5º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), presente na Agenda 2030: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Além disso, o Objetivo 11 também reconhece a necessidade de acesso igualitário aos espaços públicos e a garantia da segurança ao “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade” (ONU, 2015).

Ocupar a cidade é um direito, que deve ser reivindicado e garantido. Martínez *et al.* (2011) consideram que “o urbanismo deveria ser significar, poder disfrutar de cidades inclusivas que levem em conta a diversidade real que caracteriza os espaços urbanos, e assim poder fazer possível que o direito a cidade seja um direito humano para todas as pessoas” (Martínez; *et al.*, 2011, p. 105, tradução nossa).

Dessa maneira, o presente artigo traz uma reflexão de como o desenho e a morfologia urbana podem contribuir para a construção de cidades mais seguras e inclusivas, a partir da análise urbana sensível ao gênero, de fatores socioespaciais que agravam a sensação de insegurança para as mulheres nos espaços públicos, tendo o bairro Boa Vista II – área de vulnerabilidade socioeconômica do município de Vila Velha, ES – como recorte espacial da pesquisa. O bairro, além da alta densidade e baixa renda per capita, possui grande fluxo de mulheres e um dos maiores índices de violência urbana do município, segundo dados fornecido pela Gerência do Observatório da Segurança Pública, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo– GEOSP/SESP (ESPÍRITO SANTO, 2020).

O estudo é de natureza aplicada, exploratório e descritivo, de abordagem quanti-qualitativa, desenvolvido a partir de quatro etapas metodológicas: 1) Contextualização do tema; 2) Definição dos critérios de análise; 3) Análise urbana sensível ao gênero; e 4) Recomendações. A primeira etapa foi dedicada a leituras bibliográficas, pesquisas empíricas e documentais, bem como a investigação de experiências nacionais e internacionais de requalificação urbana, planejamento urbano

e gestão pública com foco no aumento da sensação de segurança em espaços públicos. Na etapa seguinte, tendo como base o referencial teórico, foram definidos critérios de análise a partir de aspectos do desenho urbano e da morfologia da cidade que não favorecem à segurança pública e, por consequência, geram espaços vulneráveis, inóspitos e inseguros, sobretudo para as mulheres.

Sendo assim, à luz dos aspectos elencados nas etapas anteriores, em um terceiro momento, foram realizadas análises urbanas e visitas ao bairro buscando identificar e mapear espaços públicos que apresentassem maior vulnerabilidade e insegurança para as mulheres. Por fim, **são elencadas recomendações para um desenho urbano** sensível ao gênero, como forma de contribuir para construção de cidades mais inclusivas.

Medo e violência na cidade

Sobre a violência urbana, Bauman (2009) afirma que a sociedade vai perdendo seus vínculos comunitários e a solidariedade abre espaço para o individualismo e a competição. Segundo o autor, a consequência é uma cidade que vivencia um contexto de insegurança e medo de tudo e todos, identificado como o “estrangeiro”, ou seja, aquele que é desconhecido.

O medo é uma construção individual, porém há um sentimento coletivo e generalizado proveniente da violência, chamado por Baierl (2004) de medo social que gera indignação perante a impotência no enfrentamento do problema. Baierl (2004) ainda sinaliza a existência de duas categorias de medo: 1) o medo real diante de uma situação real com grandes chances de se tornar vítima; e 2) o medo potencial que vem da sensação de insegurança advinda, por exemplo, dos dados estatísticos de noticiários que causa o temor de sair nas ruas.

A mídia tem papel de protagonista já que intensifica o temor da população ao dispersar informações tendenciosas e estatísticas exacerbadas sobre a violência. Lira (2014) afirma que a mídia agrava a sensação de medo da violência urbana, com matérias sensacionalistas e recorrentes, haja visto que notícias de tragédias rendem mais financeiramente.

O reflexo disso na arquitetura são edificações introspectivas, voltadas para o interior, ignorando o contexto urbano e que se assemelham a fortalezas, nomeado por Caldeira (2003) de “enclaves forti-

ficados”, tais como os condomínios fechados, shopping centers e escritórios corporativos. As classes mais abastadas buscam refúgio, sob a falsa sensação de segurança, nesses lugares cada vez mais afastados do centro e que prometem atender a todas as necessidades humanas sem precisar sair do empreendimento. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas (Caldeira, 2003, p.258-259).

O medo e a busca por segurança transformam a paisagem urbana através de edificações com muros altos, cercas elétricas, sistemas e torres de vigilância que distanciam as pessoas do espaço público. Lira (2014) nomeia essa tipologia, que se assemelha a verdadeiras fortalezas medievais, como “arquitetura do medo”. Lima (2015) complementa a referida característica de ocupação introspectiva com o conceito de “ilhas utópicas”, que segregam em áreas homogêneas de padrão de vida e monetário, semelhantes aos espaços públicos – praça de alimentação e ruas com lojas – mas que não são de acesso a todos e inibem aqueles sem poder de compra.

O resultado da multiplicação dessas edificações muradas é o rompimento das relações socioespaciais com o espaço público, o que resulta no esvaziamento desses espaços, já que esses tornam menos utilizados. Outro fator que contribui para esse processo de negligência dos espaços livres de uso público são as infraestruturas viárias com ênfase no automóvel. Ao observar a cidade, percebe-se o quanto são planejadas com ênfase no veículo automotor através das grandes avenidas, e que o pedestre é relegado a espaços mal planejados e sem conforto.

Mulher no contexto urbano

Na sociedade atual, segundo Martínez *et al.* (2011), ainda que as tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres não sejam mais exclusivas delas e os papéis de gênero estejam difusos, o planejamento urbano baseia suas decisões na divisão de funções. Na formação das cidades, Martínez (2009) enfatiza que os papéis de gênero eram reforçados com a divisão de espaço público e privado. Aos homens eram destinadas as áreas públicas (ruas, praças, equipamentos e edifícios públicos) já que eles desenvolviam atividades de trabalho remunerado ou aquelas ligadas à política e ao lazer que exigiam visibilidade.

Enquanto as mulheres ficavam com o espaço privado da casa, das atividades domésticas e do cuidado, considerados sem visibilidade (Martinez, 2009).

A desigualdade mantém-se, historicamente, ainda com as mulheres negras tendo empregos com menor rendimento. No Brasil, o emprego doméstico ainda é a ocupação de 18% das mulheres negras e 10% das mulheres brancas (PNAD, 2015). As mulheres de classes mais baixas enfrentam maiores obstáculos pela falta de acesso à informação, como na profissionalização. Ademais, as mulheres continuam sendo maioria nas atividades que exigem cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência, de forma remunerada ou não. Também são maioria no trabalho informal, como vendedoras ambulantes e catadoras de materiais recicláveis (PNAD, 2015).

Em relação à mobilidade ativa, segundo pesquisa de Origem e Destino, realizada pela Metrô Transportes Urbanos do Governo de São Paulo (2017), os deslocamentos realizados por mulheres vão além do eixo moradia-trabalho, esse último mais comum para os homens. A pesquisa ainda indica que 28% dos homens, contra 34% das mulheres, deslocam-se a pé. Enquanto como motorista em transporte individual, 26% são homens e 14% mulheres (Metrô SP, 2017).

Lima (2016) enfatiza que os caminhos percorridos pelas mulheres são para inúmeros destinos e incluem idas e vindas a supermercados, lojas, farmácias, creches, escolas, e postos de saúde, desenhando um tipo específico de deslocamento no espaço. Dessa maneira, seus destinos e deslocamentos diferem-se dos homens que saem do trabalho para casa ou para lazer pós-expediente.

Além dos deslocamentos a pé, as mulheres quando frequentam os espaços públicos, os utilizam para exercerem atividades remuneradas ou desempenharem atividades em que o lazer é de terceiros, ligado ao cuidado de algum dependente (PNAD, 2015).

Segundo pesquisa realizada pelo instituto YouGov (ACTIONAID, 2016), as situações em que as mulheres mais sentem medo de assédio são: andar pelas ruas; sair ou chegar em casa depois que escurece; e utilizar o transporte público. A pesquisa também evidencia, dentre as mulheres entrevistadas, os principais tipos de assédios sofridos em espaço público: 77% já sofreram por “assobio”, 74% por “olhares insistentes”, 57% por “comentários de cunho sexual” e 39% por “xingamentos”. Metade das mulheres entrevistadas no Brasil afirmam já terem sido seguidas nas ruas, 44% tiveram seus corpos tocados, 37%

disseram que homens se exibiram para elas e 8% foram estupradas em espaços públicos (ACTIONAID, 2016). Esses dados ressaltam que o medo de sofrer algum tipo de violência ou assédio é uma realidade vivenciada pela maioria das mulheres nas cidades, fato esse que atrapalha o cotidiano e inibe a presença de mulheres nos espaços públicos, principalmente ao anoitecer. Ambientes não receptivos às mulheres, são também hostis e inóspitos a todas as pessoas.

Algumas situações no espaço público podem tornar as mulheres mais vulneráveis. Monteiro *et al.* (2016) destacam alguns desses elementos, dentre eles: os **vazios urbanos**, principalmente, terrenos baldios sem manutenção e lugares escuros, com **iluminação insuficiente**, são evitados devido a sensação de insegurança. Em relação a morfologia urbana, os autores enfatizam os **becos e passagens estreitas** que não permitem rota de fuga em momentos de risco. **Fachadas e muros cegos** são também elementos urbanos que causam rupturas, não auxiliando na vigilância natural e aumentam a sensação de insegurança ao inibirem a presença de pessoas (Jacobs, 2014).

Ainda sobre a sensação de segurança, destaca-se a importância da visibilidade – do ver e ser visto – e quando há, na paisagem urbana, **obstáculos visuais** e/ou **esquinas sem afastamento**, tais situações podem gerar lugares “esconderijo” e acobertar ações criminosas. **Estacionamentos** amplos são também espaços que podem aumentar a sensação de insegurança pois, geralmente, são extensos e pouco monitorados. **Oficinas e bares**, onde predominam a presença masculina, também são inibidores pois as mulheres receiam assédios, assim como os **espaços abandonados, obras e áreas sem manutenção**.

Espaços mais seguros e inclusivos

Alves e Costa (2020) apresentam estratégias para criar espaços mais seguros e inclusivos. A abordagem traz a temática da escala macro da sociedade à escala micro dos espaços públicos, por exemplo. Nesse contexto, tendo em vista que a falta de inclusão nas cidades é também reflexo dos fenômenos socioculturais, Alves e Costa (2020) apontam que é preciso atuar na esfera física, mas sobretudo, na social. Tais princípios estão destacados no Tabela 1.

O primeiro desses princípios – **Participação** – é considerado imprescindível, já que dar voz a grupos vulneráveis é fundamental para o compartilhamento das demandas, anseios e expectativas para o

lugar. Quando os grupos participam e se envolvem com as demandas locais, nas tomadas de decisão e no planejamento dos espaços, esses tendem a se identificarem com o ambiente e estreitarem relações de afetividade, desenvolvendo um sentimento de pertencimento que auxilia no zelo pelo espaço.

Freire (2008) analisa a participação das mulheres em movimentos sociais. Ainda que seja complexa a distinção de participantes por gênero, a presença das mulheres é significativa. A autora pontua também a relação da participação política que não é igual: “Essa desigualdade que se dá no campo da vida pública, se expressa também na esfera territorial, expressão física da vida pública” (Freire, 2008 p.06). Dessa forma, a metodologia de abordagem da participação deve ser pensada de modo a incentivar e dar espaço para as mulheres.

O segundo fator – **Trabalho e liderança** – diz respeito a uma estratégia global, pois é preciso combater a desigualdade de gênero de uma maneira ampla. Sendo assim, o objetivo é ter mais diversidade e mulheres, principalmente, nos cargos e em posições de liderança. Como terceiro ponto – **Espaços e equipamentos** – Alves e Costa (2020) enfatizam que, nos espaços públicos urbanos, deve-se considerar a diversidade de pessoas que virão a frequentá-lo e adequar os equipamentos para atender a todos. Exemplo disso são quadras para diversos usos e idades, áreas de bancos sombreadas para cuidadores de crianças e idosos, bem como banheiros para famílias.

A **Linguagem e a Representação simbólica** também devem ser consideradas. As pessoas precisam se sentir vistas e os grupos representados com igualdade, tanto mulheres, pessoas negras, com deficiência e LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais etc.). Uma das formas é na simbologia e representação visual, nomeando espaços com pessoas da história que tiveram papel importante, que tragam memória e identidade das mulheres.

Promover a **Mobilidade** é fundamental, em especial aquela ativa que é mais representativa para mulheres, principalmente as de vulnerabilidade social, visto que se deslocam com maior número de paradas ao levar os filhos à escola, ir às compras, hospital e utilizam mais o transporte público e rotas a pé (Alves; Costa, 2020).

Pensar em um espaço seguro para os pedestres contribui para entornos mais seguros, incluindo a **Visibilidade e a Presença de**

peessoas. Sobre a visibilidade, é preciso ver e ser visto/a, ou seja, evitar obstáculos visuais para que o campo de visão esteja livre e não haja espaços escondidos que propiciem transgressões.

Tabela 1 – Princípios para espaços urbanos e inclusivos

Participação	Envolver todos os grupos no planejamento dos espaços.
Trabalho e Liderança	Combater a desigualdade de gênero, inserindo as mulheres em cargos e lideranças.
Espaços e Equipamentos	Garantir a diversidade com equipamentos e atividades que atenda a todos os públicos.
Linguagem e Representação Simbólica	Considerar na simbologia e representação visual os diferentes grupos.
Mobilidade	Promover a mobilidade ativa por ser mais utilizada por grupos mais vulneráveis.
Visibilidade e Presença de Pessoas	Evitar obstáculos visuais, promover usos diversificados no espaço público.

Fonte: Alves e Costa (2020), adaptado.

Sendo assim, ao observar o panorama da violência urbana, torna-se perceptível que a sensação de insegurança influencia diretamente no uso da cidade, mas, de maneira análoga, o inverso também é possível. Quanto mais diversidade e dinamismo possui um espaço público, mais pessoas utilizam e se apropriam do lugar e, conseqüentemente, maior vitalidade urbana é criada, aumentando, assim, a sensação de segurança. Ao passo que, quando o espaço público é degradado, abandonado e com sinais de vandalismo, torna-se inóspito e evitado pelas pessoas, resultando em um local pouco frequentado e inseguro.

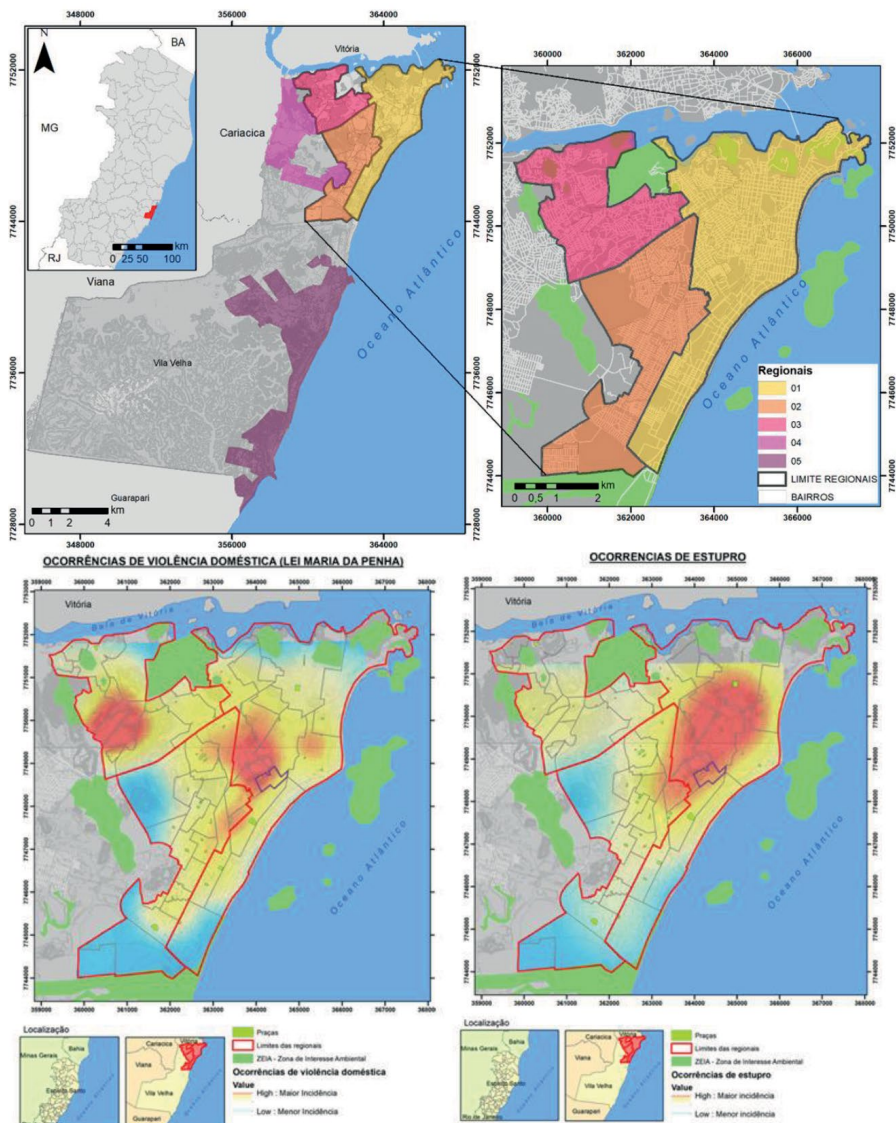
Análise sensível ao gênero do bairro Boa Vista II

A partir de estudos realizados sobre a temática da violência urbana e a distribuição socioespacial dos espaços livres públicos de Vila Velha-ES, desenvolvido por Ali, Ramos e Jesus (2020), constatou-se uma maior incidência de crimes violentos em áreas com ausência de praças públicas, revelando a necessidade de analisar a relação do desenho urbano e dos espaços livres com a segurança pública.

A partir desse panorama de violência do município, um recorte de gênero foi realizado evidenciando ocorrências que atingem diretamente

as mulheres em espaços públicos, tais como crimes de estupro e de violência doméstica. Essas evidências estão ilustradas nos mapas de densidade de Kernel (Figura 1), com recorte da Regional 1 Grande Centro, Regional 2-Grande Ibes e Regional 3- Grande Aribiri de Vila Velha, ES.

Figura 1 – Mapas de densidade com o registro das ocorrências de violência doméstica e estupro nas regionais Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri

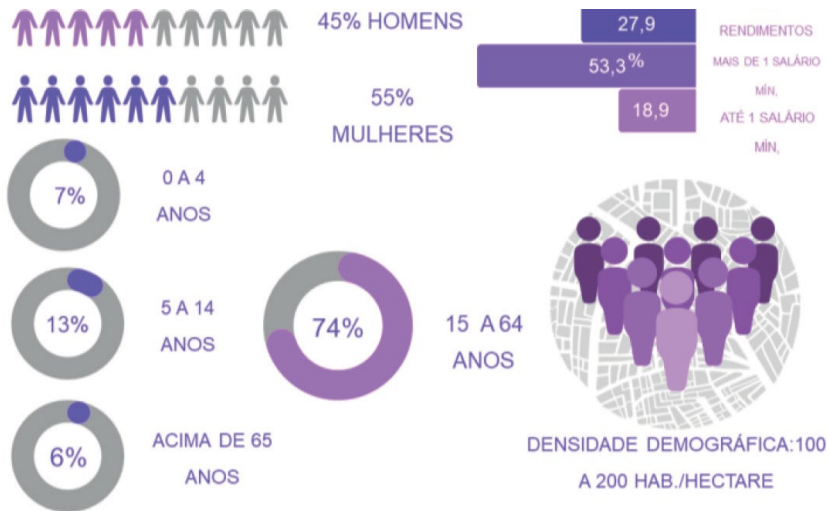


Fonte: elaborado pelas autoras no software ArcGis com dados GEOSP, PMVV, IJSN, 2022.

Nota-se uma predominância desses crimes em áreas de vulnerabilidade socioespaciais do município, em especial nos bairros de alta densidade e baixa renda per capita das Regionais 1- Grande Centro e 2- Grande Aribiri, com destaque para o bairro Boa Vista II, recorte deste estudo.

O bairro Boa Vista II possui uso predominantemente residencial multifamiliar, mas também abriga grandes edifícios institucionais como a Universidade Vila Velha, o Fórum Municipal e o Ministério Público, além da proximidade com um dos maiores shoppings da Grande Vitória. Os edifícios institucionais, incluindo escolas e a universidade, atraem uma grande presença de mulheres, residentes ou não, que, frequentemente, se deslocam a pé pelas vias do bairro. Ademais, com base no Censo Demográfico (IBGE, 2010), o bairro apresenta uma população de mulheres superior a de homens, equivalente a 55% e 45% respectivamente. Quase metade da população possui renda de até um salário-mínimo ou não possui rendimento (Figura 2).

Figura 2 – Infográfico dados socioeconômicos bairro Boa Vista II



Fonte: elaborado pelas autoras com dados do IBGE, 2022.

O histórico do bairro é o da expansão do movimento migratório devido a industrialização da capital Vitória, na década de 1970, quando os trabalhadores necessitavam de moradias a baixo custo. Para buscar solucionar a questão do crescimento do bairro e de assentamento subnormais sem serviços básicos, iniciou-se, em 1979, com

iniciativa da Companhia Habitacional do Espírito Santo, a construção de conjuntos habitacionais compostos por 36 prédios de 4 pavimentos (Vila Capixaba, s/d), que começaram a ser concluídos a partir de 1983. Tal fator foi um grande responsável pelo alto crescimento populacional no bairro que, de acordo com Censo Demográfico de 2010, possui densidade demográfica equivalente a cerca 160 hab./Ha.

Os conjuntos habitacionais, por sua vez, consolidaram a morfologia do bairro Boa Vista II com quadras extensas muradas, resultando em pouca permeabilidade física e visual. A Figura 3 ilustra as quadras extensas e a topografia acentuada que caracterizam o bairro.

**Figura 3 – Mapa topografia e Mapa figura fundo das edificações
Bairro Boa Vista II**



Fonte: elaborado pelas autoras, 2022.

Para melhor compreensão do cenário, com base em Caldeira (2003), Jacobs (2014) e Monteiro *et al.* (2016), foram mapeados, no

contexto do bairro Boa Vista II, pontos considerados de maior vulnerabilidade para a segurança das mulheres. São eles: 1) Vazios urbanos; 2) Lugares com iluminação insuficiente; 3) Becos e passagens estreitas; 4) Muros cegos e fachadas inativas; 5) Estacionamento; 6) Esquinas e obstáculos visuais; 7) Obras, oficinas e bares; e 8) Espaços abandonados. Vale ressaltar que a Figura 4 ilustra algumas áreas em que esses elementos foram identificados, com destaque para os muros cegos com fachadas inativas (identificados em rosa), estacionamento e iluminação insuficiente, representando grande parte do bairro.

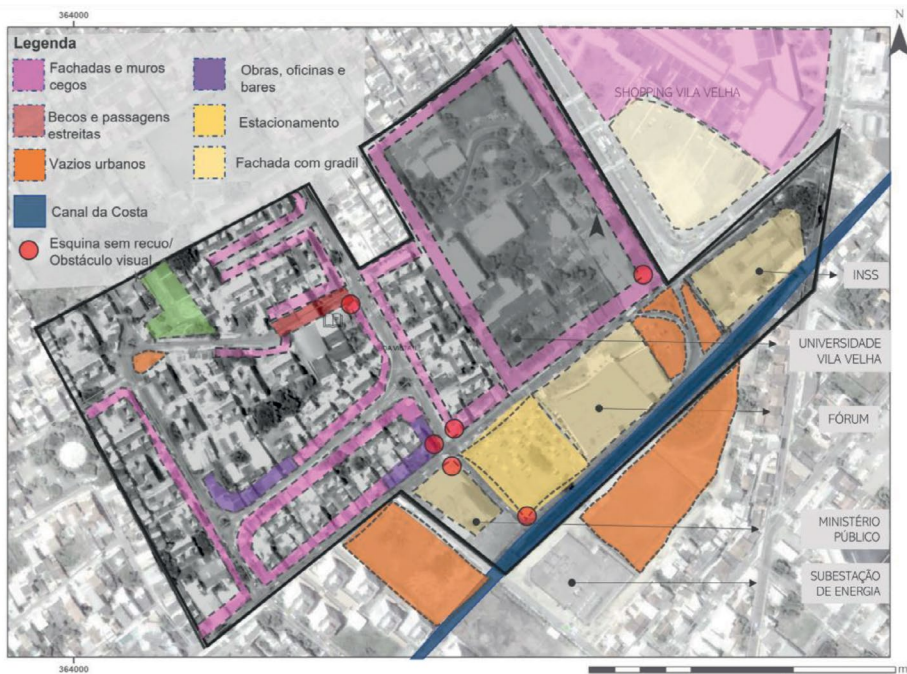
Dessa maneira, percebe-se que o bairro possui principalmente muros com fachadas cegas e esquinas sem recuo que impedem os olhos na rua, além de quadras extensas (Jacobs, 2014). Há, também, ruas com bares que ocupam parte da calçada e, de maneira geral, a iluminação é insuficiente. Para evitar que os espaços se tornem monótonos e inseguros, Jacobs (2014) defende a diversidade de usos para um local com maior vivacidade e a presença de pessoas em diferentes períodos do dia. A autora reforça que a dimensão reduzida das quadras aumenta a permeabilidade do tecido urbano e a continuidade da malha, além de gerar novas alternativas de percursos. Entretanto, no bairro existem muitos condomínios residenciais que ocupam grandes quadras, esses muitas vezes murados e/ou delimitados com grades, o que vai de encontro ao defendido pela autora.

Percebe-se ainda, no bairro, áreas extensas de estacionamento e vazios urbanos residuais que também são utilizadas para estacionamento. A malha viária da área é irregular, por consequência, há ruas estreitas e outras sem saída. Na rua que faz limite com o Canal da Costa, atrás dos edifícios institucionais, há apenas calçada de um dos lados da via e, além da iluminação ser insuficiente, não há barreiras para o canal, trazendo uma sensação de insegurança (Figura 4). Os edifícios institucionais, como o Fórum e o Ministério Público, ocupam quadras inteiras, não favorecem a fruição pública e a permeabilidade urbana defendida por Jacobs (2000). A escala monumental desses edifícios também merece destaque (Figura 5).

O Canal da Costa, atualmente poluído, apesar de ser um elemento natural potencial, trata-se de outro ponto de vulnerabilidade no bairro que gera sensação de insegurança para todos os usuários. Além das condições de insalubridade, a circulação de pedestre, em especial de mulheres, nessa região quase não acontece, já que além da via lateral ser de alto fluxo, as margens do canal carecem de passeio, proteção

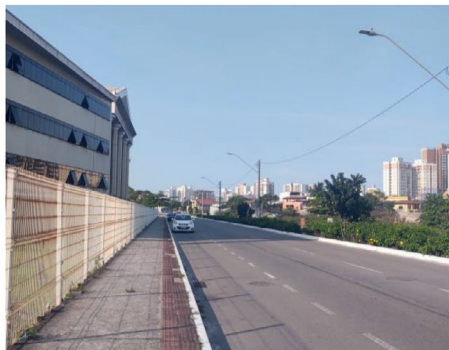
física, iluminação pública e de um projeto paisagístico qualificado (Figura 6). Tais fatores reforçam a vulnerabilidade da região pois agem como elementos de ruptura que fragmentam a relação usuário-ambiente e comprometem a integridade física do pedestre.

Figura 4 – Mapa de espaços vulneráveis bairro Boa Vista II



Fonte: elaborado pelas autoras no software ArcGis, 2023.

Figura 5 – Escala monumental do Fórum



Fonte: autoras, 2023.

Figura 6 – Falta de calçada ao lado do Canal



Fonte: autoras, 2023.

Figura 7 – Caminhões estacionados



Fonte: autoras, 2022

Figura 8 – Praça Argilano Dario



Fonte: autoras, 2022.

Um sinal comportamental percebido durante as visitas foi a presença de caminhões estacionados que geram desconforto ao passar na calçada (Figura 7). Nessa rua há também um grande fluxo de bicicleta sem espaço adequado. Há ainda, no final da quadra, um espaço residual que atualmente é utilizado como estacionamento aberto, mas que devido à proximidade com o Fórum, que é um edifício de grandes dimensões, poderia ter um novo uso.

Nota-se que as mulheres apropriam-se dos espaços públicos do bairro sobretudo para circulação, já que o bairro carece de espaços que permitem a permanência e a interação, com a presença apenas de uma praça. Essa, por sua vez, é pouco convidativa, há desníveis e, apesar do seu potencial, carece de manutenção, infraestrutura e equipamentos, resultando em um espaço ocioso, subutilizado pela comunidade e considerado inseguro, sobretudo pelas mulheres (Figura 8).

As calçadas do bairro são irregulares, com desníveis e degraus que atrapalham o caminhar, tanto que, durante as visitas, observaram-se mulheres com carrinho de bebê circulando pela rua devido à falta de acessibilidade das calçadas, colocando-se em risco em meio ao fluxo de veículos automotores (Figura 9). Outro ponto observado, foi a quantidade de mulheres utilizando bicicletas, disputando espaço com os carros. Além disso, há bares e oficinas que utilizam o espaço da calçada com mesas, cadeiras e outros equipamentos, inibindo a circulação de mulheres nas calçadas situadas na frente desses comércios, onde predominam a presença de homens.

Na parte central do bairro existe uma rotatória para direcionar o fluxo de veículos mas que também é utilizada por pedestre para atravessar, tanto que a grama está pisoteada, demarcando exatamente o percurso utilizado pelos transeuntes. As observações ainda revelaram que muitas mulheres circulam pelo bairro acompanhadas (com outras mulheres, crianças ou homens), muitas vezes carregando bolsas ou sacolas de compras.

Ao lado de uma das escolas, há um dos pontos mais críticos do bairro, uma travessa estreita, pouco iluminada e de difícil acesso que leva até a Praça Argilano Dário e à Associação de Moradores (Figura 10). Devido a topografia da região, essa é uma passagem que conecta a parte mais baixa àquela mais alta, além de ser um caminho até a escola e a única praça do bairro.

Figura 9 – Mulheres com carrinho de bebê e bicicleta evitando circular pelas calçadas



Fonte: autoras, 2022.

Figura 10 – Beco ao lado da escola que conecta a parte alta e baixa do bairro



Fonte: autoras, 2022.

A Figura 11 ilustra o percurso definido em uma das derivas realizadas no bairro, cujos pontos marcados no mapa identificam as paradas de observação. A escolha do percurso baseou-se em um possível caminho utilizado com frequência pelas moradoras e visitantes do bairro, já que inclui os equipamentos urbanos como a escola e a universidade, além do comércio, pontos de ônibus e a praça do bairro.

Figura 11 – Mapa síntese dos aspectos de vulnerabilidade urbana mapeados



1) Muros cegos, bar ocupando a calçada. Quadras extensas. Esquina cega. Obstáculo a visão.



2) Ponto de ônibus de má qualidade, sinal comportamental na rotatória com caminho na grama. Visibilidade mais ampla.



3) Fachada ativa comércio, escola, porém calçada em más condições. Sinal comportamental de pinturas 'grafite' nos muros.



4) Muros cegos, beco íngreme, passa motos, pouco iluminado. Sinal comportamental: barras de apoio no muro. Acesso a associação de moradores.



5) Única praça do bairro, possui muitos desníveis. Cercada por muros. Pouco convidativa.



6) Fachada ativa comércio, porém, oficinas e bares e calçadas com desníveis e com mesas.



7) Permeabilidade visual, pouca iluminação. Sinal comportamental: caminhões estacionados.



8) Espaço residual utilizado como estacionamento.

Fonte: autoras, 2021.

Recomendações para construção de espaços públicos sensível ao gênero

Com base nos aspectos de vulnerabilidade contra as mulheres nos espaços públicos listados acima, observou-se que o bairro de Boa vista II apresenta todas as situações apontadas. Tal fenômeno vem reforçar os altos índices de criminalidade no espaço público registrado, um dos mais altos da cidade, inclusive crimes de estupro e de violência doméstica, conforme dados GEOSP/SESP (ESPÍRITO SANTO, 2020). Apesar do bairro ser caracterizado por usos residenciais e alguns usos comerciais e institucionais, não há muita diversidade, limitando-se a movimentação em horários diurnos. No período noturno, destacam-se os bares que, aliados a iluminação insuficiente, geram insegurança e inibem a circulação de mulheres. O bairro caracteriza-se pela presença de condomínios murados que ocupam grandes quadras, não favorecendo a diversidade e a permeabilidade urbana defendida por Jacobs (2013). Percebem-se áreas extensas de estacionamentos e uma malha viária irregular, com ruas estreitas e sem saída.

Sob essa ótica, a pesquisa propõe diretrizes projetuais específicas para o recorte deste estudo, mas que são estratégias globais que podem ser replicadas e adotadas em outras áreas. Partindo do conteúdo teórico supracitado, a Figura 12 apresenta os seguintes eixos: 1) Acessibilidade; 2) Diversidade de usos e oportunidades; 3) Equipamentos e mobiliário; 4) Mobilidade ativa; 5) Permeabilidade visual; e 6) Fruição pública.

A **acessibilidade** é essencial pois, ao falar de igualdade e inclusão, é necessário pensar em espaços para pessoas com diferentes necessidades, incluindo mobilidade reduzida, idosos ou pessoas com carrinho de bebê ou compras. Sendo assim, calçadas regulares, com rota acessível e travessias completas, com faixa de pedestres rebaixadas, rampas com inclinação adequada, sinalização e plataformas elevadas são algumas das soluções possíveis.

O segundo ponto diz respeito a **diversidade de usos** defendida por Jacobs (2014), porém, no caso de bairros monofuncionais já consolidados, uma proposta é a de estimular pequenos comércios nos condomínios residenciais. A intenção é transformar uma fachada cega em uma fachada ativa, a ideia é inspirada no conceito das bancas de jornais, ou seja, pequenas estruturas que podem ser inseridas nos

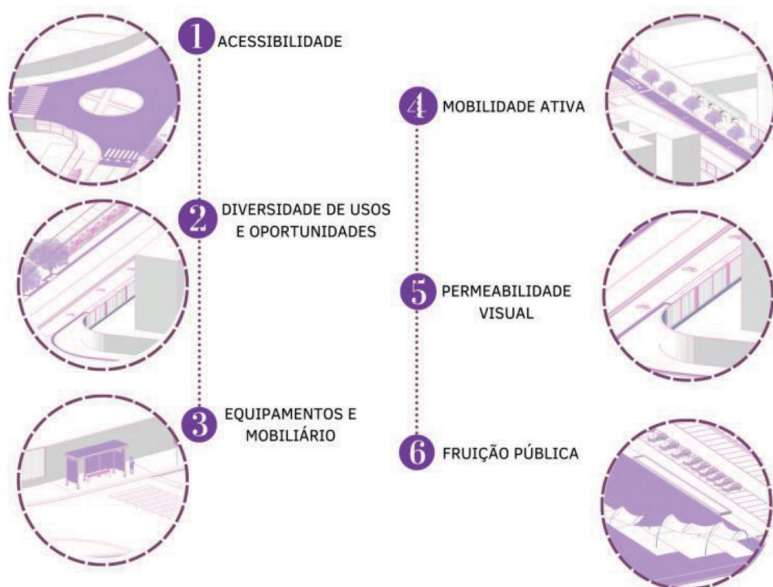
muros. Aliado a isso, uma estratégia possível seria a de que mulheres pudessem ser o público prioritário pois, para mitigar a violência, é preciso atuar na desigualdade de gênero. Sugere-se, então, criar uma diversidade de oportunidades também para que mulheres pudessem trabalhar nos condomínios onde moram, ou incentivar atividade efêmeras realizadas por mulheres.

O eixo **equipamentos e mobiliário** abrange, por exemplo, playgrounds, bancos sombreados e banheiro familiar com fraldário pois as mulheres ainda são em maior porcentagem responsáveis pelo cuidado de crianças (PNAD, 2015). Além disso, é imprescindível o acesso a creches para que consigam trabalhar e centros de acolhimento à mulher em situação de violência para facilitar o acesso ao amparo e conhecimento sobre essa temática. Quanto ao mobiliário em espaços públicos, a iluminação no nível do pedestre, assim como Wi-Fi disponível e botões do pânico podem auxiliar a inibir crimes e a reportá-los. Rondas compostas também por agentes mulheres podem contribuir para a sensação de segurança e proximidade com a guarda municipal.

Sobre o direito de ir e vir na cidade, a **mobilidade ativa** deve ser primordial visto que, como explicita a Pesquisa de Mobilidade da Região metropolitana de São Paulo, conduzida pelo Metrô (2012), 34% das mulheres, deslocam-se a pé. Para melhorar a experiência de quem caminha pela cidade, a **permeabilidade visual** desempenha papel importante pois aumenta a sensação de segurança. Portanto muros mais permeáveis, com esquinas arredondadas com maior recuo, bem como calçadas mais largas podem aumentar a sensação de segurança.

Por último, a **fruição pública** relaciona-se com o fato do bairro possuir quadras extensas e edifícios institucionais onde a vigilância é realizada por câmeras de segurança. Dessa maneira, o conceito de quadra aberta poderia ser instaurado, possibilitando caminhos alternativos. Além disso, o espaço que atualmente funciona como estacionamento poderia ser também uma área pública e abrigar eventos sazonais.

Figura 12 – Diretrizes Projetuais para espaços amigáveis as mulheres



Fonte: autoras, 2022.

Considerações finais

A insegurança e o medo são aspectos presentes nas cidades contemporâneas e as mulheres, em especial, sofrem ao utilizar os espaços públicos. Apesar de ser um tema complexo, este artigo buscou refletir sobre a relação do desenho urbano, violência pública e a vivência das mulheres nos espaços públicos. Nas cidades, as mulheres tendem a se deslocar a pé ou fazendo uso do transporte público, utilizando mais o espaço público das ruas. A cidade, porém, é hostil e insegura, não pensada para esses deslocamentos na escala do pedestre.

Levando em consideração que a maioria das mulheres se deslocam a pé e de bicicleta, em detrimento do veículo motorizado individual, pensar em um desenho urbano que priorize a mobilidade ativa torna-se crucial para uma cidade mais inclusiva e justa. Ademais, a partir de algumas experiências urbanas com foco na perspectiva de gênero, torna-se necessária a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão, incluindo políticas públicas que busquem diminuir a desigualdade de gênero e que incentivem oportunidades iguais para mulheres.

A morfologia do bairro Boa Vista II, recorte desta análise, reflete o que acontece em muitas regiões brasileiras, com calçadas inadequadas, quadras extensas e monofuncionais e, em sua maioria, muros cegos e obstáculos visuais, ou seja, sem permeabilidade física e visual. Há ainda presença de bares que ocupam parte da calçada e a predominância de homens inibe a passagem de mulheres. A iluminação do bairro também é insuficiente, não há espaços de permanência e interação social ao longo das ruas. Fatores esses que vão contra a literatura sobre a segurança urbana pois reduzem a vigilância natural que acontece quando há presença de pessoas nos espaços públicos. As análises enfatizam a necessidade de uma cidade com espaços públicos de maior qualidade, inclusivos às mulheres e mitigadores da sensação de insegurança nas cidades, em especial aos grupos mais vulneráveis.

Tendo como base essas informações e os conceitos de vigilância natural, olhos na rua, cidade viva e escala humana, foram propostas recomendações para construção de espaços públicos sensível ao gênero. As intervenções incluem investimentos na acessibilidade, mobilidade ativa, permeabilidade e fruição pública, além de estímulos para diversificar usos e oportunidades, aumentar permeabilidade visual e a construção de equipamentos e mobiliários mais adequados às mulheres.

Apesar deste estudo possuir um recorte de gênero, existem ainda mulheres negras, pobres, indígenas, asiáticas, LGBTQIA+ e/ou com deficiência que sofrem também com outros tipos de opressões, necessitando de estudos mais aprofundados da interseccionalidade delas no espaço urbano. No entanto, as análises evidenciam a urgência de intervenções urbanas em áreas como as do bairro Boa Vista II, que têm alta densidade, baixa renda per capita e altos índices de violência urbana e de gênero. É de suma importância criar cidades inclusivas e seguras para que todos se sintam à vontade de ocupar e dar vida ao espaço urbano de maneira democrática.

Referências

- ACTIONAID. **Cidades Seguras para as mulheres**. Em pesquisa da ActionAid, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos. 2016. Disponível em: https://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/. Acesso em: 8 jun. 2021.
- ALI, Pamella Cosme, JESUS, Luciana Aparecida Netto de, RAMOS, Larissa Leticia Andara. Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 67-86, jul./set. 2020.
- ALVES, Natália; COSTA, H. Victor. **Parque para todas e todos – Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero**. UNOPS. SEMEIA. UNAIDS. Maio, 2020. Disponível em: < http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf>. Acesso em 8 jun. 2021.
- BAIERL, Luzia. **Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.
- ESPÍRITO SANTO. Gerência do Observatório da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (GESP/SESP) **Dados Georreferenciados das ocorrências de Vila Velha**. 01/01/2016 a 31/12/ 2019.
- FREIRE, Paula. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais** 2008, Caxambu - MG. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3378>>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e arquitetura também mulher. Conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2022.
- HARKOT, Marina. **A mulher, a cidade e o debate sobre o urbano**. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2015/09/02/a-mulher-a-cidade-e-o-debate-sobre-o-urbano/>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil**. Brasília: Ipea, 2015.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LIMA, D. Julia. Como as mulheres se deslocam em São Paulo: Mulheres seguem

um padrão de mobilidade urbana ‘especial’. Elas andam mais a pé e de transporte público. **Nexo jornal**, São Paulo, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://laboratoriodacidade.org/2019/02/01/mobilidade-urbana-e-genero/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

LIMA, Dália Maria M. C. de. A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades contemporâneas. **Geoconexões**, Natal, v. 2, p. 15-26, 2015. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/3692>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LIRA, P. **Geografia do crime e arquitetura do medo**. Vitória: GSA, 2014

MARTÍNEZ, Zaida Muxí; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta; VALDIVIA, Blanca Gutiérrez. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? **Feminismo/S**, [S.L.], n. 17, p. 105-129, 2011. Universidad de Alicante Servicio de Publicaciones. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/22338>> Acesso em: 20 mar. 2024.

METRÔ SP. Transportes Metropolitanos. **Pesquisa Origem e Destino 2017**. Governo de São Paulo. 2017. Disponível em: <http://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/informacoes-od.aspx> . Acesso em: 8 jun. 2021.

MONTEIRO, Rosa et al. **Guia para a Integração a Nível Local da Perspectiva de Género na Segurança e Prevenção da Violência no Espaço Público**. CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. 2016. Disponível em: https://lge.ces.uc.pt/files/LGE_seguranca_prevencao_violencia_digital.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em: 8 jun. 2021.

VILA CAPIXABA. **Vila Velha. Bairros. Boa Vista II**- Vila Velha-ES. Disponível em: <<http://www.vilacapixaba.com/vilavelha/bairros/Boa%20Vista%20II.htm#:~:text=Boa%20Vista%20II%20%2D%20Vila%20Velha%20%2D%20ES&text=A%20Companhia%20Habitacional%20do%20Esp%C3%ADrito,foi%20em%20fevereiro%20de%201979>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

Paisagem Segura: análises morfofuncionais e urbanocriminais em cidades de porte médio

Letícia Peret Antunes Hardt

Carlos Hardt

Lucas Grocoske Ferrari

Amanda Cerioni Belniaki

Introdução

O presente trabalho é integrante de estudo apoiado pela rede colaborativa de pesquisa **Urban Knowledge Net**¹ e compreende segmento de contexto referente a cidades de porte médio. Com abordagem de diferenciados portes urbanísticos e em diferentes âmbitos acadêmicos, a investigação principal, vinculada ao Laboratório de Paisagem (LabPais) do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), visa ao entendimento de diferentes situações mundiais para o estabelecimento de bases comparativas de análise de potencial sujeição de cenários urbanizados à criminalidade (Hardt, 2021; 2022).

Genericamente, seu enfoque investigativo é pertinente à **problemática** de que a urbanização constitui fator determinante para atividades criminais relacionadas a oportunidades. Van Dijk *et al.* (2022) explicam que, nas cidades, em meio ao forte anonimato social e à fraca tutela social, é mais provável a existência de locais com maior quantidade de possíveis vítimas portadoras de bens facilmente usurpáveis, o que motiva a ação de criminosos. Os mesmos autores relatam que estudos de vitimização evidenciam que, de 2006 a 2019, aumentaram os níveis mundiais desses crimes em função da elevação da disponibilidade de alvos adequados à sua efetivação.

Outras **justificativas** para o desenvolvimento da investigação repousam na existência de relações diretas entre características morfofuncionais e violência urbana (Lima; Hardt, 2019), motivo pelo qual

¹ Sob a sigla UKN, essa rede reúne pesquisadores de diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

Illiyaşu *et al.* (2022) recomendam a exploração de vínculos entre elementos morfológicos e prevenção criminal em cidades. Reforçando essa sugestão e explorando o tradicional conceito de “espaço defensável”, Cozens *et al.* (2019) comentam sobre a significativa insuficiência de pesquisas na literatura criminológica dos últimos 50 anos, notadamente quanto ao aprofundamento do conhecimento sobre estratégias preventivas ao crime.

Busca-se, assim, respostas ao **questionamento básico** sobre quais são os padrões morfológicos e funcionais da paisagem urbana potencializadores da violência. Nessa perspectiva, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em avaliar aqueles parâmetros em **cidades de porte médio**, que, neste trabalho, são entendidas como aquelas que abrigam de 200.000 a 1.000.000 habitantes, correspondendo a mais da metade das áreas urbanizadas mundiais (OECD, 2023; UN-DESA, 2023).

O alcance desse intuito central permite o teste da **hipótese investigativa** de que determinadas variáveis morfofuncionais e urbanocriminais potencializam a ocorrência de crimes de oportunidade² em cidades. Nessa perspectiva, são adiante sumarizados conceitos e teorias pertinentes à temática em foco.

Fundamentos Teóricos

Resultando na produção física da cidade, o processo de urbanização é resultante das habilidades desenvolvidas pelo ser humano para satisfação das suas necessidades (Cardoso; *et al.*, 2022). Historicamente, a construção da urbe tem sofrido várias mudanças, notadamente de ordem morfopaisagística. Partindo da sua compreensão abrangente como extensão de território abrangida pelo campo de visão, a **paisagem** é resultante da composição indissociável de elementos naturais e antrópicos em determinada delimitação espaço-temporal (Hardt, 2020).

Nessa linha interpretativa, a paisagem urbana pode ser definida como o conjunto de edifícios, ruas e demais áreas constituintes do ambiente urbanizado (Cullen, 2015[1961]), as quais podem ser estudadas a partir de seus aspectos morfológicos (Lamas, 2016[1993]). Estes, por sua vez, promovem múltiplos efeitos sobre os cidadãos (Gehl, 2013[2009]).

² Neste trabalho, são interpretados os crimes de oportunidade contra o patrimônio, mais comuns em espaços públicos urbanos. Dentre seus tipos, destacam-se o furto e o roubo, ou seja, supressão de bem alheio sem ou com agressão à vítima, respectivamente (Hardt, 2021; 2022; Muhajirin; Ismail, 2020).

Vale lembrar que a paisagem segura é pertinente a condições socioespaciais que transmitem sensação de afastamento da violência (Hardt, 2021; 2022). No âmbito deste trabalho, essas características são relacionadas com eixos viários³ e podem ser vinculadas a duas categorias de **variáveis morfofuncionais**. A primeira diz respeito à visibilidade, principalmente condicionada por:

- a) inexistência de barreiras visuais distantes até 25 m do observador (limite da visão do ser humano para reconhecimento de feições de outras pessoas) (Gehl, 2013[2009]), pois o posicionamento de determinados componentes físicos (a exemplo de esconderijos, como arbustos, árvores com troncos grossos, banca de revistas, lixeiras de prédios, recuos nas fachadas, pilares grandes ou similares) em trajetos pedonais pode ocultar agressores, que se aproveitam do exíguo tempo para reação das respectivas vítimas (Belniaki, 2020; Muhajirin; Ismail, 2020);
- b) predomínio de permeabilidade visual (até o quinto pavimento como limite de adequado contato de usuários da edificação e da rua) (Gehl, 2013[2009]), frente ao fato de que maior quantidade de aberturas direcionadas para a via pública (janelas, nesse caso não computáveis as com peitoril acima de 1,50 m; portas de vidro; lotes vagos com vedações em grade e outras) possibilita a “vigilância natural” por seus moradores e usuários (Belniaki, 2020; Jacobs, 2011[1961]);
- c) eficiência da iluminação pública, uma vez que fontes luminosas fixas e permanentes (como postes de luz com distância média de 35 m entre eles e de cerca de 7 m para árvores) (Belniaki, 2020), não consideradas, por seu caráter de efemeridade, luminosidades de imóveis particulares, de veículos e de comunicação visual de lojas e *outdoors*, viabilizam níveis adequados de visualização dos cenários noturnos, sem pontos relevantes de escuridão (Mascaró, 2006).

Em síntese, essas características de visibilidade ampliam a percepção espacial, reduzindo a sensação de insegurança e medo (Almeida; Hardt, 2020; Gaynar; *et al.*, 2019). Também favorecem aspectos associados à segunda categoria de variáveis morfofuncionais, alusiva à vitalidade, especialmente subordinada a:

³ Em geral, esses espaços públicos urbanos favorecem sobremaneira a ocorrência dos citados crimes de oportunidade (Hardt, 2021; 2022).

- a) adequabilidade da escala urbana, ou seja, relação entre altura da edificação e largura da via confortavelmente percebida pelos pedestres, normalmente na proporção 1:1 (Cabezas, 2013; Gehl, 2013[2009]);
- b) interação de áreas públicas e privadas, já que o tipo de acesso (privativo – e.g.: edificações residenciais; restrito – e.g.: edificações institucionais e de serviços; controlado – e.g.: galerias, lojas, *shoppings* e outros tipos de comércio; livre – e.g.: ruas, praças e parques), pelo seu potencial de circulação associado ao movimento de pessoas, promove a integração socioespacial e impressões de segurança (Belniaki, 2020; Bondaruk, 2015[2007]); Lima, 2020);
- c) adequação da densidade construída, porque quanto maior o seu valor, mais provável é o aumento da quantidade de pessoas circulando na região, vitalizando os espaços (Jacobs, 2011[1961]; Lima, 2020);
- d) diversidade de usos do solo, visto que várias utilizações espaciais ampliam opções para a presença de pessoas em diferentes horários (Almeida, 2021; Lima, 2020).

Em resumo, essas condições de vitalidade propiciam a apropriação espacial, inclusive pela melhoria do sentimento de pertencimento dos cidadãos (Almeida; Hardt, 2020; Mendes; *et al.*, 2020). Igualmente, são intrinsecamente relacionadas às anteriores.

Geralmente associado à supremacia sobre adversários (Gee, 2016), o conceito de **segurança** pode ser ampliado para a interpretação de estado de bem-estar social (Almeida; Hardt, 2020; Hecht *et al.*, 2022), em que prevalecem condições de justiça, liberdade e igualdade. Nessa perspectiva e ainda com foco em eixos viários, é determinada a categoria de seguridade para as seguintes **variáveis urbanocriminais**:

- a) dificuldade para rotas de fuga em no máximo 100 m (extensão comum de quadras urbanas), pois a inexistência de pontos e atalhos facilitadores de evasões de criminosos (como esquinas, ruas de pedestres, galerias, praças, parques e outros) não permite seu rápido escape da visão dos transeuntes (Bondaruk, 2015[2007]; Vivan; Saboya, 2017);
- b) disponibilidade de artefatos de monitoramento, tendo em vista que inibem ações infratoras e fornecem evidências

para investigações criminais (Munyo; Rossi, 2020; Socha; Kogut, 2020).

Evidentemente, essas variáveis não respondem pela integralidade de relações morfológicas e funcionais da paisagem urbana potencializadoras da violência, mas se prestam à identificação mínima de padrões. Em conjunto, esses preceitos teóricos orientam esta investigação, cujos métodos e técnicas são adiante detalhados.

Procedimentos Metodológicos

Com estrutura multiprocessual, abordagem quali-quantitativa, caráter exploratório e feição aplicada, a pesquisa foi organizada em três fases principais. A primeira – **embasamento teórico** – foi desenvolvida por meio de revisão sistemática de fontes secundárias e visou a interpretação de teorias e conceitos de orientação à investigação e à determinação de variáveis analíticas, enquanto a segunda – **estruturação metodológica** – consistiu no ordenamento de técnicas e métodos específicos para o seu desenvolvimento.

Nesse âmbito, como a elaboração deste trabalho é integrada à de outros estudos vinculados à investigação principal (Hardt, 2021; 2022), foram adotados, como recorte metodológico-processual, procedimentos comuns para comparações de resultados entre diferentes realidades urbanísticas. Para definição do recorte geográfico-espacial, a seleção das cidades de porte médio priorizou centros urbanos em países vinculados à citada UKN, desde que essas decisões não comprometessem o escopo do estudo.

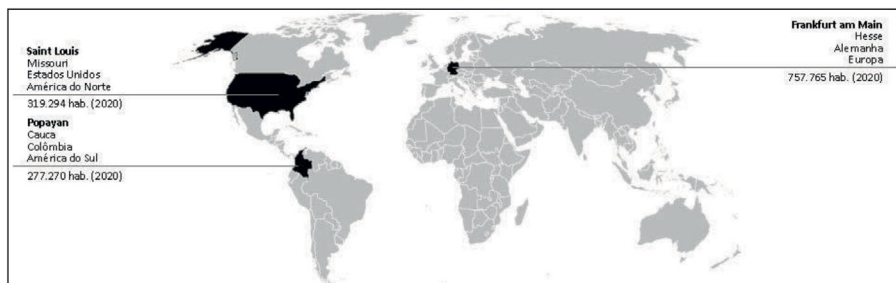
Nesta etapa, também foram verificadas as disponibilidades de informações urbanísticas, de imagens aéreas verticais e oblíquas (Google Maps, 2020) e de dados criminais georreferenciados. Especificamente, as três cidades selecionadas possuem (Figura 1):

- a) população inferior a 300 mil habitantes em país em desenvolvimento no continente americano e com baixo índice de segurança – Popayan, Cauca, Colômbia, América do Sul⁴;

⁴ No caso da Colômbia, o índice de segurança no ano estudado (2020) era de 45,2 (97^a posição mundial dentre 129 países), ou seja, no terço inferior (Numbeo, 2020), com valor atual de 39,8 (115^a posição mundial dentre 142 países), também enquadrado no terço inferior (Numbeo, 2023).

- b) população entre 300 e 500 mil habitantes em país desenvolvido no continente americano e com mediano índice de segurança – Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, América do Norte⁵;
- c) população superior a 500 mil habitantes em país desenvolvido fora do continente americano com alto índice de segurança – Frankfurt am Main, Hesse, Alemanha, Europa⁶.

Figura 1 – Mapa esquemático de localização das cidades selecionadas



Fonte: elaborada com base em Dane, 2020; Ferrari, 2020; FVM, 2023; SH, 2020; e USCB, 2020.

O recorte excerto-temporal correspondeu ao início do ano de 2020, anterior às interferências desviantes da normalidade atinentes às restrições impostas pelo período pandêmico da *coronavirus disease* (doença do coronavirus) 2019 (Covid-19). Diante do entendimento da complexidade dos fenômenos urbanísticos como fatos não isolados (Palenzuela; *et al.*, 2022), foram selecionados, para o recorte urbano-local, pontos para análise relacionados a trechos de interesse como orientadores das escolhas para uso de pedestres em espaços públicos.

Preliminarmente, as áreas de estudo foram estabelecidas nas regiões centrais das cidades, correspondentes a setores com maior frequência de pedestres, nas quais foram mapeados equipamentos de educação, saúde e outros de atração de usuários (e.g.: centros comerciais e similares), e suas respectivas áreas de abrangência local,

⁵ No caso dos Estados Unidos, o índice segurança no ano estudado (2020) era de 52,8 (79ª posição mundial dentre 129 países), ou seja, no terço intermediário (Numbeo, 2020), com valor atual de 51,0 (88ª posição mundial dentre 142 países), também enquadrado no terço intermediário (Numbeo, 2023).

⁶ No caso da Alemanha, o índice de segurança no ano estudado (2020) era de 65,2 (39ª posição mundial dentre 129 países), ou seja, no terço superior (Numbeo, 2020), com valor atual de 62,4 (44ª posição mundial dentre 142 países), também enquadrado no terço superior (Numbeo, 2023).

delimitadas por raios de aproximadamente 200 m. Essa opção metodológica visou, inclusive, ao estreitamento das relações de percursos de violência com trajetos de grupos vulneráveis (e.g.: crianças e adolescentes nas proximidades de escolas, idosos e doentes nas circunvizinhanças de postos de saúde, e situações correlatas). Nesses mesmos mapas, foram marcados os dez pontos de maior ocorrência criminal segundo fontes específicas das agências oficiais de segurança pública.

Na sequência, sobre imagem aérea do Google Maps (2020), foi traçada, para cada ponto criminal, uma malha de oito quadrículas (12,5 m x 12,5 m cada), quatro para cada lado do local de registro criminal, com extensão de 25 m em sentidos opostos da via, em acordo com o padrão de reconhecimento visual de feições de um indivíduo, especificado por Gehl (2013[2009]). Esse quadriculado orientou a construção da grelha em elevação panorâmica formada por imagens oblíquas da mesma fonte, também na mesma dimensão quadricular de 12,5 m, que normalmente alcança o quinto pavimento de altura das edificações, considerado como limítrofe para possível contato entre usuários dos edifícios e transeuntes na via (Gehl, 2013[2009]).

Para a avaliação quali quantitativa, foram determinadas classes de notas de 1 a 4 (baixo a alto potencial de segurança), atribuídas por quadrículas para parâmetros vinculados às variáveis morfofuncionais e urbanocriminais apresentadas na seção anterior, dedicada a fundamentos teóricos. O Quadro 1 resume os critérios adotados como sistema de valoração.

As médias de pontuação dos parâmetros de cada quadrícula serviram para a valoração final por ponto analisado, com partição do intervalo geral nas seguintes classes de potencial de segurança: baixo ($1,0 \leq \text{nota} \leq 1,7$), médio baixo ($1,8 \leq \text{nota} \leq 2,5$), médio alto ($2,6 \leq \text{nota} \leq 3,3$) e alto ($3,4 \leq \text{nota} \leq 4,0$). Por fim, à terceira fase – **discussão crítica** – couberam reflexões comparativas de confrontação de achados investigativos, sistematizadas na próxima seção.

Resultados Analíticos

Os dez pontos selecionados em cada uma das três cidades estudadas totalizam 30 unidades analíticas (240 quadrículas de estudo). Suas características principais são sintetizadas nas Figuras 2 a 4, ao passo que suas respectivas médias de pontuação são dispostas na Tabela 1.

Quadro 1 – Síntese de critérios de valoração de potencial de segurança dos locais estudados nas cidades selecionadas, segundo variáveis e respectivos parâmetros

VARIÁVEIS	MORFOFUNCIONAIS						URBANOCRIMINAIS			
	VISIBILIDADE			VITALIDADE			SEGURIDADE			
	Inexistência de barreiras visuais	Predomínio de permeabilidade visual	Eficiência da iluminação pública	Adequabilidade da escala urbana	Interação de áreas públicas e privadas	Adequação da densidade construída	Diversidade de usos do solo	Dificuldade para rotas de fuga	Disponibilidade de artefatos de vigilância	
PARÂMETROS	Distância (d) em metros lineares do centro da quadricula avaliada até o eixo da obstrução visual mais próxima	Proporção (%) de área de aberturas visualmente permeáveis até o quinto pavimento (se houver)	Distância (d) em metros lineares do centro da quadricula avaliada até o poste de iluminação pública mais próximo	Relação (fração simples) entre altura da edificação (h) e dimensão da caixa da via (d) entre alinhamentos prediais opostos	Tipo de controle de acesso	Quantidade (n) de pavimentos da edificação	Tipo de utilizações espaciais	Distância (d) em metros lineares do centro da quadricula até o ponto inicial da rota de fuga mais próxima	Quantidade (n) de câmeras aparentes de monitoramento	
	$0,0 \leq d < 8,3$	$\% < 25,0$	$d > 17,5$ e com bloqueio de feixes luminosos	1/4 ou 4/1 (ou maiores)	1	1	1	$0,0 \leq d < 16,7$	1	
	$8,3 \leq d < 16,6$	$25,0 \leq \% < 50,0$	$d \leq 17,5$ e com bloqueio de feixes luminosos	1/3 ou 3/1	2	2	2	$16,7 \leq d < 34,4$	2	
	$16,6 \leq d < 25,0$	$50,0 \leq \% < 75,0$	$d > 17,5$ e sem bloqueio de feixes luminosos	1/2 ou 2/1	3	3	3	$34,4 \leq d < 50,0$	3	
	$d \geq 25,0$	$\% \geq 75,0$	$d \leq 17,5$ e sem bloqueio de feixes luminosos	1/1	4	4	4	$d \geq 50,0$	4	
CLASSES DE POTENCIAL DE SEGURANÇA										

Fonte: elaborada com base em Belniaki, 2020; Ferrari, 2020; e Hardt, 2021; 2022.

Figura 2 – Mapa de equipamentos urbanos e pontos criminais da área de estudo em Popayan, Cauca, Colômbia, e respectivas imagens de características morfológicas da paisagem



Fonte: elaborada com base em Ferrari, 2020; Google Maps, 2020; Hardt, 2021; 2022; e PNC, 2020.

Nota: quadrículas de 12,5 m x 12,5 m

Figura 3 – Mapa de equipamentos urbanos e pontos criminais da área de estudo em Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, e respectivas imagens de características morfológicas da paisagem



Fonte: elaborada com base em Ferrari, 2020; Google Maps, 2020; Hardt, 2021; 2022; e SLMPD, 2020.

Nota: quadrículas de 12,5 m x 12,5 m

Figura 4 – Mapa de equipamentos urbanos e pontos criminais da área de estudo em Frankfurt am Main, Hesse, Alemanha, e respectivas imagens de características morfológicas da paisagem



Fonte: elaborada com base em Ferrari, 2020; Google Maps, 2020; Hardt, 2021; 2022; e PH, 2020.

Nota: quadrículas de 12,5 m x 12,5 m

Tabela 1 – Síntese de médias de valoração do potencial de segurança nos pontos selecionados nas cidades estudadas segundo variáveis analíticas adotadas

VARIÁVEIS	MORFOFUNCIONAIS							URBANOCRIMINAIS	
	VISIBILIDADE			VITALIDADE				SEGURIDADE	
PONTO	Inexistência de barreiras visuais	Predomínio de permeabilidade visual	Eficiência da iluminação pública	Adequabilidade da escala urbana	Interação de áreas públicas e privadas	Adequação da densidade construída	Diversidade de usos do solo	Dificuldade para rotas de fuga	Disponibilidade de artefatos de vigilância
Popayan, Cauca, Colômbia									
1	4,0	3,0	1,0	3,0	1,0	2,0	2,0	2,5	1,0
2	4,0	3,6	4,0	3,1	1,0	2,0	2,0	1,5	1,0
3	4,0	3,1	4,0	2,3	2,5	2,0	2,4	1,3	1,0
4	4,0	4,0	4,0	3,1	1,5	2,0	2,1	2,5	1,0
5	4,0	3,0	4,0	3,5	3,0	2,0	4,0	2,5	1,0
6	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,3	3,3	2,5	1,0
7	4,0	4,0	4,0	3,0	1,3	2,0	2,3	3,3	1,0
8	4,0	4,0	4,0	3,0	1,3	2,0	2,1	2,0	1,0
9	4,0	2,9	4,0	2,0	1,8	2,0	2,4	4,0	1,0
10	4,0	3,1	3,3	2,3	2,5	2,0	2,4	1,3	1,0
média geral	4,0	3,2	3,7	2,7	1,9	2,3	2,6	2,4	1,0
Saint Louis, Missouri, Estados Unidos									
1	4,0	3,0	4,0	2,3	2,0	1,8	2,3	2,5	1,0
2	4,0	1,0	1,0	2,0	1,0	2,0	2,0	1,0	1,0
3	4,0	3,4	4,0	2,3	2,1	1,6	2,0	1,0	1,0
4	4,0	3,3	4,0	2,5	3,5	2,5	2,0	1,9	1,0
5	2,6	4,0	4,0	3,0	3,0	3,5	3,5	1,9	1,1
6	4,0	4,0	4,0	2,0	3,0	4,0	4,0	4,0	1,0
7	2,3	3,6	3,9	2,0	3,0	3,4	4,0	2,5	1,0
8	4,0	4,0	4,0	2,0	2,5	2,0	3,0	1,5	1,0
9	4,0	3,6	4,0	2,0	3,0	2,0	3,0	1,3	1,0
10	4,0	3,5	3,8	2,0	2,5	2,0	2,0	1,3	1,0
média geral	3,7	3,3	3,5	2,3	2,4	2,6	2,9	1,9	1,0
Frankfurt am Main, Hesse, Alemanha									
1	2,9	4,0	3,6	2,0	4,0	1,0	2,0	1,0	1,0
2	4,0	3,1	1,0	2,8	2,5	2,3	2,0	2,5	1,0
3	4,0	4,0	4,0	1,4	2,3	3,0	3,3	4,0	1,0
4	4,0	4,0	4,0	2,0	2,5	2,0	2,0	2,5	1,1
5	2,5	4,0	3,0	3,0	2,6	3,9	3,0	2,5	1,0
6	3,6	4,0	3,6	1,9	2,0	3,5	2,5	1,5	1,0
7	2,5	4,0	3,5	2,0	3,3	2,0	3,0	1,3	1,0
8	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,3	4,0	2,5	1,0
9	3,1	3,9	2,9	1,5	3,0	2,0	2,3	1,5	1,0
10	4,0	4,0	4,0	1,5	1,5	3,5	2,5	2,5	1,4
média geral	3,5	3,9	3,4	2,1	2,7	2,7	2,7	2,3	1,0
MÉDIA FINAL	3,7	3,5	3,5	2,4	2,3	2,5	2,7	2,2	1,0

Fonte: elaborada com base nas Figuras 2 a 4.

Potencial de segurança:



Para **Popayan**, Cauca, Colômbia, os melhores desempenhos são relativos a variáveis morfofuncionais da categoria de visibilidade, em especial para a inexistência de barreiras visuais em todos os pontos (pontuação de 4,0), seguida de eficiência da iluminação pública (3,7), ambas na classe de alto potencial de segurança. Na média alta, predominam permeabilidade da visão (3,2), adequabilidade da escala urbana (2,7) e diversidade de usos do solo (2,6), com as duas últimas relacionadas à vitalidade.

A pior classificação (baixo potencial de segurança) cabe à categoria de seguridade das variáveis urbanocriminais de disponibilidade de artefatos de vigilância (1,0), dada a inexistência de câmeras de monitoramento em todos os pontos analisados. Na classe média baixa, têm-se tanto interação de áreas públicas e privadas (1,9) e adequação de densidade construtiva (2,3), parâmetros normalmente voltados a espaços vitalizados, quanto dificuldade para rotas de fuga (2,4), outro fator urbanístico com potencialidade para inibição da ocorrência de crimes.

Os pontos relacionados a equipamentos de educação se distribuem equitativamente entre as classes de maior e menor potencial de segurança. Por sua vez, os de saúde e de outras funções são mais encontrados proporcionalmente na primeira e na segunda, respectivamente.

Em **Saint Louis**, Missouri, Estados Unidos, os desempenhos mais relevantes são referentes às mesmas variáveis morfofuncionais da categoria de visibilidade antes citadas, ou seja, inexistência de barreiras visuais (3,7), à exceção de dois pontos, seguida de eficiência da iluminação pública (3,5), ambas na classe de alto potencial de segurança. Todavia, depreende-se alteração para a média alta, com permanência da permeabilidade da visão (3,3) e da diversidade de usos do solo (2,9), mas com inclusão da adequação da densidade construtiva (2,6), com as duas últimas referentes à vitalidade.

A pior classificação (baixo potencial de segurança) é igualmente dirigida à categoria de seguridade, especificamente para disponibilidade de artefatos de vigilância (1,0), diante da inexistência de câmeras de monitoramento em 79 dos 80 pontos investigados. É seguida, já na classe média baixa, pela outra variável urbanocriminal, relativa à dificuldade para rotas de fuga (1,9), além da adequação da escala urbana (2,3) e da interação entre áreas públicas e privadas (2,4), fatores potencialmente promotores de vitalidade dos espaços.

Os pontos nas proximidades de equipamentos de educação prevalecem nas classes de menor potencial de segurança. Por outro lado, os de saúde e de outras funções são proporcionalmente distribuídos tanto na inferior quanto na superior.

Em **Frankfurt am Main**, Hesse, Alemanha, também são diagnosticadas melhores condições para a categoria de visibilidade das variáveis morfofuncionais (classe de alto potencial de segurança), desta feita com preponderância de permeabilidade da visão (3,9), seguida por inexistência de barreiras visuais (3,5) e eficiência da iluminação pública (3,4). Com igual pontuação (2,7), inserida na classe média alta, têm-se a interação de áreas públicas e privadas, adequação da densidade construída e diversidade de usos do solo, concernentes à vitalidade.

Mais uma vez, a pior classificação (baixo potencial de segurança) é determinada para a categoria de seguridade da variável urbano-criminal de disponibilidade de artefatos de vigilância (1,0), frente à inexistência de câmeras de monitoramento em 77 dos pontos analisados. Para a classe média baixa, ressaltam-se adequabilidade da escala urbana (2,1), que, a princípio, seria propícia à vitalização dos espaços, e a dificuldade para rotas de fuga (2,3), que poderia ser preventiva à ocorrência de crimes.

Os pontos próximos a equipamentos de educação são proporcionalmente distribuídos nas classes de menor e maior potencial de segurança. Contudo, os de saúde e de outras funções aparecem equitativamente em ambas.

Como súmula, identifica-se que o melhor desempenho geral para a categoria de visibilidade das **variáveis morfofuncionais** (3,7 para inexistência de barreiras visuais e 3,5 tanto para predomínio de permeabilidade da visão como para eficiência da iluminação pública) induzem à interpretação de que não interferem com a mesma significância que as demais para prevenção criminal nas cidades estudadas, pois suas relativamente adequadas condições não foram impeditivas da ocorrência de crimes nos pontos levantados. Gehl (2013[2009]) entende que o processo de planejamento urbano com foco em escalas maiores desconsidera necessidades de tratamento da paisagem ao nível dos olhos, inclusive para a garantia da “vigilância natural”, como defende Jacobs (2011[1961]).

Na seqüência, a vitalidade espacial proporcionada pela diversidade de usos do solo (2,7) parece justamente facilitar a ocorrência de

crimes de oportunidade pela maior presença de pessoas. O imaginário comum de que mais indivíduos significa maior segurança pode alterar comportamentos sociais no espaço público, gerando vítimas potenciais a determinados delitos (Gaynor *et al.*, 2019).

As demais variáveis da mesma categoria têm valoração próxima (2,5 para adequação da densidade construída, 2,4 para adequabilidade da escala urbana e 2,3 para interação entre áreas públicas e privadas) e também são indicativas de favorecimento para os atos criminosos considerados. Wilcox e Cullen (2018) alertam, nessa conjuntura, para a chamada “oportunidade situacional” para o desenvolvimento da criminalidade.

Indiscutivelmente, as variáveis **urbanocriminais** na categoria seguridade demonstram que a facilidade de rotas de fuga (2,2 para dificuldade) e indisponibilidade de artefatos de monitoramento (1,0 para disponibilidade) são determinantes para a concretização de furtos e roubos em vias públicas. Em seus estudos, Socha e Kogut (2020) atestam a eficácia da videovigilância urbana para a segurança dos espaços públicos.

Não obstante o seu posicionamento pouco superior à média final das três cidades avaliadas (2,656), a europeia (2,700) não se destaca sobremaneira em relação aos padrões analisados, como ocorre com o seu índice de segurança (65,2). Por outro lado, a do Sul Global tem valoração geral muito próxima à da norte-americana (2,622 contra 2,644), de maneira diferenciada ao comportamento daqueles indicadores (45,2 contra 52,8). Essas aproximações numéricas indiciam, como diagnosticado por Lemoine-Rodríguez *et al.* (2020), o movimento de homogeneização de cenários urbanos, decorrente do fenômeno de globalização. Esses e demais resultados conduzem a reflexões finais sobre a temática abordada.

Conclusão

Diante do alcance do **objetivo geral** de avaliar padrões da paisagem urbana potencializadores da violência, são sistematizados, por meio dos fundamentos teóricos abordados, diversos parâmetros para análise da urbanização como indutora de atividades criminais relacionadas a oportunidades. As respostas ao **questionamento básico** da pesquisa confirmam a **hipótese investigativa** de que determinadas variáveis morfofuncionais e urbanocriminais potencializam a ocor-

rência daqueles crimes em cidades, demonstrando, em grande parte, a adequabilidade dos procedimentos metodológicos adotados, notadamente pela sua aplicabilidade em diferentes situações mundiais.

Há necessidade, no entanto, de aprofundamento de estudos sobre questões remanescentes. Sob a ótica das **variáveis morfofuncionais**, a categoria de visibilidade não revela os resultados esperados, pois a inexistência de barreiras visuais, o predomínio de permeabilidade da visão e a eficiência da iluminação pública não foram capazes de impedir os crimes em vários locais. No caso dessa última, porém, vale mencionar que os parâmetros utilizados podem não ser suficientes para a avaliação dos níveis de iluminância nas vias urbanas, recomendando-se, assim, o seu aperfeiçoamento. Para a categoria de vitalidade espacial, restam contradições entre condições que, ao mesmo tempo em que promovem espaços vitalizados, com maior possibilidade de sua “vigilância natural” pelos cidadãos, também oferecem chances para a prática de furtos e roubos devido à presença mais expressiva de potenciais vítimas.

Do ponto de vista das **variáveis urbanocriminais**, confirma-se que o desenho urbano facilitador de rotas de fuga para criminosos e que a insuficiência de artefatos de vigilância nos espaços públicos expõem esses locais à ocorrência de delitos. Não é possível, entretanto, identificar discriminações relevantes de condições paisagísticas relativamente a regiões de equipamentos utilizados preferencialmente por grupos vulneráveis, o que também permanece como indicação para trabalhos posteriores.

Pelos resultados obtidos, depreende-se relativo alinhamento de situações de cidades de porte médio em diferentes contextos. Não obstante essa conclusão, sugere-se a elaboração de pesquisas futuras em outras áreas urbanizadas de igual e diferentes portes para consolidação desses achados científicos. Por fim, recomenda-se o desenvolvimento de estudos sistemáticos sobre a temática pelos responsáveis pelo processo de gestão urbana, visando à formulação de subsídios a políticas públicas de conformação de paisagens seguras em cidades contemporâneas.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), pelo fomento à pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Paulo Fernandes de. **Paisagem Segura: relações entre registros criminais e percepção de segurança em cidades.** 2021. 180f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/354794>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ALMEIDA, Paulo Fernandes de; HARDT, Letícia Peret Antunes. Identificando variáveis para análise de relações entre crime e medo em paisagens urbanas. **Contribuciones a las Ciencias Sociales** [online], Málaga: Servicios Académicos Intercontinentales, v.13, n.10, p.1-25, out. 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/10/crime-medo.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BELNIAKI, Amanda Cerioni. **Paisagem Segura: relações entre morfologia e criminalidade em cidades brasileiras.** 2020. 291f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/355551>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano.** 5.ed. Curitiba: Autores Paranaenses, 2015[2007]. ISBN 978-8590590033

CABEZAS, Constanza. Fundamentos para projetar espaços públicos confortáveis. Tradução de Eduardo de Souza. **ArchDaily** [online], s.n., s.p., out. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-143845/fundamentos-para-projetar-espacos-publicos-confortaveis>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CARDOSO, Rodrigo; SOBHANI, Ali; MEIJERS, Evert. *The cities we need: Towards an urbanism guided by human needs satisfaction.* **Urban Studies**, London: Sage, v.59, n.13, p.2638-2659, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00420980211045571>. Acesso em: 25 abr. 2024.

COZENS, Paul; LOVE, Terence; DAVERN, Brent. *Geographical juxtaposition: A new direction in CPTED.* **Social Sciences**, Basel: Multidisciplinary Digital Publishing Institute – MDPI, v.8, n.252, p.1-22, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci8090252>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** 2.ed. Tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo. reimp. Lisboa: Edições 70, 2015. (Título original: *The concise townscape*. Abingdon, UK: Architectural; Routledge, 1961) ISBN 978-9724414010

DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estatística de Colombia.

Censo Nacional de Población y Vivienda: *estimativa* 2020. Disponível em: <http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/643/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

FERRARI, Lucas Grocoske. **Paisagem Segura:** comparação entre cidades médias brasileiras e estrangeiras. 2020. 243f. Relatório final de pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2020.

FVM – Free Vector Maps. **Map of the world with countries.** 2023. Disponível em: <https://freevectormaps.com/world-maps>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GAYNOR, Kaitlyn M.; BROWN, Joel S.; MIDDLETON, Arthur D.; POWER, Mary E.; BRASHARES, Justin S. *Landscapes of fear: Spatial patterns of risk perception and response.* **Trends in Ecology & Evolution**, Londres: Elsevier, v.34, n.4, p.355-368, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tree.2019.01.004>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GEE, David. **Rethinking security: A discussion paper.** Zürich: The Ammerdown Group of Center for Security Studies (CSS) of Eidgenössische Technische Hochschule Zürich – ETHZ, 2016.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Tradução de Anita Di Marco. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Título original: *Cities for people*. Washington, DC: Island, 2009). ISBN 978-8527309806

GOOGLE MAPS. **Imagens aéreas e oblíquas:** Popayán, Cauca, Colômbia, América do Sul; Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, América do Norte; Frankfurt am Main, Hesse, Alemanha, Europa. 2020.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Composição paisagística:** elementos naturais e construídos. Curitiba: Contentus, 2020. ISBN 978-6557453629

HARDT, Letícia Peret Antunes. (Coord.). **Paisagem Segura:** prevenção de percursos da violência em trajetos urbanos de grupos sociais vulneráveis. 2021. 46f. Relatório simplificado de pesquisa (Chamada Pública Fundação Araucária e Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná – FA – N° 09/2016 – Programa Institucional de Pesquisa Básica e Aplicada 2016) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2021.

HARDT, Letícia Peret Antunes. (Coord.). **Do Espaço Planejado à Paisagem Segura:** casos de cidades brasileiras. 2019. 67f. Projeto de pesquisa (Chamada Edital Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –N° 09/2018 – Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2019) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2022.

HECHT, Katharina; BURCHARDT, Tania; DAVIS, Abigail. *Richness, insecurity, and the welfare state.* **Journal of Social Policy**, Cambridge: Cambridge University Press, s.n., p.1-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0047279422000617>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ILIYASU, Idris Isah; ALDRIN, Abdullah; MARZBALI, Massoomeh Hedayati. *Urban morphology and crime patterns in urban areas: A review of the literature.* **Malaysian Journal of Sustainable Environment**, Selangor: Universiti Teknologi Mara

Press, v.9, n.1, p.213-242, fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24191/myse.v9i1.17301>. Acesso em: 25 abr. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities*. New York: Vintage, 1961). ISBN 978-8578274214

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016[1993]. ISBN 978-9723109030

LEMOINE-RODRÍGUEZ, Richard; INOSTROZA, Luis; ZEPP, Harald. *The global homogenization of urban form. An assessment of 194 cities across time*. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam: Elsevier, v.204, e103949, p.1-20, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103949>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LIMA, Willian Carlos Siqueira. **Paisagem Segura: relações escalares entre morfologia e vitalidade urbana**. 2020. 222f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/352455>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LIMA, Willian Carlos Siqueira; HARDT, Leticia Peret Antunes. Painéis teórico-conceituais de relações entre vitalidade da paisagem urbana e criminalidade em cidades: variáveis para análise do caso brasileiro. **Contribuciones a las Ciencias Sociales [online]**, Málaga: Servicios Académicos Intercontinentales, v.11, n.8, p.1-20, ago. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2019/08/paisagem-urbana-criminalidade.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MASCARÓ, Lucia Elvira Alicia Raffo de. **A iluminação do espaço urbano**. Porto Alegre: Masquatro, 2006. ISBN 978-8599897010

MENDES, Bruna de Castro; CAVENAGHI, Airton José; WADA, Elizabeth Kyoko. *Sense of belonging and the appropriation of a touristic city by local students (Brazil)*. **Journal of Teaching in Travel & Tourism**, New York: Routledge, v.20, n.1, p.41-58, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15313220.2019.1622481>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MUHAJIRIN, Ahmad; ISMAIL, Ahmad Ghofar. *Theft with violence in criminology aspect: How people dealing with law?* **Journal of Law and Legal Reform**, Semarang: Universitas Negeri Semarang, v.1, n.3, p.381-394, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15294/jllr.v1i3.35462>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MUNYO, Ignacio; ROSSI, Martín A. *Police-monitored cameras, and crime*. **The Scandinavian Journal of Economics**, Hoboken: Wiley, v.122, n.3, p.1027-1044, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/sjoe.12375>. Acesso em: 25 abr. 2024.

NUMBEO – Online Database. **Crime index by country**. 2020. Disponível em: https://www.numbeo.com/crime/rankings_by_country.jsp?title=2020. Acesso em: 1 abr. 2023.

NUMBEO – Online Database. **Crime index by country**. 2023. Disponível em: https://www.numbeo.com/crime/rankings_by_country.jsp?title=2020. Acesso em: 1 abr. 2023.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. **Urban**

population by city size. 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/popregion/urban-population-by-city-size.htm>. Acesso em: 1 abr. 2023.

PALENZUELA, Salvador Rueda; RIU, Albert Santasusagna; IZQUIERDO, Berta Cormenzana; DONADA, Joan Tort; ÚBEDA, Xavier. *Understanding urban complexity via the spatial diversity of activities: An application to Barcelona (Spain)*. **Sustainability**, Basel: Multidisciplinary Digital Publishing Institute – MDPI, v.14, n.3, e1298, p.1-12, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14031298>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PH – Polizei Hessen. *Schuter & sicherheit*. 2020. Disponível em: <https://www.polizei.hessen.de/Startseite/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

PNC – Policía Nacional de Colombia. **Red Nacional de Observatorios del Delito de la Policía Nacional**: estimativa 2020. Disponível em: https://www.policia.gov.co/observatorio/estudio_criminologia. Acesso em: 24 jun. 2020.

SH – Statistik Hessen, *Bevölkerung in Hessen*. 2020. Disponível em: <https://statistik.hessen.de>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SLMPD – Saint Louis Metropolitan Police Department. *Crime mapping: estimate* 2020. Disponível em: https://www.slmpr.org/crime_mapping.shtml. Acesso em: 24 jun. 2020.

SOCHA, Robert; KOGUT, Boguslaw. *Urban video surveillance as a tool to improve security in public spaces*. **Sustainability**, Basel: Multidisciplinary Digital Publishing Institute – MDPI, v.12, n.15, e6210, p.1-12, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12156210>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UN-DESA – United Nations – Department of Economic and Social Affairs. *World urbanization prospects*. 2023. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em 25 abr. 2024.

USCB – United States Census Bureau. *Population: estimate* 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130912001257/http://quickfacts.census.gov/qfd/states/29/29510.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

VAN DIJK, Jan, NIEUWBEERTA, Paul; LARSEN, Jaqueline Joudo. *Global crime patterns: An analysis of survey data from 166 countries around the world, 2006–2019*. **Journal of Quantitative Criminology**, New York: Springer, n.38, p.793-827, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10940-021-09501-0>. Acesso em: 25 abr. 2024.

VIVAN, Mariana; SABOYA, Renato Tibiriçá de. Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: efeitos da visibilidade na distribuição da ocorrência de crimes. In: NETTO, Vinícius Moraes; SABOYA, Renato Tibiriçá de; CARVALHO, VARGAS, Júlio Celso; CARVALHO, Thereza. (Org.). **Efeitos da arquitetura: os impactos da urbanização contemporânea no Brasil**. Brasília: Frederico Rosa Borges de Holanda – FRBH, 2017, p.163-182. ISBN 978-8564222144

WILCOX, Pamela; CULLEN, Francis T. *Situational opportunity theories of crime*. **Annual Review of Criminology**, San Mateo: Annual Reviews, v.1, n.1, p.123-148, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-criminol-032317-092421>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PARTE II
**Vulnerabilidade Social,
Física e Ambiental**

Mapeamento e Qualificação de Vazios Urbanos em Vila Velha, ES

*Ana Paula Rabello Lyra
Nayra Carolina Segal da Rocha
Flávia Lopes do Nascimento*

Introdução

A medida em que crescem, as cidades apresentam uma série de espaços ociosos caracterizados por áreas vazias em dimensões e proporções que contrastam com o tecido urbano adjacente. Essas áreas, identificadas como vazios urbanos, resultam de um processo de ocupação fordista que favoreceu o valor do solo urbano na compartimentação dos espaços da cidade neoliberal (Abramo, 2007). Compreender os vazios urbanos é entender que a cidade contemporânea é um reflexo dessas relações sociais, econômicas e políticas, acentuadas pela expansão das cidades (Santos, 2005).

A intensa urbanização que se deu nas urbes após o período de industrialização ocorrida no Brasil na segunda metade do século XIX promoveu transformações no espaço urbano com a concentração imobiliária desarticulada das demandas sociais e infraestruturais da população (Abramo, 2007; Santos, 2005). O aumento populacional gerou uma demanda reprimida que deslocou aqueles de baixa renda para as regiões periféricas da cidade e criou fragmentos na ocupação do território urbano. Esse processo de urbanização impulsionou a segregação socioespacial, favorecendo a expansão da ocupação informal permeadas por áreas de vulnerabilidade ambiental e industriais da cidade, afastadas daquelas destinadas à exploração do mercado imobiliário (Santos, 2005).

Tal configuração resulta de uma balança de interesse entre o benefício econômico e as necessidades de cunho social, identificados neste estudo como rupturas urbanas por resultarem em espaços vagos e fragmentados de solos que prejudicam a permeabilidade de

pedestres em zonas infraestruturadas e consolidadas da cidade (Lyra, 2021; Ebner, 1997). A existência dessa categoria de espaço prejudica o desenho urbano e a dinâmica da cidade e, conseqüentemente, compromete a densidade urbana inclusiva e democrática. Densidade essa que corresponde a grupos de pessoas dividindo os mesmos espaços, de acordo com a área construída e os limites territoriais da cidade. Para Jacobs (2007), a densificação e o uso diversificado do ambiente urbano promove efeitos positivos que potencializam a própria atividade econômica nas cidades, enquanto promovem vitalidade.

Os vazios urbanos, por sua vez, constituem obstáculos ao adensamento saudável, reforçam a segregação e aumentam os custos e demandas para a implantação e manutenção de novas infraestruturas nas áreas espraiadas da cidade. Além disso, as pessoas se tornam vítimas das grandes distâncias de deslocamento, que se formam e intensificam os problemas de mobilidade urbana nas cidades (Ebner, 1997).

Tal realidade conflita com a política de desenvolvimento urbano estabelecida pelo Estatuto da Cidade (Rolnik; Saule Junior, 2001) para garantir o bem-estar de seus habitantes no que diz respeito ao uso da propriedade urbana. Isso ocorre quando esse uso se configura como uma ruptura urbana ao se apropriar de parcelas caracterizadas por extensões contínuas de lotes que impedem ou prolongam as distâncias favoráveis à caminhabilidade do pedestre (Speck, 2017). Tal fato contradiz a função do Plano Diretor de planejar o espaço urbano direcionado, sobretudo, para as questões sociais, econômicas e ambientais da cidade.

A referida situação é identificada como uma problemática presente na Região Administrativa 01 do município de Vila Velha, no Espírito Santo, onde ocorrem as citadas parcelas urbanas sem uso ou apropriação, alheias aos “interesses e necessidades da população e às características locais” (Rolnik; Saule Junior, 2001). Este estudo procurou entender de que maneira esses vazios urbanos estão distribuídos no espaço urbano da Regional Administrativa 01 – Centro de Vila Velha –, por meio do mapeamento dessas rupturas urbanas. Trata-se de uma investigação que identifica tais rupturas urbanas como um processo de fragmentação socioespacial resultante das configurações segregadas dos espaços da cidade.

Essas áreas de ruptura são apontadas como ocupações com realidades espaciais, físicas e sociais contrastantes, materializadas por uma

forma de diferenciação social e não interação de grupos e classes sociais como resultado. Ademais, as ocupações que segregam e limitam o pedestre no uso cotidiano da cidade favorecem apropriações de ações antissociais e insalubres, como o despejo de lixo em lotes vazios ou apropriações para uso de entorpecentes. Nesse cenário que caracteriza a situação das cidades contemporâneas, o espaço urbano é projetado para o afastamento coletivo, com restrição do contato com a população (Netto, 2014).

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica e o levantamento documental, seguido de imersões em campo para subsidiar a definição dos critérios posteriormente adotados para a elaboração do mapeamento georreferenciado da área de estudos. A metodologia utiliza informações georreferenciadas disponibilizadas pelo Instituto Jones dos Santos Neves e dados cartográficos obtidos através da Prefeitura Municipal de Vila Velha, bem como de órgãos públicos estaduais e federais. Os dados necessários para o mapeamento foram complementados por meio das imagens de satélite disponibilizadas pelo serviço do Google Earth. O programa utilizado no tratamento e ordenamento das informações para a confecção dos mapas foi o ArcGis, da Esri. O resultado visa contribuir com o estudo das diferenças identificadas nos contrastes urbanos das cidades contemporâneas e que comprometem a consolidação dessas em cidades democráticas em que as pessoas possam viver com dignidade.

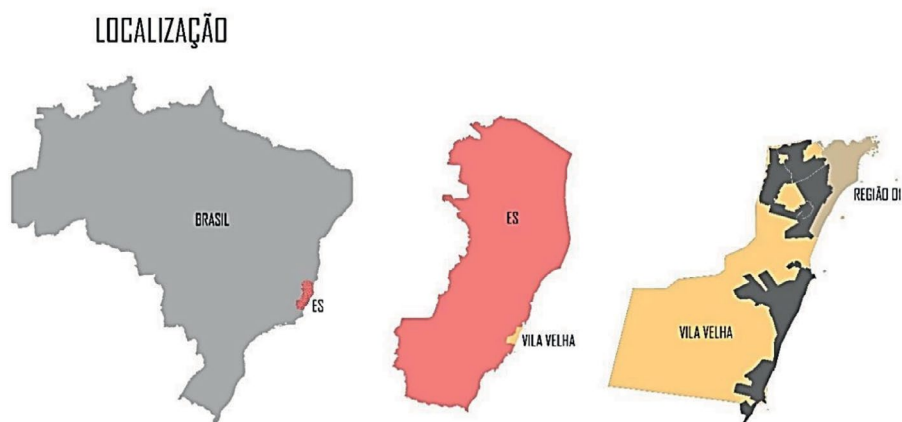
Rupturas, Vazios e o Fenômeno Urbano

As transformações na estrutura e na forma urbana intensificadas com a industrialização motivou as ocupações e o surgimento das regiões metropolitanas no Brasil. O marco dessa inflexão para a modernização da sociedade no Brasil ocorre em 1930, com o fim da hegemonia da economia agrícola, início da migração rural-urbana e surgimento das primeiras indústrias (Santos, 2005). No Espírito Santo esse processo foi tardio, mesmo que posicionado no centro da região de maior potencial econômico, que é a região Sudeste, a transformação do cenário econômico, e consequentemente urbano, só ocorreu em 1970 (Siqueira, 2010).

Enquanto o Brasil vivia seu apogeu econômico, a região metropolitana da Grande Vitória teve um crescimento lento que se intensificou a partir da década de 1970, com os projetos da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) e das estradas das BR-101 e BR-262 (Schayder, 2017). Em decorrência desses e outros empreendimentos industriais, a população e a mancha urbana cresceram de forma acelerada, junto às demandas de infraestrutura e saneamento urbano. Em meados dos anos 1970, Vitória, a capital do Espírito Santo, já era um centro urbano congestionado e com um grande percentual da população vivendo em regiões periféricas (Siqueira, 2010).

Nesse mesmo período em que a capital espírito-santense crescia de forma acelerada e já indicava um certo esgotamento de seu território urbanizado, a cidade vizinha, Vila Velha (Figura 1), ao sul, começa a crescer. Tal crescimento se dá por conta da ausência de espaços para acomodar a população nas áreas infraestruturadas da cidade, que, então, migra para os municípios vizinhos. Em virtude dessa situação, Vila Velha tem um aumento populacional que amplia o número de bairros urbanizados na Grande Vitória, tornando-se uma cidade-dormitório dependente da capital pois ainda mantinha suas atividades agrárias e pesqueiras, enquanto os serviços de apoio a população se mantinham concentrados em Vitória (Siqueira 2010).

Figura 1 – Localização da Regional 01, Vila Velha, ES



Fonte: Base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha. Sirgas 2000 UTM Zona 24S, Projeção Transversa Mercator. Regional 01, Vila Velha - ES. Elaborado por: Nayra Carolina Segal de Rocha, 2019.

Fonte: elaborado a partir de base cartográfica da PMVV, 2019.

Segundo Siqueira (2010), a população pendular e provedora de mão de obra de Vila Velha se deu pela implantação de políticas habitacionais como o COHAB/ES e o INOCOOP/ES, que investiram em habitação social no município. Essa fase de inércia é alterada no final da década de 1990 com a conclusão e entrega da ponte entre Vila Velha e Vitória, popularmente conhecida como Terceira Ponte (Siqueira, 2010).

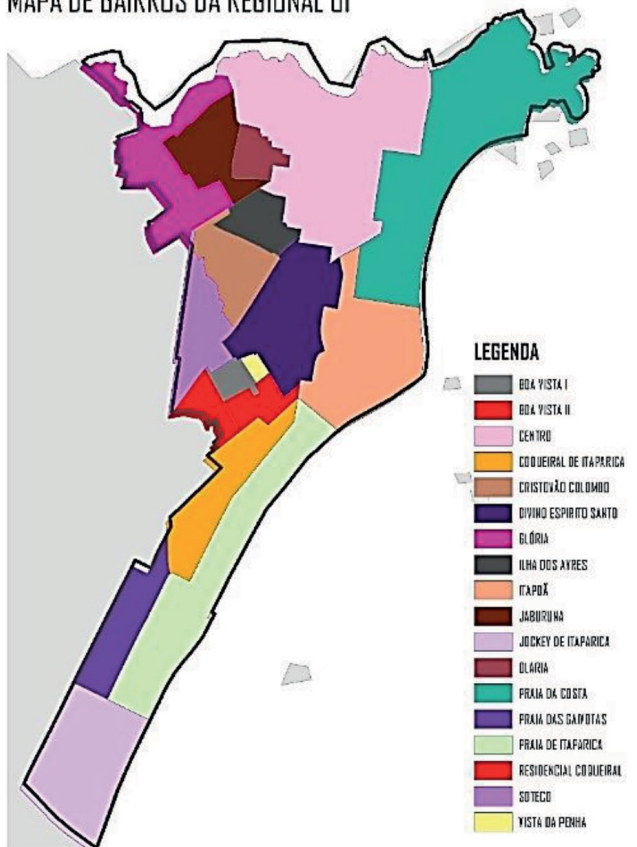
A construção da Terceira Ponte promoveu um avanço imobiliário em direção à orla de Vila Velha, partindo da área central do município e em direção a Rodovia do Sol, que a conecta ao município de Guarapari, ao sul da capital. Dessa vez, o município recebe um investimento com foco imobiliário concentrado em atrair a população de renda média e alta. Nessa ocasião, o mercado imobiliário da capital Vitória, voltado a esse segmento, percebe que os bairros mais próximos da orla privilegiada estão se esgotando. Assim como na capital, a concentração dos investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos concentram-se na orla, enquanto a cidade continua crescendo e se expandindo para um interior espreado e fragmentado.

A Regional Administrativa 01 de Vila Velha, representada no mapa da Figura 2, reproduz a materialização do cenário descrito acima, em que a busca pelos visuais privilegiados da orla ignora as demandas reais da população e da região. A regional é composta por 18 bairros com características que se contrastam entre si. O local reúne ocupações caracterizadas por uma acelerada apropriação da terra com uma população de renda média e alta concentrada na orla, além de ocupações irregulares e espreadas situadas em áreas de risco e de proteção ambiental.

As consequências da forma de ocupação descrita são apontadas como catalisadoras dos problemas da fragmentação fomentadora das rupturas urbanas. A Região Administrativa 01, é repleta de conflitos de rupturas, limites urbanos e de antagonismos entre os limites do existente e do novo devido à expansão territorial desordenada (Siqueira, 2010).

Figura 2 – Mapa de Bairros da Regional 01

MAPA DE BAIRROS DA REGIONAL 01



Fonte: Base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha. Sirges 2000 UTM Zona 24S. Projeção Transverse Mercator. Regional 01, Vila Velha - ES. Elaborado por: Nayre Carolina Sagal da Rocha, 2019

Fonte: elaborado a partir de base cartográfica da PMVV, 2019.

Vale complementar que as rupturas urbanas podem ser conceituadas como barreiras físicas de discontinuidades que impedem a permeabilidade, a caminhabilidade e promovem a insegurança no espaço urbano (Duarte, 2006). Elas se apresentam em várias tipologias, dentre elas os vazios urbanos que se configuram como inibidores da caminhabilidade (Lyra, 2021). Eles, por sua vez, são caracterizados por áreas sem ocupação situadas dentro do perímetro urbano da cidade (Ebner, 1997), um conceito que reverte aquele que se referia às áreas verdes ou espaços de circulação da década de 1970.

Quando a aceleração do processo capitalista passa a ter um impacto no tecido urbano, os vazios mudam de natureza, deixam de ser espaços sem relevância e se tornam um indício de problemas na formação da cidade. Nesse mesmo período, a legislação urbanística começa a ser repensada para que a cidade se torne funcional, justa e menos utópica (Siqueira, 2010). Surge assim o Estatuto da Cidade, com novos Instrumentos Urbanísticos promulgados como alternativas para “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade” de forma a “exigir [...] do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento [...] para garantir o bem-estar de seus habitantes” (ROLNIK, SAULE JUNIOR, 2001, p. 10).

Todavia, a presença dos vazios urbanos sugere uma sociedade constituída por desigualdade social e econômica moldadas para as regras do capitalismo funcional (Ebner, 1997). Nesse sentido, os vazios urbanos são identificados como uma modalidade de ruptura por constituírem uma barreira na gênese de espaços urbanos dignos, assim como as demais quebras que existem no tecido urbano. Quando identificados na dinâmica da cidade, percebe-se que são prejudiciais para a formulação de espaços enquanto entidades estéticas, além de nocivos para o estabelecimento de uma relação comportamental entre o interior e exterior das regiões ocupadas. As rupturas podem ser entendidas como processos ou produtos urbanos que negam ou levam a negação da vida urbana plena e digna (Vaz; Silveira, 2007).

Os vazios se manifestam no espaço urbano por áreas desabitadas e vazias em locais de adensamento demográfico, localizadas em regiões equipadas com serviços públicos coletivos e individuais. O acesso à terra em determinadas regiões da cidade indica como o contraste social se expressa na sociedade. Além de um obstáculo para o adensamento, tornam-se um instrumento de segregação em que, além dos custos adicionais para a implantação e manutenção de uma nova infraestrutura em um novo espaço, afastado das regiões já adensadas, as pessoas se tornam vítimas de grandes distâncias de deslocamento. Muitos desses espaços espraiados passam a compor, em grande parte, zonas com inserções de comunidades urbanas caracterizadas pelas favelas (Ebner, 1997).

Mapeamento e Qualificação das Rupturas por Vazios Urbanos

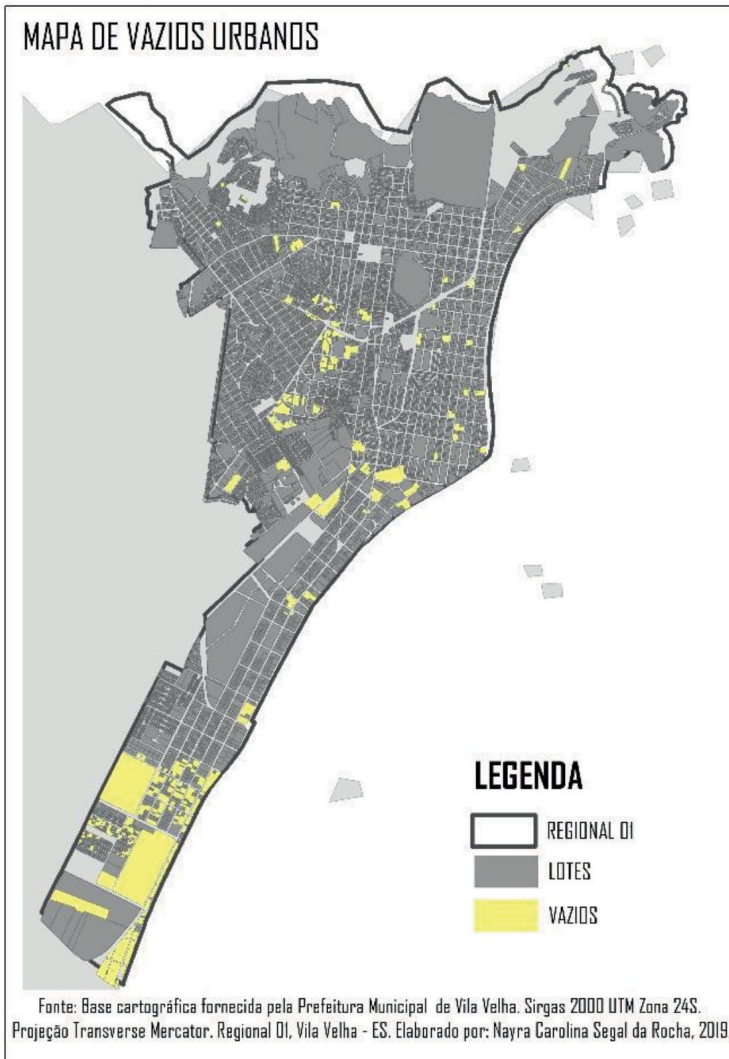
Para a identificação dos vazios urbanos enquanto rupturas na permeabilidade e livre fluidez do pedestre, foi considerada a definição de solo urbano subutilizado com coeficiente de aproveitamento inferior ao mínimo para a zona, estabelecida pelo Plano Diretor Municipal de Vila Velha. Esses vazios, por sua vez, foram classificados como rupturas urbanas quando as dimensões das quadras apresentavam frentes maiores que 110 metros, medida definida pelo Índice de Caminhabilidade do Instituto de Política de Transporte e Desenvolvimento (ITDP, 2019). Esse índice avalia as características do ambiente urbano que influenciam na caminhabilidade dos pedestres, como as quadras urbanas.

As quadras são elementos que compõem a morfologia das cidades, sendo delimitadas pelos cruzamentos e travessias, e suas dimensões são determinantes para a qualidade da mobilidade dos pedestres (ITDP, 2019). A relação estabelecida entre o tamanho das quadras e o nível de densidade da malha urbana tem influência direta na qualidade do ambiente urbano (Jacobs, 2007). Áreas com quadras extensas e pouco densas de ocupações mistas com térreos ativos (Gehl, 2018), que desrespeitam a escala do pedestre, têm um número insuficiente de pessoas circulando e, portanto, não garantem um ambiente que promove segurança e o bem-estar aos pedestres. Nesse sentido, os vazios urbanos são um obstáculo para a densidade habitacional favorável à vitalidade urbana (Jacobs, 2007).

A análise do mapa de vazios da Regional 01 de Vila Velha confirma o pressuposto narrado nos parágrafos precedentes em relação à forma de ocupação da região. A referida ocupação, que foi motivada e acelerada após a conclusão da Terceira Ponte, concentrou-se próxima a sua descida, na porção centro-orla (parte superior do mapa da Figura 3). O traçado da malha ortogonal representado no mapa ilustra um parcelamento com quadras menores concentradas na porção norte e outra com quadras maiores, situadas no prolongamento que se estende ao sul. Essa dualidade evidencia dois períodos distintos do parcelamento do solo no processo de expansão da malha urbana do município para a região em questão, sendo o mais recente na porção sul. Outra característica que vale

mencionar refere-se ao sítio em que a malha ortogonal ocupou, que é restrito à região de topografia regular.

Figura 3 – Mapa de Vazios Urbanos da Regional 01



Fonte: elaborado a partir de base cartográfica da PMVV, 2019

Essa configuração indica que a ocupação informal ou irregular ocorreu nas áreas residuais sem interesse para o mercado imobiliário e que os vazios urbanos se situaram nas áreas de transição entre a formal e informal. Essa situação evidencia a segregação socioespacial

ocorrida na região que apresenta a maior população do município, correspondendo a 35,8% da população total de Vila Velha (IBGE 2010). Tal fato é confirmado pelos quantitativos indicados na Tabela 1, em que 30% da área urbanizada ainda permanecia no ano de 2019 sem ocupação. Esses vazios identificados no tecido urbano foram preservados por empresários interessados na valorização da área para apropriações futuras. A Tabela 1 também revela que, até o ano de 2019, apesar do perímetro urbano superar em 30% a área rural, a proporção da mancha urbana permaneceu limitada a 31% da área total do município. Tal fato sugere que o avanço do espraiamento do tecido urbano que ocupara as áreas planas fora fragmentado apenas pelos vazios urbanos.

Tabela 1 – Perímetros Rurais, Urbanos e vazios urbanos de Vila Velha

Perímetros	Área (km²)	Área (ha)	(%)
Perímetro Rural	74	7420	35
Perímetro urbano	136	13567	65
Mancha Urbana	66	6600	31
Vazios do perímetro urbano	63	6347	30
Espaços naturais protegidos dentro do perímetro urbano	6	620	3
Área total do município (excluindo ilhas oceânicas)	210	20987	100

Fonte: IJSN (2010) e Zanotelli *et al.* (Adaptado pelas autoras), 2019.

Tabela 2 – Lotes ocupados e vazios da Regional 01 de Vila Velha

Espaços	Área (km²)	Área (ha)	(%)
Espaço de lotes ocupados	10,6	1064	70,32
Espaços de lotes vazios	2,5	259	17,11
Áreas restantes (vias e espaços público)	1,9	190	12,56
Área total da Regional Administrativa 01 - Centro	15	1513	100

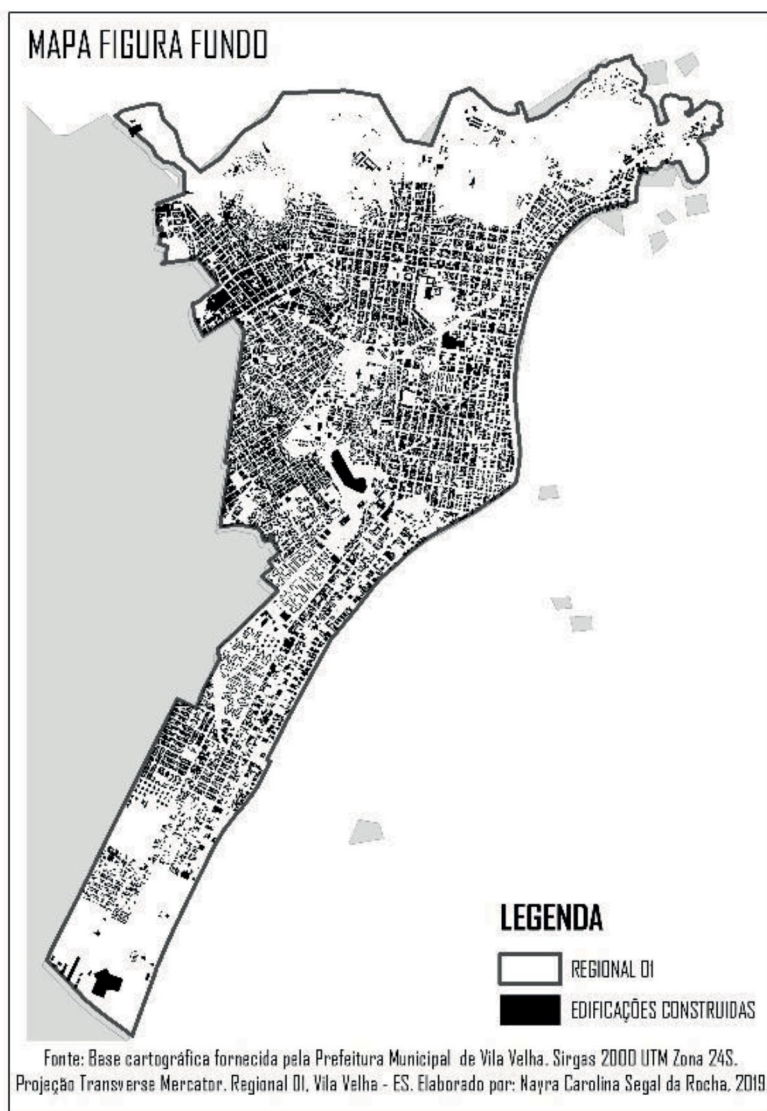
Fonte: elaborado pelas autoras, extraído do mapa da Figura 3, 2019.

Diante do exposto, os 17,11% de vazios (Tabela 2) tornam-se significativos e estratégicos para restituição do então bem-estar da população por meio do equilíbrio entre densidade construtiva e escala humana (Gehl, 2018). Vale destacar, todavia, que a Regional Administrativa 01 tornou-se o foco principal de expansão identificado pelo mercado imobiliário como ideal para retomada da oferta de novos empreendimentos residenciais e comerciais, tendo em vista o esgotamento recente de lotes para incorporações na porção nordeste dessa regional. A Figura 4 ilustra essa realidade através da concentração de edificações na porção da cidade em questão, tornando-se ainda mais latente a necessidade de revisão das diretrizes estabelecidas para as zonas em que tais vazios estão inseridos.

A densidade construtiva indicada na Figura 4 sugere que as áreas de adensamento estão se aproximando dos grandes vazios situados na porção sul da regional. Destacam-se no mapa da Figura 4 três grandes manchas de ocupação concentrada em edificação única referentes a três shopping centers situados dentro do perímetro da Regional Administrativa 01 de Vila Velha. Essas edificações se destacam como construções introspectivas, com área de ocupação que contrasta com todas as demais áreas construídas na mesma regional. O formato introspectivo de atividade comercial que essas edificações abrigam contraria a vitalidade urbana e urbanidade defendidas por Jacobs (2007) e Netto *et al.* (2017) por constituírem espaços com efeitos opostos aos de promoção de trocas sociais e interação entre espaços livres de uso públicos e privados, em que a presença de pessoas em seu entorno é desestimulada pelas grandes distâncias a serem percorridas.

As quadras que abrigam as construções introspectivas citadas surgiram de maneira aleatória ao traçado e escala da malha adjacente, ocupando os espaços residuais até então identificados como vazios urbanos. Especula-se sobre como as demais áreas vazias e ociosas inseridas nessa Regional serão ocupadas tendo em vista o efeito segregador identificado como ruptura urbana destes espaços na cidade.

Figura 4 – Mapa Figura e Fundo da Regional 01



Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

Os dados ilustrados no mapa e nas tabelas deste artigo alertam para o efeito nocivo do mercado imobiliário sobre a espacialidade qualitativa do ambiente urbano. A Figura 4, correlacionada aos dados apresentados na Tabela 3, indica que os bairros com a maior quantidade de imóveis próprios são aqueles em que há uma menor quantidade de vazios urbanos, como os bairros Praia da Costa e Centro. Por

outro lado, os bairros com maior concentração de imóveis alugados são aqueles situados nas proximidades dos vazios urbanos.

Tabela 3 – Relação das Condições de Ocupação na Regional 01 de Vila Velha

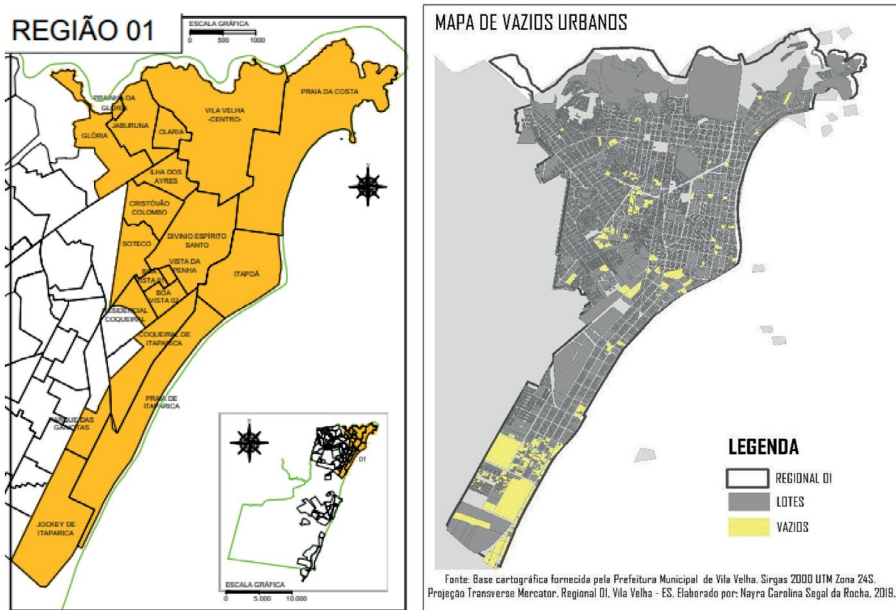
Bairros	Alugado	Próprio
Boa Vista I	30,8	63,4%
Boa Vista II	26,0	69,3%
Centro	27,1	66,6%
Coqueiral de Itaparica	24,8	71,3
Cristóvão Colombo	26,3	67,0
Divino Espírito Santo	36,4	58,1
Glória	32,4	64,7
Ilha dos Ayres	23,2	69,3
Itapoã	26,7	69,3
Jaburuna	20,6	71,9
Jockey de Itaparica	29,9	65,8
Olaria	30,3	62,3
Praia da Costa	22,7	73,0
Praia das Gaiotas	25,6	71,7
Praia de Itaparica	29,4	66,3
Residencial Coqueiral	40,8	55,8
Soteco	33,3	62,6
Vista da Penha	32,6	59,2

Fonte: elaborado pelas autoras, baseado em dados do IJSN, 2019.

Todavia, os referidos números devem ser interpretados com outros dados referentes ao perfil socioeconômico dos bairros da área de estudos para identificação dos aspectos sociais da população que reside na região. De acordo com o rendimento nominal médio mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes de Vila Velha, a localização da maior concentração de vazios urbanos da regional administrativa 01, ilustrada na comparação entre os mapas na Figura 5, coincidem com os bairros de renda intermediária em relação aos bairros Praia da Costa e Itapuã, da orla noroeste da regional (VILA VELHA, 2018). Essa região, situada na porção sul, que concentra a maior quantidade de vazios remanescentes, também coincide com o limite da área urbanizada da regional pois o bairro Jockey de Itaparica faz divisa ao sul com a Zona de Especial Interesse Ambiental do

município. Nesse sentido, os mapas também sugerem que os bairros de maior adensamento e próximos aos de maior renda são aqueles em que o mercado imobiliário tende a promover novas ocupações.

Figura 4 – Mapa bairros e vazios Regional I, Vila Velha, ES



Fonte: Vila Velha, 2013; autoras, 2019.

Os mapas e dados ilustrados neste artigo indicam que a função social da propriedade urbana, destinada à garantia da qualidade de vida e bem-estar daqueles que residem e fazem uso da região, está condicionada à revisão das diretrizes de uso e ocupação desses vazios urbanos residuais, identificados como rupturas urbanas na Regional em questão.

Considerações finais

O estudo e interpretações realizados com base no mapeamento das rupturas por vazios urbanos da Regional Administrativa I – Centro, do município de Vila Velha, ES, apontam para a compreensão da formação e caracterização das ocupações e investimentos em planejamento urbano em função da renda da população. Destaca-se a impor-

tância da efetiva participação da administração pública, em parceria com os diferentes atores locais, para definição dos parâmetros capazes de implementar efetivamente os instrumentos urbanísticos disponibilizados pelo Estatuto das Cidades (Rolnik; Saule Junior, 2001).

O processo de expansão em direção à porção sul, identificado neste estudo, alerta para a necessidade de se criar medidas que sejam capazes de impedir a reprodução das rupturas urbanas mapeadas. As referidas rupturas por vazios urbanos, quando ocupadas por grandes empreendimentos introspectivos, intensificam o processo de segregação socioespacial da cidade. Isso ocorre concomitante ao aumento da sensação de insegurança sentida pela população, que passa a viver entre fragmentos isolados por espaços fechados que prometem proteção. Essa realidade reforça o sentimento de mixofobia na cidade ao isolar as pessoas do convívio público (Bauman, 2009).

Vale destacar ainda que a conversão desses espaços ociosos em ambientes de segregação, em consequência da forma em que estão sendo ocupados, desconsideram as apropriações pré-existentes. Este estudo revelou que a mancha urbana está condicionada aos interesses do mercado de consumo e à revelia “do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos” (Rolnik; Saule Junior, 2001, p. 15). O vazio urbano, enquanto ociosidade, é sinônimo de vulnerabilidade no contexto da cidade, especialmente aqueles inseridos no contexto de regiões metropolitanas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) por meio de Bolsa de Iniciação Científica.

Referências

ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 25, 2007. DOI: 10.22296/2317-1529.2007v9n2p25. Disponível em: <https://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/181>. Acesso em: 31 jul. 2023.

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- DUARTE, Cristóvão F.. **Forma e movimento**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.
- EBNER, Íris A. R.. **Vazios urbanos**: Uma abordagem do ambiente construído. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- ITDP Brasil. **Índice de Caminhabilidade Ferramenta**, Versão 2.2. Rio de Janeiro, 2019
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LYRA, Ana Paula R. **O Direito de se viver com Dignidade nas Cidades**. Mapeamento e Qualificação das Rupturas no bairro Soteco, Vila Velha, ES. Relatório Pesquisa. Vila Velha: Universidade Vila Velha, 2021.
- NETTO, Vinicius M. *et al.* **Efeitos da Arquitetura**. Os impactos da urbanização contemporânea no Brasil. Brasília: FRBH, 2017.
- ROLNIK, Raquel; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Polis, 2001.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SCHAYDER, José P. **Passado a limpo**: o estado capixaba e o seu mito fundador. Cachoeiro de Itapemirim: Edição do autor, 2017.
- SIQUEIRA, Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2010.
- SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2017. 270 p.
- VILA VELHA. **Vila Velha em números**. Diagnóstico Municipal 2018. Núcleo de Informações Estratégicas. Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Estratégicos. Prefeitura Municipal de Vila Velha, Vila Velha, 2018.
- VILA VELHA. **Perfil Socioeconômico por bairros**. Indicadores selecionados. Estudos & Pesquisas. SEMPLA, Revisão nº2, Prefeitura Municipal de Vila Velha, Vila Velha, 2013.
- ZANOTELLI, Claudio L. **O planejamento e a concentração fundiária na expansão da região metropolitana da Grande Vitória**. XIII SIMPURB, Rio de Janeiro, 2013.

Vulnerabilidade socioambiental no Morro do Jaburuna: uma análise da situação de risco ambiental

*Yasmin Depes Marques
Teresa Cristina da Silva Rosa*

Introdução

O acelerado processo de urbanização das cidades revela uma lacuna com relação ao ordenamento territorial, principalmente em áreas de desenvolvimento tardio e periférico, como é o caso do Brasil. Essa lacuna favorece o aumento da vulnerabilidade da população em consequência da ocupação desordenada, incluindo em áreas de risco. Tal realidade reflete uma sociedade excludente que fere os direitos sociais básicos das populações, confrontando, em tese, o princípio da universalidade, base estabelecida pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

No intuito de lidar com tal situação, o país vem criando políticas públicas e instrumentos que possibilitam o enfrentamento dessas questões sociais e ambientais complexas que visam minimizar as desigualdades inerentes ao território. O estudo das áreas de ocupação vulnerável e precária revela que elas são mais suscetíveis a riscos devido a sua caracterização e dinâmica dos elementos territoriais presentes tanto no meio ambiente físico quanto no natural.

O conceito de vulnerabilidade envolve a multidimensionalidade inerente às problemáticas enfrentadas pela sociedade em geral, tal como questões socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas (Gaillard, 2019). O processo de construção social da vulnerabilidade pode auxiliar o entendimento da complexidade da formação dos territórios, visto que não se trata de um conceito que lida com um indivíduo isolado, mas sim com a sociedade no conjunto de seu território. É essa complexidade contextual que é considerada, segundo as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (OTVS), na definição abaixo.

(...) compreender o aspecto multidimensional presente no conceito de vulnerabilidade social, não restringindo esta à percepção de pobreza, tida como posse de recursos financeiros, embora a insuficiência de renda seja obviamente um importante fator de vulnerabilidade. É necessário que a vulnerabilidade seja entendida como uma conjugação de fatores, envolvendo, via de regra, características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas (BRASIL, OTVS,2013, p.11).

Apesar do termo vulnerabilidade estar frequentemente associado ao conceito de risco, não há uma teoria ou modelo universal para esse termo (Hufschmidt, 2011). A literatura afirma que esse conceito é empregado em diversos campos do saber em função da sua inerente complexidade (Shumann, 2014). No contexto de riscos de desastres, ele pode ser representado como a suscetibilidade física, econômica, social e política de um grupo social de pessoas aos danos (Cardona, 2004). Moser (1998) ainda acrescenta que a vulnerabilidade pode ser definida como uma situação em que estão presentes três elementos: exposição ao risco; incapacidade de reação; e a dificuldade de adaptação quando exposto ao risco e ao desastre.

Considerando que todas as suas diferentes abordagens são importantes para o entendimento como um todo, no decorrer deste capítulo serão apresentados dois principais conceitos da vulnerabilidade: a vulnerabilidade sob enfoque social; e a vulnerabilidade sob enfoque ambiental. Assim, a literatura propõe uma outra categoria analítica, a da vulnerabilidade socioambiental, na qual se expressam "... os fenômenos de interação e cumulatividade entre situações de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) e situações de pobreza e privação social (vulnerabilidade social)..." (Alves, 2006, p.47).

A coexistência, a superposição dessas duas dimensões gera uma situação de vulnerabilidade mais complexa, visto a sua interconectividade, em que o processo de exclusão social da população mais pobre e o seu direito de moradia digna não atendido contribuem para o aumento das ocupações irregulares por populações vulnerabilizadas em áreas de interesse ambientais. Essa é a realidade que ocorre no Morro do Jaburuna (Vila Velha, Espírito Santo), classificado como a uma zona de interesse ambiental (ZEIA), estabelecendo que suas ocupações devem ser feitas de forma restrita, com uso predominante-

mente residencial, unifamiliar ou multifamiliar, com baixas densidades pela legislação brasileira. Contudo, esse maciço rochoso vem sendo ocupado desordenadamente por um processo de urbanização acelerada desde a segunda metade do século XX, causando uma degradação ambiental, como será discutido no decorrer do texto. Devido a tais características territoriais, as condições preexistentes no meio ambiente, sua demografia e as condições de infraestrutura local propiciam a exposição de vulnerabilidade socioambiental.

Este capítulo será organizado em três partes. Inicialmente, faz-se uma breve revisão da literatura a respeito dos temas vulnerabilidade socioambiental, risco e áreas de risco. Na segunda parte, ressalta-se a caracterização urbana da região de Vila Velha, ES, bem como a região do Morro do Jaburuna e a evolução da ocupação na região. Na terceira parte conclusiva deste capítulo, é discutida a vulnerabilidade socioambiental do território em questão através dos indicadores apresentados.

Revisão de Literatura

Segundo a ONU/HABITAT (2012), o Brasil foi o país com maior índice de urbanização da América Latina entre os anos de 1970 e 2010, de acordo com o relatório “Estado das cidades da América Latina e do Caribe 2012 – Rumo a uma nova transição urbana”. Atualmente, cerca de 86,53% da população brasileira vive nos grandes centros urbanos. Tal crescimento populacional em tão pouco tempo trouxe reflexos que acentuaram problemáticas como precariedade de infraestrutura urbana, de moradia, de segurança pública e de transporte para essa população. No entanto, esse rápido crescimento não foi acompanhado pelo desenvolvimento das cidades, onde a carência de investimentos em planejamentos e gestão urbana propiciam as ocupações desordenadas do território que, acrescidas da precariedade das construções, geram situações de vulnerabilidade e suscetibilidade aos riscos.

Nos últimos anos, o termo vulnerabilidade tem sido adotado com certa frequência e por diversos grupos acadêmicos tanto nas ciências naturais e engenharias como nas ciências sociais. As primeiras pesquisas nesse tema se deram após a Segunda Guerra Mundial, quando procurava-se compreender os impactos dos danos naturais na sociedade bem como as probabilidades de ocorrência desses eventos. Assim, nota-se a preocupação em relação à temática com pesquisas

para se avaliar o risco em determinados locais. As principais menções acerca desse conceito eram, então, atreladas às questões ambientais e de risco relacionadas aos fenômenos naturais que causam danos e expõem ao perigo a população.

Segundo Shumann (2014,p.35): “A vulnerabilidade integrava-se aos estudos não como conceito, mas como ideia subjacente à noção de capacidade de resposta”. Gaillard (2019) vai mais além, afirmando que a vulnerabilidade emerge naquela década como um novo paradigma para os estudos dos desastres. Em um ambiente urbano, a vulnerabilidade ambiental é associada, muitas vezes, a áreas ocupadas por uma população em condições socioeconômicas precárias, com ausência de infraestrutura adequada. Nesses casos, trata-se de uma alta concentração de riscos de caráter ambiental e social. Portanto, o paradigma da vulnerabilidade introduz a complexidade, a multidimensionalidade e a multifatorialidade aos estudos sobre risco de desastres.

Assim como a vulnerabilidade, o risco também possui um caráter multidimensional e, para compreendê-lo, deve-se considerar o contexto no qual é, historicamente, gerado e em que expõe os seres humanos. Eles podem ser classificados em diversos tipos como naturais, ambientais, tecnológicos, econômicos, sociais e geopolíticos. Para Jones (1993, *apud* Marandola; Hogan, 2005), para se compreender os riscos é preciso levar “... em conta o contexto natural e as formas pelas quais a sociedade tem se apropriado da natureza, produzindo perigos (Jones, 1993).” (Marandola; Hogan, 2005, p. 33). Jacobi (1995) ainda acrescenta que a exposição aos riscos ambientais está intrinsecamente relacionada à precariedade e falta de acesso aos serviços urbanos, em que a ausência de infraestrutura adequada do território expõe a população diretamente ao risco. Assim, quando as populações estão expostas ao conjunto desses diferentes riscos, considera-se que elas estão em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Assim, os grupos de baixa renda têm uma maior tendência de exposição ao risco, seja ele ambiental ou social, devido às más condições urbanísticas do seu território, do que o restante da população em geral. Sendo assim, a vulnerabilidade está relacionada à multifatorialidade inerente ao território tal como Gaillard (2019) chama atenção: a vulnerabilidade sendo uma construção cultural, econômica, política e social. Ela é, assim, um processo de construção historicamente determinado. Contudo, essa complexa cadeia de diferentes fatores traz, antes de tudo, um desafio ao poder público que, na sua omissão, pode estar reforçando a situação de

vulnerabilidade socioambiental da população através de políticas públicas que desconsideram tal complexidade. A partir dessa discussão, toma-se o território do Morro Do Jaburuna para compreender o processo de vulnerabilidade deste território de Vila Velha (ES).

Morro do Jaburuna (Vila Velha, ES): caracterização da área

Localizado no litoral do estado do Espírito Santo, o município de Vila Velha é um dos mais populosos do estado e, em 2010, era o segundo com maior índice de densidade populacional, possuindo uma área de unidade habitacional de 210,225 km² no perímetro urbano (IBGE, 2021). Ao norte do município, limita-se com a capital do estado, Vitória; ao sul, a cidade de Guarapari; a leste, o Oceano Atlântico; e a oeste, os municípios de Cariacica e Viana (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Vila Velha no contexto estadual



Fonte: Instituto Jones Dos Santos Neves-IJSN, 2011.

Marcada por invasões e ocupações desordenadas devido ao seu acelerado processo de urbanização e sem um plano de ordenamento urbano por parte do poder público municipal, as populações se viram sem condições de moradia em Vila Velha. A carência de política pública naquele momento motivou os assentamentos de seus maciços rochosos, manguezais e outras áreas de preservação, gerando a destruição de algumas paisagens naturais e comprometendo a qualidade da paisagem urbana como um todo (PLHIS, 2015). Pereira e Silva (2011) ainda reforçam que, devido a essa impossibilidade de escolha de moradia em áreas mais bem estruturadas, em especial devido à especulação imobiliária, essas populações terminam, majoritariamente, por apropriar-se de áreas inadequadas do ponto de vista ambiental, como já mencionado acima.

Esse é caso do Morro do Jaburuna, cuja ocupação se remete a noção de “urbanidade de risco” de Rolnik (1997) que a define como sendo o processo:

“... marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente, justamente aquelas que pelas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente inscrita nos registros de imóveis e cadastros de prefeituras.”(Rolnik, 1997, p. 7).

De acordo com o discutido acima, Vila Velha pode ser considerada, atualmente, uma área de vulnerabilidade socioambiental em função das características de sua malha urbana precária em concomitância com os eventos meteorológicos intensos que vêm ocorrendo nos últimos anos (PLHIS,2015), além da sua exposição a riscos tecnológicos relacionados à atividade de exportação do neoe-xtratativismo. No seu último Plano Diretor Municipal (PDM), instituído pela Lei Complementar número 040/2017, o zoneamento da cidade apresenta uma região central constituída por Zonas de Ocupação Prioritárias (ZOP), Zonas de Proteção Ambiental e Cultural (ZEPAC), Zonas de Equipamento Especial (ZEE), Zona de

Especial Interesse Urbanístico (ZEIU) e Zonas de Especial Interesse Ambiental (ZEIA).

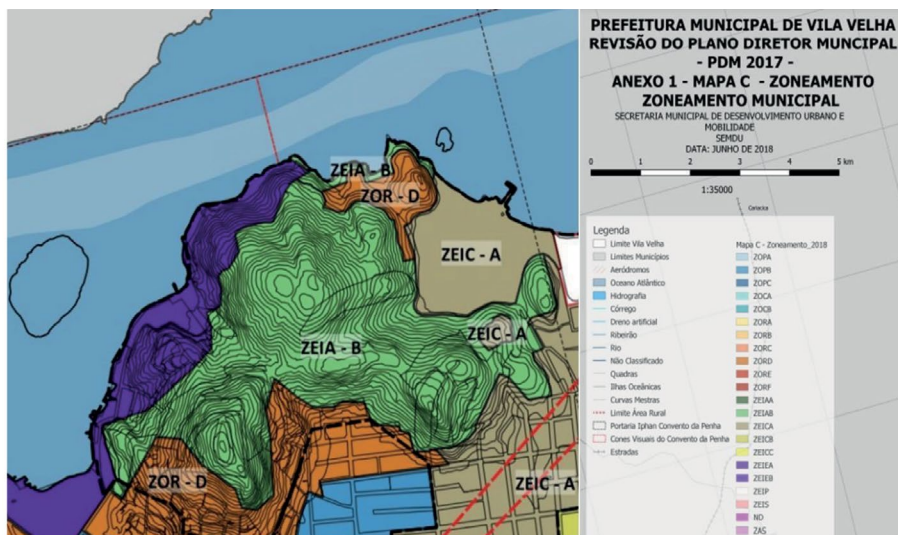
O Morro do Jaburuna é composto por um complexo de três maciços rochosos litorâneos: o Jaburuna, Batalha e Marinha, abrangendo uma área de aproximadamente 723.000 m² (IBGE,2010). Compreender como ocorreu o processo de ocupação no Morro do Jaburuna, considerando a sua expansão nos últimos anos, é crucial para o entendimento da ocupação local atual a fim de fundamentar a discussão do papel do poder público através da implantação das políticas públicas voltadas para a gestão socioambiental do território. Além disso, a falta de uma melhor aplicabilidade está na origem do processo de vulnerabilização socioambiental e a exposição ao risco de sua população em uma área de interesse ambiental, segundo o próprio PDM.

Com uma população de 5.836 habitantes (IBGE,2010), o bairro está próximo ao centro de Vila Velha, a área histórica da Prainha e ao bairro Glória, grande polo comercial da cidade. A região está classificada pelo PDM (2017) em Lei Complementar número 040/2017 como uma Zona de Especial Interesse Ambiental (ZEIA).

Neste PDM (Subseção I), as ZEIAS são definidas como sendo: “parcelas do território municipal, de domínio público ou privado, onde é **fundamental a proteção e a conservação** dos recursos naturais, com sua adequada utilização **visando a preservação do meio ambiente**” (VILA VELHA, 2017, destaque das autoras). O Morro do Jaburuna encontra-se em uma ZEIA-B (Figura2), a qual, segundo o PDM, é área para a promoção de ações de preservação das áreas verdes existentes e com ocupações urbanísticas restritas. No artigo 92 do PDM, classifica-se como ZEIA-B:

§2º Ficam definidas como Zona de Especial Interesse Ambiental B - ZEIA-B - as parcelas do território municipal, de domínio público ou privado, com **características ambientais passíveis** de estudos para definição de novas Zonas de Especial Interesse Ambiental A - ZEIA-A - e, no entorno das áreas definidas como tal, deverão ter características de **ocupação urbanística restrita** e com **uso predominantemente residencial unifamiliar ou multifamiliar com baixas densidades**. (destaque nosso) (PDM,2017).

Figura 2 – Mapa de Zoneamento urbano da região mais central de Vila Velha com destaque para área de estudo ZEIA-B



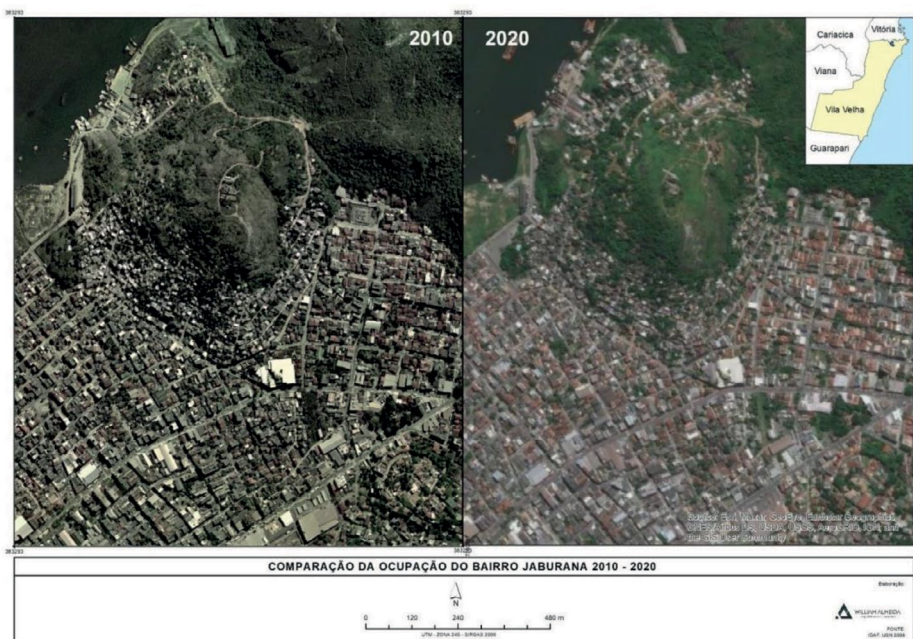
Fonte: Plano Diretor Municipal, 2017. Adaptado pelas autoras.

A partir dessa classificação, observa-se que as ocupações nessas áreas devem ser restritas, de uso residencial com baixa densidade em relação à ocupação do solo. No entanto, a evolução significativa do uso desse maciço rochoso nos últimos anos (Figura 3) se caracteriza pela presença de habitações precárias, com ausência de infraestrutura adequada para esse tipo de terreno íngreme, desconsiderando as especificidades do afloramento rochoso, expondo ao risco a população da área em questão, acentuando a situação de vulnerabilidade socioambiental local. A evolução das ocupações foi identificada e mapeada por meio do uso de ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas, ArcGis 10.1. O termo Sistema de Informação Geográfica - SIG:

(...) é aplicado para sistemas que realizam o tratamento computacional de dados geográficos. A principal diferença de um SIG para um sistema de informação convencional é sua capacidade de armazenar tanto os atributos descritivos como as geometrias dos diferentes tipos de dados geográficos (Câmara, 2005, p.2).

Em paralelo, foi feito um trabalho de campo, primordial para visualizar as condições de vulnerabilidade local e compreender a dinâmica do território. A partir dessa visita, foi possível visualizar a real situação das habitações, que apresentavam condições precárias e ausência de infraestrutura urbana adequada, com o despejo inadequado de lixo, ausência de obras de drenagem e sistemas sanitários ineficientes. Esse quadro acentuava a situação de vulnerabilidade socioambiental local.

Figura 3 – Comparação ocupação Morro do Jaburuna 2010 e 2020



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora. Acesso em: 17 mar. 2019.

Segundo Origge *et al.* (2017), devido à presença de blocos junto às moradias, o Morro do Jaburuna pode ser considerado como uma área de alto risco devido à grande suscetibilidade a movimentos de massa, tal como quedas de blocos – típicos dos maciços rochosos de Vila Velha. Na Figura 4, observa-se a construção de habitações sobre essas áreas de encosta e a problemática da construção precária que põe em risco a essa população neste território.

Figura 4 – Assentamentos precários no Morro do Jaburuna



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Vale citar Marques (2021) que, em sua pesquisa, resgata o histórico de políticas públicas urbanas que estariam ordenando a ocupação do Morro de Jaburuna. Segundo a autora, desde a década de 1980, com o primeiro Plano Diretor Urbano (PDU), o morro é considerado uma área de condições não favoráveis para a construção de habitações: “Desde as primeiras leis sobre parcelamento, o Morro do Jaburuna já era considerado uma área de interesse ambiental, portanto a ser preservada e não edificada, estando tal área vedada a parcelamento além de acarretar riscos à população.” (p.71). Considerando esse contexto, emerge um questionamento: se há um crescimento contínuo das habitações desde a década de 1980 nessa área; e se ela foi área de preservação e é hoje classificada como uma área de interesse ambiental, como compreender esse avanço que acarreta tanto prejuízo ao meio ambiente, expondo a população à situação de vulnerabilidade socioambiental?

O Plano Municipal de Contingência de Vila Velha, ES – nas suas diferentes versões de 2013, 2015 e 2018, todos com mapas de 2012 (Figura 5) –, reforça que o bairro do Jaburuna está entre os maiores em risco de deslizamento. O plano apresenta, ainda, mapas que permitem a identificação de ameaças, vulnerabilidades e as áreas de riscos de desastres nos bairros com maior risco.

Posteriormente a este estudo e pesquisa, são identificados níveis de ações com o objetivo de eliminar ou reduzir tais riscos, em que, mediante um planejamento preventivo e alternativo, são elaboradas

ações necessárias para o controle e combate às ocorrências de riscos. Mais recentemente, foi publicado o Plano Municipal de Redução de Riscos Geológicos (PMRR, 2021) contendo um relatório específico para o Morro do Jaburuna. Nele, são identificados os setores de risco geológico locais, variando de risco 2-médio até risco 4-muito alto. Descrevendo os processos geodinâmicos, tal relatório propõe, com base nesses aspectos, ações de intervenção preventivas estruturante e não estruturante, os seus atores responsáveis bem como a quantidade de famílias cadastradas por setor de risco identificado.

Mediante o mapa da Figura 5, a ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massas e enchentes do município de Vila Velha, o bairro do Morro do Jaburuna apresenta, já em 2012, alerta de risco como descrito acima por ser uma área de difícil acesso, controlada pelo tráfego, com suscetibilidade a deslizamentos, rolamentos de blocos e ainda apresentando áreas mais baixas com pontos de alagamentos. O conjunto desses aspectos já indicava a situação de vulnerabilidade socioambiental local.

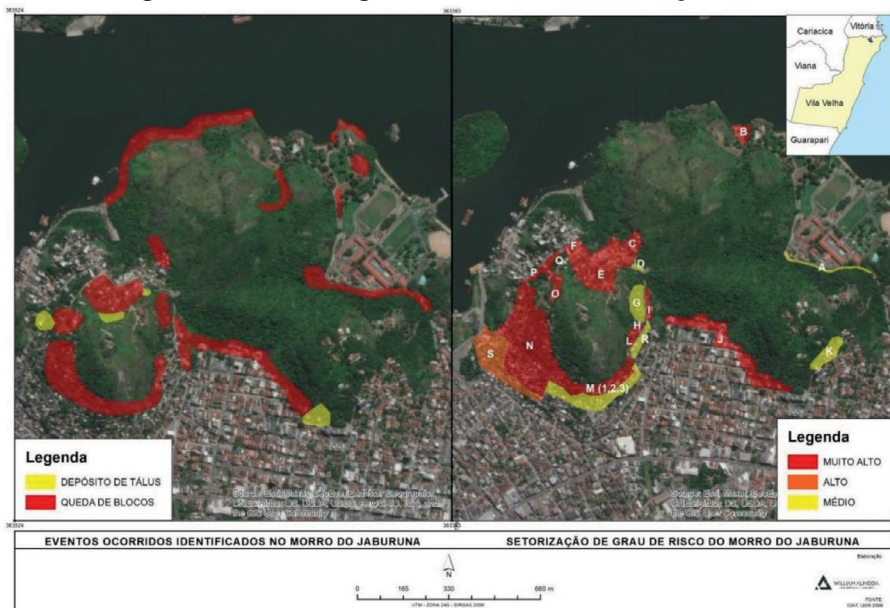
Figura 5 – Mapa de ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massas e enchentes – Morro do Jaburuna, Vila Velha-ES



Fonte: disponível em http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/ES_SR_VV_03.pdf.

A partir da Figura 5, observa-se que aproximadamente 500 imóveis já se encontravam em área de risco, porém, em um estudo mais recente, realizado por Origge *et al.* (2017), apresenta um novo mapa de grau de gravidade de riscos do Morro do Jaburuna (Figura 6), que setorizou o bairro em 21 regiões de acordo com suas ocupações, declividades, tamanho e quantidade de blocos na região e áreas de escorregamento.

Figura 5 – Eventos e graus de risco do Morro do Jaburuna



Fonte: Origge *et al.*, 2017. Adaptado pela autora.

Mediante comparação de ambos os mapas, ficam evidenciadas as transformações em relação ao aumento do número de habitações e, conseqüentemente, elevando ainda mais a situação de vulnerabilidade local, que deveria ser uma área de interesse ambiental segundo a legislação municipal citada acima.

Tendo em vista este estudo sobre o Morro do Jaburuna, nota-se uma ineficiência na aplicabilidade de políticas públicas a fim de conter ou mitigar a expansão das ocupações por populações vulnerabilizadas, as quais ficam expostas ao risco.

Conclusão

A questão habitacional é uma problemática antiga e presente em todo o Brasil, onde questões mercadológicas de interesse do empreariado se sobrepõem a questões ambientais e déficit habitacional. A população de baixa renda se vê com poucas ou sem oportunidades de moradia adequada ocupando, assim, locais muitas vezes de classificação inadequada para construções habitacionais e com pouca estrutura. Esse processo reforça um quadro de injustiças e desigualdades socioambientais territoriais, com sérias problemáticas ambientais, de mobilidade e infraestrutura urbana, envolvendo a população vulnerabilizada pelo processo de urbanização e de desenvolvimentismo periférico.

Diversos instrumentos de políticas públicas voltadas para questões habitacionais e ambientais são implementados a fim de se alcançar o melhor planejamento das cidades e minimizar os impactos desse crescimento de habitações em locais inadequados e de risco. Contudo, a ausência da aplicabilidade desses instrumentos e da fiscalização dos órgãos do poder público favorece o crescimento das ocupações consideradas irregulares e evidencia as condições de vulnerabilidade socioambiental do território. Esse é o caso do Morro do Jaburuna em Vila Velha.

Com o estudo das legislações locais, fotos aéreas e visita de campo, pode-se observar a situação de superposição da vulnerabilidade social e ambiental presente no Morro do Jaburuna, onde a ocupação crescente nessa área, classificada desde a década de 1980 como sendo de interesse ambiental, significa colocar em risco a sua população. Além disso, tal situação gera um impacto significativo na biodiversidade local que, em conjunto com as características de precariedade das habitações, favorece um meio propício para a ocorrência de desastres.

Por fim vemos que, com a crescente ocupação do Morro do Jaburuna por populações vulnerabilizadas, faz-se clara a necessidade de se conter tais avanços que causam uma crescente degradação ambiental e põem em risco a população local. Gerar estratégias que possam trazer condições de habitabilidade para a população vulnerabilizada já instalada no morro se faz necessário e urgente, dentre outras medidas de enfrentamento da vulnerabilidade. Cabe lembrar de algumas iniciativas que podem ser adotadas nas mais diversas situações associadas a essa temática, tais como: compreender quais os

tipos de riscos e desastres que podem ocorrer em determinada região; proteger o meio ambiente; incentivar a habitação de áreas menos vulneráveis aos riscos; alertar e evacuar populações que efetivamente são vulneráveis a perigos iminentes; construir empreendimentos com técnicas de engenharias voltadas para áreas de desastres ambientais; adaptar-se eficazmente às mudanças em curso dos padrões demográficos; desenvolver planos de operação de emergência; promover as mudanças necessárias nas esferas sociais, políticas e econômicas; e, talvez a mais fundamental de todas, promover a conscientização da população como um todo na perspectiva da educação para a redução de riscos de desastres.

Referências

ALVES, H.P.F.; TORRES, H.G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.sciclo.br>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

CÂMARA, G. Bancos de Dados Geográficos. **Representação Computacional de Dados Geográficos**. Curitiba: Editora Mundo Geo, 2005, cap. 1.

CARDONA, O.D. The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: a necessary review and criticism for effective risk management. *In*: Bankoff, G.; Frerks, G.; Hilhorst, D. (Eds.). **Mapping vulnerability: disasters, development, and people**. Londres: Earthscan Publications, 2004. p. 37-51.

GAILLARD, J., **Disaster studies inside out**. *Disasters*, 43: S7-S17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/disa.12323>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GOOGLE EARTH-MAPAS. Disponível em: <http://mapas.google.com>. Acesso em: 20 dez. 2019.

HUFSHMIDT, Gabi (2011), "A Comparative Analysis of Several Vulnerability Concepts", **World Development**. Grã-Bretanha, v. 26, n. 1, pp. 1-19. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6VC6-3SX6Y9711&_cdi=5946&_user=687355&_orig=browse&_coverDate=01%2F31%2F1998&_sk=999739998&view=c&wchp=dGLbVlzzSkzS&md5=13aba6c7867265fff81a44cad64eb25f&ie=/sdarticle.pdf. Acesso em: 14 jan 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2020.

JACOBI, P.R. Moradores e meio ambiente na cidade de São Paulo. **Cadernos Cedec**. São Paulo, 1995, n. 43.

MARANDOLA JR., E.; D'ANTONA, A. O. Vulnerabilidade: Problematizando e Operacionalizando o Conceito. In: Carmo, R.; Valencio, N. (Org.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. 1. ed. São Carlos: Rima Editora, 2014. p. 45-61.

MARQUES, Yasmin D. **Políticas urbanas, zoneamento territorial e áreas de risco: o caso do morro de Jaburuna (Vila Velha/ES, Brasil)**, 2021.

MOSER, C. O.N. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **Natural Hazards**, 1998. p.621 -643.

ONU Hábitat: Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana, **Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos**, Nairobi, 2012.

ORIGGE, J. et al. Mapeamento de risco em áreas urbanas densamente habitadas: o Morro do Jaburuna (Vila Velha, ES, Brasil). In: **Revista Territorium (I): Riscos, Segurança Comunitária, Emergência e Proteção Civil**, n. 27, p.52, 2017.

SCHUMANN, L. R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**.

VILA VELHA. **Lei Nº 4.575 de 2007**. Institui o Plano Diretor Municipal de Vila Velha e das outras providências. Câmara de Vereadores. Vila Velha, ES, 2007.

VILA VELHA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**, 2015. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/PLANO%20DE%20TRABALHO%20-%20METODOLOGIA.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019

VILA VELHA. **Plano Municipal de Contingência 2013-2015**. Vila Velha: 2013b.

VILA VELHA. **Plano Municipal de Redução de Riscos Geológicos – PMRR**. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/governo-e-coordenacao-institucional-plano-municipal-de-reducao-de-riscos-geologicos-pmrr>. Acesso em: 20 mai. 2019

VILA VELHA. **Plano Municipal de Riscos e Desastres – Jaburuna, 2023**. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/RELATORIO%20JABURUNA%20-%202021_compressed.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019

PARTE III
História, Memória e Requalificação

Meu Zen, Meu Bem, Meu Mal: crônicas da Praça Costa Pereira

Karita de Souza Nunes

Heitor Ambrozini

Melissa Ramos da Silva Oliveira

Introdução

A Praça Costa Pereira é um lugar único na cidade de Vitória. Marcada pelos primeiros aterros da cidade, o primeiro arranha-céu, o primeiro edifício com elevador, o primeiro edifício com galeria, os primeiros teatros, o primeiro centro cultural, entre outras vanguardas no Espírito Santo, a Praça Costa Pereira é comumente associada ao próprio Centro de Vitória pela sua conexão com a própria origem da cidade, assim como pelos diversos artefatos que resistem às transformações e constituem paradoxos entrelaçados que misturam tempos, formas, materialidades, signos, símbolos, normas, códigos, apropriações, sonhos, enfim, vivências únicas e coletivas que constituem e caracterizam o lugar.

Trata-se de uma conciliação de espaço-tempo que emerge da conciliação de opostos – do novo e do antigo, da preservação e da transformação, da tradição e da inovação, do material e do simbólico, do legal e do ilegal, dos discursos e das utopias, da arte e da técnica, do bem e do mal. A Praça não é somente um espaço construído, mas um local onde diversas práticas espaciais, articuladas às representações do espaço, produzem o espaço “vivido, percebido e concebido” (Lefebvre, 1972), que evocam em si diversas memórias afetivas, assim como despertam inúmeras emoções e sentimentos por estarem associados a um complexo sistema simbólico. Todavia, nem tudo são flores. A praça também expõe a desigualdade social, os problemas narcóticos, o vandalismo e a poluição, seja a do ar, a sonora ou a visual. Expressa e representa os grandes riscos e problemáticas provenientes de um “utopismo patrimônio-territorial latino-americano” (Costa, 2017) que resiste – sob aspecto da cultura e popular - à colonialidade do poder.

Por meio de uma pesquisa exploratória, utilizou-se entrevistas e pesquisa bibliográfica com a finalidade de proporcionar maior familiaridade com a Praça e propiciar que pessoas pudessem exteriorizar o que elas pensam sobre ela, de acordo com as próprias vivências e memórias evocadas, dando base para críticas, reflexões e impressões realizadas neste texto.

A música que principia o título deste artigo foi escrita por Caetano Veloso e é uma das mais populares da discografia de Gal Costa. Foi trazida como forma de homenagem à trajetória da cantora e de poetizar a relação que se tem com a Praça Costa Pereira. Será que depende do ponto de vista dizer se a praça é “zen”, “bem” ou “mal”?

1. Meu Zen

*Meu signo, meu guru
Porto seguro onde eu voltei
Meu mar e minha mãe (...)*

A semiosfera da Praça Costa Pereira pode ser descrita através dos seus signos, cultivados em seu interior, provenientes das estruturas subjacentes que marcam o seu arranjo (Raffestin, 1986). Nos tempos mais antigos, foi matéria fluida e agitada porque era no princípio mar de baía, que vai se abrindo ao mar aberto, ao mundo. É mãe, mas dar à luz foi sempre um imenso sacrifício, com todos os cortes e aterros sofridos, as fundações das edificações estabelecidas, é mãe de muitas filhas. Há uma escultura de Maurício Salgueiro na praça desde 1971, dedicada à mãe, forjada em metal, mostra a ligação à filha através do cordão umbilical. Tem disso na praça, em seu interior são gerados fenômenos pela primeira vez no estado e na América Latina, a saber: o primeiro centro comercial de café na América Latina que funcionava no edifício do Palácio do Café, inaugurado em 1962, atualmente conhecido como Edifício Micheline (Frizera, 1995). O corte do cordão umbilical representa uma separação, mas ela dificilmente acontece de fato. A praça possui implicitamente uma sabedoria digna de um “guru”, uma capacidade de orientação ao influenciar, através da sua configuração, o comportamento das pessoas, mas esse simbólico guru é uma pessoa e também erra. E como um porto seguro, em algum ponto de vista, é um lugar que pode ser refúgio, que pode abraçar, onde se tem, literalmente, espaço para estar. Mesmo com relacionamentos familiares permeados

por conturbações, a mãe que concebeu e que também criou será sempre uma referência. A Praça Costa Pereira marca muitos inícios, sobretudo o início da verticalização de Vitória/ES:

Em torno da praça foi construído o primeiro prédio de apartamentos da cidade, o edifício Antenor Guimarães, e também o primeiro elevador, o prédio do Cine Teatro Glória (homem, idade não informada).

A Praça Costa Pereira é “zen” porque o seu interior costuma ter menos agito do que as extremidades. Essa tranquilidade homeostática¹ do seio da praça Costa Pereira é um convite para diminuir o ritmo por ali e permanecer sentado (ou deitado) em algum de seus bancos sinuosos de concreto, muito provavelmente ouvindo melhor o auspicioso som dos passarinhos. A natureza presente no paisagismo desperta acolhimento e caracteriza-se, de acordo com as pesquisas de Gressler e Günther (2013), como um potencial restaurador do bem-estar. Aqueles que a atravessam ou mantêm-se nela por alguns minutos, usufruem de um momento de pausa e descanso em meio ao caos urbano – que se contrapõe à vários trechos do Centro de Vitória que oferecem pouco ou nenhum contato com a natureza para seus habitantes.

Acho que as árvores chamam muita atenção (...) sempre tem um monte de gente sentada na Praça Costa Pereira (R.P., homem, 38 anos).

Dentro da praça tem uma boa quantidade de árvores, mas ao redor não (A.M., mulher, 22 anos).

A praça é muito bonita e tem um “respirar” diferente (S. mulher, 49 anos).

A Praça Costa Pereira é onde tem natureza, eu me sinto acolhida (M.S., mulher, 25 anos).

Apesar das radicais transformações em sua paisagem, ainda assim a Praça Costa Pereira mantém visuais do sítio natural como a Baía e o Maciço Central de Vitória. Ao longo dos anos e reformas, constituiu-se um lugar que abarca em si elementos da natureza, o que

¹ Homeostasia: consiste em um conjunto de processos de regulação metabólica e, ao mesmo tempo, no estado resultante desta regulação Zuanon, Ferreira e Monteiro (2020, p. 199).

pode ajudar a reduzir os níveis de estresse no organismo emocional daqueles que a frequentam. Grande parte das evidências científicas baseadas em teorias psicoevolutivas comprovam uma maior preferência das pessoas pelos ambientes naturais, por questões biológicas (Ellard, 2020; Ulrich; *et al.*, 1991). A presença do verde nas diferentes árvores, canteiros e arbustos da Praça Costa Pereira emerge da “intimidade humana”. São indicadores de qualidade de vida e respiro urbano, já que ajudam a regular o clima, reduzindo as ilhas de calor, a melhorar a qualidade do ar e a reduzir o ruído e emissão sonora da Avenida Jerônimo Monteiro, contribuindo na manutenção do equilíbrio físico-ambiental no Centro de Vitória e da saúde física e mental das pessoas.

Incorporando discussões neste sentido, um experimento feito em laboratório com rastreamentos oculares por Nunes (2023) comprovou cientificamente que a vegetação é um dos elementos visualmente mais percebidos e apreciados na paisagem da Praça Costa Pereira, como é constatado também nas narrativas:

Os espaços verdes e arborizados da praça trazem mais aconchego e vitalidade para a rotina urbana, são pontos onde você pode parar e descansar (J., mulher, 34 anos).

Eu vejo um cuidado com o paisagismo, com os canteiros e com as luminárias que têm na praça, me traz um ambiente mais aconchegante (W.P., homem, 33 anos).

É um local que leva as pessoas para dentro dele, um lugar quieto e tranquilo (F. homem, 42 anos).

É um lugar positivo por conta da tranquilidade das árvores, torna o ambiente mais agradável (G., homem, 46 anos).

Por estar nessa praça, com essas grandes árvores, me remete a uma coisa mais calma. Esses bancos permitem que você consiga sentar-se, conversar com as pessoas, ficar ali, então traz uma sensação de aconchego e tranquilidade, estando num lugar que é meio caótico, com ruas mais apertadas como o Centro (M. K., mulher, 27 anos).

Nesse contexto, os pesquisadores Zuanon, Ferreira e Monteiro (2020, p. 209) ressaltam a importância de olhar espaços sob o prisma da neurociência cognitivo-comportamental como forma de compreender mais profundamente as necessidades básicas e

complexas do ser humano, “os fatores que afetam sua saúde, seu bem-estar e o seu estado de espírito; e suas inter-relações com o ambiente, a natureza e o planeta”.

2. Meu Bem

Você é meu caminho (...)
Desde o início estava você
Meu bálsamo benigno (...)
Paixão e carnaval

O abraço envolvente e acolhedor da Praça Costa Pereira a transforma em um poderoso lugar de vivências e de encontro, onde pessoas vão acompanhadas ou sozinhas e acabam se comunicando umas com as outras. Essas trocas interpessoais favorecem o senso de pertencimento, uma dimensão importante da vida social e profundamente influente na forma como seus usuários e interlocutores se identificam e se relacionam com os lugares.

A Praça Costa Pereira possui bens culturais centenários, um conjunto arquitetônico que exhibe exemplares do estilo eclético com edificações que datam entre 1893 a 1923 e abrigam atividades comerciais e institucionais, preservadas e perpetuadas por meio de costumes e contatos geracionais. Bauman (2009, p. 21), ao discorrer sobre o tema, afirma que a identidade “só nos é revelada como algo a ser inventado”. Porque está em constante construção no íterim substancial dos tempos, a identidade possivelmente há de ser reinventada como algo cíclico com o encontro dos autores novos e antigos. De acordo com Gonçalves (2015, p. 216), o patrimônio – como um processo social – está associado a um “sistema de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro”.

A praça é um encontro do povo, tem um acolhimento, (...) proporcionando momentos especiais (S., mulher, 49 anos).

Sinto um sentimento de pertencimento, de que eu sou daqui (R., homem, 55 anos).

Em tempos de globalização, a tecnologia e o consumo excessivo das telas pautam grande parte do tempo dos indivíduos. Por consequência, certos lugares autênticos, bem como cidades latino-americanas, têm

passado por conflitos que alteram a noção de “fazer parte”. As pessoas têm suprido quase todas as suas necessidades sem sair de casa, utilizando plataformas digitais de empresas internacionais. O fenômeno da “crise da modernidade”, apresentado por Montaner e Muxí (2014), aflige, em grande parte, os espaços públicos culturais de lazer e serviços, progressiva e particularmente em cada região, substituídos pelos frutos da globalização, como os shoppings centers. Nesse contexto, a Praça Costa Pereira não é uma completa exceção, mas passa pelos ciclos e resiste aos contratempos porque, desde o início, exerceu um alto nível de influência no desenvolvimento social, econômico e urbano no Espírito Santo, visualizada pela simbólica arquitetura em estilo colonial, eclético e modernista. Tal cenário traz à margem o debate sobre patrimônio, memória e identidade, que pode ser concretizado a partir da evocação do passado, da memória e das lembranças no momento presente, permitindo o conhecimento, a legitimação e a apropriação de testemunhos e fatos sociais – sempre valorados por escolhas mediadas pelos sentidos. “Não há relação de pertencimento se não houver afetividade, ou seja, se não nutirmos um sentimento positivo que nos identifica e relaciona com algo” (Oliveira; Ferreira; Gallo, 2017, p. 213).

A Praça Costa Pereira é um predicativo para o Centro Histórico de Vitória e passa por leituras contemporâneas, com a atribuição de sentidos ou significados em que o processo de apropriação é consolidado, o que possibilita e estimula o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir. O processo de apropriação pode acontecer em qualquer lugar no qual a troca de informações seja estabelecida e discutida. O patrimônio – como uma herança transmitida de geração em geração – pode ser associado a concepções distintas de tempo e lugar, definidos entre recordações e esquecimentos, em um processo de consolidação da memória de diferentes grupos sociais.

A Praça Costa Pereira é um local histórico, um ponto de respiro da cidade, é propício e muito utilizado para encontros. Há troca de experiência entre pessoas de diversas localidades (J., mulher, 34 anos). Era uma multidão inacreditável desfilar na Praça Costa Pereira ao anoitecer. Uma coisa fantástica, indescritível. Centenas de pessoas, de idades variáveis, principalmente aos sábados e domingos, faziam disto aqui uma verdadeira passarela, uma roda viva da paquera. (...) O prazer do final de semana complementava-se nos bancos da praça, ao lado das palmeiras, nos reflexos do laguinho.

Para ilustrar aquele período, posso dar um exemplo: uma pessoa – formiga no meio da multidão desfilantes – demorava quase uma hora para contornar a praça. Enfim, muitos até mesmo riem ou se espantam ao recordar daquela época marcante na vida de Vitória.” (N., homem, idade não informada).

Lembro de vivências maravilhosas, ia aos cinemas da Praça Costa Pereira, me lembro da vida noturna que o centro tinha e do comércio (H. C., homem, 58 anos).

Um dos principais pontos de encontro do Centro era a Praça Costa Pereira. Dali, saíram muitos casamentos (L.G., homem, idade não informada).

Eu enxergo uma praça com uma grande vivência, eu me sentiria confortável em transitar por ali na Costa Pereira.” (C.B., mulher, 26 anos).

Como um bem comum, a Praça Costa Pereira é um ponto de parada, mas também conecta os **caminhos** das pessoas que vão ao Centro de Vitória para realizar diversas atividades. É um lugar onde chegam fluxos vindos de várias partes do Centro: a Avenida Jerônimo Monteiro, a Rua Dionísio Rosendo, Erotides Rosendo e a Escadaria São Diogo, a Rua Marcellino Duarte, Treze de Maio, Sete de Setembro, Graciano Neves, Barão de Itapemirim, Rua do Rosário e Duque de Caxias. Ao contrário do conceito de não lugar proposto por Marc Augé (2001) para descrever os espaços destinados à circulação, a Costa Pereira é um lugar entusiasta nesse sentido. É impossível passar por ela sem ser afetado pelas cores e cheiros das comidas à venda, pela atração de algum livro disposto na biblioteca ao ar livre ou pela melodia tocada por algum dos musicistas independentes que ali se apresentam, as calçadas também são permeadas por atividades comerciais. A Praça Costa Pereira é como o coração no organismo do Centro, uma espécie de bomba que conduz centenas de pessoas por dia para que circulem por todo bairro – é um movimento que dita um tempo diferente que não se escapa aos dedos sobre um *display*. Esse vai e vem de pessoas, entre os transeuntes e os que escolhem parar na praça, é o que marca a vitalidade e a afetividade do lugar:

A Praça Costa Pereira também me remete à correria do dia a dia, como um espaço que você só vai passar e não vai ficar (M. L., mulher, 38 anos).

A praça foi ponto de partida para resolver várias coisas, a praça me direciona (J., mulher, 34 anos).

Lembro de descer a ladeira ou a Escadaria São Diogo da cidade alta e ir até a padaria próxima à praça quando eu era criança (M.A., mulher, 45 anos).

Da Praça Costa Pereira me lembro de pessoas reunidas em conversas informais, da tranquilidade de somente contemplar a movimentação das pessoas que passavam pelo local e da limpeza (E.R., mulher, idade não informada).

As manifestações artísticas e culturais na Praça Costa Pereira são como um **bálsamo benigno** para a saúde, pois fortalecem a alma e trazem esperança. A arte tem isso de unir as pessoas com a força da dança, da música, da pintura, do teatro, do artesanato e tantas outras formas de arte que ali se expressam, principalmente no Teatro Carlos Gomes e no Centro Cultural SESC-Glória (antigo Cine-Teatro Glória), ambos edifícios do início do século XX. Nesse aspecto, a Praça também é promissora, nela foram presenciados os primeiros grandes eventos da cidade, as estreias das primeiras sessões de filmes e peças nos primeiros teatros do Espírito Santo, comprovando ser vanguarda legítima também na arte. Na atualidade, conta com outro Centro Cultural denominado Triplex Vermelho, onde era o antigo Hotel Imperial, inaugurado em 1928, um exemplar do conjunto arquitetônico eclético existente na Costa Pereira.

Memórias de passeios culturais no centro. Vou à Praça Costa Pereira para alguma exposição, evento de música ou peça de teatro (A.A., mulher, 37 anos).

Consegui manter e preservar um ponto cultural muito importante para a história da cidade e do estado, que é a Praça Costa Pereira, que contribui para o acervo de patrimônio (J., mulher, 34 anos).

A Praça Costa Pereira me remete à cultura, à história, ao teatro, à vivência e às pessoas (M.Z., homem, 26 anos).

Eu acho que a Costa Pereira é muito especial tendo de um lado o Teatro Carlos Gomes e do outro esse espaço onde todos os prédios são antigos (S., mulher, 49 anos).

Olho os casarios – cada uma de uma cor – então eu tenho um contato com a história do lugar e eu sei da importância da preservação. Daqui debaixo eu vejo as torres da Catedral, isso me dá uma

sensação boa, de história, de lugar antigo, colorido e vivo (L.L., homem, 44 anos).

A praça representa o **marco carnavalesco**. Fez e faz parte do circuito de dezenas de blocos de carnaval de rua, incluindo os do público infantil – que antigamente, de forma mais seletiva, frequentava matinês organizadas no Teatro Carlos Gomes e Clube Álvares Cabral. Loci carnavalesco de grande audiência na década de 1970, após os bailes de carnaval nos clubes de Vitória, a Praça Costa Pereira recebia os foliões que queriam esticar a festa e virar a noite (Ferraz, 2019).

O carnaval de Vitória acontecia na Costa Pereira. Família e amigos formavam blocos e desfilavam ali. No prédio da esquina em frente ao Carlos Gomes ficava o Clube Álvares Cabral com as matinês e gritos de carnaval (F.C., mulher, idade não informada).

Lembro da vivência noturna do centro e dos carnavais que já passei na Praça Costa Pereira. (G., homem, 26 anos).

Já passei o carnaval ali na Praça Costa Pereira (M.Z., homem, 26 anos).

Me lembro dos blocos de carnaval que passam pela Praça Costa Pereira (R.P. homem, 38 anos).

Ao longo dos anos o carnaval de rua seguiu com popularidade, muitos cantores e artistas já pisaram em palcos armados na Costa Pereira para se apresentarem à multidão de pessoas. Inaugurada em 1945, a Escadaria São Diogo, nessas ocasiões, é ocupada por foliões que a convertem em anfiteatro. E durante todo o ano, quando o samba do Bar da Zilda termina, aqueles que querem prolongar a noite descem às ruas, atravessam a iluminada Praça Costa Pereira em direção às festas produzidas pelo projeto Subúrbio nas madrugadas.

3. Meu mal

*Visão do espaço sideral
Onde o que eu sou se afoga
Meu fumo e minha ioga
Você é minha droga (...)
Meu medo e meu champagne*

A Praça Costa Pereira é um tanto de virtude e um tanto de preocupação, o lócus onde o sossego e o desassossego residem em um intervalo tênue, onde o “bem” e o “zen” coexistem. A falta de manutenção e preservação dos bens históricos e culturais causa o sentimento de desconforto em seus usuários e afasta a atratividade dos turistas. É perceptível o tratamento de indiferença pelo poder público estadual e municipal, que não mantém regulares projetos e ações da preservação da Praça Costa Pereira e do Centro Histórico de Vitória, tampouco busca reduzir a poluição existente em algumas partes do local, como a visual, sonora ou atmosférica.

Ela não é muito grande, mas há muito verde. Contudo, está no meio de um dos pontos mais barulhentos da cidade por causa do grande número de carros que trafegam ao seu redor, isso gera uma certa insatisfação naqueles que buscam um pouco de sossego, mas os que estão acostumados a frequentá-la dizem que ela sempre foi assim (R.T., mulher, idade não informada).

A negligência pública pode ser notada pelo Teatro Carlos Gomes, que está fechado desde 2017 para uma suposta reforma que até a primeira metade de 2023 nunca começou. O edifício Getúlio Vargas, com mais de dez andares, está há 15 anos abandonado e condenado ao desabamento, provocando o medo e a insalubridade local com o acúmulo de lixo, a proliferação de mosquitos, entre outros seres transmissores de doenças.

Devido aos vários elementos negativos, como o teatro fechado, o prédio antigo caindo aos pedaços, os prédios verticais tirando a beleza do lugar e da natureza, precisa ter uma harmonia entre a natureza e o espaço urbano (H., homem, 58 anos).

Tem um bloqueio visual muito grande, uma poluição visual, não só de descaracterização, mas edifícios novos que obstruem a visão de tantas coisas interessantes que o Centro possui (J., mulher, 34 anos).

As pessoas não têm uma percepção para os elementos históricos, estão no Centro mais pelo comércio e outras atividades, não valorizando a história do centro (A.M., mulher, 22 anos).

Eu entendo a arte e cultura como vida. O que mantém o Centro é essa cultura genuína, mesmo com o teatro fechado há muito tempo. Mas eu tenho a esperança que ele vai ser restaurado e voltar a funcionar, dando vida a praça (S., mulher, 49 anos).

Sem a reativação dos edifícios interditados, o número de moradores, de trabalhadores, de turistas e do público de espectadores de peças de teatro é reduzido, o malgrado atrai para o entorno os narcóticos, com maior intensidade fora dos horários comerciais. O início desse contínuo descaso pelo poder público começa a partir da década de 1970, com o grande fluxo da elite capixaba saindo do Centro de Vitória rumo aos novos núcleos residenciais. Por um lado, o deslocamento da elite transformou a Praça Costa Pereira em um lugar mais popular e, por outro, levou consigo a maior parcela dos investimentos públicos, expondo a Praça aos inúmeros problemas e salientando os conflitos das diferenças sociais, a guerra às drogas e ao que acarreta. A droga é o maior mal da praça, como ilustram os depoimentos abaixo, sempre associados ao medo, à insegurança:

Já fui, mas não me sinto bem lá. (...) Me passa a ideia de que não tem muita manutenção dos espaços e de ser um lugar perigoso (W.P., homem, 56 anos).

O Centro sempre foi muito tranquilo, mas hoje eu tenho medo de passar pela praça, principalmente à noite (M.A., mulher, 62 anos).

O nosso maior problema hoje é o uso de drogas, como o crack (A.A., mulher, idade não informada).

Tem muita droga aqui e nós somos assaltados pelos viciados. Uma vez um cara me rendeu com uma faca (O.S., homem, idade não informada).

Somos ameaçados só de olhar (C.S. homem, idade não informada).

Antes, vir para a Praça era gostoso. Hoje é perigoso, pois muitos pivetes ficam no local, além de estar tudo quebrado (J.E., homem, 59 anos).

Infelizmente a Costa Pereira virou ponto de encontro de pivetes e marginais (A.J., homem, 68 anos).

Todavia, aspectos sociais também se fazem presente no espaço sideral da praça, despertando sensações negativas, sobretudo em relação as pessoas mais vulnerabilizadas.

Eu lembro de transitar pela Praça Costa Pereira e ver muito “morador de rua”. O prédio abandonado ao lado do teatro me trouxe um sentimento de insegurança (C.B., mulher, 26 anos).

De que adiantam patinhos na lagoa, jardins bem cuidados, fontes iluminadas, se os seus assistentes são pobres, miseráveis, esquecidos, do mundo, bêbados, mendigos ou crianças de rua? (M.S., homem, 59 anos).

Já participei de trabalhos sociais na Praça Costa Pereira, onde pude atender meninos em situação de rua (F., homem, 42 anos).

Os traços idiossincrásicos da Praça Costa Pereira são exceções à regra corrente na condição dos espaços públicos em geral, cada vez mais vazios e substituídos por espaços privados. Para Zanotelli (2021), esse fenômeno deriva da subserviência da cidade, cada vez mais controlada pelos interesses individuais de perpetuação do poder e acumulação de riquezas das classes dominantes, é o retrato de um ciclo do mercado neoliberal que se reproduz em todo o mundo, efetivando-se singularmente em cada local. Aliado ao profundo conservadorismo global, e, de forma peculiar no Brasil, o neoliberalismo conduz as pessoas de modo consciente e inconsciente por meio de subjetividades – os efeitos concretos nas cidades são vistos, por exemplo, na precarização do espaço público, entre outros.

Em síntese, o mal da Praça Costa Pereira, nesta temporalidade, reside exatamente nesse tema. Há alguns anos, a temática é abordada por diversos autores, entre eles, Guerreiro, Rolnik e Marín-Toro (2022), ao emergirem nos pormenores, consideram o Estado um participante ativo, garantidor/facilitador das demandas que fortalecem o neoliberalismo. Ou seja, permitindo de forma desequilibrada que os desejos e necessidades da população sejam transformados em mercadorias. O desmonte, o enfraquecimento e a negligência do poder público na Praça Costa Pereira tentam afogar a sua essência neste espaço sideral e nesta temporalidade, gerando o medo e a insegurança. No entanto, a praça ainda resiste pela força coletiva dos comerciantes, dos artistas e dos populares em mantê-la frequentada e ativa.

Conclusão

O relatório da ONU-Habitat (2022) evidencia que mais da metade da população mundial vive atualmente em áreas urbanas com pouco ou nenhum contato com a natureza em seu cotidiano, e esse número deve crescer para 68% até 2050. Esse dado enaltece a consolidação de ambientes pouco humanizados e talvez inóspitos, que podem se carac-

terizar como ambientes estressores – segundo Bilotta e Evans (2013). A Praça Costa Pereira se difere dessa estatística pois a sua ambiência verde define uma massa verde consistente que rompe com a massa construída e verticalizada do entorno, configurando uma paisagem diferenciada no local.

Como evidenciado nesta crônica, a Praça também se destaca pelas suas apropriações e vivências. É de se admirar a façanha da Praça Costa Pereira de se manter, não de qualquer jeito, erma, como tantas outras praças no Centro de Vitória, mas penetrante, enérgica, desenvolta. Dotada de grande simbolismo, é um lugar onde se consolidam identidades em pessoas de gerações distintas, passa pelos ciclos, acompanha os conflitos, as rupturas e as transformações em todas as esferas que movimentam a sociedade.

Todavia, onde mora a identidade de um povo? No campo das ciências sociais, Hall (2001) e Castells (2008) ressaltam que a identidade se configura a partir de movimentos que se produzem dentro das sociedades, dialogam com os sistemas culturais que nos rodeiam e internalizam significados e valores que podem provir de seus costumes ou suas tradições, ou, como assevera Peixoto (2004), pode ser utilizada como recurso retórico/metonímico dos processos de patrimonialização. No campo das neurociências, a identidade de um povo enraíza-se em um elemento mais íntimo do indivíduo – as memórias. A memória é o processo pelo qual adquirimos uma informação, processamos, conservamos e, quando necessário, evocamos. Nesse processo, as emoções atuam como moduladoras de memória, isso é, quanto mais intensas elas são experienciadas pelo indivíduo, mais fortemente as lembranças serão gravadas e mais facilmente serão recordadas (Lent, 2008).

O artigo evidenciou diversas memórias, positivas e negativas, que foram evocadas durante as entrevistas realizadas pelos pesquisadores. Essas memórias enunciaram vivências e experiências intensas sempre associadas a emoções e sentimentos expressivos. Fica evidente que a praça mantém a sua índole, o seu caráter, mas subsiste no sentido de lugar de memória no sentido que descreveu Nora (1993, p. 22): vive “de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados”. O artigo demonstrou ainda a importância das memórias evocadas na construção das narrativas que recontam a história. De acordo com Oliveira e Pinheiro (2023), as memórias “carregam significados de laços familiares, de heranças culturais e, evidentemente, de

sensações que experienciamos e das relações de afeto com o espaço e o patrimônio”.

A cultura expressa na arquitetura rememora a história da cidade e a necessidade de preservação. Se parece um centro dentro do Centro de Vitória, no entanto, um pouco mais profano, apesar do seu passado religioso com a Igreja Nossa Senhora da Conceição e ligação feita pela Escadaria São Diogo com a Catedral Metropolitana de Vitória. Em menor perímetro, esse “centrinho” é um retrato do que há de especial e desafiador nesta região. Como um espaço público e repleto de artefatos culturais, a Praça Costa Pereira deveria ser mais preservada e fomentada, é um lugar que merece atenção e investimentos públicos proporcionais ao seu potencial.

Para isso, é necessário que haja uma desconstrução, segundo Zanotelli (2021, p. 3), de “uma cidade enredada em práticas e discursos predominantemente neoliberais”, que, por meio do Estado, pouco a pouco inferioriza e desmonta os espaços públicos, projeta e constrói políticas públicas que sustentam os patrimônios privados segregacionistas de pobre valor identitário e cultural em detrimento dos patrimônios histórico/culturais coletivos. É necessário aprender com as lições que a história de uma cidade oferece, a fim de não repetir erros iguais, repaginados. Mas isso não acontecerá sem a retomada do papel do Estado sobre os direitos sociais, a conscientização da população e o esforço na busca integral de uma sociedade mais justa e igualitária, o que tende a transformar positivamente a paisagem dos lugares e, claro, o da Praça Costa Pereira.

Meu bem, meu zen, meu mal... Como enunciado nesta crônica, essas três facetas se expressam na Praça Costa Pereira, entre a dicotomia do amor e do ódio. De qualquer modo, é de notável intensidade. Afinal, uma vida tão longa e ativa quanto a da praça Costa Pereira não poderia contar poucos casos e histórias. Em seu núcleo, tem cara de tranquilidade e em suas terminações é um corpo em agitação, ambos coabitam. É, enfim, multifacetada e um tanto temperamental. Entre o vai e vem do trânsito, das passagens das pessoas para os cortes de caminhos, os encontros e desencontros dos casais apaixonados, das permanências em suas sombras e seus bancos, das festas e das manifestações temporais de várias naturezas, ela é atemporal – tornou-se substancial. Possui ciclos de uma só essência, jamais abandonada, é a protagonista do Centro.

Agradecimentos

Agradecimento à Capes pela bolsa de mestrado da discente Karita Nunes e a Universidade Vila Velha pela bolsa de Iniciação Científica do discente Heitor Ambrozini.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Los “no lugares”: espacios del anonimato; una antropología de la sobremodernidad**. Barcelona: Gedisa, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BILOTTA, E., & EVANS, G. W. (2013). Environmental stress. In: L. Steg, A. E. van den Berg & J. I. M. Groot (Eds.), **Environmental psychology: An introduction** (pp. 27-35). New York, NY: Wiley-Blackwell, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COSTA, Everaldo. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v.26, n.2 Bogotá July/Dec. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- ELLARD, Collin; AZEREDO, Rui. **Como a paisagem e o ambiente alteram o nosso comportamento e as nossas decisões**. Lisboa: Contraponto, 2019
- FERRAZ, C. B. R. O Centro em contos espaços e personagens do Centro de Vitória (es) imaginados por Fernando Tatagiba In: **II Seminário Internacional Espaços Narrados: As línguas na construção dos territórios Ibero-Americanos**. Org. Luis Antonio Jorge. FAUUSP, São Paulo, 2019.
- FRIZZERA, Rose. **Uma pausa para Costa Pereira**. Vitória, IJSN: AJ00727, 1995. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160607_aj00727_areasdelazer_pracas.pdf. Acesso: em 10 set. 2022.
- GONÇALVES, J. R. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, 11(23), 15-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>. Acesso em 03 mar. 2022. Acesso em: 20 nov. 2022.
- GRESSLER, S.C.; GÜNTHER, I.A. Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 487- 49, 2013. Acesso em: 20 nov. 2022.
- GUERREIRO, I. A.; ROLNIK, R.; MARÍN-TORO, A. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. **Cadernos Metrôpoles**, v. 24, n. 54, pp. 451-475. São Paulo, 2022.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1972.
- LENT, Roberto. **Neurociência da mente e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida Martinez. **Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos**. 1. ed., São Paulo, Gustavo Gili, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 15 out. 2022.
- NUNES, Karita de Souza. Paisagem afetiva do lugar. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Cidade), Universidade Vila Velha, 2023.
- OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; FERREIRA, Cláudio Lima; GALLO, Haroldo. Memórias (In)visíveis: reflexões sobre o centro de Campinas-SP. **Revista ARA**, nº 3, 2017, p. 209-230. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2525-8354.v0i3p209-230>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- OLIVEIRA, M. R. da S.; PINHEIRO, V. C. S. Lugar de memória e percepção afetiva patrimonial: sítio histórico da Prainha, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. **PatryTer**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 01-20, 2023. Disponível em: 10.26512/patryter.v6i11.41312.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Anual ONU-Habitat, 2022.
- PEIXOTO, P. (2004). A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 183-204. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1056>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- RAFFESTIN, Claude. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC F. BRUNET R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris : Fayard & Fondation Diderot, 1986. p. 175-185.
- ZANOTELLI A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucaultiana. **GEOUSP** (Online), 25 (3), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.172194>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- ZUANON, Rachel; FERREIRA, Claudio; MONTEIRO, Evandro. Ambientes e Produtos Homeodinâmicos: perspectivas e contribuições à saúde e ao bem-estar do ser humano. **DATJournal** v.5, n.4, 2020. Disponível em: 10.29147/dat.v5i4.290. Acesso em: 10 nov. 2022.
- ULRICH, R. S., Simons, R. F., Losito, B. D., Fioritoni, E., Miles, M. A., & Zelson, M. (1991). Stress recovery during exposure to natural and urban environments. **Journal of Environmental Psychology**, 11(3), 201-230. Recuperado de: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494405801847>. Disponível em 10.1016/S0272-4944(05)80184-7. Acesso em: 04 mar. 2023.

Atos e caçadas na cidade de Narciso: uma crônica da “revitalização” do centro de Vitória, Espírito Santo

Frank Andrew Davies
Hugo Mariani Frossard

Introdução

Nas últimas décadas, políticas de “revitalização” de centros históricos urbanos têm levado a mudanças no perfil de ocupação e frequência desses espaços. Sob variações, o debate acadêmico tem apontado para dinâmicas análogas a esses contextos: privatização; mercantilização; e gentrificação são categorias de análise que têm mobilizado e representado um conjunto mais ou menos comum de fluxos que promovem e intensificam formas de consumo, realizadas às custas da expulsão de certos residentes e frequentadores dessas localidades.

A administração municipal iniciada em 2021 na cidade de Vitória, capital do estado brasileiro do Espírito Santo, tem realizado ações que visam “reverter” o “esvaziamento” da área na busca pela “recuperação” da sua “atratividade” no tecido metropolitano. Entretanto, os resultados desse projeto têm apontado para o acirramento de tensões com os moradores locais, em especial a população negra e mais pobre desse entorno. Espaços de sociabilidade e lazer desses grupos, como festas e bares, têm sido alvo de perseguição por parte de autoridades públicas, por meio da organização de verdadeiras operações de caçada humana que buscam coibir essas atividades.

Tais ações repressivas têm sido acompanhadas de iniciativas de embelezamento de ruas, praças e edifícios históricos, acenados nos planos urbanísticos como símbolos da própria “revitalização” que afirmam realizar. Mais que “requalificar” a área, a política municipal tem produzido uma lógica particular de gestão sobre o centro, configurada por composições próprias e específicas de arranjos, técnicas e formas de regulação.

Para esta pesquisa, assumimos que as cidades têm sido governadas de variadas formas, sob condições e prerrogativas necessariamente contextualizadas e que justificam a desigualdade característica dos contextos urbanos. Rompendo leituras universalistas, entendemos que o fenômeno político transcende a própria política institucional, atravessando categorias como legal-ilegal, público-privado, justo-injusto. Em consequência, pesquisas sobre o tema encontram o desafio de analisar a realidade por referenciais teórico-conceituais alternativos, sensíveis aos trânsitos que ocorrem sob as fronteiras normativas das leis vigentes. A concepção de “regime territorial”, desenvolvida pela socióloga Márcia Leite (2015), nos inspira a pensar a configuração do ordenamento posto em curso no centro de Vitória, em momento de propalada “transformação” desse espaço e do perfil de seus frequentadores e residentes.

A fim de jogar luz para aspectos da “revitalização” do centro de Vitória, optamos por narrar uma sequência de eventos que se desdobram de uma noite de operação policial em junho de 2022, com alvo nos espaços de lazer e sociabilidade da população negra da região. A caçada promovida por um parlamentar e transmitida ao vivo pelas redes sociais produziu verdadeiras cenas de terror, tornando explícitos os atributos negativos que esses agentes reconhecem aos grupos que buscam amedrontar. Sob o reflexo de Narciso, tal noite se fez uma crônica da “revitalização” em curso, trazendo à vista as orientações e os resultados esperados dessas políticas, ao mesmo tempo em que mobilizando iniciativas de enfrentamento, organizadas sob outras formas de ocupação e uso desses espaços.

Por meio de uma pesquisa de tipo qualitativa ainda em curso, apresentamos resultados preliminares de um trabalho investigativo realizado através da observação participante, mobilizando técnicas de entrevista e conversas informais com moradores e empreendedores locais, além de registros de reuniões e encontros com representantes da administração municipal e estadual e de atividades que ocuparam ruas e espaços abertos nos últimos dois anos. Assumindo inspiração etnográfica ao levar a sério a condição de “descrição densa” dessa perspectiva de análise, buscamos nas próximas páginas refletir as dimensões políticas que constituem as dinâmicas de transformação desse espaço urbano. A partir da narrativa desses episódios, buscamos contribuir com referenciais metodológicos para as avaliações de impacto urbanístico e estudos sobre o tema da “revitalização” e “requalificação”

urbana. No limite, inspirar análises sob essa perspectiva a partir de uma abordagem qualitativa.

Atos e caçadas

Como já é tradicional na região do centro da cidade, no dia 4 de junho de 2022, as atividades e festividades ocuparam ruas e estabelecimentos a partir da manhã daquele sábado. À tarde, o Bar da Zilda serviu de palco para o 39º Sarau Palmarino, evento promovido pelo Círculo Palmarino em reverência à cultura bantu no Espírito Santo. Para além da celebração da memória negra a nível local, eventos como esse se inscrevem no cotidiano e afirmam haver no centro uma experiência social marcada em termos cultural, racial e territorial. A configuração de uma rede associativa que integra associações de moradores, sindicatos, movimentos sociais e artísticos se explica como parte da própria história da ocupação do centro, que em contexto recente se tornou alvo de perseguições e processos de apagamento de memórias sobre a sua população negra. Tais redes se constituem e se reforçam nos dias atuais enquanto estratégias de apoio e defesa frente a essas narrativas, o que foi testado naquele mesmo dia poucas horas depois.

Naquela noite quase madrugada, o vereador Gilvan Aguiar Costa, conhecido como Gilvan “o Federal da Direita” mobilizou o que viria a chamar de uma “operação” para fiscalizar as manifestações, festas e espaços de entretenimento no Centro de Vitória. O vereador é filiado ao Partido Liberal, o mesmo do então presidente Jair Bolsonaro, ao qual o vereador é notório apoiador das pautas e diretrizes políticas.

Tendo a festa Subúrbio e o Bar da Zilda como alvos principais da ação, Gilvan foi até a esses locais acompanhado de uma frota de viaturas da Polícia Militar e diversos órgãos de fiscalização, documentando todo o processo de maneira midiática através de duas transmissões ao vivo e a publicação de um vídeo *a posteriori* em seu perfil da rede social Instagram. A primeira transmissão¹ teve início ainda na Curva do Saldanha (próxima à nova Casa do Turismo; observar a

¹ GILVAN DA FEDERAL. Fiscalização Bailes clandestinos no Centro de Vitória!. Vitória, 4 jun. 2022. Instagram: @gilvandafederal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CeaDe_Uj8np/. Acesso em: 10 nov. 2022.

Figura 1), dentro de uma viatura. A caminho do percurso planejado, Gilvan fez questão de ditar o “clima” dos eventos que serão a seguir aqui descritos:

Então aqui tamo no Centro de Vitória e vamo fazer cumprir a lei e a ordem, né? [...] pessoal pediu socorro por conta de tanta baderna que vem acontecendo no Centro de Vitória [...] A maioria das pessoas que... aliás, todas as pessoas que frequentam essa parte do Subúrbio são militantes. São pessoas ligadas a esse bandido... ladrão do Lula e toda essa corja do PT. Quem conhece aqui a região sabe que o Centro de Vitória tem uma militância muito forte do PT. Mas os moradores não².

Vale chamar atenção que 2022 foi ano de eleições presidenciais, que aconteceriam a quatro meses dali. Na ocasião, o vereador associou frequentadores da festa, também chamada de “baderna”, a um dos candidatos ao cargo pelo Partido dos Trabalhadores, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em sua fala, ensaia a caracterização por frases preconceituosas, estigmatizando o local antes mesmo da “fiscalização”.

Ao chegar ao primeiro destino e após perceber que não havia qualquer movimento, decide retirar mais um aparelho celular de seu bolso e narrar sua versão da autoproclamada “ação policial planejada”, em um vídeo posteriormente veiculado e amplamente discutido por agentes e militantes dos movimentos locais. Nele³, Gilvan explicita suas motivações durante uma fala de pouco mais de um minuto, aqui transcrita na íntegra:

Fala pessoal, vereador de Vitória, Gilvan da Federal. Estou aqui na Governador Bley, na região conhecida como Subúrbio, onde recebemos diversas denúncias com venda de drogas, prostituição, barulho... uma baderna geral. Estamos aqui. Montamos uma grande Força Tarefa, conforme eu prometi. Conforme eu assumi o compromisso na audiência pública que teve no Centro de Vitória, estamos aqui com a Guarda Municipal, Polícia Militar, Bombeiro, SEDEC (Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade) da

² Ver nota anterior.

³ GILVAN DA FEDERAL. Como prometido na última audiência pública [...]. Vitória, 4 jun. 2022. Instagram: @gilvandafederal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CebdSKpjFeR/>. Acesso em: 19 set. 2022.

prefeitura e Disque-Silêncio da Secretaria de Meio Ambiente. Mostrar para vocês que acham que o centro é para fazer baderna, para fazer zona, para descumprir a lei e a ordem, vocês serão fiscalizados. Aqui tem vários bares fechados no Subúrbio – de alguma forma souberam da fiscalização – mas dizer os proprietários podem fugir, podem correr, mais cedo ou mais tarde nós nos encontraremos e vocês serão fiscalizados. Aos moradores e comerciantes do Centro de Vitória: contem com este vereador aqui no cumprimento da lei e da ordem. Infelizmente não depende só de mim, ninguém faz nada sozinho, nós precisamos dos demais órgãos. Mas podem ter certeza. No que depender de mim, o ser de Vitória vai ficar livre dessa zona, dessa baderna. Compartilha esse vídeo e vamos seguir firmes aí no processo de fiscalização. Daqui nós vamos para o Bar da Zilda, grande abraço a todos aí⁴.

A partir de um itinerário entre bares, festas e atividades de lazer frequentadas especialmente por jovens negros do bairro, Gilvan e sua comitiva cumpriram uma ronda de fiscalização naquilo que passou a ser entendido como um ataque direto, repressivo e indevido a esse grupo nesse território. O trajeto realizado durante a “fiscalização”, tracejado na **Figura 1**, revela o espaço em disputa marcado também por investimentos urbanísticos recentes.

Logo após a gravação deste vídeo, a operação no Subúrbio é dada por encerrada e daí ruma em direção ao Terraço do Rosário, na Rua Barão de Itapemirim, e em seguida ao Bar da Zilda, importante estabelecimento da cultura e entretenimento local. Desse modo, a “operação” adentrou um pouco mais o bairro, indo em sentido ao morro da Piedade.

Subindo a Rua Graciano Neves é iniciada uma segunda transmissão ao vivo, agora registrando contatos ríspidos do vereador com quem transitava em frente ao Bar da Zilda. A vida noturna na região possui um grande movimento na Rua Maria Saraíva, entre bares, comerciantes e sambas itinerários. Com cautela, Gilvan aguarda a chegada das demais viaturas ao local para dar início às suas abordagens truculentas, frente aquilo que acredita estar afetando a “calma” do bairro.

Ao contrário da transmissão anterior, de quase meia hora, essa teve duração de apenas sete minutos, sendo interrompida por reco-

⁴ Ver nota anterior.

mendação de seus assessores⁵. Logo ao descer da viatura o vereador foi reconhecido por pessoas ligadas aos movimentos sociais no local e questionado quanto aos motivos da sua presença. Uma mulher não identificada no vídeo protagoniza a cena ao questionar Gilvan acerca de Lula Rocha, nome pelo qual era conhecido Luiz Inácio Silva Rocha, importante militante político capixaba e ativista das causas pró-negritude e dos direitos humanos. Falecido em 2021, Lula Rocha foi coordenador-geral do Centro de Apoio aos Direitos Humanos e do Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo. Engajado desde jovem na luta contra o preconceito, foi símbolo de muitas das conquistas identitárias alcançadas no estado, tendo sua morte lamentada pelo próprio ex-presidente Lula, fonte da inspiração de seu nome (G1 ES, 2021).

O sarau que ocorria ali mais cedo era promovido por um coletivo no qual Lula Rocha havia sido coordenador-geral por anos, o Círculo Palmarino. O Bar da Zilda fica “aos pés” do Morro da Piedade, berço da Unidos da Piedade, primeira escola de samba de Vitória, na qual Lula era também ritmista. A pergunta insistente da moradora evocava a presença da memória de Lula Rocha, que parecia incomodar o vereador: “Você se lembra de Lula Rocha, Gilvan? Você lembra do que chamou ele? Você lembra do meu primo morto, Gilvan?”. A voz de um homem endossa o coro: “Você chamou ele de ladrão!”. Ela repete o questionamento: “Você lembra, Gilvan?”. Gilvan enfim responde: “Lembro, lembro sim. E não gesticule se não vai sair presa!”.

Nesse momento, alguns assessores e pessoas próximas interrompem a fala do vereador e a transmissão é encerrada; contudo, o embate e o cerceamento das liberdades no centro prosseguiram noite adentro. Nos dias e semanas seguintes, aqueles episódios repercutiram e geraram manifestações de oposição, o que foi percebido e identificado como uma investida higienista sobre a região em estímulo à expulsão da juventude negra e periférica e repressão sobre seus direitos de ocupar e se manifestar nas ruas.

O ataque aos grupos que ocupavam o espaço público do centro na madrugada do dia 4 de junho movimentou repúdio de diversas partes da sociedade. O movimento comunitário Grito da Cultura

⁵ GILVAN DA FEDERAL. Sem título. Vitória, 5 jun. 2022. Instagram: @gilvandafederal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeaOb9tjxhA/>. Acesso em: 19 set. 2022.

promoveu no fim de semana seguinte, dia 11 de junho, o “Ato do Subúrbio”, com a intenção de ampliar as vozes de resistência a práticas repressivas, em reivindicação à não criminalização da cultura e do direito à cidade.

Em solicitação ao prefeito Lorenzo Pazolini, o grupo divulgou uma carta-manifesto que contou com a contribuição e mobilização de inúmeras organizações e institutos ligados à cultura da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo. A carta era resultado do ato e manifestava crítica aos desmontes das políticas públicas da cultura e das juventudes. A existência e necessidade dessa contestação revelam as possibilidades de resistência às iniciativas que têm atingido o setor cultural e gerado “perdas parciais ou totais do que havia sido construído coletivamente”⁶.

Apesar de refletirem em parte o caráter moralizador com que as políticas culturais têm sido enquadradas pela gestão federal, tais mobilizações também aferem o presente estado de conflito no centro histórico de Vitória.

Na semana seguinte, Gilvan repercutiu os resultados de sua investida em outra transmissão nas redes sociais. Nesse registro, ele tipifica e nomeia suas percepções sobre os moradores locais:

[...] esse fim de semana nós tivemos no Centro de Vitória [...] fizemos uma força-tarefa com a presença da polícia militar, Corpo de Bombeiros, guarda municipal SEDEC e Disque-Silêncio da Secretaria Municipal de Vitória. Olha... o que a gente viu no centro de Vitória é algo estarrecedor. Parecia que a gente estava entrando no inferno. Ali naquela região do Subúrbio e do Bar da Zilda. Parecia um inferno. E reafirmar ao centro Vitória, a vocês que organizam esse Subúrbio e ao Bar da Zilda: Acabou! Acabou a nossa paciência. Acabou! A tolerância será zero com essa baderna que vem acontecendo no Centro de Vitória⁷.

6 GRITO DA CULTURA. Carta-Manifesto/Solicitação de agenda com o Prefeito. Vitória, 15 mar. 2022. Instagram: @gritodaculturaes. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1uQk7gKY2Ex4RQJBN3zaGxj6cTILxv_Deit2apFyYRw/edit. Acesso em: 19 set. 2022.

7 SUBÚRBIO. “UM VERDADEIRO INFERNO”pq essa fala é tão significativa?? Pq o lazer da população preta é vista com algo demoníaco??. Vitória, 8 jun. 2022. Twitter: @projetoSuburbio. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/projetoSuburbio/status/1534531048079507457>. Acesso em: 19 set. 2022.

Meses antes do episódio, em abril de 2022, uma representante do Grito da Cultura esteve na Câmara Municipal, a convite da vereadora Camila Valadão, e alertou as necessidades e reivindicações de apoio à cultura local. Em sua fala, Karlili Trindade citou os responsáveis pelo não cumprimento de leis e diretrizes de governo para o setor cultural, apontando falta de diálogo entre a Secretaria Municipal de Cultura, a Prefeitura e a sociedade civil organizada⁸.

Ao repercutir tais falas, mesmo após o posicionamento de colegas durante a sessão, Gilvan seguiu impassível ao diálogo. Sua narrativa persistia em atribuir um caráter extremamente negativo a esses grupos e suas práticas, destituindo qualquer entendimento com base na igualdade entre as partes:

Bem, não tô entendendo o que tem a ver o comércio com a baderna que acontece lá no Subúrbio [...] não dá para entender por que a palavra comércio está sendo colocada aqui. [...] Vamos separar o joio do trigo aqui, ninguém tá falando de comércio, nós estamos falando aqui de pessoas que descumprem a lei e a ordem [...] tem que fiscalizar⁹.

Apesar de os órgãos citados na investida da noite do dia 4 de junho de 2022 não terem relatado intransigências à lei durante a operação, o vereador insiste na realização de ações de fiscalização sobre esses grupos e espaços.

Em resposta à operação policial promovida e transmitida pelo vereador naquela noite, a Subúrbio se manifestou por meio das redes sociais nos dias seguintes. Em nota de repúdio publicada no Twitter, o grupo tornou explícito como a luta identitária no local não apenas é reconhecida por movimentos como um sinal de resistência da cultura periférica, mas também uma resposta em forma de celebração à estigmatização vivida por ocupar e transformar o urbano.

Ao questionar os motivos pelo qual a fala de Gilvan foi tão agressiva em relação ao grupo, o comunicado sugere seu conteúdo

⁸ GRITO DA CULTURA. Fala na tribuna da Câmara de Vitória. Vitória, 18 abr. 2022. Instagram: @gritodaculturaes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcfjXGnJ18D/>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹ GILVAN DA FEDERAL. Para os que não sabem, eis algumas das imagens do que tem acontecido no Centro de Vitória (Descumprimento da lei e da Ordem). Vitória, 15 jun. 2022. Twitter: @GilvanDaFederal. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/GilvanDaFederal/status/1537161272986415110>. Acesso em: 19 set. 2022.

racista, que orienta ao apagamento das culturas periféricas enquanto tática de demonização de suas manifestações, festividades e celebrações negras:

“UM VERDADEIRO INFERNO” pq essa fala é tão significativa?? Pq o lazer da população preta é vista com algo demoníaco?? Subúrbio e Zilda fala das nossas raízes e como sempre tudo que é ligado a população preta é tratada como ruim, não divino; O que é isso, se não racismo ??¹⁰.

Em outro comunicado, Átila Alves, um dos promotores da Subúrbio, reconhece o apoio da população do centro de Vitória às festividades e eventos. Em seu argumento, Átila apresenta visões compartilhadas por uma das associações comunitárias mais longínquas, duradouras e efetivas da capital do estado, a AMACentro (Associação de Moradores do Centro de Vitória). Distinta à narrativa produzida por Gilvan, Átila apresenta uma sociabilidade local que apoia e ampara a convivência pacífica entre diferentes credos, raças e outras expressões de diversidade por entender que ocupam e habitam um espaço coletivo. Ao citar o simbolismo contido na escolha da data e local das fiscalizações, em nota de repúdio publicada no dia 17 de junho de 2022, a associação comenta o “total desconhecimento e falta de respeito com a história secular do bairro”¹¹. A nota comenta ainda a falta de uma atitude republicana e democrática por parte do poder público ao descrever o insulto que a ação representa aos moradores de “um lugar cuja memória é pautada na luta de mulheres como Maria Ortiz, Luiza Grimaldi, D. Maria Saraiva e D. Zilda que foram e são referências de cultura popular e resistência para toda a cidade de Vitória”¹².

Durante uma conversa do Projeto Aconchego, promovido pela Associação Gold¹³ poucas semanas após os episódios de junho, a citada Dona Zilda (quem dá nome ao Bar da Zilda) falou sobre sua

¹⁰ Ver nota 7.

¹¹ AMACENTRO. Amacentro repudia ações antidemocráticas e luta por um Centro democrático e republicano. Vitória, 17 jun. 2022. Facebook: @AMACENTRO. Disponível em: <https://www.facebook.com/AMACENTRO/photos/a.1484787998490185/2877138065921831/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹² Ver nota anterior.

¹³ Instituição sediada no Centro de Vitória em defesa do orgulho, liberdade e dignidade com foco na luta pelos direitos da população LGBTQIA+.

experiência com o samba como movimento de resistência e liberdade de expressão cultural e artística no centro da cidade. Ao defender o “respeito, acolhimento e carinho”, o projeto busca dialogar, dentro de um cenário local, a luta contra o conservadorismo a partir das redes de sociabilidade existentes e em meio às populações vulnerabilizadas. Ao citar os ataques e perseguições sofridas, Zilda é comparada com a figura de Tia Ciata¹⁴ e tida pelo ciclo de conversa como representante de uma resistência da mulher negra através do samba. Em certo ponto, Zilda é questionada perante o significado do samba para ela, respondendo a razão de tais raízes:

Começou através da escola de samba [...] eu gostava muito dos ensaios antigamente [...] agora nem isso tá podendo. Até isso teve perseguição [...] aí eu comecei a fazer um sambinha aqui com os meninos mesmo da comunidade [...] e aí comecei a gostar, né? Vendo como eles valorizavam o samba ali¹⁵.

No receio de que tal espaço de tamanha representatividade e resistência para a cultura do samba na capital capixaba persista sendo atacado e perseguido, Zilda luta pela memória e pelo patrimônio imaterial das populações periféricas na manutenção das produções culturais negras e suas maneiras de ocupar o espaço urbano. Sem compreender os motivos de quem tenta apagar tais manifestações, comunica-se em apelo por compreensão:

A gente não faz nada assim para prejudicar ninguém, é só para curtir o samba. Cada um faz o seu rockzinho ali, bebe sua bebida e vai embora para sua casa. Ninguém vai ali pra arrumar confusão; pra arrumar problema nenhum. Então a gente fica tentando fazer o melhor pro samba e para cultura, não para querer atrapalhar. Então como a gente tá sendo muito perseguido por causa disso. Aí a gente só queria saber por causa de quê, entendeu? O

¹⁴ Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata foi sambista e mãe de santo brasileira, considerada por muitos como uma das figuras mais influentes para o surgimento do samba carioca. Foi iniciada no candomblé em Salvador por Bamboxê Obiticô e era filha de Oxum.

¹⁵ TV EDUCATIVA ES. Projeto debate o samba como resistência e expressão cultural no Centro Histórico de Vitória. YouTube, 14 de jul. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ueQkZuxYc-U&ab_channel=TVEducativaES. Acesso em: 7 de nov. de 2022.

que que a gente pode fazer para poder isso acabar (ZILDA apud TV EDUCATIVA ES, 2022).

A partir de tais reflexões, evidenciam-se as características do cenário de conflito e de que maneira o espaço público tem sido disputado nos dias atuais no centro de Vitória. Na próxima seção, deslocamos a perspectiva em torno dos atos e caçadas a fim de situarmos esse espaço urbano. Nesta reflexão, chamamos atenção para a história desse projeto de “revitalização” e seus objetivos ao longo dos anos, orientado ao incremento sobre certas formas de uso e frequência da localidade, que chegamos aos dias atuais tensionadas pelo acúmulo dessas experiências, além das novas investidas.

Narciso através do espelho: a “revitalização” do centro

Esta seção coteja uma breve contextualização histórica acerca das intervenções no centro histórico de Vitória, reconhecendo as justificativas morais e urbanísticas utilizadas no curso desse tempo. Em seguida são estabelecidas conexões com as ações na atualidade, indicando os sentidos da transformação desse espaço como reflexos da Cidade de Narciso.

Na condição de centro administrativo da capital, a região tem atravessado um processo de mudanças quanto às suas formas de ocupação, o que se explica pela saturação da atividade portuária e logística identificada a partir do final da década de 1980. Novos projetos urbanísticos de expansão da cidade e conseqüente especulação imobiliária promoveram a descentralização e a “polinucleação” de Vitória, reduzindo a longo prazo o centro original a apenas um “lugar de passagem”, com sua importância deliberadamente diminuída (Botelho, 2005). A população de maior poder aquisitivo, alegando não encontrar mais funcionalidade e segurança na região, transferiu-se para bairros ao norte da ilha, tais como Jardim da Penha, Praia do Canto e Mata da Praia (Botechia, 2003; Campos Júnior, 2002).

Apesar desse processo, o abandono da elite local se deu apenas de modo parcial, repercutindo em uma pluralidade de usos e funções da localidade que, de modo geral, atribui certa heterogeneidade social à região. É a partir desse momento que o caso de Vitória passa a representar em definitivo uma diversidade maior de públicos, classes e raças

circulando e habitando aquele mesmo espaço, e acirrando disputas e conflitos a nível local.

Diferentemente de outras capitais nacionais, as ações de “revitalização” tomaram características peculiares no Centro Histórico de Vitória. Marcados por descontinuidade de propostas urbanísticas, brandas rupturas, longo esgarçamento cronológico de ações e reduzida escala de intervenções, até meados de 2005 os processos de restauro e turistificação aplicados não aparentavam efeitos colaterais negativos como de costume em casos análogos (Botelho, 2005; Ferreira, 2005).

Em estudo comparativo, Tarcísio Botelho avalia que, em 2005, Vitória ainda não apontava indícios de rupturas e/ou processo de gentrificação. Para o autor, o diagnóstico levantado no início do processo de revitalização da região apontava para aquilo que seria posteriormente corroborado por outros pesquisadores na área: um programa de forte participação e condução do poder público municipal junto a todo o processo. Complementando tais análises, Amanda Nespoli (2016, p.50) reafirma a Prefeitura Municipal de Vitória enquanto ator central, “impositor de regras”, ao determinar os valores culturais desse espaço e estabelecer novos padrões para a modificação do mesmo.

A despeito das diferenças de escala e resultado, é importante ressaltar que os gestores públicos tomaram por referência os parâmetros americanos de promoção da cidade pelo *city marketing*¹⁶ em diálogo com o modelo de planejamento catalão. Tais referências conduziram esforços e investimentos durante o governo de Paulo Hartung (1993-1996), quando foi elaborado Projeto de Revitalização do Centro de Vitória, que ainda hoje serve de base para as transformações urbanísticas em curso. Como fundamento desse plano, consolidam-se iniciativas de intervenção simbólica enquanto ferramentas estratégicas de “requalificação” e promoção de “vitalidade” deste espaço (Ferreira, 2005).

Sob tal orientação, as políticas urbanas de intervenção física, arquitetônica e patrimonial alcançam também um sentido moral que resvala ao espaço. Enquadradas no discurso empreendedorista, essas

¹⁶ É tido como a “promoção de uma cidade com o objetivo de estimular determinadas atividades [...] Normalmente é utilizada para alterar as percepções externas de uma cidade com o objetivo de incentivar o turismo, atrair a migração interna dos moradores, ou permitir o investimento empresarial” (Macedo, 2013 p.3).

intervenções produzem efeitos sobre as expectativas de uso a partir do incremento de variáveis mercadológicas. Tais premissas configuram diretrizes de uso e se integram aos códigos de ordenamento urbano, tornando possível os argumentos acionados por Gilvan na incriminação das atividades da Subúrbio e de outros espaços de lazer que fogem a esses princípios.

A lógica narcísica e egocêntrica mobilizada para a gestão do Centro de Vitória apropria-se do imaginário da “revitalização” enquanto justificativa para políticas de segregação social e racial nesse espaço urbano. Sintomas dessas orientações são os novos empreendimentos anunciados pela gestão da administração pública, a Casa do Turismo Capixaba e o Mercado da Capixaba. O primeiro foi recentemente inaugurado sob a recuperação do antigo forte São João. O conjunto arquitetônico tem grande importância para a história e memória local e se situa na Curva do Saldanha, que é tida como a fronteira simbólica entre a “nova” e a “antiga cidade”. Com direito a cafés avarandados e bares de alto luxo significativamente destoantes da realidade social da região, a nova atração turística e de lazer no centro histórico promove a vista para os casarios antigos enquanto um grande atrativo, angariando seletivos públicos de todo o canto da cidade para debruçar-se sobre a imagem e a memória do Centro Histórico sem precisar frequentá-lo de fato (Alvarenga, 2022).

Já o Mercado da Capixaba, grande símbolo do desenvolvimento da capital no início do século XX, passará por uma requalificação integral de seu complexo arquitetônico e a renovação de parte de sua malha urbana imediata, proporcionando uma nova “rua de lazer”. Por conta de um incêndio, desde 2002 o interior do edifício vinha sendo ocupado apenas para a venda e manufatura de artesanatos produzidos por artistas locais. A nova intervenção, entretanto, com o início de suas obras na segunda quinzena de agosto de 2022, prevê a recuperação dos telhados, do piso original e das fachadas de estilo eclético e neoclássicas dessa que contará com o investimento de R\$ 9 milhões, um recurso próprio da prefeitura. Segundo o prefeito, o mercado será entregue em 2024 e abrigará: “18 lojas e ali nós teremos gastronomia, arte, cultura, culinária, produtos capixabas, tudo o que representa o nosso estado” (Pazolini apud NOVO..., 2022).

No dia 13 de junho de 2022, ainda durante as repercussões dos episódios da noite do dia 4 de junho, em suas redes sociais, o vereador Gilvan divulgou um vídeo ao lado do prefeito de Vitória, Lorenzo

Pazolini. Em comunicado, ambos anunciam obras e perspectivas para a região do Centro de Vitória incluídas no planejamento estratégico 2021-2024 “Plano Vitória”, programa que conta com R\$ 1 bilhão de investimentos em prol de uma capital mais “criativa e empreendedora” (SEGOV/SUB-COM, 2021). Ao lado de Gilvan, o prefeito descreve os novos empreendimentos na área e suas respectivas ordens de serviço:

[...] já estão em andamento o Colégio São Vicente e eu tenho certeza que em breve a Rua Sete e a Gama Rosa, estamos finalizando a licitação. É um grande conjunto de obras para trazer ressignificação e trazer vida para o Centro de Vitória [...] traremos agora um importante movimento cultural para trazer apresentações musicais artísticas, enfim. Para trazer alegria para os moradores do centro e para todos que amam o centro e a nossa cidade de Vitória¹⁷.

Durante o vídeo, Gilvan entrega um plano de propostas elaborado por uma suposto grupo local chamado “Moradores Unidos pelo Centro de Vitória”. Apesar de não haver nenhum registro que identifique a existência desta associação, ao receber das mãos do vereador tal documento, o prefeito conclui:

[...] Obrigado por ter nos apresentado essa demanda e eu tenho certeza que em breve nós teremos novidades. Lembrando então, dia 25 a ordem de serviço para início das obras do mercado da capixaba, grande abraço aí a todos do Centro de Vitória¹⁸.

Além das obras citadas, outros dois importantes projetos de infraestrutura em andamento na região não foram citados. São eles: a renovação da escadaria e “embelezamento” do Parque Natural Municipal Gruta da Onça, inaugurada no dia 10 de novembro de 2022, apesar das denúncias pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) acerca da descaracterização de patrimônio arqueológico (Queiroz, 2021; PREFEITURA DE VITÓRIA, 2022a); e a nova Praça Mirante do Porto, que, ainda em fase preliminar, será

¹⁷ GILVAN DA FEDERAL. Entreguei hoje, ao Prefeito Lorenzo Pasolini, o Projeto Revitaliza Centro.... Vitória, 13 jun. 2022. Twitter: @GilvanDaFederal. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/GilvanDaFederal/status/1536476309441982464>. Acesso em: 19 set. 2022.

¹⁸ Ver nota anterior.

implementada à frente de onde ocorre hoje a festa Subúrbio (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2022b). Todos os projetos citados podem ser localizados em contexto na **Figura 1**.

A aparente contradição na promessa de trazer vida, cultura e alegria por parte daqueles que promoveram caçadas a formas de manifestação e celebração na região uma ou duas semanas antes não se trata de uma mera coincidência: antes disso, consideramos essa ambivalência uma estratégia de violenta alteração nas formas de circulação e utilização desses espaços da cidade, em sentido duplo atraindo grupos-alvo das iniciativas de “revitalização” por meio de investimentos simbólicos, e a expulsão de populações negras e pobres que ocupam essa área há décadas e até mesmo séculos com suas práticas de sociabilidade, que são incriminadas e passam a ser “fiscalizadas” com maior intensidade nesse período.

A gestão sobre o centro de Vitória aponta para uma “revitalização” que não se identifica e até mesmo rejeita os modos atuais e convencionais de uso de seus espaços. Para tanto, lançam mão de projetos de restauro patrimonial e ordenamento urbano que reforçam narrativas de justificativa moral à desapropriação desses residentes e a repressão de suas práticas sociais.

À guisa de conclusão, fazemos algumas considerações a respeito das disputas recentes no centro histórico de Vitória, destacando seu sentido narcísico e os seus efeitos restritos para a vida social a nível local. Combinando as diferentes escalas dessa realidade, tomamos essa experiência como expressão – ou reflexo, aproveitando a metáfora de Narciso – de uma experiência orientada por uma visão unívoca sobre a cidade, na contramão da sua constituição diversa e heterogênea. Chamando atenção para a configuração egocêntrica desses processos, buscamos sensibilizar para novas práticas e formas de representar o espaço urbano, abrindo espaço para que diferentes vozes e personagens participem da produção dessas dinâmicas socioespaciais.

Uma crônica da cidade de Narciso

Considerando que os mitos desempenham a função de meio e mensagem, é possível levar em conta as questões urbanas em analogia a esse universo. Ao analisar a formação das primeiras cidades na

América Espanhola, o historiador Rodrigo Castro Orellana atribui certo paralelismo entre o trabalho de construção e reconstrução do urbanismo colonial e o esforço de Sísifo, sentenciado eternamente a subir pedras e fazê-las rolar montanha abaixo. Os desacertos com a geografia física do continente desconhecido foram um dos motivos para a transferência de cidades inteiras por quilômetros, motivada também pela concentração dos esforços de organização e produção da vida colonial a nível local (Orellana, 2017).

Nas últimas décadas, as investidas sobre as cidades também evocam um labor conservador, mas que aqui evocamos outra representação mítica, figurada na epopeia de Narciso. Ao se refletir no espelho, nosso personagem-cidade encontra o deleite e se lança à busca pelo reconhecimento de sua autoimagem no mundo. Inspirado na metáfora do mito para uma compreensão das cidades, entendemos que a imagem de Narciso serve de alegoria para os sentidos das transformações urbanas inscritas na atualidade, autorreferidas a grupos privilegiados que promovem a si mesmos por meio de investimentos nesses espaços.

Sob a lógica narcísica orquestrada pelas elites e para as elites urbanas, o acirramento de fronteiras simbólicas e a instituição de marcas de diferença tem se feito de forma cada vez mais cotidiana, consolidando mecanismos excludentes nos espaços urbanos. Mais do que limites entre público e privado, já consagrado na metáfora da “cidade de muros” (Caldeira, 2000), o Narciso urbano movimenta e estabelece limites mais flexíveis, sob as coordenadas de um regime de convívio e evitação cada vez mais orquestrados pelos que conseguem dominar tais espaços. Além de ocuparem prédios e condomínios que dispõem das melhores condições urbanísticas, eles também circulam com vantagem sobre os distintos lugares, sob a garantia de recursos financeiros e o que pode ser proporcionado enquanto meios de transporte e serviços de segurança, conveniente a esse regime de separação de corpos.

O cerceamento e a perseguição às populações pobres e negras do centro histórico de Vitória, conflagrados nos episódios de caçada de junho de 2022, indicam o acionamento contemporâneo de formas de controle urbano *pari passu* as políticas de “revitalização” desses espaços. Nesse contexto, a defesa à manutenção da “lei e ordem” pelo vereador Gilvan e apoiada pelo prefeito Pazolini ressoa nas orientações de um projeto de ocupação da região do

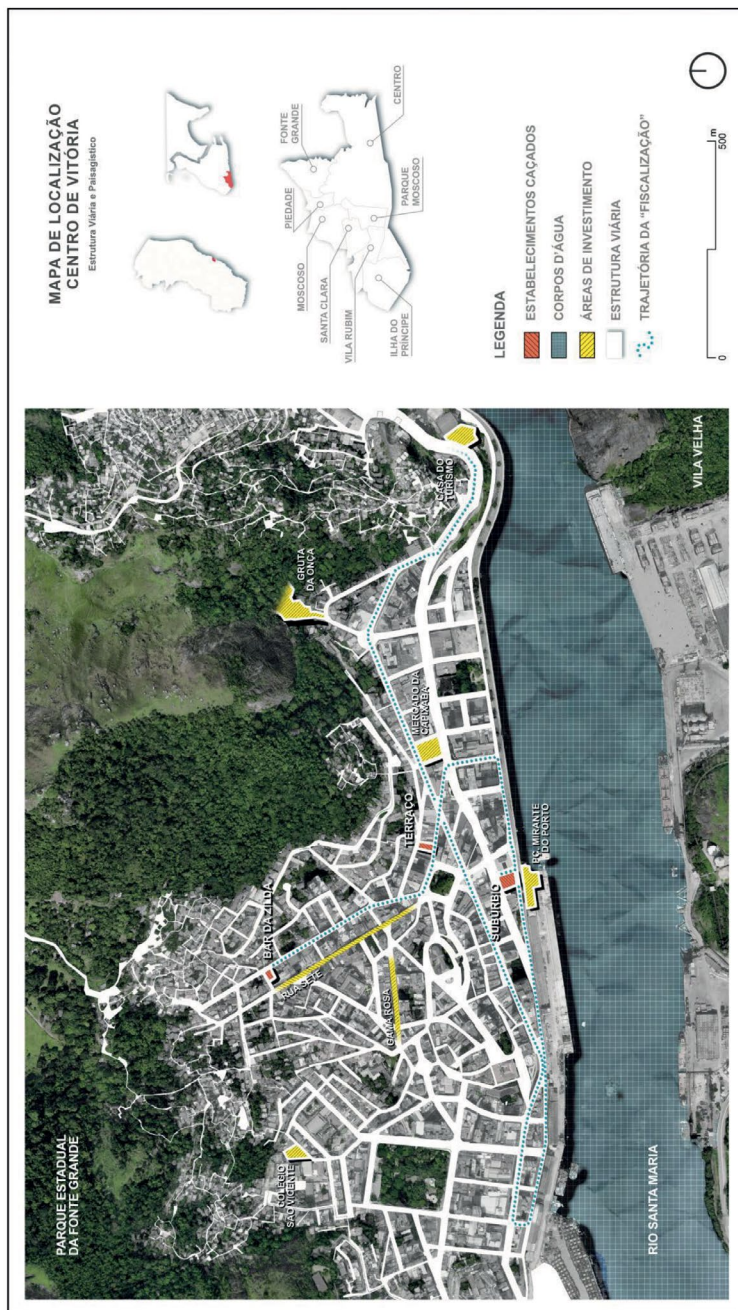
Centro de Vitória de cunho marcadamente moral, sedimentado em uma concepção antagônica os diferentes grupos e perfis de frequência desses espaços.

Ao justificar tais ações em prol de uma Vitória “criativa e empreendedora”, tais agentes subvertem fundamentalmente aquilo que é defendido pelo *city marketing* – fundamento basilar do projeto de revitalização em questão. Enquanto seus antecessores na gestão do município apostaram na capitalização de investimentos através da turistificação e valorização da cultura e patrimônio locais para atraírem públicos e consumidores externos, atualmente se distorce o sentido original do estado-mercado em função da substituição de seus atuais usos por outros públicos que não aqueles. De tal forma, a atual gestão se orienta a práticas violentas de despossessão simbólica desse território por parte dos seus grupos sociais mais pobres e negros. Os incrementos de restauros patrimoniais são feitos enquanto vetores de uma frequência para o consumo, movimentando novos valores e sentidos de uso para a região. Ao mesmo tempo, as caçadas policiais e os discursos depreciativos por parte das autoridades indicam para a intensificação das formas autoritárias de condução política a nível local.

A mercantilização e a militarização se revelam faces da mesma experiência de gestão da vida no centro de Vitória, ao qual podemos caracterizar como um arranjo de “regime territorial” próprio, a se revelar a partir de um exame de seus aspectos, situações e resultados.

O caso de Vitória ajuda a pensar as condições de gestão dos centros históricos sob o recorte de seus conflitos socioespaciais. Em anos recentes, a região tem vivenciado o acirramento das lutas em torno de seus espaços: a combinação de ideais de preservação patrimonial; apropriações pelo consumo; e incriminações de cunho racista, por efeito, afastam e tornam indesejáveis populações que vivem e circulam nesse espaço. Em disputa, tais grupos se articulam e tecem redes de solidariedade a nível local, contrapondo-se a essas práticas, articulando estratégias coletivas e atribuindo outros sentidos a esse território, que persiste em refletir além do espelho de Narciso.

Figura 1 – Mapa do Centro de Vitória com destaque ao percurso de caçada da noite de 04/06/2022 e os investimentos da “revitalização” em curso previsto nos próximos anos



Fonte: produção dos autores, 2022.

Referências

- ALVARENGA, Poliana. **Casa do Turismo Capixaba abre as portas no Forte São João, antigo Saldanha da Gama**. TV Gazeta, Vitória, 8 set. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/09/08/casa-do-turismo-capixaba-abre-as-portas-no-forte-sao-joao-antigo-saldanha-da-gama.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- BOTECHIA, F. R. **Centros e centralidades urbanas em Vitória-ES**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História - João Pessoa, 2003.
- BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista eure**, v. XXXI, p. 53–71, ago. 2005.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. DE. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Flor & Cultura Editora, 2002.
- FERREIRA, G. A. C. **Vitória do futuro, Vitória para todos?**. Porto Alegre: UFGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- G1 ES. **Lula Rocha, militante dos movimentos negro e de direitos humanos, é enterrado no ES**. TV Gazeta, Vitória, 12 fev. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/02/12/lula-rocha-militante-dos-movimentos-negro-e-de-direitos-humanos-e-enterrado-no-es.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- LEITE, M. da S. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de. *In*: BIRMAN, Patricia *et al.* (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 377-401, 2015.
- NOVO Mercado da Capixaba será entregue em 2024, diz prefeito de Vitória. **Folha Vitória**, Vitória, 20 set. de 2022. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/09/2022/novo-mercado-da-capixaba-sera-entregue-em-2024-diz-prefeito-de-vitoria>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- OLIVEIRA, S. S. R. de. A Comissão de Desfavelamento e as representações da pobreza em Belo Horizonte na década de 1950. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202119pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6635>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- ORELLANA, R. C. Ciudades de Sísifo. **Urbanismo Colonial y Contingencia. Estudios Avanzados**, Chile, n. 26, p. 114–129, 2017.
- PREFEITURA DE VITÓRIA. **Um novo Parque Natural Municipal Gruta da Onça!**. Vitória, 11 nov. 2022. Instagram: @vitoriaonline. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ck1ZimFD_q7/. Acesso em: 11 nov. 2022.
- PREFEITURA DE VITÓRIA. **Área voltada para o estudo, regulação, controle e o planejamento...**. Vitória, 8 nov. 2022. Instagram: @vitoriaonline. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CktiCHouDJZ/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

QUEIROZ, Fernanda. **Descaracterização de patrimônio: obras na Gruta da Onça sob investigação no ES.** CBN Vitória, Vitória, 17 nov. de 2021. Disponível em: <https://www.cbnvitoria.com.br/entrevistas/descaracterizacao-de-patrimonio-obras-na-gruta-da-onca-sob-investigacao-no-es-1121>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SEGOV/SUB-COM. **Vitória 470 anos: PMV anuncia pacote de R\$ 1 bilhão em investimentos.** Prefeitura de Vitória, Vitória, 14 set. de 2021. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-470-anos-pmv-anuncia-pacote-de-r-1-bilhao-em-investimentos-43714>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PARTE IV
Edifício, Qualidade e Avaliação
(Avaliação Qualidade Edifício
Construído)

Changing the Cultural Center Mousonturm in Frankfurt am Main in Germany, to an Inclusive Theater

Caroline Günther, Architect

Nur Bdair

Philipp Frankmann

Silvana Minsch

Alana Ulm

Introduction

Ever since the international treaty “Convention of the Rights of Persons with Disabilities” (UN CRPD) was signed in 2008, and in which signatory states commit to promote, protect and ensure the human rights of persons with disabilities, it has become a fundamental right for everyone with any type of disability to enjoy all human rights and freedom. Resulting from this, there is an urgent need to design the built environment in an inclusive way to enable participation for everyone. Hence, regions, cities, buildings, and interior designs can no longer be projected without addressing inclusive and barrier-free design parameters. One requirement in the UN CRPD is participation in cultural life, recreation, leisure and sport. Here article 30, paragraph 1c, states that people with disabilities have a right to cultural participation. Although in Germany the UN CRPD came into force over 14 years ago, many cultural venues have not been redesigned according to barrier-free requirements. Very often internal structures do not consider the principles of universal design and even if disability and inclusion as a topic are increasingly present in the cultural scene, accessibility for people with various forms of disability is not generally guaranteed.

Germany has a vibrant performing arts scene that includes dance, theater and concerts. Nevertheless, despite the promotion of inclusion and accessibility, universal access for people with different types of disabilities has not yet been achieved in the cultural scene. Up to now

an obligation to implement this has not been anchored in law. It is thanks to autonomous actions of actors in the performing arts that in recent years progress has been made to improve accessibility and to affirm disability as a part of the scene's self-understanding (Keuchel 2016, p. 18 et seqq.). Initiatives, associations and projects have been formed, lectures and workshops offered and possible guidelines composed and more. The goal is to promote knowledge, implement possibilities and to act as role models for other areas of society. A good example is a Berlin-based conceptualization and consulting office for diversity development in the cultural sector, "*Diversity Arts Culture*", which regularly provides information about the latest developments on these topics in its own magazine. They offer anti-discrimination consulting and inform about qualifying workshops (Stiftung für kulturelle Weiterbildung und Kulturberatung n.d.). Furthermore, the international mixed-abled performing company *Un-Label* is also well established. It emerged from the *Un-Label* project of the same name and aims to make the issues of disability and accessibility visible through the production of stage plays with artists - with and without disabilities (Un-Label n.d.a). In Un-Label's current project *Access Maker*, recommendations for actions are being developed together with cultural institutions in the performing arts to determine their state of inclusion and accessibility (Un-Label n.d.b).

This chapter presents a project which deals with the transformation of a cultural institution in Frankfurt, the Mousonturm, and gives an insight to the possible strategies when implementing inclusive parameters. The project was conducted by students of the Frankfurt University of Applied Sciences, in cooperation with the performing cultural center in Frankfurt and was supervised by professors of the master program Inclusive Design at the Frankfurt University of Applied Sciences. The main goal was to analyze the situation and identify as many spatial, technical and social barriers at the theatre as possible in order to design an inclusive concept, to enable the transformation of the cultural venue to an accessible and usable space for everyone. By implementing a participatory concept, staff and people with disabilities became part of the analysis process. A workshop helped to raise the awareness among the staff towards the topic of inclusion and barrier-free design. A final Catalogue of Actions summarized the results, as well as a general Checklist for Accessibility.

The Cultural Center Mousonturm in Frankfurt

The Mousonturm in Frankfurt am Main looks back on a long history. Nowadays, the brick building in expressionist style is listed. It used to be a soap factory, founded in 1798 in Frankfurt, and belonged to the company J. G. Mouson & Co. Over the centuries, it changed its location within the city and expanded. From 1923 to 1926, new factory facilities were built, including the 33-meter-high Mouson tower. This was considered to be Frankfurt's first high-rise building. Finally, in 1972 the Mouson soap factory was sold and by 1976 all buildings were demolished, except for the Mouson tower.

Figure 1 – Mousonturm in Frankfurt am Main, 2022



Today the Mousonturm is an international production house for dance, theater and concerts and offers a dance platform and a large area for cultural events. Ever since 1988 performances and productions have been successfully produced. (Künstler*innenhaus Mousonturm Frankfurt am Main GmbH n.d.). As one of the cultural

institutions in Germany that decided to become an inclusive theatre, it has devoted itself to implementing an inclusive and accessible concept in its stage productions and in spatial and technical structures within the building. The main problem of the Mousonturm is accessibility to and within the cultural center.

To move forward with the implementation of this plan the management team of the cultural center Mousonturm approached the Master's Program Inclusive Design (M.Sc.) at the Frankfurt University of Applied Sciences, striving for a cooperation.

The Master Program "Inclusive Design" sets its focus on inclusive solutions, designed to enable people to lead independent and self-determined lives, regardless of age and possible functional limitations. Spatial, technical and social aspects are thus taken into account in equal measure when designing environments worth living in.

Figure 2 – Logo for the project with a symbol for inclusion



The study program has an interdisciplinary alignment, combining three different study areas: Architecture (Inklusive Architektur), Computer Science (Intelligente Systeme) and Social Work and Health (Digital Health & Case Management). All students enrolled have graduated from previous specific bachelor programs, such as Computer Science or Engineering, Interior Design, Architecture or health-related academic programs, such as Social Work, Occupational Therapy, Nursing, Rehabilitation or similar. Within the framework of multidisciplinary study courses in the master program the students learn to generate projects, using competencies from their interdisciplinary professions in order to develop sustainable, inclusive solutions.

Out of this structure a group of students was formed, consisting of four architectural students, one student from the field of computer science and one student from social work and health. Together they developed the project and worked in close cooperation with a team from the Mousonturm. On the whole, the project ran over a period of two semesters, which was approximately eleven months. The guiding research question set its focus on spatial, technical and social barriers within the cultural center: “*Which spatial, technical, and social barriers can be detected and removed in order to help the cultural center Mousonturm to achieve their goal of becoming a pilot project for inclusive cultural venues?*”. In the following the project and its challenges will be presented and discussed.

Methodology

The methodology of the project consists of two parts, namely a participative approach and a literature review (von Köppen et al 2020, p. 22). The *literature review* was conducted to support the groups approach on barriers and specify these in context with the cultural center. To ensure a thorough search, various sources, including handouts, checklists, and guides from reputable organizations and associations, were consulted. For instance, “BKB Bundeskompetenzzentrum Barrierefreiheit” (BKB, 2012), a former German organization dedicated to promoting accessibility and inclusion for people with disabilities, was consulted. Literature from “pro infirmis” (2023), a Swiss association that focuses on improving the quality of life for people with disabilities, and “Deutsches Studentenwerk”, a German student organization dedicated to improving the lives of students, was also reviewed. Furthermore, literature was carefully selected to cover a very broad spectrum, considering specific selected perspectives. This approach ensured that the results of the literature review were comprehensive and that as many factors as possible were considered. Additionally, the students compared the results obtained from the different sources to identify similarities and differences and to complement each other’s findings.

The *participative approach* included two actions. Firstly, the execution of a workshop with staff of the Mousonturm. Here the staff took part in a disability and barrier-awareness course. And secondly, a communicational exchange with persons with disabilities. Here persons with disabilities detected barriers encountered during their

visit to the Mousonturm. The overall objective of both actions was to find out how a visit to an event at the Mousonturm could be made more accessible and what is necessary to ensure barrier-free accessibility and usability of the cultural center before and during performances.

The Project

As just described, one of the first actions was conducting a *disability and barrier-awareness workshop* with the staff at the cultural center. The intention was to gain an insight of the world of performing arts, understand their daily routine and get in touch with those who realize the events at the cultural center. On the one hand, the aim was to investigate the state of knowledge among the employees on the topics of inclusion and disability, and on the other hand, it was to help to find out how extensive the (research) task could be for the period of the project. Fifteen participants attended the workshop. It took place at the Mousonturm on several days. At the beginning a general presentation on inclusion and disability strived to ensure all participants had an equal level of knowledge. In the next step, the participants took a tour of their workplace with various assistive devices, simulating different disabilities. The aim was to sensitize them, giving an insight into what it might mean to have a disability. The staff could navigate with a *wheel chair* throughout the theatre, or wear an *age-simulation suit*, which simulates the physical condition of old age and restricts mobility. It demonstrates the situation of fading physical strength. Different glasses simulate *various eye diseases*, such as glaucoma, macular degeneration, cataract, etc. or even total blindness. Finally, in a plenary discussion, the experiences were discussed and analyzed. It became evident that most employees had marginal experience with this topic. Nevertheless, they were very interested and during the workshop, especially when trying out the disability simulation devices, participants identified spatial, technical and social barriers in their own workplace. All detected barriers were documented by the students. Each participant received a “Dictionary of Inclusion” - a booklet developed by the group, containing all information from the presentation at the beginning of the workshop, as well as important terms and references. With this the staff should be able to broaden their knowledge about inclusion and make the topic easily understandable and applicable.

After the workshop, the group analyzed the results and distinguished relevant areas and aspects within the cultural center that needed to be considered. The focus was set on the staff, the access of the audience and the program itself (Aikins & Gyamerah, 2016, p. 14 o. 27).

The second action was the dialogue with people with disabilities. Including them is essential in research projects and realization processes, as they belong to a vulnerable clientele and still society very often denies their self-determination and self-empowerment. Due to the situation of people with disabilities in everyday life, their knowledge about restrictions is absolutely necessary to determine barrier-free solutions.

Figure 3 – Workshop with staff, person on the left is wearing an age-simulation suit



Participatory research makes this expert knowledge accessible, enabling others to understand the needs of persons with disabilities and learn from them. In this context, the research methods must be adapted to comply the competencies and resources of participating persons. This the students considered when choosing their research methods (Von Köppen 2020, p. 24).

Therefore, persons with disabilities were invited to visit the Mousonturm and asked to describe the barriers they encountered. People with a visual, auditory, mental, physical, cognitive, or tactile limitation took part. In addition, tall or small people as well as chronic or geriatrically located diseases were also considered (Aktion Mensch e.V. n.d.). Due to time limitations, it was not possible to integrate the expert knowledge of all disabilities during the on-site visits, for example persons with an auditory impairment. Altogether five participants with different disabilities supported the detection of barriers. This happened over several days at the cultural center. In the sampling and recruitment process, emphasis was placed on ensuring that participation was voluntary, that the individual could communicate his or her needs, and that as many types of limitations as possible were included. Each person received a questionnaire and was asked to note every barrier they encountered and give detailed information to the type of barrier in terms of spatial, technical and social barriers, as well as multiple barriers. Furthermore, they were asked to define which type of limitation was a particular challenge, locate them on prepared maps of the Mousonturm and make suggestions to possible solutions. They were also asked to range the barriers according to priority of elimination. In each case, the possible solutions were supplemented by comments on whether they could be implemented quickly, were low-priced in comparison to other measures, could be used sustainably with a lasting effect, or were best practice, i.e. the most sensible alternative with the guarantee of the highest level of accessibility. This information is intended to help the Mousonturm to decide which solution is most compatible with their plans in terms of eliminating the barriers in the cultural center. The prioritization was based on the statements given by the survey participants and their point of view, which measures guarantee accessibility above all.

Findings

Looking at accessibility to the Mousonturm turned out to be an extensive issue and a wide range of spatial, technical and social barriers were identified. Altogether sixty-nine barriers were found, some of which can be subdivided into further barriers. Of these, seven are technical barriers, forty-two are spatial barriers and eight

social barriers. Twelve barriers can be allocated to multiple areas, for example the inadequate orientation system.

The results mentioned in the following are an extract of all barriers located and to be seen as examples: Stairs and elevators are major obstacles and do not comply with barrier-free standards. Accessibility to elevators had a high priority for the participants, which must be guaranteed for all visitors. Doors are too narrow to enter with wheelchairs and can only be opened manually. There are steps and thresholds inside the building that do not allow people with disabilities to access the Mousonturm independently. The sanitary facilities do not meet barrier-free standards either and are not accessible to all. An office for colleagues with disabilities is missing. All participants criticized the lack of orientation and signage both on the way to the Mousonturm, as well as within the building. The absence of contrasts and missing appropriate font size promote disorientation in the cultural center. This could be technically upgraded by adding suitable lighting and legible screens, just so by implementing architectural elements such as guidance systems, braille displays and pictograms. Moreover, size and height of furniture and the lack of a color concept were also obstacles. Another major point of criticism was the structure of the website. This must comply with the Web Content Accessibility Guidelines 2.1 (Kirkpatrick et al, 2018). A new stage concept also needs to include handouts as validated inclusive orientation guidelines.

To become an inclusive theatre it is essential to remove these barriers. For this, a guideline for the cultural center, a *Catalog of Actions*, was developed. It contains all barriers detected in the workshop, from on-site inspections, conversations with the staff and the visits with the participants with disabilities. The *Catalog of Actions* is divided into different sequences and is based on the experiences of the persons with disabilities during a visit to an event. Each barrier detected has a sequential number, assigned to the categories spatial (R), technical (T) and social (S). They are defined and explained. Just so, the type of disability and the particular challenge is indicated. The next column presents the mapping, giving the abbreviation of the position of the barrier found on the Mousonturm maps (e.g. 04K). The solutions are categorized as *easy to implement*, *inexpensive*, *sustainable*, and *best practice*. In the last column the solutions are prioritized. These result from the statements given by the interviewed persons and from defined measures that guarantee accessibility. Figure 4 shows an extract of the

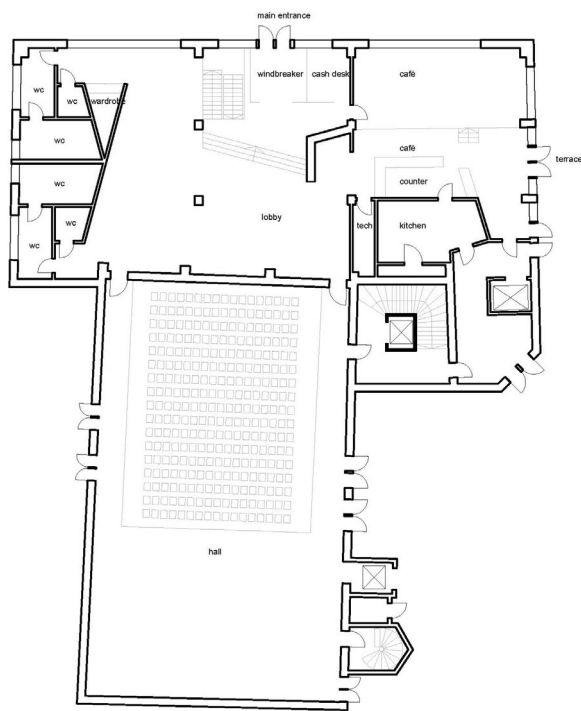
Catalog of Actions and figure 5 presents an exemplary floor plan of the Mousonturm.

Figure 4 – Extract of Catalog of Actions

Sequence 7: Event on the first floor/ Toilet visit

	Barrier	Type of Disability	Mapping	Solution	Prioritization
27	R	Studio 2 on the 1st floor has no contrasts. The bright color in the room makes it unrecognizable.	04K 03K 011 05N	The large hall on the 1st floor needs a new color concept. Recommendations on luminance and color contrasts can be found in DIN 32975.1 <i>(best practice)</i>	no

Figure 5: Floor Plan, ground floor, Mousonturm



groundfloor

mousonturm



A prominent obstacle detected and prioritized was the staircase in the foyer of the Mousonturm. This is also a good example of an existing barrier - especially for people with wheelchairs. It prevents free and independent access to the café or the hall across the main entrance. People in a wheel-chair are forced to enter through a side

entrance. This excludes them and others with mobility impairments. It produces long routes and additional effort for staff, as they need to accompany people in a wheel-chair, open doors and explain directions. In addition, the staircase has the same materiality as the other flooring, without any contrasts. This creates an extremely high risk of falls. Missing handrails add to insecure usability.

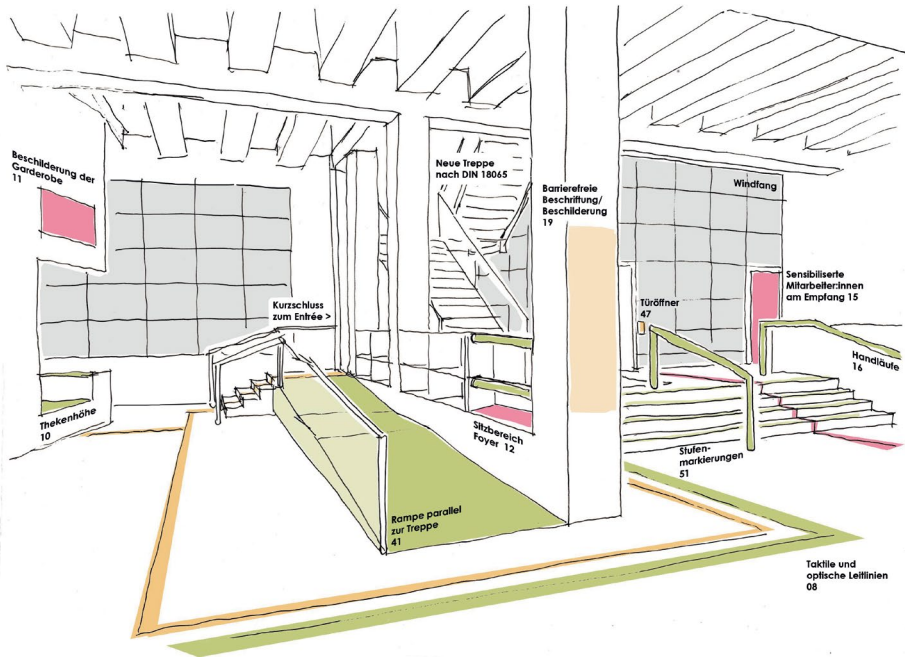
Therefore, the recommendation was to implement a ramp in the spacious foyer. Located at the main entrance, it could run parallel to the stairs and provide easiest possible access. The ramp should have an inclination of less than six percent and a landing in the center. In addition, the ramp could not only be used by people with wheelchairs or strollers, but also for transporting carts, or similar. At the same time, contrasting stripes lengthwise on the stairs emphasize the steps. More handrails would make the use of the stairs safer and easier for people with mobility and visual impairments, as well as for children and older people.

Figure 8 – Foyer Mousonturm, current situation



These improvements can make the foyer and the adjoining rooms, such as the café or the event hall, more accessible and improve work processes, transport routes and make the space safer by reducing the risk to falls. Apart from that, with an attractive design, it can create an appealing, pleasant atmosphere when entering the cultural center and evoke positive feelings.

Figure 9 – Foyer Mousonturm, improved with ramp, handrails and signs





The fundamental approach was to keep in mind that inclusion is a process in which the focus should be set on enabling participation. Since the *Catalog of Actions* only considers the audiences perspective, the students decided to use their knowledge on barriers to create a general checklist of accessibility. For this purpose the literature review was conducted. By consulting reputable sources, the accuracy and validity of the information used to develop their checklist could be ensured. Furthermore, the literature review helped to make sure that the checklist was inclusive, considering as many perspectives as possible. Out of this, and well aware of the importance to continually eliminate barriers and develop fitting inclusive solutions, the *Accessibility Checklist* was created. It offers support in the transition of space to inclusive spaces.

This checklist allows event organizers to verify necessary actions, tick off inclusive structures that they already have in place and, if required, receive recommendations for potential solutions to reduce barriers. Here is an extract of the checklist, which shows a possible barrier and the proposed solution.

Figure 10 – Extract of checklist

Checklist



for accessible and inclusive events

Event information

- Website design barrier-free ¹³
- Designing information materials barrier-free ¹⁴
- Digitally distributed information barrier-free, optimize for screen readers ¹⁵
- Provide accessibility information about the building, communicate on information materials
- Offer answer options according to the two-senses principle ¹⁶
- Specify by when and how the response must be received in order to meet cancellation deadlines
- Provide directions in form of a graphic map as well as in text form
- General plan of the building and site ¹⁷

Proposed solutions and further information

¹⁷An general plan shows all important points of the building or site, contains important points of contact such as (barrier-free) entrances, sources of danger, (barrier-free) sanitary facilities, info points, internet offers, elevators, seating/room plan, escape routes, parking spaces, cab stands, catering, emergency numbers. Possibly other points such as repair points or walking facilities for assistance dogs. If possible in plain language.

Conclusions

The intention of this project was to support the Mousonturm on its way to become an inclusive cultural institution. The results show many barriers in the cultural center, which makes it difficult or partly even impossible for people with disabilities to visit. In the workshop knowledge was passed on and barriers were documented. This practical course enabled the staff to gain a new perspective on their workplace, especially after the sensitization exercises. The results were added to the barriers collected from the data gathered in the visits to the Mousonturm with people with different types of limitations. With this knowledge it was possible to answer the research question, by defining existing barriers and showing how the cultural center could become an inclusive cultural venue. The student group

determined a catalog of spatial, technical, and social barriers and provided direct schemes on how to address the barriers, giving the Mousonturm a guideline on barrier-free actions. Although only the perspective of the visiting audience was considered, an *Accessibility Checklist* was developed. Together with the “Dictionary of Inclusion”, this will provide an overview of inclusion and accessibility for people with disabilities in other areas.

The concrete implementation of the actions require more in-depth expertise and time. The checklist though offers primary assistance. As a result, the Mousonturm is planning to implement first actions and begin by converting the entrance area and foyer, making it an inclusive and accessible entrance to the cultural center. Apart from that, the Mousonturm has created a new accessibility coordination position. Future productions that address disability and are produced, designed and performed by people with disabilities, so-called disabled-led productions, will be included in the program of the theatre. And actions have been implemented, such as *Early Boarding* (earlier admission to find a suitable seat at events with free choice of seats without pressure), *Tactile Tours* (blind or visually impaired people can feel the stage, costumes and props and get descriptions of the scenery, performers, stage design, etc.) in conjunction with *Audio Description* for blind and visually impaired people, *Relaxed Performances* (a.o. events with little sensory stimuli, free choice of breaks and sounds and movements from the audience are explicitly appreciated) and *German Sign Language Translation* for deaf and people with a hearing impairment. Recently these actions are offered at some events.

This project shows how necessary the transformation of cultural institutions are and visualizes the process they will need to go through in the coming years. The UN CRPD has initiated a paradigm shift, which implies that it is not the person who is disabled, but the environment that disables people. In order to induce this process of rethinking, society needs to perform a change of perspective. It is obvious that not enough has happened since the UN CRPD was signed in 2008 and this will also mean many adjustments in the field of performing arts. The necessary actions seem overwhelming and yet are still much unstructured. To begin with, cultural centers need to develop an open mind towards inclusion and accessibility and the intention to implement this in their actions. They will have to establish new perspectives through professional, anti-ableism

sensitization and additional information. Next steps can be initiated by including participative collaboration with people with different types of disabilities and letting experts decide from their life context and perspective. It will be necessary to consolidate all findings and plannings for a sustainable removal of barriers.

This project intends is to make cultural professionals aware that participation is necessary and should play an important part in ensuring accessibility to cultural centers. The results of the project are encouraging and hopefully a transformation will take place and other cultural institutions will follow the Mousonturms example.

References

Aikins, K.K. & Gyamerah, D. (2016): **Handlungsoptionen zur Diversifizierung des Berliner Kultursektors. Eine Expertise von Citizens For Europe, Berlin. Projekt: Vielfalt entscheidet – Diversity in Leadership.** Regionale Arbeitsstellen für Bildung, Integration und Demokratie (RAA) e.V. & AKOMA Bildung & Kultur

Aktion Mensch e.V. (n.d.): **Behinderungsformen – ein kurzer Überblick.**

Retrieved February 14, 2023, URL <https://www.aktion-mensch.de/inklusion/arbeit/fachkraefte-mit-behinderung-gewinnen/behinderungsformen>

BKB Bundeskompetenzzentrum Barrierefreiheit e. V. (2012): **Handreichung und Checkliste für barrierefreie Veranstaltungen,** Publisher BKB Berlin

Division for Inclusive Social Development (DISD): **Convention on the Rights of Persons with Disabilities CRPD,** Retrieved May 20, 2023, URL: <https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-crpd>

Frankfurter Allgemeine Zeitung (06/2022): **Frankfurt: Mehr Geld für Kulturprojekte.**

Retrieved May 20, 2023, URL: <https://www.fr.de/frankfurt/frankfurt-mehr-geld-fuer-kulturprojekte-91588667.html>

Kirkpatrick, A., O Connor, J., Campbell, A., Cooper, M. (2018): **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1,** Retrieved May, 2023, URL: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>

Keuchel, S. (2016): **Zur Diskussion der Begriffe Diversität und Inklusion – mit einem Fokus auf die Verwendung und Entwicklung beider Begriffe in Kultur und Kultureller Bildung.** In J. Gerland & S. Keuchel & I. Merkt (Eds.), Kunst, Kultur und Inklusion. Teilhabe am künstlerischen Arbeitsmarkt. Schriftenreihe Netzwerk Kultur und Inklusion (1 ed., p. 15-21). ConBrio Verlag.

Künstler*innenhaus Mousonturm Frankfurt am Main GmbH (n.d.): Über uns.

Retrieved February 22, 2023, URL <https://www.mousonturm.de/ueber-uns/>
Pro infirmis (2023), Retrieved May 20, 2023 URL <https://www.proinfirmis.ch/>
Stiftung für Kulturelle Weiterbildung und Kulturberatung (n.d.): **Das Projektbüro**.
Retrieved February 21, 2023, URL <https://diversity-arts-culture.berlin/diversity-arts-culture/das-projektbuero>
Un-Label Performing Arts Company (n.d.a): **Company**. Online-Dokument.
Retrieved February 22, 2023, URL <https://un-label.eu/project/company/>
Un-Label Performing Arts Company (n.d.b): **Access Maker**.
Retrieved February 22, 2023, URL <https://un-label.eu/project/access-maker/>
Von Köppen, M. & Schmidt, K. & Tiefenthaler, S. (2020): **Mit vulnerablen Gruppen forschen – ein Forschungsprozessmodell als Reflexionshilfe für partizipative Projekte**. In S. Hartung & P. Wihofszky & M. T. Wright (Eds.), Partizipative Forschung. Ein Forschungsansatz für Gesundheit und seine Methoden (p. 21-62). Springer Fachmedien.

Critérios de Qualidade da Habitação Multifamiliar

*Patrícia Cordeiro
Cynthia Marconsini*

Introdução

A produção de edifícios residenciais verticais no Brasil, na década de 1940, ocorreu em um momento de consolidação da arquitetura moderna, cujo movimento objetivava a qualidade arquitetônica e urbanística e propunha a renovação do modo de morar, com valorização do espaço coletivo. A partir de 1964, ano que marca o golpe militar no Brasil, segundo os autores Tramontano e Villa (2000) e Bonduki (2004), houve uma ruptura do processo qualitativo de moradias verticais no Brasil, com estímulo ao individualismo e ao espaço privado. Na contemporaneidade, segundo Griz e Amorim (2015), o apartamento é um produto de mercado que, portanto, sujeita-se aos modismos e à efemeridade dos produtos de consumo, induzidos pelos meios de comunicação por um ideal do “morar bem, em que as reais necessidades dos usuários nem sempre são consideradas”. Observa-se na contemporaneidade uma forte tendência à segregação espacial em empreendimentos imobiliários residenciais, característica reforçada pelas incorporadoras como solução para o aumento da violência urbana. Porém, segundo Bauman (2009), o isolamento espacial dos moradores, ao acentuar a uniformidade do espaço social, diminui a tolerância e faz com que a cidade pareça ainda mais propensa ao perigo.

Observa-se nas últimas décadas mudanças significativas no perfil sociodemográfico brasileiro, especialmente nas estruturas familiares. Observa-se o aumento no número de casamentos de pessoas do mesmo sexo, o aumento no número de divórcios em casamentos com menos de dez anos (IBGE, 2020) e o aumento da guarda compartilhada por ambos os cônjuges em caso de divórcio. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, observa-se o aumento na proporção de

mulheres que tiveram filhos com mais de 30 anos e uma diminuição da taxa de fecundidade (IBGE, 2015).

Observa-se que, enquanto essas mudanças estruturais exercem impactos sobre as necessidades familiares no ambiente do morar, o atendimento a essas necessidades são pouco absorvidas pelo mercado imobiliário, cujos modelos de apartamentos ainda são em sua maioria, elaborados para a família nuclear.

Essa crítica tem sido elaborada por pesquisadores interessados na qualidade do projeto da habitação e impulsionado a reflexão sobre a possibilidade de romper paradigmas perpetuados pelo mercado imobiliário na produção de edifícios residenciais verticais. Este trabalho objetiva a análise e elaboração de uma síntese sobre os critérios de qualidade da habitação multifamiliar investigados nas últimas décadas, nas três escalas de avaliação: a unidade habitacional; o edifício; e a inserção urbana. Para os critérios de qualidade relacionados à inserção urbana e ao edifício, utiliza como referência trabalhos publicados por Gehl (2013), Ferreira (2012), Montaner *et al.* (2011). Para os critérios de qualidade relacionados à unidade habitacional, utiliza como referência os trabalhos publicados por Brandão (2002, 2003), Pedro (2002), Jorge (2012), Ferreira (2012) e Montaner *et al.* (2011).

Critérios da qualidade na habitação multifamiliar

O espaço doméstico qualificado aliado a um espaço exterior envolvente resulta em habitantes mais felizes, com relações de vizinhança mais humanizadas. Conforme Coelho (2008a), é imprescindível se sentir bem com a própria casa, com enraizamento e identidade, para conviver na cidade. Para Bernard (2005, p. 220) “o sentimento de bem-estar não depende apenas de elementos materiais, mas também da maneira como são satisfeitas exigências de ordem essencialmente psicológica [...]”.

As funções da habitação excedem o espaço privativo, sendo imprescindível a existência de espaços coletivos. Espaços comunitários podem ter funções diversas: comércios, serviços, espaços culturais, lazer, espaços de vivência etc.

O setor imobiliário se habituou a lucrar oferecendo construções homogêneas e limitadas, assim como o nosso comprador, segundo Coelho (2008b), possui uma ideia, uma imagem do que

deseja comprar sem ter esclarecimento sobre a real existência de um leque de opções e uma incipiente consideração sobre a importância da qualidade arquitetônica. Montaner *et al.* (2011) apontam para a necessidade de educar para que a habitação não seja vista somente como um produto do mercado para investimento ou consumo, e sim “como parte da cidade e como um lugar para habitar o presente, abrigar nosso passado e projetar o futuro; um lugar para morar confortavelmente, que responda ao desejo de valores simbólicos individuais e comunitários” (Montaner; *et al.*, 2011, p. 13, tradução nossa).

Para Montaner *et al.* (2011) a habitação deve atender às necessidades básicas dos membros da família e deve permitir modificações futuras com a incorporação de outra pessoa à família, como um descendente ou um convidado. Deve ainda incorporar novos espaços produtivos sem impedir as tarefas pré-existentes.

A possibilidade de personalização e interferência do usuário na transformação do seu habitat, conferindo-lhe sua identidade, reforça o fator subjetivo da arquitetura coletiva. Observa-se, porém, que os modelos oferecidos pelo mercado são, em geral, padronizados e, segundo Jorge, tem como característica “a ausência de um cliente exclusivo e a adoção de um programa padrão, baseado em convenções e critérios biológicos e funcionais” (Jorge, 2012, P.23).

Diversas são as pesquisas que têm centrado esforços na definição de parâmetros de qualidade para a habitação do século XXI, em função das transformações sociais e tecnológicas experimentadas pela sociedade.

O trabalho coordenado por Ferreira (2012) apresenta parâmetros de qualidade “[...] segundo as diferentes escalas em que ocorrem: parte-se da maior escala, que abrange aspectos urbanísticos, até chegar à menor, relativa às unidades habitacionais” (Ferreira, 2012, p. 63). O autor define três escalas de análise: Inserção urbana; Implantação; e Unidade habitacionais, e defende que a qualidade urbanística e arquitetônica estará garantida com o bom relacionamento entre as escalas, aliada ao diálogo do empreendimento com o seu contexto socioespacial.

O sistema de análise e método proposto por Montaner *et al.* (2011) baseia-se em quatro conceitos essenciais: Sociedade (diversidade familiar, trabalho produtivo/reprodutivo); Cidade (influência da habitação na estrutura urbana); Tecnologia (infraestrutura,

flexibilidade, transversalidade); e Recursos (eficiência energética, sustentabilidade). Os autores alertam que a habitação não é uma cenografia, e sim um espaço de ampla complexidade, com múltiplas camadas de análise.

A pesquisa desenvolvida por Pedro (2002) apresenta um programa habitacional em que resume um conjunto de exigências de qualidade arquitetônica relativas aos níveis físicos dos espaços e compartimentos, da habitação, do edifício e da vizinhança próxima.

Os mecanismos de flexibilidade da habitação são apontados por Montaner *et al.* (2011), assim como por Brandão (2002) e Jorge (2012), como solução para a necessária diversidade de tipos de moradia, em atendimento aos mais variados estilos de vida da contemporaneidade, seja na fase de construção, seja na fase de pós-ocupação.

A partir das pesquisas publicadas sobre qualidade da habitação, organizamos os critérios de qualidade elencados em três escalas: **Qualidade da Inserção Urbana**, que relaciona o empreendimento à cidade e ao bairro em que está inserido; **Qualidade do Edifício**, que refere-se ao empreendimento, sua relação com o entorno imediato (ruas vizinhas), com a forma de ocupação do terreno e a integração entre as edificações, áreas verdes e livres, espaços de convivência e circulação; e **Qualidade da Unidade Habitacional**, que refere-se às características da unidade habitacional, tendo em vista seu dimensionamento, flexibilidade, conforto ambiental, técnicas e materiais adotados, e sistemas construtivos utilizados.

Qualidade da Inserção Urbana

A dimensão humana da cidade foi sendo esquecida, assim como sua função como ponto de encontro. Gehl (2013) recorda quando Jacobs, há cinquenta anos, afirmou que a cidade produzida para o automóvel e a ideologia urbanística do modernismo “[...] poriam um fim ao espaço urbano e à vida da cidade, resultando em cidades sem vida, esvaziadas de pessoas” (Gehl, 2013, p. 3). Existe um esforço nas últimas décadas para melhorar a qualidade da vida urbana e as condições dos pedestres.

Otimizar os terrenos vazios inseridos na malha urbana consolidada é uma contribuição para a cidade, pois potencializa o uso de equipamentos, serviços e infraestrutura instalada e diminui deslocamentos e uso do automóvel.

Ao defender uma cidade viva e de alta densidade construída com usos mistos (moradias, locais de trabalho, serviços), Gehl (2103) esclarece que, além da densidade populacional razoável, a estrutura urbana necessária deve ser compacta, com distâncias que possibilitem o deslocamento a pé ou de bicicleta e com espaço urbano de qualidade. Esse conceito vem ao encontro dos valores de proximidade, definidos como parâmetro de qualidade por Montaner *et al.* (2011). Para os autores, na habitação contemporânea, a qualidade arquitetônica deve ser avaliada sob a perspectiva de suas relações com o entorno e a vizinhança. Montaner *et al.* (2011) sugerem que ao longo dos trajetos existam diversidade de opções de atividades: transporte público, comércio, escola, trabalho, saúde, lazer, esporte e equipamentos de bairro.

Montaner *et al.* (2011) afirmam que um projeto urbano equilibrado é aquele em que o projeto residencial é partícipe, capaz de favorecer a criação de redes sociais comunitárias valorizando as relações de vizinhança. “Os valores das casas são inseparáveis do tecido urbano em que estão inseridos. Portanto, o projeto urbano é essencial e os valores de uma obra só fazem sentido em relação ao seu contexto” (MONTANER *et al.*, 2011, p. 49. Tradução nossa).

A falta de espaços verdes, parques, áreas de lazer, segundo Ferreira (2012), vem sendo suprida em bairros mais nobres pela implantação de condomínios privados, cercados, que oferecem com exclusividade aos seus moradores uma diversidade de equipamentos de lazer. A diversidade de usos, os quarteirões com praças ou equipamentos acessíveis a todos, ruas públicas bem servidas pelo transporte coletivo, são aspectos qualitativos das cidades que estão, conforme Ferreira (2012), ausentes em bairros nobres, exclusivamente residenciais, segmentados e isolados. Os condomínios fechados são espaços autônomos e independentes do entorno em que se situam e desvalorizam o espaço público e aberto, além de alterar a paisagem urbana. Criam espaços segregados, garantindo aos moradores segurança interna, numa sequência de muros, cercas e guaritas. Aliado a ausência de comércios, a resultante é a ausência de uma genuína vida urbana. A segregação espacial resultante desses modelos é prejudicial para a qualidade urbana.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos critérios de qualidade relacionados à inserção urbana da habitação, a partir da leitura de Ferreira (2012) e Montaner *et al.* (2011).

Quadro 1 – Resumo dos critérios de qualidade da inserção urbana da habitação

ESCALA DA INSERÇÃO URBANA	
Critério	Parâmetros
Infraestrutura e Serviços Urbanos	Sistema de abastecimento de água; Coleta e tratamento de esgotos; Pavimentação; Iluminação pública; Energia elétrica; Coleta de lixo; Drenagem adequada das águas pluviais.
Localização/Situação urbana	Inserção na malha urbana; Uso de vazios urbanos, terrenos em áreas centrais; Tecido histórico; Área de expansão da cidade; Espraçamento urbano.
Acessibilidade do Empreendimento	Adequada integração à rede de transporte público; Sistema viário carroçável estruturado.
Fluidez Urbana/ Relações do edifício com o espaço público	Diálogo harmonioso entre os eixos de circulação do conjunto e os existentes no entorno; Uso e acesso públicos do térreo; Ausência de ruptura física e visual da paisagem e de isolamento do conjunto, como muros e grades; Geração de espaço público.
Valores de proximidade	Equipamentos públicos e serviços presentes até 500m de distância da habitação.
Convivência de usos	Espaços para lazer; Creche; Espaços voltados para saúde; Escritórios; Instalações comerciais; Estacionamentos; Bicicletários; Lavanderias; Escolas.
Espaços intermediários	Passarelas; Galerias; Pórticos; Arcadas; Cobertura.

Fonte: organizado pela autora a partir de Ferreira (2012) e Montaner *et al.* (2011)

Qualidade do Edifício

Cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis podem ser parcialmente alcançadas com um projeto urbano, mas é essencial que a arquitetura contribua diretamente para a qualidade ao nível dos olhos.

As modalidades padronizadas adotadas por empreendimento por todo o país – os “carimbos” –, numa tentativa de minimizar custos e racionalizar a construção, são criticadas por Ferreira (2012) por desconsiderar as condições socioespaciais, ambientais e topográficas dos terrenos nas quais se inserem, facilmente implantáveis em áreas planas. Os “carimbos” são empregados por boa parte dos empreendimentos habitacionais destinados às classes médias, o chamado segmento econômico, e utilizam a maior parte do terreno para vagas de estacionamento – grandes áreas impermeabilizadas,

fruto do culto ao automóvel e reforçado pela própria legislação municipal ao exigir número de vagas por apartamento. Ferreira (2012) considera ideal minimizar os impactos com movimentação de terras, aproveitando a topografia do terreno, o que beneficia a redução de custos de implantação do(s) edifício(s) e possibilita arranjos que favoreçam o conforto ambiental.

Ferreira (2012) critica a generalização do padrão “condomínios clubes”, considerados enclaves fortificados, comprometendo a fluidez urbana e a interação entre usos e grupos sociais. A expansão desses empreendimentos é atribuída por Ferreira (2012) não somente ao apelo mercadológico, mas principalmente à falta de valorização e investimento em áreas públicas de uso livre.

A formação de redes comunitárias e relações sociais, segundo Montaner *et al.* (2011), devem ser estimuladas pelo tecido residencial, com a integração de atividades além da habitação: espaços de trabalho, de comércio ou pequenos equipamentos que, ao ocorrer no térreo dos edifícios, contribuem com a vida urbana. Os usos do pavimento térreo, de acordo com os autores, estabelecem a relação entre o edifício e o espaço público, assim como as fachadas diante da fluidez desejada (olhar interior/externo e vice-versa), com a existência de varandas, terraços e principalmente a capacidade do edifício de gerar espaços coletivos de domínio público. “[...] é cada vez mais necessário que o edifício residencial ofereça aos seus habitantes espaços para realizar atividades de coexistência no bairro” (Montaner; *et al.* 2011, p. 159. tradução nossa).

A dimensão humana da cidade e a qualidade ao nível dos olhos são exaltadas por Gehl (2013) ao elencar como um dos princípios do urbanismo a abertura dos “[...] espaços de transição entre a cidade e os edifícios, para que a vida no interior das edificações e a vida nos espaços urbanos funcionem conjuntamente [...]” (Gehl, 2012, p. 232)

Não faz muito tempo, a arquitetura realmente concentrava sua atenção no projeto de edifícios ao nível da rua. Uma escala menor, mais detalhada, foi utilizada na zona onde os edifícios encontram a cidade. Por sua vez, caminhar nas cidades era uma experiência sensorial rica, intensa e multifacetada graças ao abundante cuidado arquitetônico dispensado às áreas térreas (Gehl, 2013, p. 205).

O térreo é a transição entre o edifício e a cidade, e teve o seu protagonismo apagado ao longo do tempo, com grandes empreendimentos e muitas fachadas opacas, o que aumentou a sensação de insegurança nas ruas. Gehl (2012) demonstra uma escala de cinco níveis (Ativo, Convidativo, Misto, Monótono e Inativo) para registrar e avaliar os pisos térreos das edificações, ao nível da rua. Essa escala, desenvolvida na década de 1990 pela cidade de Estocolmo, na Suécia, tem inspirado muitas cidades a utilizar esse método como ferramenta para qualificar o espaço urbano.

As fachadas ativas, com usos comerciais e/ou serviços no térreo do edifício (preferencialmente nos níveis: ativo, convidativo ou misto), favorecem a relação de vizinhança, a vida comunitária e a sensação de segurança. Esta, por sua vez, também é oportunizada quando os empreendimentos apresentam limites permeáveis, através de elementos vazados ou transparentes nos muros, propiciando vizinhanças visualmente protegidas.

A transição gradual entre os espaços público e privado, de acordo com Ferreira (2012), quando favorecido com um paisagismo na edificação, além de melhorar o microclima do local, pode criar condições adequadas para o convívio dos moradores.

Montaner *et al.* (2011) sugerem que os edifícios ofereçam equipamentos comunitários para apoiar, além do lazer e do trabalho produtivo, também o trabalho reprodutivo, como lavanderias e pequenas oficinas de reparo.

A criação de espaços exteriores públicos para uso dos moradores, considerando a diversidade de famílias, possibilita a diminuição do individualismo, com a criação de redes sociais, essenciais ao suporte afetivo e social. Matos (2001) sugere a criação de diferentes espaços destinados aos diferentes grupos socioculturais e etários, pois apropriam-se do espaço exterior de diferentes modos, intensidade e frequência de uso.

A heterogeneidade de grupos de coexistência, resultado das transformações das famílias, deve ser atendida através da oferta de diversidade adequada de tipologias nos edifícios residenciais, devendo incluir, segundo Montaner *et al.* (2011), mecanismos para agrupar ou segregar apartamentos.

Espaços comuns, entre a residência (espaço privado) e a cidade (espaço público), como passarelas, galerias, cobertura com espaço comunitário, varandas, pátios, pórticos, arcadas etc., são defendidos

por Montaner *et al.* (2011) como lugares fundamentais de relação e de proximidade, para potencializar a socialização. Podem estar dispostos no térreo, acima deste, ou entre os pavimentos tipo e contribuir para as condições do controle climático natural das habitações.

Ferreira (2012) acredita que uma regra simples da boa arquitetura foi esquecida por parte dos profissionais: o respeito às características climáticas locais. De acordo com o autor, a boa ventilação e insolação devem ser resultantes da forma de ocupação do edifício no terreno, garantindo salubridade e habitabilidade. A arquitetura possui recursos que possibilitam um bom relacionamento com o meio ambiente, de forma a possibilitar à habitação o conforto térmico em consonância com os recursos naturais. Para tal, Montaner *et al.* (2011) sugerem princípios fundamentais: orientação adequada e uso passivo; ventilação natural cruzada; luz natural; e solar.

As fachadas devem ser plurais, diferentes entre si dependendo da orientação, para que sua capacidade de inércia térmica seja aproveitada ao máximo, incluindo as fachadas verdes. Para evitar o uso de ar-condicionado, principalmente nas regiões de predomínio do clima tropical, a ventilação cruzada natural é essencial.

Ao reconhecer a escassez de recursos naturais e a sua finitude, o uso eficiente desses recursos, com economia de energia, uso de energias renováveis, geração e coleta seletiva de resíduos, consumo consciente de água, adequação do edifício às condições climáticas do ambiente, entre outros pré-requisitos para a habitação do século XXI, deve ser priorizado para nos aproximarmos dos princípios da arquitetura bioclimática.

A estrutura e o sistema construtivo adotados impactam a qualidade da moradia. Pode-se citar que uma correta disposição dos pilares permite maior liberdade para disposição interna dos apartamentos; a otimização das áreas úmidas (cozinha/ área e banheiro) impulsiona a evolução e as características da habitação; a repetição equidistante de vãos na fachada soma-se aos outros atributos e ampliam as possibilidades de adaptabilidade e flexibilidade.

O Quadro 2 apresenta a síntese dos critérios de qualidade na escala do edifício elaborado a partir da leitura de Ferreira (2012) e Montaner *et al.* (2011).

Quadro 2 – Resumo dos critérios de qualidade urbanística e arquitetônica para habitação contemporânea multifamiliar através da escala do edifício

ESCALA DO EDIFÍCIO	
Critério	Parâmetros
Relação com espaço público	Visuais (Limites permeáveis no térreo); Atividades no térreo (Fachada ativa); Geração de espaços públicos.
Implantação	Edifício com afastamentos; Edifício nos limites do terreno (sem afastamentos); Adequação topográfica; Paisagismo.
Diversidade de usos	Espaços comerciais no pavimento térreo; Escritórios no pavimento térreo; Outro uso.
Equipamento comunitários	Espaço coletivo para o trabalho reprodutivo: lavanderia, oficina etc.; Espaço de recreação: piscina, salão de festas etc.; Lazer infantil.
Espaço exterior próprio e terraço	Cobertura como espaço comunitário ocupando mais do que 60% da área construída; Pátios ou espaços abertos comuns no térreo; Pátios ou espaços abertos comuns em andar acima do pavimento térreo ou entre os pavimentos tipo.
Diversidade de tipologias	Existência de pelo menos dois tipos diferentes de unidades habitacionais para um número diferentes de habitantes; Possibilidade de futuros agrupamentos ou segregações.
Atenção à orientação	Organização do arranjo interno do pavimento tipo em relação à incidência solar; Soluções de fachada que levam em consideração a orientação solar.
Ventilação cruzada	Ventilação cruzada na mesma unidade habitacional (fachadas opostas); Ventilação cruzada da unidade através de espaços comuns através da presença de pátios térmicos.
Dispositivos de aproveitamento passivo	Presença de vegetação em pátios ou fachadas, para condicionamento térmico; Sistema de captação como galerias ou paredes trombe; Presença de elementos de proteção solar na fachada.
Impacto da morfologia construtiva	Arranjo agrupado das instalações hidrossanitárias; Possibilidade de modificações internas na distribuição de espaços em relação ao sistema estrutural adotado; Possibilidade de modificações na distribuição dos espaços em relação aos vãos da fachada.

Fonte: organizado pela autora a partir de Ferreira (2012), Gehl (2013) e Montaner *et al.* (2011).

Qualidade da Unidade Habitacional

O estudo apresentado por Brandão (2003), referenciado numa base de dados de 3.011 plantas coletadas de apartamentos, oriundos de 56 cidades brasileiras, no período de 1995 a 2000, demonstra um modelo repetitivo na maioria das plantas pesquisadas, sem diferenças significativas entre elas. Esse estudo é um dos que nos leva à reflexão sobre a insistência num modelo frente a tantas outras possibilidades e alternativas. Segundo o autor “[...] a resposta certamente deve recair nas dimensões culturais, sociodemográficas e psicológicas que se relacionam com o projeto, o significado e o uso da habitação no Brasil” (Brandão, 2003, p. 52).

[...] a qualidade do espaço arquitetônico da habitação é fortemente determinada pela habilidade e visão do projetista em prever condições que possibilitem e favoreçam a aplicação de princípios de qualidade e as articulações dos espaços, dimensionamentos e conexões, características que podem e devem ser previstas na fase conceitual de projeto, intentando a continuidade e longevidade da moradia (Ludovico; Brandão, 2018, p. 56).

Kowaltowski e Pina (2000) procuraram compreender a arquitetura residencial através da evolução das formas de morar, para o desenvolvimento de diretrizes para projetos habitacionais, “[...] cujo êxito de concepção está condicionado à compreensão da evolução, no tempo, dos processos e alterações do modo de satisfazer as várias funções da habitação” (Kowaltowski; Pina, 2000, p. 488).

Ao projetar uma habitação, o arquiteto deve decidir sobre o nível de qualidade que pretende oferecer. Pedro (2002) classifica três níveis diferentes de satisfação das necessidades dos usuários: nível mínimo, que satisfaça as necessidades elementares; nível recomendável, que possa acomodar usos diversos e a evolução previsível das necessidades dos usuários ao longo da vida útil do imóvel; e nível ótimo, que responde integralmente às necessidades dos usuários.

Pedro (2002) indica a caracterização das habitações de acordo com os tipos de usuários, já Montaner e Muxi (2010) sugerem uma caracterização em que os paradigmas contemporâneos devam ser interpretados de acordo com critérios de sustentabilidade, diversificação e desierarquização da sociedade. É consensual entre os três

autores que as habitações do século XXI devem refletir as mudanças sociais contemporâneas.

A composição das famílias não é uniforme, nem na vida de um ser humano em particular, nem em toda a sociedade. Diferentes grupos de coexistência tornam o conceito de 'família nuclear' como o componente majoritário desatualizado e, portanto, a habitação deve ser projetada com respostas de máxima ambiguidade e versatilidade funcional, para que possa abrigar a enorme variedade de modos de vida e permitir uma maior capacidade de transformação, com custos mínimos, tanto econômicos quanto técnicos (Montaner; Muxi, 2010, p. 83, tradução nossa).

O programa arquitetônico da habitação, de acordo com Pedro (2002), deve ser capaz de comportar o equipamento, o mobiliário e as faixas de circulação necessários à adequada utilização pelo usuário. Os autores preocupam-se com o tamanho e o perfil das famílias. Portanto, as diversas atividades na habitação devem ter condições adequadas para seu desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento de atividades remuneradas – o trabalho produtivo ou *home office*. O espaço para o trabalho produtivo deve ser previsto sem interferir na vida cotidiana da família, motivo pelo qual Montaner, Muxi e Falagán (2011) propõem que sua situação seja o mais próxima possível do acesso à habitação, preferencialmente com acesso individualizado.

Já as tarefas da vida cotidiana e a manutenção da própria casa, consideradas trabalho reprodutivo ou trabalho caseiro, possuem necessidade de espaços para seu desenvolvimento e de local para guarda dos materiais utilizados. O trabalho reprodutivo foi por muito tempo atribuído exclusivamente às mulheres, e as cozinhas foram utilizadas como meio de controle e opressão. Esse foi um dos ambientes que mais se alterou com o processo de miniaturização dos espaços. É fundamental a previsão, ao dimensionar esse espaço, da presença concomitante de mais de um morador para o desenvolvimento adequado das tarefas relacionadas ao preparo de alimento, além de local para armazenamento e lavagem. Para tornar as tarefas domésticas visíveis, e dessa forma, desierarquizada, Montaner *et al.* (2011) indicam que a cozinha seja, além de um espaço para o desenvolvimento de tarefas, também um espaço de convivência, com a integração

de uma copa ou sala de jantar, deixando de ser um espaço solitário e individual. A desierarquização da moradia favorece a igualdade de gêneros ao permitir o uso desses espaços de forma compartilhada.

As atividades pertinentes ao ciclo de lavagem: armazenar a roupa suja; lavar; secar; passar; armazenar roupa limpa etc. são dificultadas pela falta de espaço suficiente na área de serviço para o desenvolvimento dessas diferentes etapas e o trabalho em cada uma delas. Essa dificuldade é alegada por Montaner *et al.* (2011) à hierarquização do espaço, onde a área de serviço foi miniaturizada em detrimento a outros ambientes com maiores áreas, mesmo com menor necessidade de espaço.

A individualidade de cada membro e o convívio familiar são favorecidos quando a habitação é organizada sem hierarquias. Ao longo da vida, as pessoas têm necessidades distintas e a troca de quartos para uma “nova” apropriação do espaço se torna limitado com a hierarquia de áreas. Montaner *et al.* (2011) sugerem que a distribuição espacial do banheiro permita o uso simultâneo por mais de uma pessoa com privacidade, e sua dimensão deva considerar o acesso ao chuveiro por um cuidador de alguém dependente. Os autores criticam a presença de suítes-banheiro para uso exclusivo, pois “a abordagem de uma casa nunca deve gerar relações de desigualdade ou discriminação entre seus ocupantes, principalmente nos aspectos relacionados ao gênero” (Montaner; *et al.*, 2011, p. 179. tradução nossa).

Ao adquirir uma habitação, deve ser possibilitada a realização de intervenções para sua personalização e sua adequação ao modo de vida do usuário, com alteração das características físicas da habitação: essa é a chave para a satisfação com o espaço. É inerente ao ser humano a tendência em se diferenciar do outro, buscar a sua própria identidade. “A personalização da casa acompanha o indivíduo em toda a sua vida e depende do seu estado emocional, entendido como representação dos valores de maior ou menor apego” (Del Rio, 2003, p. 6).

Apesar de existirem normas e legislações em cada localidade para aprovação de projetos arquitetônicos de edificações residenciais, que visam garantir uma habitabilidade mínima, Montaner e Muxi (2010) apontam que os valores e parâmetros das regras em vigor, para projetos de habitação tornam-se obsoletos pois

não acompanham a velocidade das mudanças ocorridas na sociedade. As construtoras e incorporadoras, segundo Ferreira (2012), garantem a habitabilidade mínima, mas determinam a monofuncionalidade dos ambientes e comprometem o conforto dos moradores. Assim como a personalização, a adaptabilidade deve ocorrer durante o período de uso da habitação e de acordo com Pedro (2002) deve se basear na possibilidade de multifuncionalidade dos espaços.

Ao mesmo tempo que a moradia necessita durar por muitos anos, durante esse tempo, os modos de vida sofrerão modificações importantes. Bernard levanta alguns questionamentos contraditórios que desafiam a psicologia ambiental: “[...] se nós não vivemos mais como antes, na maioria dos casos, nós moramos o mais frequentemente como antes. Como é resolvida esta contradição?” (Bernard, 2005, p. 216).

A arquitetura residencial contemporânea deve ser partícipe das experiências humanas e, segundo Jorge (2012), transcender o caráter construtivo e material. Necessita ser dinâmica, flexível, aberta e interativa. A autora considera que essa arquitetura tem como desafio acompanhar a evolução dessas relações pessoais e interpessoais.

Os mecanismos de flexibilidade são apontados por Montaner *et al.* (2011), assim como por Brandão (2002) e Jorge (2012), como solução para a necessária diversidade de tipos de moradia, em atendimento aos mais variados estilos de vida da contemporaneidade, seja na fase de construção, seja na fase de pós-ocupação. Manter a habitação ativa garante a sua longevidade. Importantes pesquisas relativas à flexibilidade na habitação foram conduzidas nas últimas décadas. A pesquisa de Brandão (2002) defende o conceito de flexibilidade planejada. O autor propõe um método de avaliação da capacidade do projeto em modificar seu layout, denominada de potencial de flexibilidade inicial. A pesquisa de Jorge (2012) sobre os mecanismos de flexibilidade ao longo do século XX, identifica oito tipos de estratégias de flexibilidade: “[...] ampliação, refuncionalização, flexibilidade organizacional, cômodo autônomo, adaptabilidade, associação, modulação, fachadas flexíveis” (Jorge, 2012, p. 490).

A flexibilidade representa a superação do espaço habitacional automatizado e estéril, a emergência da necessidade projetual em incorporar um repertório que estimule a produção de arquiteturas capazes de acomodar esse processo de mudança, em todos os sentidos – mudanças demográficas, novas relações sociais, padrões culturais e comportamentais, avanços tecnológicos, indeterminações. (Jorge, 2012, p. 40)

Toda obra de reforma de apartamento que implique na alteração de equipamentos e instalações costuma ser onerosa e de difícil realização, pois geralmente as instalações têm localizações fixas e servem a mais do que uma habitação. A morfologia construtiva interfere diretamente na flexibilidade arquitetônica. “O objetivo é definir sistemas estruturais e construtivos que não se tornem obstáculos à transformação” (Montaner; *et al.*, 2011, p. 55. tradução nossa). Na escala da unidade habitacional, destaca-se a necessidade da otimização das áreas úmidas: cozinhas; lavanderias; e banheiros, onde estão inclusive concentrados inúmeros equipamentos tecnológicos.

As interpretações são baseadas nas vivências e experiências de cada ser, isso significa que o arquiteto, ao projetar os espaços, deve possibilitar as interpretações pessoais e a liberdade dos usuários de decidir como querem usar o espaço.

A varanda ou terraço dos apartamentos é um ambiente imprescindível que permite o contato com o meio exterior. Montaner *et al.* (2011) consideram essencial que cada apartamento tenha seu próprio espaço ao ar livre, que, além de favorecer o conforto ambiental, contribui para a interação visual e espacial do morador com a cidade. A territorialidade e os afetos positivos, de acordo Albuquerque e Günter (2019), são fortalecidos pelo “[...] desenho das habitações proporcionando a comunicação com as áreas circundantes e as pessoas, com fachadas que viabilizem observar as ruas e as movimentações diárias [...]” (Albuquerque; Günther, 2019, p. 26).

O Quadro 3 apresenta a síntese dos critérios de qualidade na escala da unidade habitacional elaborado a partir da leitura de Brandão (2020), Ferreira (2012), Jorge (2012) e Montaner *et al.* (2011).

Quadro 3 – Resumo dos critérios de qualidade arquitetônica para habitação contemporânea multifamiliar através da escala da unidade habitacional

ESCALA DA UNIDADE HABITACIONAL	
Critério	Parâmetros
Dimensionamento das unidades	Adequação ao tamanho da família; Comporta mobiliários, equipamentos e circulação.
Espaço para o trabalho produtivo	Previsão de área de trabalho produtivo ou estudo independente dos quartos; Previsão de área de trabalho produtivo independente com acesso independente; Previsão para receber visitas de trabalho.
Espaço para o trabalho doméstico	Área de serviço que possibilite o desenvolvimento do ciclo da lavanderia: lavar, secar, passar e guardar; Banheiro que possibilite o uso simultâneo e independente por no mínimo duas pessoas; Banheiro com dimensões que possibilitem a assistência por outra pessoa.
Espaço de armazenamento	Previsão de armários ou espaços localizados nas áreas de circulação; Previsão de espaço para despensa.
Desierarquização	Todos os quartos possuem a mesma dimensão e distribuição espacial; Integração da cozinha a outro ambiente, como copa, sala de jantar ou sala de estar; Todos os banheiros com acesso pelas áreas comuns.
Possibilidade de crescimento/ Ampliação	Possibilidade de agregar a varanda à habitação (fechar varandas); Possibilidade de crescimento interior através das junções de unidades habitacionais (horizontal ou vertical); Acrescer área útil interna à unidade por altura excedente (repartição de um pé-direito elevado ou duplo).
Otimização das instalações	Agrupamento de áreas úmidas na unidade habitacional; Agrupamento de áreas úmidas entre unidades adjacentes; Previsão de conectividade da habitação a espaços técnicos.
Potencial de Flexibilidade	Soma dos potenciais de conversão dos ambientes; Soma das faces que permitem junção ou desmembramento dos ambientes; As comunicações adicionais dos banheiros e lavabos; Sala de estar e cozinha em posição contígua e paralela (possibilidade de integração: cozinha americana); Cômodo de grande potencial de conversão numa posição mais central na planta; Varandas com disposição voltada para o interior (conversão em outros cômodos); Divisórias móveis nos quartos e cozinha; Móveis para a modificação de espaços da habitação; Divisórias desmontáveis nos quartos e na cozinha.
Personalização/ Adaptabilidade	Elementos móveis na fachada que permitem interação com o usuário da unidade; Diversidade de materiais; Utilização de vegetação; Mobiliário multifuncional/ retrátil.

Fonte: organizado pela autora a partir de Brandão (2002), Ferreira (2012), Jorge (2012) e Montaner *et al.* (2011).

Considerações finais

As cidades sofreram mudanças significativas ao longo das últimas décadas, assim como a sociedade. Apesar das transformações sociais e urbanas, os modelos de edifícios de apartamentos introduzidos no século XX ainda se perpetuam na atualidade, ignorando a nova realidade. Os projetos desconsideram que o processo de habitar necessita de privacidade e sociabilidade, e a habitação deve ser entendida como parte da cidade, envolvendo a comunidade, as relações de vizinhança e os serviços necessários para satisfação dos moradores (Montaner; *et al.*, 2011; Albuquerque e Günther, 2019).

Ao entender que a qualidade de vida está diretamente relacionada à qualidade da habitação, torna-se imprescindível que o espaço doméstico corresponda às necessidades reais de seus moradores. Esse fato sugere a necessidade de rompimento do paradigma perpetuado pelo mercado imobiliário na produção de edifícios residenciais verticais homogêneos e limitados (Ornstein; Villa, 2010; Griz; Amorim20, 2015).

Ao realizar um mapeamento qualitativo dos critérios e atributos necessários para uma habitação apropriada à diversidade que se apresenta na contemporaneidade, possibilita-se identificar uma arquitetura pautada na qualidade, bem como servir de instrumento metodológico.

A compreensão das transformações da sociedade e os impactos no projeto da moradia são fundamentais para que a nova produção possa refletir um ambiente democrático em que o homem possa viver sozinho fisicamente no seu apartamento, mas coletivamente em um projeto de cidade que permita a sociabilidade. Nesse sentido, os edifícios de apartamentos podem colaborar para o projeto de cidades com mais vitalidade ao possibilitar, através de sua arquitetura, a alta densidade habitacional, os usos mistos, as fachadas ativas e a boa relação do perímetro dos lotes com as vias.

Referências

ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; GÜNTHER, Isolda de Araújo. **Onde em nós a casa mora? Os ambientes residenciais nas relações pessoa-ambiente.** In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane; PATO, Claudia (org.). *Psicologia ambiental em contextos urbanos.* Florianópolis: Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019. p. 16-33. 191 p.

BERNARD, Y. Contribuição da Psicologia Ambiental para a política de construção de moradias. **Psicologia e Ambiente**. Revista Psicologia USP, São Paulo: USP-IP, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, vol. 16, 2005. p. 213- 222.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BONDUKI, NABIL. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

COELHO, A. B. O bom-habitar I: uma introdução ao bom-habitar do bairro, da vizinhança e do edifício. **Infohabitar** 209, p. 1-5, 2008a. Disponível em: <<http://infohabitar.blogspot.com/search?q=210>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

COELHO, A. B. O bom-habitar - II. **Infohabitar** 210, p. 1-5, 2008b. Disponível em: <<http://infohabitar.blogspot.com/search?q=209>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRANDÃO, Douglas Queiroz. **Diversidade e potencial de flexibilidade de arranjos espaciais de apartamentos: uma análise do produto imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Santa Catarina, 2002.

BRANDÃO, D. Q. Tipificação e aspectos morfológicos de arranjos espaciais de apartamentos no âmbito da análise do produto imobiliário brasileiro. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 35-53, 2003.

DEL RIO, Projeto do lugar. Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. **Cadernos PROARQ**, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, v. 7, p. 3 -17.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRIZ, Cristiana; AMORIM, Luiz. O luxo como necessidade. Projetos de apartamentos típicos da elite recifense. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 186.07, Vitruvius, nov. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.186/5846>. Acesso em: 20 mai. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Registro Civil 2019: número de registros de casamentos diminui 2,7% em relação a 2018**. 09 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29646-registro-civil-2019-numero-de-registros-de-casamentos-diminui-2-7-em-relacao-a-2018>. Acesso em: 5 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais 2015: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JORGE, L. DE O. **Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura

e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012. 511 p. ISBN 978-85-88150-05-8.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; CELANI, M. G. C; MOREIRA, D. de C; PINA, S. A. M; RUSCHEL, R. C; SILVA, V. G da; LABAKI, L. C; PETRECHE, J. R. D. Reflexões sobre metodologias de projeto arquitetônico. **Ambiente Construído**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 7-19, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3683>. Acesso em: 26 mar. 2023

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; PINA, Sílvia A Mikami G . **Arquiteturas do Morar: Comportamento e Espaço Concreto**. In: Seminário Internacional de Psicologia e Projeto do Ambiente Construído, 2000, Rio de Janeiro.

LUDOVICO, S. S. A.; BRANDÃO, D. Q. Caracterização da identidade morfológica do espaço arquitetônico de uma habitação evolutiva. **Gestão e Tecnologia de Projetos**, São Carlos, v. 13, n. 1, p. 39-58, 2018. Disponível em: Acesso: 20 mai. 2020.

MATOS, Fátima Loureiro de. **A habitação no Grande Porto** - Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio. Tese de doutorado em Geografia Humana. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=27811&pi_pub_r1_id=>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida; FALAGÁN, David H. **Herramientas para habitar el presente**: La vivienda del siglo XXI. Barcelona: Actar D, 2011. 207 p. ISBN 9788461475049.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Reflexiones para proyectar viviendas del siglo XXI. **Dearq 06**. 2010. ISSN 2011-3188. Bogotá, pp. 82-99. Disponível em: <<http://dearq.uniandes.edu.co>> . Acesso em: 20 mai. 2020.

PEDRO, J. Branco – **Programa habitacional: Habitação**. Coleção Informação Técnica Arquitectura, n. 5. Lisboa: Lenec, 2002.

TRAMONTANO, M.; VILLA, S. **Apartamento metropolitano: evolução tipológica**. In: Seminário História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal, UFRN. **Anais**, 2000.

PARTE V
Gestão e Políticas Urbanas

Gestão da Política de Habitação de Interesse Social na Região Metropolitana da Grande Vitória

Walter Pereira Cossuol Neto
Gilton Luis Ferreira
Giovanilton André Carretta Ferreira
Guilherme Falqueto do Rosario

Introdução

Há muito constatou-se o caráter desigual e excludente da realidade social brasileira. De natureza estrutural e histórica, uma das facetas mais cruéis dessa desigualdade é a negação do direito à moradia, elemento fundamental à vida social. Juridicamente, o Estado brasileiro é o responsável pela formulação das políticas habitacionais, devendo viabilizar programas eficientes, sobretudo visando o atendimento da população de menor renda, não sendo suficiente, dessa forma, apenas o reconhecimento constitucional do direito à moradia, mas uma atuação efetiva por meio de instrumentos eficazes para a sua concretização.

A atual política habitacional brasileira tem como marco inicial a criação da Secretaria Nacional da Habitação e do Ministério das Cidades, no ano de 2003. No ano de 2004, foi instituída a Política Nacional de Habitação (PNH) e em 2005 a aprovação do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (SNHIS), por meio da Lei Federal nº 11.124. Conforme as regras estabelecidas pela Lei nº 11.124/2005, para os municípios pleitearem recursos financeiros da esfera federal é necessário aderir ao SNHIS. Essa aderência somente ocorre mediante o cumprimento de determinados requisitos: implantar um fundo de habitação com dotação orçamentária própria e um Conselho Gestor para administrá-lo e, ainda, instituir o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), sendo esse um instrumento responsável pelo diagnóstico da situação habitacional no município, pela definição das diretrizes e prioridades da política habitacional na

escala local. Segundo Lima (2014), estruturado dessa forma, o Sistema tem a função de articular as políticas de habitação social de forma descentralizada e democrática, respaldado no princípio da cooperação entre os entes federados, tendo como objetivo principal viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável.

Quanto ao PLHIS, esse deve ser elaborado de forma participativa, conforme metodologia definida pelo Ministério das Cidades, devendo contemplar um diagnóstico acerca da habitação no município e as estratégias para direcionar as ações do setor habitacional em nível local, no tocante à habitação de interesse social. A estratégia de ação deve conter: as diretrizes e os objetivos da política local de habitação; as linhas programáticas e ações a serem implementadas; os prazos e as metas a serem alcançadas; e a estimativa dos recursos necessários para atingi-las, com as suas respectivas fontes. O encargo da elaboração do PLHIS é do município, por meio do órgão responsável pela gestão da política habitacional local, em conformidade com a PNH (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

A instituição dos instrumentos de gestão acima citados, dentre eles o PLHIS, teve como objetivo reforçar o papel dos municípios da concepção à gestão da política habitacional. Exigir que os municípios elaborem seus planos representa mais do que uma normativa institucional, ela tem o objetivo de vincular a demanda por recursos às demandas habitacionais locais, sendo que essas demandas devem ser determinadas com base na construção coletiva do diagnóstico e das estratégias de ações planejadas e devidamente incorporadas ao PLHIS. Em outros termos, podemos falar de descentralização ou mesmo de empoderamento local na definição da sua política habitacional.

No entanto, essa evolução ainda não foi plenamente incorporada pelos municípios brasileiros. No estado do Espírito Santo, por exemplo, 53,85% dos municípios ainda não elaboraram os seus Planos¹, e vários municípios que elaboraram ainda não os implementaram, e há também aqueles que, mesmo já tendo elaborado, os agentes responsáveis por sua gestão desconhecem completamente a sua existência. Outro dado relevante nos mostra que somente 9 dos

¹ Dados da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, coletado do documento intitulado “Situação dos entes federados frente às exigências do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS (Lei 11.124/2005)”, posição relativa ao dia 11 de outubro de 2019.

78 municípios capixabas encontram-se em situação regular perante o SNHIS, os demais 69 municípios estão impedidos de receber desembolsos de contratos já firmados e pleitear novos recursos.²

Esse quadro alarmante impulsionou o desenvolvimento da pesquisa em tela, que teve como objetivo verificar a situação da etapa denominada pós-PLHIS, ou seja, de investigar como se estabeleceu o processo de gestão dos Planos após a sua elaboração. Em outros termos, a investigação buscou responder a seguinte questão: a instituição do Plano Local de Habitação de Interesse Social, exigido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, garantiu que ele se efetivasse como um instrumento orientador das ações dos conselheiros municipais e norteador da implementação das políticas habitacionais nele previstas?

Ginzburg (2006) afirma ser muito frequente as pesquisas surgirem por acaso. Mesmo que a presente investigação não se enquadre plenamente nessa categoria, importante informar que ela tem origem em uma investigação anterior. Assim, o esclarecimento acerca da nova problematização irá colaborar para o entendimento do caminho metodológico estabelecido. O quadro alarmante acima citado foi observado durante o desenvolvimento de uma pesquisa em que propusemos uma metodologia para monitoramento e avaliação dos PLHIS. Ao tentarmos aplicar a metodologia proposta para avaliar a gestão do PLHIS no município de Serra/ES, nos anos posteriores à sua elaboração, não encontramos nenhuma condição para fazê-la em função da precariedade das informações disponíveis na Secretaria Municipal de Habitação do referido município. Como a metodologia de avaliação e monitoramento é um instrumento de caráter geral, ou seja, não é elaborada exclusivamente para um município específico, buscamos aplicá-lo em outros. Para a nossa surpresa, assim como em Serra, nos demais municípios consultados a situação era muito semelhante ou até mesmo mais precária. Não por acaso, mas derivada de uma investigação no mesmo campo de estudo, surgiu a problematização que norteou a presente pesquisa.

A partir daí definimos os recortes metodológicos da nova investigação. Os elementos definidores foram população, problemas habitacionais e capacidade institucional. Quanto à população: foram selecionados quatro municípios dos sete que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). São os municípios mais

² Idem.

populosos do estado do Espírito Santo: Serra – 517.510 habitantes; Vila Velha – 493.838; Cariacica – 381.285; e Vitória – 362.097, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Juntos, totalizam 1.754.730 habitantes, o que equivale a 88,65% da população da RMGV. Quanto aos problemas habitacionais: segundo o Plano Estadual de Habitação (2014), na RMGV encontramos os problemas mais complexos como o déficit habitacional total, uma vez que a região contribui com um déficit de 31.786 unidades habitacionais (47,73%) de um total de 66.586 unidades em todo o estado. Quanto à capacidade institucional: de acordo com o Brasil (2012), na publicação intitulada “Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros para a Política Habitacional”, são as regiões metropolitanas e os municípios de médio e grande porte que melhor respondem aos quesitos: “com relação à decisão dos municípios de instalar um órgão gestor da política habitacional”, “quanto à trajetória do conselho municipal de habitação” e “quanto à trajetória do fundo municipal de habitação”, ou seja, em tese, apresentam maior capacidade institucional para planejar e gerir as políticas habitacionais.

A primeira etapa da investigação – que teve como objetivo buscar informações acerca da criação dos conselhos municipais de habitação, sobre o período de elaboração dos PLHIS e sobre as competências definidas na legislação municipal para os conselhos – foi desenvolvida analisando as leis que instituíram os conselhos e os PLHIS em cada município selecionado. Na segunda etapa foram verificados os conteúdos de todas as atas das reuniões dos conselhos municipais de habitação dos quatro municípios, no período denominado pós-PLHIS, ou seja, após a elaboração do plano: Serra – atas do período compreendido entre os anos de 2014 e 2017; Vila Velha – 2016 e 2018; Cariacica – 2013 e 2016; Vitória – 2013 e 2018. A terceira etapa foi o momento de confrontar as competências atribuídas em lei para os conselhos municipais de habitação com os temas que de fato nortearam as reuniões dos respectivos conselhos dos quatro municípios durante os anos indicados.

As fragilidades reveladas na gestão do PLHIS pelos quatro municípios, apresentadas como resultado no decorrer deste trabalho, talvez proporcione uma ideia muito próxima do tamanho dos desafios que os demais municípios brasileiros, principalmente os de médio e pequeno porte, enfrentam no tratamento dos seus problemas habitacionais, em especial aquilo que se refere às necessidades para o fortalecimento da política local de habitação de interesse social.

Informações sobre conselhos, planos e órgãos gestores

Na esfera das políticas públicas, os conselhos setoriais se tornaram institutos fundamentais após a Constituição Federal de 1988. Com forte presença na esfera pública brasileira, segundo Teixeira (2000), os conselhos constituem órgãos públicos de composição paritária, compartilhado entre governo e sociedade, concebidos mediante lei, de natureza obrigatória associado ao repasse de recursos federais, podendo possuir atribuições consultivas, deliberativas ou de controle, intervindo na gestão de políticas sociais como educação, saúde e habitação.

Não obstante as críticas, raros são os autores que não reconhecem a existência desses institutos como valor democrático. Gohn (2001, p. 7) define os conselhos como “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”. Carneiro (2002) afirma que eles se inserem no campo da governança democrática como espaços institucionalizados de participação popular, reconfigurando as relações entre Estado e sociedade, instituindo uma nova modalidade de controle público sobre a ação governamental e de corresponsabilidade quanto ao desenho, monitoramento e avaliação de políticas. Gomes (2003) sugere uma ação mais ampliada, ressaltando que os conselhos devem se esforçar para atingir três objetivos principais como espaço democrático: estimular a cidadania e a educação política; propiciar a identificação e a captação contínua das demandas sociais; e desempenhar controle social sobre as ações governamentais.

No setor habitacional não é diferente, os conselhos também devem exercer o controle social e participar da formulação e execução das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; garantir a integração da política habitacional às demais políticas setoriais e econômicas; bem como exercer a curadoria dos recursos a serem empregados. Além da instituição dos conselhos setoriais, com o decorrer do tempo novos instrumentos foram incorporados à gestão das políticas habitacionais. No ano de 2005, com a promulgação da Lei nº 11.124, tornou-se compulsório a estados e municípios que pretendesse aderir ao SNHIS a elaboração do PLHIS como condição de acesso ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A Tabela 1 dá a conhecer o ano de criação dos conselhos e de conclusão do PLHIS em cada um dos quatro municípios em perspectiva.

Tabela 1 - Ano de criação dos conselhos e conclusão do PLHIS por município

MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO DO CONSELHO	ANO DE CONCLUSÃO DO PLHIS
SERRA	2014 (Lei nº 4.137)	2011
VILA VELHA	2008 (Lei nº 4.713)	2015
CARIACICA	2006 (Lei nº 4.404)	2013
VITÓRIA	2002 (Lei nº 5.823)	2006

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Dos dados apresentados na Tabela 1, podemos auferir que somente o município de Vitória possuía conselho antes do advento da criação da Secretaria Nacional da Habitação e do Ministério das Cidades, que ocorreu no ano de 2003. Outro dado nos informa que a elaboração do PLHIS, em todos os quatros municípios, se deu somente após a promulgação da Lei nº 11.124, em 2005, que instituiu o SNHIS, tornando compulsória a sua elaboração como condição de acesso ao FNHIS. Tais fatos revelam que os mecanismos institucionais estabelecidos na esfera federal foram fundamentais para a criação dos canais de participação social e dos instrumentos de gestão compartilhada das políticas habitacionais nos municípios analisados.

Para aproximar a análise do objetivo central da pesquisa e verificar se a instituição dos PLHIS garantiu a sua efetivação como instrumento orientador das ações dos conselheiros municipais e como norteador da implementação das políticas habitacionais neles previstas, o caminho definido foi analisar o conteúdo das atas das reuniões dos conselhos municipais dos quatro municípios em questão, dentro do período que a Tabela 2 informa.

Tabela 2 - Período das atas analisadas

MUNICÍPIO	ANO DAS ATAS ANALISADAS	OBSERVAÇÃO
SERRA	2014 a 2017	Conselho criado em 2014 Não há reuniões do Conselho desde 2017
VILA VELHA	2016 a 2018	PLHIS concluído no final de 2015
CARIACICA	2013 a 2016	Não há reuniões do Conselho desde 2016
VITÓRIA	2013 a 2018	Atas analisadas a partir de 2013 para manter uma uniformidade temporal com os demais municípios

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Dos sete municípios que compõem a RMGV, a Serra é o único que possui uma secretaria exclusivamente dedicada às questões habitacionais. Após a conclusão do PLHIS em 2011, o município levou três anos para criar e institucionalizar o Conselho Gestor e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (Lei nº 4.137 de 2014). Assim, a análise das atas começa em 2014, ano de início das atividades do conselho, até 2017, quando não há mais registro de suas atividades.

Em Vila Velha, o órgão gestor é a Coordenação de Política Habitacional, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade. A Lei nº 4.713 de 2008 foi a que regulamentou o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Somente após sete anos o PLHIS foi elaborado e concluído no final de 2015. Da mesma forma que no município da Serra, a análise das atas em Vila Velha foi realizada nos três anos depois de institucionalizado o plano.

Em Cariacica, a Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente, abriga a Gerência de Habitação. O Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social foram criados pela Lei nº 4.404 de 2006 e, da mesma forma que em Vila Velha, somente sete anos depois o PLHIS foi elaborado. Assim, a análise das atas parte de 2013 – período em que o município já possui conselho, fundo e plano, até 2016 – quando não há mais registro das atividades do conselho.

Em Vitória, as políticas do setor ficam sob a responsabilidade da Subsecretaria de Habitação, subordinada à Secretaria Municipal de Obras e Habitação. No ano de 2002 o município estabeleceu a Política Municipal de Habitação, criou o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, e instituiu o Sistema Municipal de Informações Habitacionais - SMIH. Por meio da Lei nº 6.592 de 2006, o município implantou cinco programas habitacionais e criou normativas para a regularização fundiária de interesse social. Não há registro da elaboração do PLHIS de acordo com a metodologia sugerida pelo Ministério das Cidades, com um diagnóstico do setor habitacional fundamentando os princípios, diretrizes e programas adotados. Mesmo com conselho, fundo e programas já instituídos no final de 2006, as atas analisadas cobriram o período de 2013 a 2018 para manter uma uniformidade temporal com os demais municípios.

Conteúdo das atas das reuniões dos conselhos municipais de habitação no pós-PLHIS

As Tabelas 3, 4, 5 e 6, que apresentam uma síntese das discussões realizadas nas reuniões dos conselhos de habitação dos quatro municípios, foram organizados de forma tal que seja possível identificar os temas discutidos nas reuniões dos conselhos subdivididos em duas categorias: a) temas de competência do conselho: conforme estabelecido em lei municipal; e b) temas de natureza correlata: mesmo não descritos literalmente em lei, esses temas guardam correspondência direta com a natureza do conselho. Na segunda coluna aparece o número de vezes que esses temas foram discutidos no conselho, ao longo dos anos analisados.

Tabela 3 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Serra

TEMAS DEBATIDOS	Nº de vezes que aparece
a) de competência do conselho – Lei nº 4.137 de 2014	
1) Estabelecer critérios para priorizar linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais	0
2) Aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS	1
3) Deliberar sobre as contas do FMHIS	1
4) Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência	0
5) Aprovar seu regimento interno	2
Subtotal	4
b) de natureza correlata	Nº de vezes que aparece
6) Eleições de membros do conselho	4
7) Construção de equipamentos comunitários (creche, CRAS etc.)	2
8) Apresentação de programas habitacionais (não constam no PLHIS)	2
9) Situação de moradores de rua	1
10) Ocupações irregulares	1
11) Calendário das reuniões	3
12) Informações gerais	4
Subtotal	17
TOTAL	21

Nota: 20 atas analisadas entre 2014 e 2017; oito reuniões canceladas devido ao quórum insuficiente. **Fonte:** elaborado pelos autores (2019).

No período analisado, o Conselho de Habitação da Serra discutiu quatro vezes temas de sua competência direta e 17 vezes temas de natureza a ela correlata. De um total de 21 vezes que temas de competência do conselho ou temas a ele correlatos foram debatidos, 13 vezes (61,9%) dizem respeito a assuntos de ordem administrativa: aprovar regimento interno (2); eleições internas (4); calendário de reuniões (3); e informações gerais (4), conforme os itens 5, 6, 11 e 12 da Tabela 3, respectivamente. Nas outras oito vezes (38,1%), o debate girou em torno da política habitacional propriamente dita: aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS (1); deliberar sobre as contas do FMHIS (1); construção de equipamentos comunitários (2); programas habitacionais fora do PLHIS (2); moradores em situação de rua (1); e ocupações irregulares (1), itens 2, 3, 7, 8, 9 e 10 da Tabela 3, respectivamente.

Em Vila Velha há um equilíbrio entre as vezes que o conselho discutiu os temas de sua competência direta (12 vezes) e os de natureza correlata (15 vezes). Do total de 27 vezes em que o Conselho de Habitação discutiu temas de sua competência direta ou de natureza a ele correlatos também há um certo equilíbrio, 11 vezes (40,7%) foram para tratar de questões administrativas: elaborar regimento interno (5); capacitação de conselheiros (3); calendário de reuniões (1); e informações gerais (2), itens 9, 12, 15 e 16 da Tabela 4, respectivamente; e 16 vezes (59,3%) sobre a política habitacional: instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social (1); elaboração do Orçamento Municipal (1); subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS (1); projetos relativos às ocupações e assentamentos de interesse social (1); elaboração de estudos e projetos e constituição de comissões especiais e câmaras (3); ocupações irregulares (2); planos setoriais de outras áreas (4); empreendimentos habitacionais fora do PLHIS (2); e demanda de munícipes (1), itens 1, 2, 4, 6, 8, 11, 13, 14 e 17 da Tabela 4, respectivamente.

Em Cariacica, os temas de competência do conselho aparecem apenas oito vezes nos anos analisados e os temas de natureza correlata 19 vezes. De um total de 27 vezes em que os temas de sua competência ou de natureza correlata foram debatidos, 19 vezes (70,4%) o Conselho Municipal de Habitação abordou questões administrativas: regimento interno (3); eleições internas (3); capacitação de conselheiros (1); informações gerais (11); e calendário de reuniões (1), itens 9, 11, 12, 14 e 15, da Tabela 5, respectivamente, e oito vezes (29,6%) discutiu assuntos referentes à política habitacional: estratégias e instrumentos da Política

Municipal de Habitação de Interesse Social (1); intervenção do Governo Municipal relativo às ocupações e assentamentos de interesse social (1); elaborar estudos e projetos, constituir comissões especiais e câmaras (3); e ocupações irregulares (3), itens 1, 6, 8 e 13, da Tabela 5, respectivamente.

Tabela 4 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Vila Velha

TEMAS DEBATIDOS	Nº de vezes que aparece
a) de competência do conselho – Lei nº 4.713 de 2008	
1) Propor e aprovar as diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social	1
2) Participar da elaboração do Orçamento Municipal e propor a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária	1
3) Propor e aprovar os planos de aplicação dos recursos do FMHIS	0
4) Definir condições de subsídios/financiamentos com recursos do FMHIS	1
5) Aprovar as contas do FMHIS	0
6) Apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social	1
7) Apreciar apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda e solicitar melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares	0
8) Propor ao Executivo Municipal a elaboração de estudos e projetos, constituir comissões especiais e câmaras	3
9) Elaborar seu Regimento Interno	5
10) Convocar e realizar uma Assembleia Anual aberta à população com o objetivo de prestar contas e prestar esclarecimentos à sociedade civil	0
Subtotal	12
b) de natureza correlata	Nº de vezes que aparece
11) Discussão a respeito de moradores fazendo ocupação irregular	2
12) Capacitação (programas, legislações etc.)	3
13) Discussão a respeito de planos setoriais de outras áreas	4
14) Criação de empreendimentos habitacionais que não constam no PLHIS	2
15) Definição de calendário das reuniões	1
16) Informações gerais a título de conhecimento	2
17) Demandas específicas de municípios que realizaram solicitação	1
Subtotal	15
TOTAL	27

Nota: 15 atas analisadas entre 2016 e 2018; três reuniões canceladas devido ao quórum insuficiente. **Fonte:** elaborado pelos autores (2019).

Tabela 5 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Cariacica

TEMAS DISCUTIDOS	Nº de vezes que aparece
a) de competência do conselho – Lei nº 4.404 de 2006	
1) Propor e aprovar as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social	1
2) Participar da elaboração do Orçamento Municipal e propor a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária	0
3) Propor e aprovar os planos de aplicação dos recursos do FMHIS	0
4) Definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS	0
5) Aprovar as contas do FMHIS	0
6) Apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social	1
7) Apreciar apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda e solicitar melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares	0
8) Propor ao Executivo Municipal a elaboração de estudos e projetos, constituir comissões especiais e câmaras	3
9) Elaborar seu Regimento Interno	3
10) Convocar e realizar uma Assembleia Anual aberta à população com o objetivo de prestar contas e dar devidos esclarecimentos à sociedade civil organizada	0
Subtotal	8
b) de natureza correlata	Nº de vezes que aparece
11) Eleições de membros do conselho	3
12) Capacitação (programas, legislações etc.)	1
13) Discussão a respeito de moradores fazendo ocupação irregular	3
14) Informações gerais a título de conhecimento	11
15) Definição de calendário das reuniões	1
Subtotal	19
TOTAL	27

Nota: 18 atas analisadas entre 2013 e 2016. **Fonte:** elaborado pelos autores (2019).

Tabela 6 – Síntese das discussões das reuniões do conselho de habitação de Vitória

TEMAS DISCUTIDOS	Nº de vezes que aparece
a) de competência do conselho – Lei nº 5.823 de 2002	
1) Propor e aprovar diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social	0
2) Participar da elaboração do Orçamento Municipal e propor a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária	1
3) Propor e aprovar os planos de aplicação dos recursos do FMHIS	0
4) Definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS	0
5) Aprovar as contas do FMHIS	0
6) Apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social	0
7) Apreciar apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda e solicitar melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares	1
8) Propor ao Executivo a elaboração de estudos e projetos, constituir Grupos Técnicos ou Comissões Especiais e Câmaras	5
9) Elaborar seu Regimento Interno	1
Subtotal	8
b) de natureza correlata	Nº de vezes que aparece
10) Capacitação (programas, legislações etc.)	6
11) Eleições de membros do conselho	6
12) Discussão a respeito de planos setoriais de outras áreas	1
13) Visita a residenciais	2
14) Discussão a respeito de moradores fazendo ocupação irregular	4
15) Definição de calendário das reuniões	6
16) Informações gerais a título de conhecimento	15
17) Demandas específicas de municípios que realizaram solicitação	71
Subtotal	111
TOTAL	119

Nota: 23 atas analisadas entre 2013 e 2018; duas reuniões canceladas devido ao quórum insuficiente. **Fonte:** elaborado pelos autores (2019).

Em Vitória, nos seis anos analisados, temas de competência do conselho aparecem somente oito vezes, enquanto os temas “de natureza correlata” registram 111 aparições. No entanto, percebemos que o item 17 da Tabela 6, “*Demandas específicas de municípios que realizaram solicitação*” se destaca pela sua frequência: 71 vezes, diferenciando-se dos demais municípios que registram apenas uma aparição no município de Vila Velha e nenhuma vez nos municípios de Serra e Cariacica. Importante registrar que, dependendo da forma como acolhemos o referido item, o resultado pode variar bastante. Considerando-o de forma integral, foram 119 vezes em que o conselho abordou temas de sua competência ou de natureza correlata. Desse total, 34 vezes (28,6%) foram questões administrativas, itens 9, 10, 11, 15 e 16, da Tabela 6, e 85 vezes (71,4%) sobre política habitacional, itens 2, 7, 8, 12, 13, 14 e 17, da Tabela 6. Contudo, se registrarmos o item 17 somente uma vez, considerando que o atendimento a solicitações individualizadas não encontra nenhum amparo dentre as competências de um conselho municipal de habitação, a coisa muda de figura. Assim, para fins desta investigação, consideramos 49³ vezes em que o conselho abordou temas de sua competência direta ou de natureza correlata. Desse total, 34 vezes (69,4%) foram para tratar de questões administrativas: regimento interno (1); capacitação de conselheiros (6); eleições internas (6); calendário de reuniões (6); e informações gerais (15), itens 9, 10, 11, 15 e 16, da Tabela 6, respectivamente, e 15 vezes (30,6%) sobre política habitacional: participar do orçamento municipal (1); solicitar melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda para moradias populares (1); elaboração de estudos e projetos, constituição de grupos ou câmaras técnicas (5); planos setoriais de outras áreas (1); visita à residências (2); ocupações irregulares (4); e demandas de municípios (1), itens 2, 7, 8, 12, 13, 14 e 17, da Tabela 6, respectivamente.

Tomado dessa forma, das discussões realizadas no conselho de habitação de Vitória, no período analisado, sobre os temas de sua competência ou de natureza correlata, praticamente 70% foram sobre assuntos administrativos e somente 30% relativos à política habitacional. Importante ressaltar que se não realizássemos a correção acima descrita, teríamos um mascaramento da realidade das discussões ocor-

³ Obtivemos o número 49 subtraindo 70 aparições do item 17 do total de 119, este último correspondente às vezes em que aparecem temas de competência do conselho ou de natureza correlata.

ridas no conselho, ou seja, seriam apenas 28,6% de temas administrativos contra 71,4% sobre política habitacional, quando na realidade ocorreu justamente o contrário.

Confronto entre as competências de direito com os debates de fato

Sistematizados os dados, começamos a iluminar a questão proposta, ou seja, a verificar se a instituição dos PLHIS, pelos quatro municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, garantiu a sua efetivação como um instrumento orientador das ações dos conselheiros municipais e norteador da implementação das políticas habitacionais neles previstas. A partir da análise das Tabelas 3, 4, 5 e 6, elaborou-se a Tabela 7, uma síntese que nos informa, quantitativamente, os temas predominantes nas reuniões dos conselhos dos 4 municípios, nos períodos analisados.

Tabela 7 – Temas predominantes nas reuniões dos conselhos

MUNICÍPIO	PERÍODO	TEMAS PREDOMINANTES	
		ADMINISTRATIVOS	POLÍTICA HABITACIONAL
Serra	2014 a 2017	61,9%	38,1%
Vila Velha	2016 a 2018	40,7%%	59,3%%
Cariacica	2013 a 2016	70,4%	29,6%
Vitória	2013 a 2018	69,4%	30,4%

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Pela abordagem quantitativa, nos municípios de Serra, Cariacica e Vitória, os assuntos administrativos dominaram a pauta do conselho durante os anos analisados. Apenas no município de Vila Velha as discussões sobre a política habitacional (59,3%) superaram as questões administrativas (40,7%). No entanto, em uma observação mais acurada acerca dos temas de competência do conselho, verificamos que ao longo de três anos temas como estudos e projetos ou constituição de comissões especiais e câmaras pautaram as reuniões somente três vezes (item 8 da Tabela 4). Em apenas em uma única oportunidade apareceram temas como instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, orçamento municipal, recursos do FMHIS

e proposições à Câmara Municipal (itens 1, 2, 4 e 6 da Tabela 4). Em nenhum momento o conselho debateu sobre um plano de aplicação dos recursos do FMHIS; nem apreciou as contas do FMHIS; não discutiu apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais, nem melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda a moradias populares; nem mesmo convocou as assembleias anuais de prestação de contas à comunidade, de acordo com os itens 3, 5, 7 e 10, da Tabela 4, respectivamente.

O que depreendemos nesse caso específico é que a análise quantitativa dos dados nos fornece apenas uma compreensão relativa da questão problematizada. Somente quando analisados qualitativamente é que observamos suas reais fragilidades. Assim, mesmo que o Conselho Municipal de Habitação de Vila Velha tome 59,3% da sua pauta com temas vinculados às competências designadas no PLHIS como instrumento orientador de sua ação, não significa que a qualidade de sua atuação esteja satisfatória. Não discutir a aplicação de recursos do FMHIS ou até mesmo a ausência de recursos – se esse fosse o pretexto, não propor parcerias para melhorias habitacionais na cidade ou sequer prestar contas à população de suas ações, em nenhum momento em três anos de atuação – é uma prática muito temerosa para um conselho municipal de habitação ou, o que é ainda pior, pode revelar uma existência dedicada somente a cumprir as exigências legais para acesso aos recursos federais, sem se importar com a transformação da cultura política da cidade e da realidade social do município.

Quanto aos demais municípios, os dados da Tabela 7 prenunciam a prevaricação. Eles nos dão a conhecer que os temas predominantes na agenda dos conselhos de habitação são de ordem administrativa. Ao observarmos o número de vezes em que os temas de competência legal do conselho apareceram nas atas, podemos inferir que os planos não se efetivaram como instrumento orientador das ações dos conselheiros municipais, nem como norteadores da implementação das políticas habitacionais neles previstas.

Na Serra, ao longo dos anos analisados, “aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS”, bem como “deliberar sobre as contas do FMHIS” aparecem apenas uma única vez na agenda do conselho. Em nenhum momento entraram em pauta temas como “estabelecer critérios para priorizar linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos

beneficiários dos programas habitacionais” e “dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS”.

Em Cariacica, “propor e aprovar as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos a Política Municipal de Habitação de Interesse Social” e “apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social” aparecem apenas uma única vez. Em nenhum momento o conselho discutiu temas como “participar da elaboração do Orçamento Municipal e propor a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária”; “propor e aprovar os planos de aplicação dos recursos do FMHIS; “definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS; “aprovar as contas do FMHIS”; “apreciar apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda e solicitar melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares”; sequer realizou “Assembleia anual aberta à população com o objetivo de prestar contas e dar devidos esclarecimentos à sociedade civil organizada”.

Na capital, Vitória, a situação não é diferente. O conselho não debateu nem uma vez sobre “diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social”; “propor e aprovar os planos de aplicação dos recursos do FMHIS”; “definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS”; “aprovar as contas do FMHIS”; “apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social”. Pautaram a agenda apenas em uma única oportunidade os temas: “participar da elaboração do Orçamento Municipal e propor a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária” e “apreciar apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda e solicitar melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares”.

Via de regra, observa-se a ausência de debates em que o conteúdo seja a política habitacional dos municípios, visto que predominam nos conselhos temas de caráter administrativo. Um conselho atuante se faz com conselheiros bem-informados e capacitados para cumprir suas atribuições a contento. No entanto, observa-se também a escassa realização de ações de capacitação técnica para os conselheiros e agentes das secretarias de habitação. Outro ponto importante de se destacar

é que não ocorreram reuniões do conselho de Cariacica nos anos de 2016, 2017 e 2018, e do conselho de Serra nos anos de 2017 e 2018, o que indica uma provável paralisia dos conselhos nesses municípios.

Considerações finais

Para muitos municípios brasileiros o PLHIS se tornou a primeira experiência local de planejamento habitacional. As obrigatoriedades impostas por lei, para que estados e municípios constituíssem instrumentos de planejamento e gestão para operarem as políticas locais de habitação de interesse social, não serviram somente para que os entes federados pleiteassem recursos do SNHIS. A lógica foi reforçar o papel dos municípios da concepção à gestão da política habitacional, deslocando o centro decisório para o plano local, empoderando os municípios para a tomada de decisão quanto a sua política habitacional, em especial àquelas de interesse social.

Nesse sentido, constatou-se que em quatro municípios da RMGV os mecanismos institucionais estabelecidos na esfera federal foram fundamentais para a criação dos canais de participação social e dos instrumentos de gestão compartilhada das políticas habitacionais nos municípios. Quanto à instituição do PLHIS, não há como negar o avanço institucional que o seu estabelecimento proporcionou. Possibilitar a construção democrática – com a participação das lideranças dos movimentos sociais, técnicos e gestores municipais – de um instrumento que consiga enxergar com clareza a realidade habitacional do município, definir estratégias de ação, construir soluções habitacionais por meio de programas e projetos, bem como debater as possibilidades de financiamento, a fim de assistir os segmentos mais necessitados da comunidade, não é algo insignificante, nem mesmo seria exagero definir como extraordinário.

No entanto, para fazer essa lógica ganhar aplicabilidade é necessário que a ação dos conselhos municipais de habitação seja no sentido de exercer o controle social e participar da formulação e execução das políticas, dos planos e dos programas de habitação de interesse social, garantindo a integração da política habitacional às demais políticas urbanas e econômicas da cidade, exercendo também o controle dos recursos a serem empregados. Porém, pelo que auferimos, ainda há um longo caminho a ser trilhado pelos municípios analisados e

por aqueles em que suas realidades se assemelham às dos quatro que foram alvo de investigação.

Por meio da análise das atas, instrumentos de registro da trajetória da existência dos conselhos, tomamos conhecimento dos debates ou, melhor aplicado, da sua ausência nos conselhos de habitação. Analisando os temas que, por lei, competem aos conselhos debater e deliberar, ou mesmo aqueles que não instituídos por norma legal, mas que são de natureza correlata às suas competências legais, verificamos que em três dos quatro municípios de 60% a 70% a pauta de discussão refere-se a assuntos administrativos do conselho, preterindo os temas da política habitacional.

Ao cruzarmos a análise quantitativa com os aspectos qualitativos dos dados foi possível observar maiores fragilidades na atuação dos conselhos. Mesmo no caso do Conselho Municipal de Habitação de Vila Velha, em que 59,3% da sua pauta foram identificados com temas vinculados às competências designadas no PLHIS como instrumento orientador de sua ação, não significou que a qualidade da sua atuação tenha sido satisfatória. Assim como os demais, Vila Velha não discutiu sobre a aplicação de recursos do FMHIS, não propôs parcerias para melhorias habitacionais na cidade, nem prestou contas à população de suas ações, o que fez revelar uma prática dita como cartorial ou protocolar, ou seja, dedicada somente a cumprir as exigências legais para acesso aos recursos sem compromisso com a transformação da realidade social do município.

De um espaço propício para promover o debate e a construção de soluções para a política habitacional dos municípios, predomina nos conselhos de habitação da Região Metropolitana da Grande Vitória discussões comezinhas e burocráticas. E o que é pior, pelo andar da carruagem, o fato de os municípios de Cariacica e Serra não realizarem reuniões dos seus conselhos desde os anos de 2016 e 2017, respectivamente, indica não só a decadência como uma provável paralisação de suas ações.

Por fim, importante ressaltar que a presente investigação segue a linha da reflexão crítica no intuito de fortalecer o processo democrático de construção e gestão das políticas habitacionais, que por sua vez não podem prescindir de avaliações e revisões periódicas. Assim, investigar se a instituição do PLHIS garantiu que ele se efetivasse como um instrumento orientador das ações dos conselheiros municipais e norteador da implementação das políticas habitacionais nele

previstas, atende única e exclusivamente ao desejo de consolidar a apropriação e uso dos instrumentos de planejamento e gestão pela comunidade local, bem como auxiliar o refinamento da experiência de gestão democrática da cidade.

Referências

CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **RAP**, Rio de Janeiro, 36 (2): 277-292, mar./abr. 2002.

ESPÍRITO SANTO (2014). **Plano Estadual de Habitação: PEHAB 2030**. Governo do estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB. Vitória, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GOMES, E. G. M. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**. 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, São Paulo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 5 set. 2019.

LIMA, A. N. V. O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1431-1450, 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Coordenação geral de Júnia Santa Rosa e Rosana Denaldi. Brasília: Ministério das Cidades. Primeira impressão: mai. 2009. p. 216.

TEIXEIRA, E. C. Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa? IN: CARVALHO, M. C. A.; TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Pólis, 2000.

Governança de saneamento básico na Macrometrópole Paulista, Brasil: uma proposta da avaliação da qualidade da gestão municipal de saneamento básico

Marcio A. Kontopp

Elisabeth Ranck

Klaus Frey

Introdução

Este artigo visa analisar a governança do saneamento básico na Macrometrópole Paulista, doravante MMP, que se trata de um fenômeno urbano e metropolitano, consistindo em 174 municípios e um conjunto de regiões metropolitanas irradiados a partir da Região Metropolitana de São Paulo. As pesquisas sobre políticas públicas em contexto metropolitano são sempre desafiadoras, tendo em vista a grande diversidade de abordagens possíveis, sejam elas as relações de cooperação e competição entre diferentes cidades componentes de uma região metropolitana, as relações intergovernamentais travadas entre diferentes níveis de governo no contexto do pacto federativo, a dificuldade em estabelecer e sustentar formas e organizações de autoridade metropolitana etc. No caso da MMP, tais complexidades tomam ainda maior destaque, tendo em vista a congregação de diferentes regiões metropolitanas, com características distintas, a partir de um único recorte territorial.

Sobre tal recorte, realizamos uma análise comparativa do desempenho das capacidades municipais referentes à qualidade da gestão do saneamento básico. A trajetória institucional do saneamento básico no Brasil aponta para uma defasagem histórica dos municípios em exercer de forma autônoma a gestão local desse tipo de serviço, causada por uma diversidade de fatores tais como a existência de fortes companhias estatais de saneamento, criadas durante o regime militar, um arcabouço institucional geral que favoreceu a

ascendência dos entes estaduais e o acúmulo de déficits técnicos e financeiros por parte dos municípios. Ainda assim, no contexto de redemocratização do Brasil ao final dos anos 1980, os municípios tornaram-se entes federativos e passaram a deter a titularidade dos serviços de saneamento.

Porém, na última década e meia, uma série de alterações e reformas legais e institucionais foram realizadas no setor, destacando-se a Lei n° 11.445 de 2007, que instituiu a Lei Nacional de Diretrizes do Saneamento Básico (LNDSB), que estabeleceu o arcabouço geral do setor após um vácuo institucional de mais de 20 anos, o Decreto n° 7.217 de 2010, que o regulamentou e estabeleceu diretrizes para elaboração de Planos e Políticas de Saneamento Básico para entes da federação, a Lei n° 13.089 de 2015, o chamado Estatuto da Metrôpole, que estabeleceu as Funções Públicas de Interesse Comum e tornou, em regiões metropolitanas, a titularidade do setor compartilhada entre Estado e municípios e, mais recentemente, a Lei n° 14.026 de 2020, conhecido como o Novo Marco do Saneamento, que promoveu importantes reformulações na LNDSB, sendo a mais polêmica a facilitação da participação do setor privado no provimento dos serviços de saneamento.

À luz dessas regulamentações, buscamos compreender qual o estado qualitativo da gestão municipal do saneamento básico nas regiões metropolitanas que compõem a Macrometrôpole Paulista. Para tanto, foram analisados, por meio da construção de um Índice de Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento, diversos aspectos do setor que competem aos municípios, de acordo com as disposições legais. Tal índice, baseado nas variáveis utilizadas na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi aplicado e comparado entre o ano de 2011, portanto já após a promulgação da LNDSB e do seu decreto de regulamentação, e o ano de 2017, após o período legal de adaptação dos municípios, que se encerrou no final de 2014.

O objetivo deste trabalho é, portanto, avaliar em que medida houve algum aprofundamento da qualidade da gestão municipal do saneamento após as principais reformulações do setor. Para tanto, este artigo foi dividido em cinco seções, além desta breve introdução. Primeiramente, é apresentada uma visão geral da governança metropolitana no Brasil e o processo de construção e consolidação da

noção da Macrometrópole Paulista, escala de planejamento adotada pelo Governo do Estado de São Paulo a partir dos anos 2010. Passamos então para a análise da trajetória institucional do saneamento básico no país, com ênfase primeiro na herança do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), o primeiro grande plano para o setor, desenvolvido ainda no regime militar, e seu desenvolvimento até a legislação atual. Após essas duas seções, de caráter iminentemente teórico, são demonstrados os procedimentos metodológicos adotados na elaboração do índice, dos indicadores adotados e das suas variáveis componentes. São então apresentados e discutidos os principais resultados obtidos a partir da análise comparativa e as conclusões finais.

A governança metropolitana no Brasil

A construção e análise de indicadores de capacidades estatais voltados ao saneamento básico nesta pesquisa incide sobre o território da Macrometrópole Paulista. No entanto, é necessária uma contextualização mais aprofundada tanto da trajetória da governança metropolitana no Brasil, como também de uma caracterização precisa do que constitui tal escala macrometropolitana.

A criação das primeiras regiões metropolitanas – doravante RM – no Brasil remonta ainda ao período do regime militar. Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1967, que estabeleceu competência à União sobre tal matéria por meio da Lei Complementar nº 14 de 1973, foram criadas oito RMs, todas elas em torno de capitais estaduais: São Paulo; Belo Horizonte; Porto Alegre; Recife; Salvador; Curitiba; Belém; e Fortaleza. No ano seguinte, após a fusão do estado da Guanabara, foi também criada a RM do Rio de Janeiro (Observatório das Metrôpoles, 2015).

A mesma Lei Complementar, em adição à Lei Complementar nº 27 de 1973, estabeleceu também os princípios de governança das RMs, dispondo assim da necessidade e competência ao poder estadual sobre a criação de conselhos de caráter consultivo e deliberativo, responsáveis pela elaboração, coordenação e execução de programas e projetos de interesse das RMs, com especial atenção aos serviços comuns aos seus municípios integrantes, compreendidos enquanto:

1. Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

2. Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública; 3. Uso do solo metropolitano; 4. Transportes e sistema viário; 5. Produção e distribuição de gás combustível canalizado; 6. Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal; e 7. Outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

No entanto, com a redemocratização do país e a promulgação da vigente Constituição Federal de 1988, a competência sobre a criação de RMs passou da União aos Estados, bem como os próprios municípios foram alçados a condição de entes federados. Tal inovação causou impactos significativos à questão metropolitana no Brasil. Se por um lado a descentralização da tomada de decisão relativa à criação de novas RMs colaborou diretamente para um acréscimo em suas demarcações, por outro agravou os problemas de cooperação e coordenação entre os entes, seja em termos da titularidade final dos serviços públicos a serem prestados regionalmente, da necessidade de consulta prévia aos municípios a serem regionalizados, da disposição de criação de uma entidade ou órgão intermunicipal e, ainda, da participação do Estado em tais órgãos (Losada, 2010).

O fato é que, desde o advento da Constituição Federal de 1988, a questão metropolitana brasileira operou por quase três décadas em uma espécie de vácuo regulatório, o qual somente viria a ser preenchido pela Lei nº 13.089 de 2015, conhecido como o Estatuto da MetrÓpole, dispositivo que estabeleceu as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum nas RMs. A partir desse marco legal, passa a haver uma definição mais clara em relação ao que efetivamente se referem tais funções públicas de interesse comum, compreendidas então como política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes (notadamente o caso do saneamento básico, objeto em tela). Ainda, define em termos mais robustos os instrumentos de planejamento metropolitano e de desenvolvimento urbano integrado, respectivamente o PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – e uma série de instrumentos acessórios, tais quais planos setoriais, consÓrcios e fundos públicos, dentre outros, e também estabelece diretrizes gerais de governança interfederativa das RMs, primando pela gestão compartilhada e cooperativa entre entes

(em consonância com o desenho geral do federalismo brasileiro), e de sua estrutura básica, composta minimamente de: 1. Instância executiva, composta por representantes do Poder Executivo de cada unidade territorial regionalizada; 2. Instância deliberativa colegiada, com representação da sociedade civil; 3. Organização pública com funções técnicas-consultivas; e, por fim, 4. Sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

A Macrometrópole Paulista

O estado de São Paulo é o mais rico e mais populoso da federação brasileira, contando com mais de 45 milhões de habitantes e concentrando aproximadamente 31% do PIB nacional (IBGE, 2020). Atualmente, conta com nove RMs: 1. Baixada Santista; 2. Campinas; 3. Vale do Paraíba e Litoral Norte; 4. Sorocaba; 5. Ribeirão Preto; 6. Piracicaba; 7. São José do Rio Preto; 8. Jundiaí; e 9. Cidade de São Paulo – capital do Estado – que se destaca enquanto a maior e mais importante em suas expressões socioeconômicas.

O contexto da metropolização no território estadual de São Paulo está associado tanto ao processo de adensamento populacional e urbano a partir da década de 1950, quanto da dispersão das atividades econômicas industriais para além dos limites imediatos da cidade de São Paulo, principalmente ao longo dos novos eixos rodoviários construídos nos anos 1960 e 1970, conectando a capital ao interior (Lencioni, 1998, 2005). A partir dos anos 1990, há a consolidação da RM de São Paulo enquanto um centro global de atividades econômicas iminentemente financeiras e corporativas (Abdal *et al.*, 2019) e a consolidação do deslocamento das atividades industriais em suas adjacências, concentradas em um raio aproximado de 150 a 200 Km de distância da capital, contorno esse no qual se conforma a chamada Macrometrópole Paulista, um conglomerado de RMs, com exceção apenas da RM de Ribeirão Preto (Tavares, 2020).

Ainda que a noção de uma macrometrópole enquanto objeto conceitual teórico não seja necessariamente uma novidade, tendo sido abordado ao menos desde a década de 1980 (Tavares, 2018), foi somente em meados dos anos 2010 que o governo do estado passou a adotar tal escala de planejamento com vistas a investimentos mais robustos em integração regional, infraestrutura e requalificação

urbana, processo esse cristalizado no PAM (Plano de Ação da Macrometrópole, elaborado pela EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano) (EMPLASA, 2014a).

O PAM se refere a um conjunto de ações de médio e longo prazo a serem desenvolvidas no território da Macrometrópole Paulista, tendo sido organizado sinteticamente em torno de dois conceitos: os vetores sistêmicos; e os vetores territoriais. Os vetores sistêmicos são os eixos temáticos que orientam as ações a partir de um conjunto de fatores técnicos ou naturais, como por exemplo recursos hídricos, sistema de energia, desenvolvimento habitacional etc. Já os vetores territoriais são justamente os recortes territoriais com clara delimitação física e que desempenham funções específicas em nível inter e intrametropolitano. A conjugação de ambos os vetores sistêmicos e territoriais é compreendida, a partir do PAM, enquanto vetores de desenvolvimento da Macrometrópole Paulista. Complementarmente, o plano contou com um portfólio prevendo a realização de mais de 60 projetos com valores nominais estimados em R\$ 415 bilhões (EMPLASA, 2014b).

A partir da publicação do PAM em 2014, suas ações passaram a contar com dotações próprias junto ao orçamento público (Torres *et al.*, 2020). No entanto, após as eleições de 2018 e a troca dos mandatários do governo estadual, a EMPLASA foi extinta na esteira do programa de desestatização promovido pelo então governador, João Dória. Isso levou o PAM a um estado de incerteza. As dotações orçamentárias do plano também sofreram cortes expressivos no Plano Plurianual¹ apresentado pelo novo governo. Porém, ainda que a execução e implementação do PAM esteja ameaçada, isso não é suficiente para afirmar a extinção da escala de planejamento da macrometrópole, tendo em vista sua consolidação enquanto objeto teórico conceitual no planejamento regional e análise de políticas públicas de São Paulo (Torres *et al.*, 2019; Frey *et al.*, 2020; Jacobi; Giatti, 2021; Jacobi *et al.*, 2022).

A trajetória do saneamento básico no Brasil

As análises das políticas públicas de saneamento básico no Brasil comumente apontam para uma forte influência dos arranjos institucio-

¹ O PPA – Plano Plurianual – é um dos três principais instrumentos que compõem o orçamento público dos entes federados do Brasil, acompanhado pela LOA – Lei Orçamentária Anual – e a LDO – Lei Orçamentária Anual.

nais historicamente herdados pelo setor, o que a literatura denomina como uma dependência de trajetória das regulações anteriormente elaboradas (Klink *et al*, 2020; Aversa; Oliveira, 2021). Além dessa característica mais geral, a partir de uma abordagem histórico-institucionalista, é possível identificar ao menos mais três questões que constantemente acompanham seu desenvolvimento: A disputa pela titularidade dos serviços; a baixa capacidade dos municípios em executá-los de forma independente; e uma forte centralização em companhias estaduais para sua provisão.

A contenda entre União e estados em torno da prestação dos serviços de saneamento remete ao início do século passado, no contexto da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920 e o estabelecimento de uma autoridade sanitária de caráter nacional, o que permitiu pela primeira vez a possibilidade de os entes estaduais firmarem convênios voluntários com a União, concedendo-lhes benefícios de autoridade local e recursos para realizar investimentos (Souza; Costa, 2016).

Já a Constituição de 1934 reafirma aos municípios a competência sobre serviços públicos de interesse local, incluindo a administração de serviços sanitários. No entanto, a baixa capacidade técnica e financeira desses entes não foi suficiente para que assumissem tais atividades, situação que se agravou nas décadas seguintes principalmente devido ao adensamento urbano-populacional e industrial das cidades. Ao longo dos anos 1960, predominaram arranjos mistos, nos quais estados e municípios desempenhavam conjuntamente tais funções. É a partir do regime militar que se inicia o processo de fortalecimento e centralização nos entes estaduais na prestação dos serviços, com o estabelecimento do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA), em 1971 (Menicucci; D’Albuquerque, 2018).

PLANASA – A ascensão das companhias estaduais

Por meio de lei federal, foram criadas companhias estaduais de saneamento básico em todas as unidades da federação. O meio de financiamento do setor passa a se apoiar nos chamados “subsídios cruzados”, nos quais as regiões mais desenvolvidas subsidiam por meio de arrecadação o desenvolvimento e provisionamento em regiões menos desenvolvidas. Ainda, há a vinculação dos recursos

federais mediante a concessão dos serviços municipais às companhias estaduais, de forma que somente municípios de alta capacidade fiscal foram capazes de manter a gestão local. Com a instituição do PLANASA, as companhias estaduais tornaram-se entidades poderosas, com larga autonomia de alocação de recursos, alto protagonismo institucional no setor e obtendo, em termos práticos, o monopólio dos serviços no país. Ainda que o PLANASA tenha obtido avanços consideráveis em direção à promoção da universalização do saneamento básico no Brasil, é também por meio dele que se inicia uma longa relação conflituosa e assimétrica entre estados e municípios (Arretche, 1999; Britto *et al.*, 2012).

Após a queda do regime militar e a redemocratização do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios são alçados à condição de entes federados e recuperam a titularidade dos serviços de saneamento. O PLANASA é extinto em 1991, e diversos municípios, insatisfeitos com o arranjo anterior e com a qualidade dos serviços prestados pelas companhias estaduais, reassumem a gestão local do saneamento. A disputa entre os entes é analisada pelo Supremo Tribunal Federal, que conclui que, em regiões nas quais se verificasse o interesse comum, ou seja, o compartilhamento de infraestrutura entre diferentes entes, a gestão dos serviços deveria obrigatoriamente ser compartilhada entre eles, ainda que não se esclarecesse exatamente como seria tal regime de partilha (Souza; Costa, 2012).

Ainda durante a década de 1990, no contexto dos avanços dos modelos neoliberais que se espraíram por toda a América Latina, houve tentativas de privatização dos serviços, incentivadas sobretudo pelo governo federal, que buscou aumentar seu poder de barganha junto aos estados, oferecendo-lhes a titularidade exclusiva e submetendo a sua regulação a uma agência civil, a Agência Nacional das Águas (ANA)–, criada finalmente em 2000 por meio da Lei nº 9984. No entanto, as companhias estaduais já haviam acumulado, ao longo das últimas décadas, um considerável poder político, que se estendia, por consequência, aos governos estaduais, os quais passaram a enxergar tal proposta como uma potencial ameaça. Municípios também se mostraram refratários. Nesse sentido, forma-se uma espécie de coalização entre “estadualistas” e “municipalistas”, que dá origem a Frente Nacional pelo Saneamento Básico, que conseguiu barrar o projeto privatista (Souza; Costa, 2012).

A Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico

Já nos anos 2000, após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, que historicamente se opunha a ideia de privatização de serviços públicos, o setor do saneamento passa por nova reestruturação, fomentada pelo Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Saneamento Básico, criados em 2003. Assim, há nova proposta oriunda do governo federal para um novo arcabouço institucional, prevendo a criação do Sistema Nacional de Saneamento Básico (SISNASA), a substituição dos subsídios cruzados por fundos federativos, a criação de conselhos participativos e a centralização da regulação dos serviços no governo federal. Tal proposta também apresentava potencial de minar o protagonismo dos estados, e a coalizão estabelecida entre municípios e estados entrou novamente em rota de colisão, inclusive tendo os estados apresentado um projeto concorrente no Senado Federal. Da fusão do projeto estadualista e do projeto do governo federal resultou a Lei nº 11.455/2007, chamada de Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Souza; Costa, 2016).

A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, bem como o Decreto nº 7.217/2010, que a regulamenta, promoveram um novo ordenamento legal, substituindo um vácuo institucional de mais de duas décadas após a extinção do PLANASA. Os serviços de saneamento básico foram compartimentados em quatro áreas distintas: Abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos; e drenagem de águas pluviais. Os municípios mantiveram a titularidade dos serviços, mas com a inovação da obrigatoriedade de elaboração e implementação de Política e Plano Municipal de Saneamento, condicionantes para o recebimento de recursos federais e para a celebração e renovação dos contratos de prestação de serviços. Ainda são instituídos a Política Federal de Saneamento Básico e o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que só foi regulamentado em 2013, por meio do Decreto 8.141/2013. Ainda que esse arcabouço tenha representado um avanço institucional importante, o setor ainda apresenta déficits relevantes em termos de acesso e universalização (Borja, 2014; Pereira; Heller, 2015).

Por fim, mais recentemente, foi aprovado a Lei nº 14.026/2020, o chamado Novo Marco do Saneamento, que promoveu uma reforma do setor. Dentre as inovações do novo marco, destaca-se a mudança

nas condicionantes dos chamados contratos de prestação, aqueles firmados entre municípios e as companhias estaduais, que passam a ser agora obrigado a abrirem licitação pública (anteriormente, tais contratos podiam ser renovados sem essa necessidade), abrindo assim margem para maior participação do setor privado. Ainda, promove a regionalização dos serviços, estimulando o consorciamento territorial de entes e o estabelecimento de metas de universalização (Dutra *et al.*, 2021; Ferreira *et al.*, 2021). Há uma celeuma em relação aos efeitos dessa nova legislação setorial, principalmente em relação à participação da iniciativa privada. No entanto, dado o pouco tempo decorrido desde sua aprovação, é ainda difícil realizar uma avaliação ampla sobre seus impactos.

Procedimentos metodológicos

O objetivo desta pesquisa é a análise da gestão municipal do saneamento básico na Macrometrópole Paulista, de relevância destacada, por um lado, devido ao quadro geral das políticas deste setor no Brasil, que tendem a manter planos, políticas e programas de forma pouca articulada e coordenada, resultando em desigualdades de acesso e, por outro lado, devido ao fato de que a universalização dos serviços de saneamento faz parte da visão de um futuro sustentável da MMP (Jacobi *et al.*, 2020).

Nesse sentido, produzimos a análise de desempenho institucional no setor nos municípios que compõem a MMP, com vistas à compreensão de aspectos diversos sobre os serviços de saneamento básico nessa escala, colaborando assim para uma visão geral sobre déficits e potencialidades do setor.

Para tanto, utilizamos o referencial teórico sobre os conceitos de governança metropolitana, macrometropolização e saneamento básico com o objetivo de compreender tanto a trajetória de produção de políticas públicas relativas às metrópoles brasileiras, a dinâmica do território macrometropolitano de São Paulo e o legado institucional da política de saneamento no Brasil. Nesta etapa, foram realizadas tanto a revisão de literatura quanto a análise documental.

Foi elaborado um índice da Qualidade da Gestão Municipal de Saneamento Básico, baseado em seis indicadores: Política e Plano Municipais de Saneamento Básico; Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico; Mecanismos de participação da comunidade;

Participação em Consórcio Público; Regulação dos Serviços de Saneamento Ambiental; e Informação e Comunicação com os usuários. Para cada variável contemplada nos indicadores foi atribuído um (01) ponto. O resultado para cada município pode variar de zero a cem por cento, indicando a capacidade institucional da gestão municipal na área do saneamento ambiental.

As bases de dados selecionadas para a análise foram adquiridas nos estudos “Perfil dos Municípios Brasileiros” de 2011 e “Saneamento básico: Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico” de 2017, ambas as pesquisas são oriundas da base MUNIC² do IBGE e consistem em informações respondidas por gestores das instituições municipais investigadas em entrevistas presenciais.

Para a classificação dos dados, foram selecionadas as informações relacionadas aos aspectos institucionais da gestão desses serviços, comparando os anos de 2011 e 2017 para acompanhamento das mudanças nas políticas municipais de saneamento básico nesse período. Também foram gerados os Mapas da Qualidade da Gestão Municipal de Saneamento Básico da MMP de 2011 e de 2017, com a criação de um índice construído pela somatória das variáveis de indicadores selecionados, que contemplam as normas para a prestação dos serviços de saneamento regulamentadas pela Lei nº 11.445/2007 e pelo Decreto Federal nº 7.217/2010.

Os questionários aplicados no ano de 2011 e 2017 são similares, porém não abarcam igualmente todos os indicadores e variáveis, possuindo também diferenças de formulação em algumas questões. Ainda que essas diferenças não comprometam a comparação da qualidade da política pública de saneamento básico entre esses anos, elas foram justificadas e explicitadas na seção de resultados. Nos dados de 2011 não existe o indicador “Informação e Comunicação”, sendo que apenas ele não foi considerado para composição do índice de 2011. As variáveis selecionadas para 2017 somam-se 36, e para o ano de 2011, 32.

A produção cartográfica foi desenvolvida em quatro etapas: Definição e identificação das fontes de dados; Classificação e tratamento dos dados; Procedimentos em Sistema de Informação Geográfica; e Análise dos Produtos Cartográficos. Os dados vetoriais utilizados foram

² A MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) é uma pesquisa sobre aspectos institucionais da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos do IBGE dedicados à escala municipal (IBGE, 2017).

referentes às malhas político-administrativas estaduais e municipais, adquiridos nos sítios de órgãos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo (IDEA-SP). Algumas delimitações foram produções próprias para a atualização das duas Aglomerações Urbanas que se tornaram Regiões Metropolitanas, tendo sido necessária a vetorização manual da RM de Piracicaba, que retirou o município de Laranjal Paulista e incluiu os municípios de Santa Cruz da Conceição e Pirassununga.

A seguir, são expostas as justificativas dos indicadores para a elaboração dos mapas da capacidade institucional da gestão do saneamento municipal. A Tabela 1 resume as variáveis que os compõem.

1. Política e Plano Municipais de Saneamento Básico

Esse indicador é baseado na avaliação da Política Municipal de Saneamento básico, que é um dispositivo que traça as diretrizes gerais para os serviços de saneamento, sendo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) o instrumento de implementação de tal política, estabelecendo diretrizes, metas e condições de prestação dos serviços de saneamento básico, visando sua universalização (IBGE, 2017). Importante ressaltar que há a possibilidade de um município ter um Plano Municipal de Saneamento Básico sem necessariamente ter uma Política Municipal estabelecida e, de maneira recíproca, ter a Política Municipal sem ter o respectivo Plano Municipal.

Para melhor qualificar a Política Municipal de Saneamento Básico, foram listadas oito variáveis estabelecidas no Art. 23 do Decreto Federal n° 7.217/2010, além de outras três consideradas relevantes pelo IBGE, a saber: estar legalmente instituída; menção a um Fundo Municipal de Saneamento Básico; e, por fim, a existência de tarifa social para os usuários dos serviços no município.

2. Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico

Foram avaliados os municípios que possuem Conselho Municipal de Saneamento Básico ou outros conselhos que participam no controle dos serviços de saneamento básico e a existência do Fundo Municipal de Saneamento.

3. Mecanismos de participação da comunidade no controle dos serviços de saneamento básico

De acordo com o Art. 23º do Decreto nº 7.217/2010, é assegurada a participação da população na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico por meio da criação de mecanismos específicos, por meio dos quais os municípios foram avaliados.

4. Participação em Consórcios Públicos

A Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico de 2007 e o Decreto nº 7.217/2010 estabelecem que os consórcios públicos podem atuar na área do saneamento básico, na prestação ou regulação dos serviços, oferecendo uma alternativa para a qualidade da gestão desses serviços, uma vez que outros entes da federação participam e elaboram políticas públicas na área.

5. Regulação dos serviços de saneamento

Esse indicador demonstra se o município definiu o órgão responsável pela regulação e fiscalização para os serviços contemplados na gestão do saneamento básico.

6. Informação e Comunicação com os usuários

Para o indicador de comunicação, há dois aspectos considerados. O sistema municipal de informações de caráter público sobre os serviços de saneamento e a existência de uma ouvidoria municipal para recebimento de manifestações ou reclamações sobre esses serviços. A Lei Federal de 2007 e o Art. 23 do Decreto nº 7.217/2010 normatizam que o município deve estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA) (BRASIL, 2022).

Tabela 1 – Indicadores e suas variáveis componentes

Política Municipal de Saneamento Básico
Estar legalmente instituída
Plano municipal de saneamento básico
Forma de prestação de serviços de saneamento básico e/ou definição do prestador de serviços
Forma de regulação e fiscalização de serviços de saneamento básico e/ou definição de órgão responsável pela regulação e fiscalização
Mecanismos de controle social
Sistema de informação sobre os serviços
Parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública
Direitos e deveres dos usuários
Definição do volume mínimo per capita de água para abastecimento público
Fundo Municipal de Saneamento Básico
Tarifa social
Plano Municipal de Saneamento Básico
Abastecimento de água
Esgotamento sanitário
Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos
Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas
Está regulamentado por lei
Houve elaboração conjunta com outros órgãos ou instituições
Diagnóstico da situação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida da população local
Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos de universalização dos serviços
Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e metas propostos
Ações para emergências e contingências
Mecanismos e procedimentos para a avaliação e monitoramento sistemáticos das ações programadas
Definição do ente regulador do serviço
Definição de tarifa social para serviços de saneamento básico
Foi formulado de forma compatível com o Plano de Bacia Hidrográfica
Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico
Existência de Conselhos que participam no controle dos serviços de saneamento básico
Existência do Fundo Municipal de Saneamento Básico
Mecanismos de participação
Debates e audiências públicas nos últimos 12 meses

Consultas públicas nos últimos 12 meses
Conferência das Cidades nos últimos quatro anos
Participação em Consórcio Público
O município faz parte de consórcio público na área de saneamento
Regulação dos serviços de saneamento
Abastecimento de água
Esgotamento Sanitário
Manejo de águas pluviais
Manejo de resíduos sólidos
Informação e Comunicação
Existência de sistema municipal de informações de caráter público
Existência de ouvidoria municipal ou central de atendimento ao cidadão

Fonte: Elaboração própria. Baseado em IBGE, 2011; 2017.

Resultados e Discussão

A análise comparativa dos indicadores dos anos de 2011 e 2017 mostra um aumento de 118% de municípios com Política Municipal de Saneamento Básico regulamentada por lei. Já os municípios com Plano Municipal subiram 124%. Na proporção de municípios que trouxeram a discussão do saneamento básico para os conselhos municipais em 2017, houve um acréscimo de aproximadamente 8% em relação a 2011. Assim, em 2017, apenas 49 municípios da MMP não possuíam discussão da pauta de saneamento em nenhum conselho municipal. Em relação ao Fundo Municipal de Saneamento, houve um crescimento de 90%, no entanto, os municípios que contemplam o fundo representam apenas 11% da MMP.

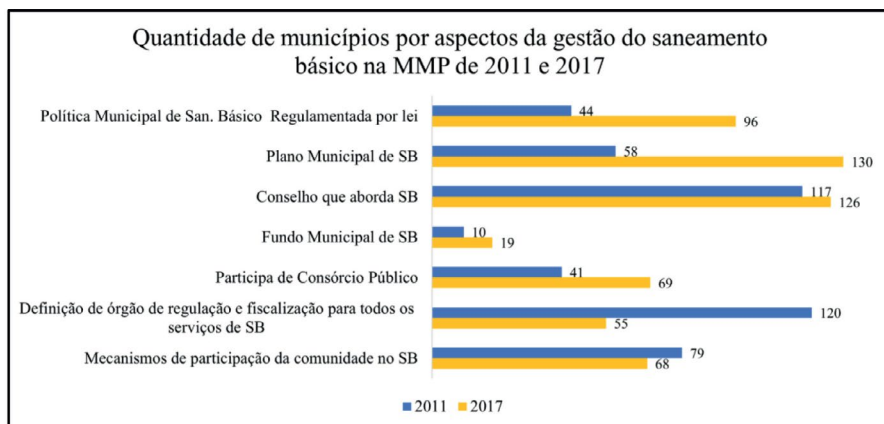
A participação de municípios em consórcio público na área de saneamento teve aumento de 68%, totalizando 69 municípios que participam de consórcio público para trabalhar parcialmente ou integralmente às pautas do saneamento básico. Do ponto de vista da análise de uma governança regional, esse dado demonstra pouca articulação na elaboração da política de saneamento ambiental nos arranjos institucionais de base local.

Houve decréscimos em 2017 em dois indicadores: regulação dos serviços ambientais e mecanismos de participação da comunidade no controle dos serviços de saneamento básico, ilustrado no gráfico da Figura 1.

O indicador de definição de órgão de regulação dos serviços apresentou uma queda de 54% em relação a 2011. Não foi possível determinar de forma completa as razões para tanto. Porém, assinalamos que foi somente após Decreto nº 7.217/2010, que os titulares ficaram expressamente obrigados a indicar de forma específica os órgãos de regulamentação para cada um dos serviços de saneamento, com prazo para adequação fixado até o final de 2014.

Em relação ao indicador de mecanismos de participação da comunidade no controle dos serviços de saneamento básico, houve uma diferença na formulação da questão realizada em 2011 para a formulada em 2017. Em 2011, a questão era realizada de forma genérica, buscando assim captar quais os mecanismos de controle social adotados pela municipalidade. Já em 2017, a questão foi formulada impondo uma restrição de período, questionando quais os mecanismos de participação adotados nos 12 meses anteriores à pesquisa. Nesse sentido, por haver uma restrição temporal em 2017, houve impacto no quantitativo, se comparado ao ano de 2011.

Figura 1 – Quantidade de municípios por aspectos da gestão do saneamento básico

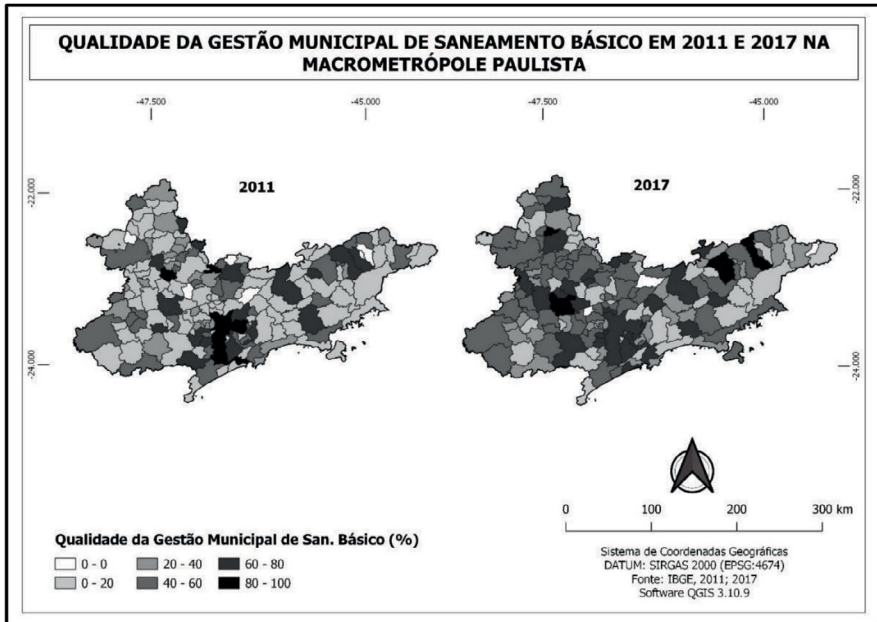


Fonte: Elaboração própria. Baseado em IBGE, 2011; 2017.

Nos mapas gerados, foram utilizados a escala de cores gradual para a percepção das mudanças no território e na comparação entre os períodos, como ilustrado na Figura 2. A espacialização dos dados do Índice de Qualidade da Gestão Municipal de Saneamento Básico na MMP de 2011 e 2017 confirma que, transcorrido o período de adaptação à LNDSB, houve aumento na quantidade de municípios que

se adequaram à estrutura do *framework* legal do saneamento básico e, portanto, fortalecendo a gestão municipal na prestação desses serviços. A Figura 3 ilustra a correlação existente entre os municípios que demonstram maior qualidade na gestão dos seus serviços de saneamento e o adensamento populacional.

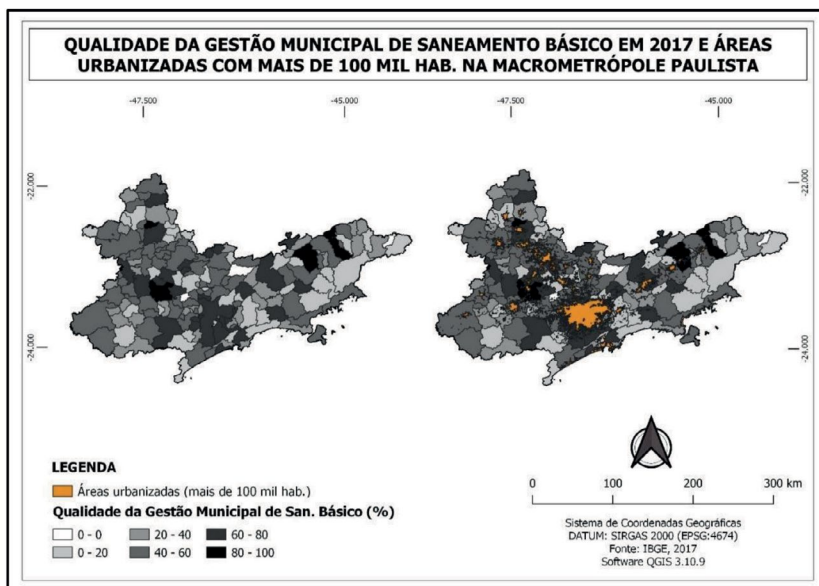
Figura 2 – Mapa comparativo da Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento Básico em 2011 e 2017



Fonte: Elaboração própria. Baseado em IBGE 2011; 2017.

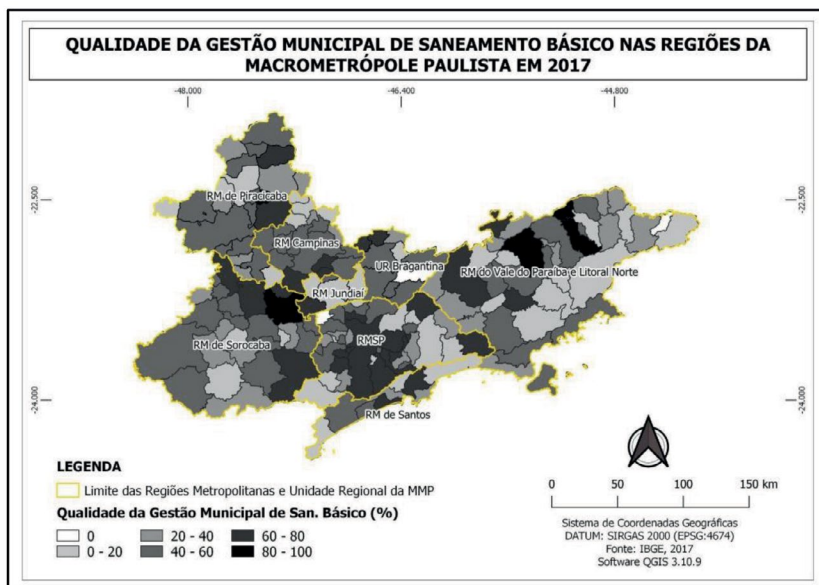
O adensamento urbano se relaciona também ao maior fluxo de capitais, tecnologias e informações e, nesse sentido, ao analisar o mapa da Figura 3, é possível inferir que o fortalecimento da política municipal de gestão do saneamento básico é influenciado pelos centros econômicos da MMP que detêm maior infraestrutura e atividades econômicas. No entanto, esses fluxos não significam necessariamente maior qualidade ou universalização do acesso ao saneamento básico para a população dessas localidades. Com a finalidade de ilustrar a espacialização da qualidade da gestão municipal do saneamento, foi feito um mapa com a sobreposição do recorte territorial das Regiões Metropolitanas e da Unidade Regional que compõem a MMP, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 3 – Mapa comparativo da Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento Básico em 2017 e a mancha urbana da MMP



Fonte: Elaboração própria. Baseado em IBGE, 2017.

Figura 4 – Mapa da Qualidade da Gestão Municipal do Saneamento Básico em 2017 e as regiões da MMP



Fonte: Elaboração própria. Baseado em IBGE, 2017.

Em que pese a ausência de uma análise ainda mais detalhada sobre o desempenho da qualidade da gestão do saneamento básico de forma regionalizada, isso é, normalizando os dados do índice elaborado e sua respectiva comparação entre as diferentes Regiões Metropolitanas e Unidade Regional componentes da MMP, não foi possível realizar tal investigação dentro do escopo deste trabalho, uma vez que os dados secundários com os quais trabalhamos são desagregados por municípios, que compõem em diferentes quantidades as regiões. No entanto, apontamos para essa lacuna como um possível caminho futuro de investigação.

Conclusão

A política brasileira de saneamento encontra-se atualmente em uma encruzilhada. O novo marco do saneamento visa fortalecer as forças de mercado e possibilidades de parcerias público-privadas com a promessa de acelerar o processo de universalização dos serviços de saneamento. Empresas estaduais de saneamento, como a SABESP, no estado de São Paulo, estão à beira da privatização. A necessidade de financiamento de obras necessárias à prestação dos serviços públicos de saneamento básico, além das inegáveis falhas na prestação desses serviços no passado, são geralmente citadas como justificativa para a entrada maciça do setor privado (Lima, 2012), inclusive de grandes companhias transnacionais, para explorar economicamente a provisão do bem comum água. Experiências internacionais com a privatização dos serviços de água e esgoto se mostraram bastante ambíguas. A mercantilização da água por empresas privadas tem frequentemente contribuído para aumento dos preços para os pequenos consumidores e um acirramento dos conflitos em torno do uso desse bem, como de forma mais emblemático no caso da “guerra pela água” em Cochabamba, Bolívia, colocando em questão a água como um direito humano conforme determinado pelas Nações Unidas (Frey; Kontopp, s.a.). No entanto, a insatisfação com a prestação privada de serviços relacionados ao saneamento não se restringe a América do Sul. . Em todo o mundo, um crescente número de governos locais quer recuperar o controle sobre esse serviço vital para a população, apesar dos altos custos associados com a reversão da privatização (McDonald, 2018; Kishimoto; Lobina; Petitjean; 2015). A entrega de tais serviços essen-

ciais a investidores privados por meio de concessão a longo prazo ou outras formas de participação privada no saneamento básico (Lima, 2012) retira em grande medida autonomia dos municípios e estados e, ao sujeitar a gestão do bem público da água à lógica do mercado, enfraquece as possibilidades futuras de controle social.

É nesse contexto que entendemos que a nossa pesquisa pode contribuir para o atual debate sobre o futuro do saneamento básico em São Paulo e no Brasil. Como mostra a análise dos dados referente à gestão da política de saneamento básico dos municípios que compreendem a MMP, no período de 2011 e 2017, é justamente no atual processo de uma cristalização dos arranjos institucionais dessa política, com o crescimento considerável de municípios que a ela se adequaram, que o debate, fortemente ideologizado, sobre a privatização e mercantilização dos serviços de água e esgoto ganhou força e efetividade, sem ter havido uma discussão fundamentada sobre as implicações a longo prazo de tais decisões, as quais comprometem o regime de saneamento para os próximos décadas. Os enormes desafios futuros relacionados às mudanças climáticas e, portanto, à escassez hídrica em regiões de alta densidade populacional, como no caso da MMP, certamente nos obrigarão, enquanto sociedade, a tomar decisões sérias sobre o uso e a distribuição deste bem público vital, escolhas essas que não devemos simplesmente deixar no domínio das forças de mercado.

Evidentemente, ao analisar a escala da unidade territorial da MMP, revelou-se nítida a desigualdade da penetração das estruturas e, conseqüentemente, das capacidades institucionais no território, demonstrando que a qualidade da política se estende nas regiões mais adensadas em termos de população e com maior infraestrutura e fluxos de capital. Ou seja, de qualquer forma, há necessidade de esforços redobrados para criar estruturas e capacidades institucionais robustas em todos os municípios para enfrentar os imensos desafios do saneamento básico e garantir o controle social.

O governo Lula, que assumiu em novembro de 2023, reagiu ao novo marco do saneamento, aprovado pelo governo Bolsonaro em 2020, com um decreto presidencial visando fortalecer as companhias estaduais e conceder-lhes o direito de prestar serviços de saneamento sem licitação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023a), enquanto o novo governador de São Paulo, em paralelo, acelera a privatização da SABESP, prometendo aos prefeitos bonificações,

repartição de ganhos, como incentivo para que eles se engajem na desestatização (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023b), reacendendo uma disputa polêmica e fortemente ideologizada ao longo da linha de conflito que vem se delineando nos últimos anos no Brasil – ao que tudo indica, em detrimento da população mais vulnerável e socialmente desfavorecida.

No entanto, os mapas propostos do índice de gestão municipal do saneamento básico carecem ainda de informações mais regionalizadas enquanto governança metropolitana. Ainda assim, o trabalho abre precedentes para um futuro aprofundamento da análise da gestão do saneamento nas regiões que compreendem a MMP. Ainda sobre uma agenda de pesquisa, a coleta de dados da política municipal de saneamento básico realizada pelo IBGE é planejada para ocorrer sistematicamente no ciclo de cinco em cinco anos com a finalidade de realizar um levantamento cadastral e acompanhar a gestão e execução desses serviços. À vista disso, cabem novos esforços para acompanhar essa política na MMP, enfocando as mudanças que devem ocorrer sob o novo contexto trazido pela Lei nº 14.026/2020 e a sua revisão pelo recente decreto do governo Lula, bem como pela privatização iminente da SABESP.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processos nº 2020/15340-5 e 2021/12862-3). O trabalho é parte das atividades do Projeto Temático “Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática”, processo nº 15/03804-9, financiado pela FAPESP e vinculado ao Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais.

Referências

ABDAL, Alexandre *et al.* Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. São Paulo: **Cadernos Metrôpole**, v. 21, n. 44, p. 145–168, 2019.

ARRETCHE, Marta. Política Nacional de Saneamento: A reestruturação das Companhias Estaduais. *In: Infra-estrutura: perspectivas de reorganização*. Brasília: IPEA, 1999. p. 77–106.

AVERSA, Marcelo; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Governança metropolitana e política de saneamento: trajetórias dependentes na Grande São Paulo. São Paulo: **Cadernos Metr pole**, v. 23, n. 52, p. 1085–1108, 2021.

BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: Uma análise da recente experiência brasileira. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 432–447, 2014.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva *et al.* Da fragmentação   articulação: a política nacional de saneamento e seu legado histórico. [s.l.]: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 1, p. 65, 2012.

DUTRAS, Joisa; BOCKMANN MOREIRA, Egon; LOUREIRO, Gustavo Kaercher. **Competência e Governança no Setor de Saneamento: Quem Faz o Quê?**. Rio de Janeiro: FGV CERJ, 2021.

EMPLASA. **Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. Volume 1. Política de Desenvolvimento da Macrometrópole**. São Paulo: Secretaria da Casa Civil, 2014a.

EMPLASA. **Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. Volume 4. Carteira de Projetos do PAM**. 1. ed. São Paulo: Secretaria da Casa Civil, 2014b.

FERREIRA, José Gomes; GOMES, Matheus Fortunato Barbosa; DANTAS, Maria Wagner de Araújo. Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil. São José dos Pinhais: **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 65449–65468, 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO, 05/04/2023a. Revisão de marco do saneamento deixa brecha para empresa estadual atuar sem licitação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/decreto-de-saneamento-deve-deixar-brecha-para-empresa-estadual-prestar-servico-sem-licitacao.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO, 05/04/2023b. Cidades receberão b nus com privatização da Sabesp, diz Tarcísio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/cidades-receberao-bonus-com-privatizacao-da-sabesp-diz-tarcisio.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FREY, Klaus *et al.* (org) **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. Santo André: EdUFABC, 2020.

FREY, Klaus; KONTOPP, Marcio. (s.a.) Environmental policy in South America. Capítulo encaminhado para publicação em **Handbook Environmental Policy** a ser editado por Michael B cher and Ulrike Zeigermann pela editora Edward Elgar Publishing.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2011 Perfil dos Municípios Brasileiros**. Brasil, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2017 Saneamento básico: Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico**. Brasil, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais**. Brasil: 2020.

JACOBI, Pedro *et al.* ODS 6 - Água potável e saneamento. In FREY *et al.* (Eds.). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. 1. ed. Santo André: EdUFABC, 2020.

JACOBI, Pedro Roberto *et al.* **Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática**. São Carlos: Editora RiMa, 2022.

JACOBI, Pedro Roberto; GIATTI, L. L. (org.). **Inovação para Governança da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

KISHIMOTO, Satoko; LOBINA, Emanuele; PETITJEAN, Olivier. (Eds.). **Our public water future. The global experience with remunicipalisation**. Amsterdam: Transnational Institute, 2015.

KLINK, Jeroen; EMPINOTTI, Vanessa Lucena; AVERSA, Marcelo. On contested water governance and the making of urban financialisation: Exploring the case of metropolitan São Paulo, Brazil. Glasgow, UK: **Urban Studies**, v. 57, n. 8, p. 1676–1695, 2020.

LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo: A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 82, p. 45–64, 2005.

LENCIONI, Sandra. Mudanças na Metrôpole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. São Paulo: **Revista do Departamento de Geografia**, v. 12, p. 27–42, 1998.

LIMA, C. H. d. C. Empresas privadas na gestão de serviços de saneamento básico. In A. P. Jr. & A. d. C. G. Jr. (Eds.), **Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário** (pp. 125-161). Barueri: Manole, 2012.

LOSADA, P. R. O Comitê de articulação federativa e o desafio da governança metropolitana no Brasil. In: KLINK, J. **Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas**. São Paulo: Editora Annablume, 2010. p. 259-257.

MCDONALD, David A. Remunicipalization: The future of water services? [s.l.]: **Geoforum**, v. 91, n. 7, p. 47–56, 2018.

MENICUCCI, Telma; ALBUQUERQUE, Raquel. Política de saneamento vis-à-vis à política de saúde: encontros, desencontros e seus efeitos. In: HELLER, Léo (org.). **Saneamento como política pública: um olhar a partir dos desafios do SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. P. 9–52.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Unidades Territoriais Urbanas no Brasil – Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Aglomerações Urbanas em 2015**. Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, Tatiana Santana Timóteo; HELLER, L. Environmental sanitation

municipal plans: An assessment of 18 Brazilian cases. Rio de Janeiro: **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 20, n. 3, p. 395–404, 2015.

SOUSA, Ana Cristina A. de; COSTA, Nilson do Rosário. Política de saneamento básico no Brasil: Discussão de uma trajetória. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saude - Manguinhos**, v. 23, n. 3, p. 615–634, 2016.

TAVARES, Jeferson. Formação da macrometrópole no Brasil: Construção teórica e conceitual de uma região de planejamento. Santiago del Chile: **EURE (Santiago)**, v. 44, n. 133, p. 115–134, 2018.

TAVARES, Jeferson. The formation of macrometropolis in Brazil: Urbanization process and the construction of a victorious region. São Paulo: **Ambiente e Sociedade**, v. 23, p. 1–20, 2020.

TORRES, Pedro Henrique Campello *et al.* (org.). **Planejamento e Governança Ambiental: Adaptação e Políticas Públicas na Macrometrópole Paulista**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

TORRES, Pedro Henrique Campello; RAMOS, Ruth Ferreira; POLLACHI, Amauri. A macrometropolização em São Paulo: reterritorialização, reescalamento e a cidade-região. São Paulo: **Cadernos Metrôpole**, v. 22, n. 47, p. 103–122, 2020.

Success Factors for Community-Based Tourism Initiatives. Lessons Learnt from a Study of Best Practices in Cambodia, Ecuador and Thailand

*Michael Peterek
Sabena Thomas
Susana Restrepo Rico*

Introduction

With regards to the processes of global urbanization, cities and their surrounding regions cannot be seen separately anymore, but only in an adequate consideration of the systemic urban-rural nexus. Therefore, the objective of the research project “emplement! Empowering Urban Regions for Implementation and Resilience Strategies Considering the Urban-Rural Nexus”, which is funded by the German Federal Ministry for Education and Research (BMBF) from 2019 to 2025, is to develop transferable tools and the needed capacities that enable administrations and relevant stakeholders in the city of Da Nang and the adjacent Quang Nam Province in Vietnam to implement relevant strategies and plans into practical, efficient and sustainable measures that interact synergistically on a city-regional scale. Both at the planning and the practical level, emplement! thereby focuses on four fields of action: tourism, agriculture, industry, and built environment.

Within the larger consortium of the emplement! research partners, both from Germany and Vietnam, Frankfurt University of Applied Sciences has taken the lead in the action field of a sustainable, community-based tourism (CBT), scientifically accompanying a CBT pilot project in the Hoa Bac commune and along the Cu De River valley in Da Nang.

Community-based tourism is considered an integral part of sustainable tourism due to the affinity of its principles with the pillars

of sustainability (ASKER et al., 2010). CBT initiatives are focused on community and economic empowerment, preservation of heritage and protection of the environment as well as biodiversity. Mtapuri and Giampiccoli (2019) state that the participation of communities and the local perspectives in the definition of tourism development are essential for the effectiveness of the projects. Moreover, Yanes et al. (2019) and Asker et al. (2010) provide a theoretical basis for the definition of a CBT approach that could result in the improvement of the livelihoods of rural populations.

As a background research for the pilot project in the Cu De River valley, the here presented paper examines three communities located in Thailand, Cambodia and Ecuador that implemented CBT initiatives and have sustained their projects and benefits in the long-term. The paper proposes an analytical framework for the examination of CBT initiatives based on the existing literature and utilises said framework to identify the main challenges, factors of success and lessons learned for the process of planning, managing and implementing a CBT approach in rural communities.

The lessons learned from the analysis of the case studies could inform the formulation of future CBT initiative in other regions of the Global South, transferring the strengths of these best practices and avoiding some of the risks that these communities have overcome.

Methodology

The case studies here investigated were chosen based on the following criteria to define a community-based tourism initiative in the Global South which was developed by Spenceley (2008) and adapted to the purpose of the analysis:

- the case study must be located within a developing region,
- the CBT project must be managed by one or more members of the community and must involve tourism-based activities,
- the project has been sustained for over 10 years and has produced tangible benefits for the community involved.

The background to each project is explored together with the factors that contribute to its success as well as the challenges that each project may experience. In order to do this, an analytical framework

(see below) was developed based on the work from Yanes et al. (2019) and Asker et al. (2010).

Three Case Studies of Community-Based Tourism (CBT) Approaches

The cases studied in this paper are the Banteay Chhmar community in Cambodia, the Agua Blanca community in Ecuador, and the Mae Kampong in Thailand. These are located in tropical and rural areas in Global South countries and the implementation of CBT initiatives is based on community participation, long-term sustainability and self-organisation for management (SPENCELEY, 2008; YANES et al., 2019).

Banteay Chhmar, Cambodia

Located 20 km from the Thai border and with the nearest tourism locality approximately 170 km away, the traditional Khmer community in Banteay Chhmar was centred on farming rice and cassava. The major tourism attraction in the area is a protected Angkorian temple. The community contends with socio-economic concerns such as poverty and unemployment (PAWSON et al., 2017).

Figure 1 – Angkorian temple in Banteay Chhmar, Cambodia



Source: Visit Banteay Chhmar, 2022.

Figure 2 – Traditional dance performance in Banteay Chhmar, Cambodia



Source: Visit Banteay Chhmar, 2022.

The CBT project was developed in 2007 to protect the local culture and the natural landscape while providing overall improvement in the quality of life of the residents. The project has developed numerous tourism products since and the benefits have allowed the creation of a community CBT fund that has financed various community development projects such as water filters, solid waste management projects and a library. The profits are distributed to members of the CBT project only, however, contributions are made towards the aforementioned which benefit the entire community. The CBT initiatives are based on attracting cultural tourism to the area and include:

- a homestay program
- cooking groups and picnics for tourists
- traditional music and dance
- guided tours
- ox cart tours
- taxi services and
- participation in rice flattening activities

The governance structure consists of one leadership committee where only the CBT project coordinator receives a salary (PAWSON et al., 2017).

Agua Blanca, Ecuador

The community of Agua Blanca is located in the Machalilla National Park with 260 inhabitants. The 8.000 ha territory is owned by the community and tourist activity is regulated by the community with the park administration's approval (RUIZ-BALLESTEROS, 2011).

Figure 3 – Arts and crafts sold by locals in Agua Blanca, Ecuador



Source: Go Ecuador, 2022.

Figure 4 – Archaeological Museum in Agua Blanca, Ecuador



Source: Go Ecuador, 2022.

Community-based tourism in Agua Blanca developed in the 1980s and is centred on the showcase and protection of archaeological remains. Initially, there was a conflict between the government and the community visions for tourism, but this resolved once the government understood that the CBT complements park tourism through environmental awareness and protection (RUIZ-BALLESTEROS, 2011). The main CBT activities in Agua Blanca are:

- guided tours
- sales of artisanal crafts and goods

Many of the community members also engage in other activities to sustain their livelihood by participating in livestock farming, creating vegetable gardens, or working in construction or as a tour guide in the greater park area. This range of activities ensures that many community members do not have to migrate out of the community to make a living. The introduction of tourist activities also ensures that there is less pressure placed on the environment and it can continue to be protected in a sustainable manner (RUIZ-BALLESTEROS, 2011).

Mae Kampong, Thailand

Mae Kampong, 50 km from the city of Chiang Mai, accommodates around 500 inhabitants and is located in between forests and mountains (KONTOGEOURGOPOULOS et al., 2014). The main income-generation activities are agriculture of herbs, coffee, tea, and a tea-based snack known as *miang*. The concept of generating tourism in the region developed in the 1990s with the decline for the demand of *miang* and the aim to diversify economic activities.

Given the long-term impacts of tourism on the country, the villagers were concerned about the possible effects of tourism on their area. Community collaboration was therefore central to the emergence of CBT in Mae Kampong as the means to develop a tourism strategy that ensured that ownership, benefits, and the control of tourism activities remained with the community and was promoted through meetings, workshops, and focus group sessions (KONTOGEOURGOPOULOS et al., 2014). The CBT strategy focused on:

- a homestay program
- traditional music and dance performance
- guided tours and
- sales of artisanal crafts and goods

Figure 5 – Village of Mae Kampong, Thailand



Source: Local Alike Enterprise (2022).

Figure 6 – Woven baskets in Mae Kampong, Thailand



Source: Flight of the Gibbon (2022).

There are two key points regarding the village's geographical location that favour Mae Kampong's CBT initiative. Firstly, the village is accessible in comparison to other remote villages due to its proximity to Chiang Mai, a city with major transport connections as well as tourism opportunities. However, the access to the area and number of visitors is regulated by the precarious road infrastructure which does not permit large tourist buses to enter the area. Secondly, Mae Kampong is situated at a higher elevation and along a natural stream creating an attractive environment with a pleasant climate (KONTOGEOURGOPOULOS et al., 2014).

An Analytical Framework for Successful Community-Based Tourism (CBT) Approaches

A CBT approach allows for integrated and inclusive community development. However, it is important to understand that CBT must be localised, contextualised, and adjusted to the social and legal structures of the communities.

The literature provides a strong theoretical basis for the identification of the main components for a successful CBT project (YANES et al., 2019; ASKER et al., 2010), namely:

- preparation of CBT
- management and operation of CBT
- benefits and impact of CBT

These components must be adjusted to the specific contexts, but all of these have been found in all three of the best practices studied in this paper.

The categorisation of these components provides an analytical framework that highlights a range of factors, influences and structures used to implement community-based tourism in these communities. Subsequently, the analysis of the three case studies explores the similarities, differences and lessons learned from the implementation and maintenance of the CBT projects.

Preparation of CBT Projects

Studies on CBT indicate the importance of avoiding top-down approaches and integrating the community into planning approaches (ASKER et al., 2010; LÓPEZ-GUZMÁN et al., 2011; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2019). Thus participatory planning is essential for the development of CBT projects. Community participation empowers the residents, creates a sense of ownership and shared responsibility. Furthermore, the community should be able to define the form of participation according to their capacities, interests, and traditions (ASKER et al., 2010).

Collaborative action and consistent communication with public and external stakeholders such as government institutions, Non-Governmental Organisations (NGOs), educational and non-profit organisations are also an important part of successful CBT initiatives (YANES et al., 2010), along with political commitment and government action. A multi-stakeholder approach can facilitate the implementation through knowledge sharing, capacity building and formulation of supportive policy, adjusting projects to existing development plans.

Table 1: Analysis of preparation of CBT projects

	Banteay Chhmar, Cambodia	Agua Blanca, Ecuador	Mae Kampong, Thailand
Community participation	Adequate levels of community participation	Self-organised tourism planning with active participation	High community participation
Type and level of participation	Not defined by community	Defined by community	Defined by community
Collaboration community and stakeholders	Collaborative relationships initiated but not maintained	Public stakeholder engagement, no private stakeholders involved	Collaborative relationships fostered
Existing plans and policy	Seeks to support community development	Independent of development plans	Supported by government agencies
Political support	Level of support unclear	Strong political commitment	Strong leadership
Capacity building	Yes, with multiple NGOs	Self-organised	Yes, with NGOs

Source: Global Urbanisation Research Team, Frankfurt UAS, 2022

Management and Operation of CBT Projects

As with the preparation of CBT projects, consistent public participation and continuous capacity building must also be extended to both management and operation. The importance of extending community participation during the operational stage of the project is imperative to ensure better communication amongst stakeholders, create defined responsibilities for all and facilitate project flexibility. It also prevents corruption and miscommunication, as well as promotes the transferability of knowledge through capacity building activities initiated by community members.

A strong organisational structure within the community linked to public and external stakeholders could create a management culture of efficiency, effectiveness, and inclusivity. The organisational structure of the community should include clearly defined roles where members use their expertise to advance the project. Establishing a community structure generates cohesion and a unified vision for management and operation, which also increases accountability and fosters multi-stakeholder communication.

On the governmental side, a flexible structure could promote collaboration with the community and create an effective communication channel for the dissemination of information between all stakeholders (YANES et al., 2010). CBT projects implemented within the current legal frameworks, can prevent legal conflicts that could halt them altogether (ASKER et al., 2010). The legal framework also provides a basis for monitoring and evaluation, a process required to adjust the projects to the emergent needs, placing growth at the forefront.

Due to the fluctuating nature of tourism, resilience, project adjustment and flexibility become crucial components for the sustainability of CBT projects. Flexibility in income generation activities in tourism-oriented areas is essential to survive during pandemics, product shortages or changing expectations of the community. Managing visitor expectations appropriately with realistic offers that avoid overpromise and under delivery on goods as well as managing the behaviour of tourists by creating awareness and understanding of beliefs, customs and other relevant behaviours generate resilient communities and CBT projects (ASKER et al., 2010).

Table 2: Analysis of the management and operation of CBT projects

	Banteay Chhmar, Cambodia	Agua Blanca, Ecuador	Mae Kampong, Thailand
Community management structure	Yes, but with a top-down approach	Yes	Yes
Community participation	Not involved in management	Consensus-based participatory strategy	High participation
Community capacity building	Not clear	Continuous mentoring and learning for tour guides	Not clear
Democratic team selection	Democratic elections every 2 years	Yes	Not clear
Communication between stakeholders	Limited due to lack of transparency	Daily to monthly meetings	Meetings and workshops
Dissemination of information	Not enough dissemination	Yes, clear dissemination	Yes, with some discrepancies
Clear roles for community	Not defined	Yes	Yes
Operation within legal framework	Yes	Yes, operates under park regulations	Yes, supported by government regulations
Adaptable and flexible	Challenges for financial sustainability	Yes, diverse range of activities to reduce reliance on CBT	Dependent on current leadership
Monitoring and evaluation	Unclear	Continuous monitoring and evaluation process	Effective monitoring and evaluation

Source: Global Urbanisation Research Team, Frankfurt UAS, 2022.

Benefits and Impact of CBT Projects

The benefits from the proper functioning of CBT projects include social cohesion and empowerment of the community (YANES et al., 2019). These are linked to the economic benefits with an equitable distribution of profits among all community members. Economic

benefits are not limited to profit sharing but also include employment, which further stabilises socio-economic conditions. For a long-term benefit from CBT, it is important that the impact on the environment is minimised. A greater value in conservancy allows for communities to thrive even without tourism.

Table 3: Analysis of benefits and impact of CBT projects

	Banteay Chhmar, Cambodia	Agua Blanca, Ecuador	Mae Kampong, Thailand
Equal distribution of profits	Profits distributed amongst tourism committee members	Equitable distribution in the community	Equitable distribution in the community
Sense of ownership	Yes	Yes	Yes
Value in conservancy	Great value	Great value	Great value
Consumption of resources	Not clear	Depends on tourism demand	Not clear
Employment generation	Yes	Yes	Yes

Source: Global Urbanisation Research Team, Frankfurt UAS, 2022.

Lessons Learned from the Case Studies

The Banteay Chhmar project evidences the need for the community to define their level and type of participation in order to maintain collaboration between stakeholders and have clear roles and responsibilities amongst the stakeholders. The impact of this gap in the project is a lack of communication and transparency within the community (PAWSON et al., 2017). In contrast, with the project in Agua Blanca, there is consistent participation from the community as well as strong communication between residents. This is achieved through daily and monthly meetings, which are also used to plan and collaborate on the project, as well as resolve any internal conflict (RUIZ-BALLESTEROS, 2011). A closer glance at the Mae Kampong example also indicates the strength of active community participation from the planning through to the operation of the CBT project. The project in Mae Kampong also benefited from funding from the Thailand

Research Fund (TRF), which enabled local residents to conduct focus groups, and workshops, which were very successful. This created an awareness and understanding of the benefits, costs, and impact of CBT tourism, providing a greater sense of ownership over the project, which subsequently activated meaningful participation within the community in the operational stage of the project. Additionally, the TRF invested into a marketing campaign (television and radio) that helped promote Mae Kampong leading to more visitors to the area (KONTOGEOORGPOULOS et al., 2014). This indicates that regardless of the level and type of community participation, the support of external stakeholders is crucial for the sustainability of CBT projects. The involvement of NGOs and government agencies can help with funding for research, marketing, and training, along with the transferability of the CBT to similar communities.

The initiative from Mae Kampong in Thailand has also benefitted from strong leadership which has been a key facilitator in connecting the community to the management, operation, and benefits of CBT. Strong and flexible leadership was instrumental in bringing the community together to participate and understand the CBT process. However, this leadership was so influential that it also posed a challenge because respondents in interviews identified that the project may not be robust enough to survive changing leadership due to an over reliance on one particular leader (KONTOGEOORGPOULOS et al., 2014). The sustainability of the project will require similar leadership qualities from future leaders. In Banteay Chhmar, leadership is democratically elected every two years, preventing an over dependence on a singular leader (PAWSON et al., 2017). In Agua Blanca, the management structure is different to the other two case studies in that Agua Blanca consists of more than one tourism committee, each of which have different responsibilities. These committees are in charge of regulating resource use and creating a rotational schedule that ensures that all tour guides participate and benefit from tourism. This therefore requires income-generating activities not related to tourism, which allows for residents to sustain themselves throughout the year. A key factor of success is therefore their inclusive approach to tourism. The benefits of capacity building can also be seen in this community with their mentorship and training programme for tour guides which allows for continuous knowledge sharing and development (RUIZ-BALLESTEROS, 2011).

In terms of profit distribution, key factor for success in both Banteay Chhmar and Mae Kampong is the existence of a social welfare and community development fund. Portions of the profits from CBT are added to the funds, which are then used to develop infrastructure projects within the community. In Banteay Chhmar, this has boosted morale and pride because residents can see tangible benefits within the community (PAWSON et al., 2017).

The Mae Kampong and Agua Blanca Projects only have a few discrepancies in their respective projects with respect to the framework, while the project in Banteay Chhmar has a few more challenges relating to a lack of trust between the community and the leadership as well as the long-term financial sustainability of the project. Conversely, a higher volume of tourists in the future could pose a challenge for these relatively small communities to meet rising demands that may put pressure on their surrounding environments.

Conclusions

The foundation of community-based tourism activities is active community participation and all three cases do have either complete control of the planning and implementation process by the community or high levels of community participation in the planning and implementation phases. There is no one-size-fits-all definition of CBT projects, each initiative must be planned, designed, executed, and maintained by the community based on their existing human, natural and social resources.

The CBT analysis framework indicates the importance of participation and project ownership in each one of the distinct stages, i.e., preparation, management and operation as well as impact and benefits distribution. The different project components require an integrated approach as these are interrelated. For example, sufficient and community-centred planning allows for the management component to function efficiently. The benefits and impact are a result of considering both the planning and management thoughtfully and carefully.

The higher the participation and control of the different project stages by the community, the higher the potential for community capacity building activities and equitable distribution of CBT project

profits among the entire community. Additionally, the participation of external stakeholders facilitates the promotion of the CBT initiatives outside the villages and can attract other forms of funding for community development projects.

An analysis of the three case studies has cemented the importance of providing the community with a sense of ownership through active participation, equitable distribution of profits and capacity building and development as some of the key elements for successful growth. Each case study has indicated one or more of these elements and provided a deeper understanding of how communities can successfully develop community-based tourism projects.

Acknowledgement

This article has been developed in the context of the research project “emplement! Empowering Urban Regions for Implementation and Resilience Strategies Considering the Urban-Rural Nexu” and the related subproject 4 “Regional Networks and Spatial Development Concepts” under responsibility of the Global Urbanisation Research Team at Frankfurt University of Applied Sciences, directed by prof. Dr. Michael Peterrek. The emplement! project is being funded by the German Federal Ministry for Education and Research (BMBF) from 2019 to 2025 under the funding reference 01 LE 1902 D1.

References

ASKER, Sally; BORONYAK, Louise; CARRAD, Naomi; PADDON, Michael. **Effective Community Based Tourism: A Best Practice Manual**. Sydney: Sustainable Tourism Cooperative Research Centre, 2010.

CARIBBEAN TOURISM ORGANIZATION. **Competing with the Best: Good Practices in Community-Based Tourism in the Caribbean**. Barbados: Caribbean Tourism Organization, 2008.

FLIGHT OF THE GIBBON. **Kampong Village – Chiang Mai**. In: Flight of the Gibbon, 2020. (<https://www.flightofthegibbon.com/en/locations/chiang-mai/mae-kampong-village-chiang-mai>; accessed 14.02.2022)

GO ECUADOR. **Agua Blanca Community in Puerto López**. In: Go Ecuador, 2022. (<https://goecuador.net/blog-travel-ecuador/Agua-Blanca-Community-in-Puerto-Lopez-travel-ecuador>; accessed 02.12.2021)

KONTOGEOORGOPOULOS, Nick; CHURYEN, Anuwat; DUANGSAENG,

Varaphorn. Success Factors in Community-Based Tourism in Thailand: The Role of Luck, External Support, and Local Leadership. **Tourism Planning & Development**, 11(1), p. 106–124, 2014. <https://doi.org/10.1080/21568316.2013.852991>

LOCAL ALIKE ENTERPRISE. **Kampong Village**. In: Local Alike Enterprise, 2022. (<https://localalike.com/>; accessed 12.02.2022)

LÓPEZ-GUZMÁN, Tomás; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, Sandra; PAVÓN, Victor. 2011. Community-Based Tourism in Developing Countries: A Case Study. **Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism**, 6(1), p. 69–84, spring 2011.

MTAPURI, Oliver; GIAMPICCOLI, Andrea. Towards a comprehensive model of community-based tourism development. **South African Geographical Journal**, 98(1), p. 154–168, November 2016. <https://doi.org/10.1080/03736245.2014.977813>

PAWSON, Simon; D'ARCY, Paul; RICHARDSON, Scott. (2017). The value of community-based tourism in Banteay Chhmar, Cambodia. **Tourism Geographies**, 19(3), p. 378–397, 2017. <https://doi.org/10.1080/14616688.2016.1183143>

RUIZ-BALLESTEROS, Esteban. Social-ecological resilience and community-based tourism. **Tourism Management**, 32(3), p. 655–666, June 2011. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.05.021>

SPENCELEY, Anna. Local impacts of community-based tourism in Southern Africa. In: Spenceley, Anna (Ed.), **Responsible Tourism: Critical Issues for Conservation and Development**, pp. 285–303, London: Earthscan, 2008

VISIT BANTEAY CHHMAR. **Poung Maree Dance**. In: Visit Banteay Chhmar, 2022. <https://www.visitbanteaychhmar.org/gallery-2/poung-maree-dance/>; accessed 12.02.2022)

YANES, Andrea; ZIELINSKI, Seweryn; DIAZ CANO, Marlenny; KIM, Seong-il. Community-Based Tourism in Developing Countries: A Framework for Policy Evaluation. **Sustainability**, 11(9), 2506, April 2019. <https://doi.org/10.3390/su11092506>

PARTE VI
Ensino, Meio Ambiente e Tecnologia

Cidade e criança: o envolvimento do público infantil na temática da qualidade do ar urbano

*Jucileia Sian das Neves
Érica Coelho Pagel*

Introdução

A comunidade científica tem visto mudanças nos padrões climáticos nos últimos anos. Embora haja alguma incerteza quanto a essas projeções, a maioria dos pesquisadores aceita a influência do aumento das emissões de gases de efeito estufa, resultantes, por sua vez, da ocupação humana na Terra. Tais fontes de poluição têm forte relação com as regiões altamente industrializada e os processos de urbanização das cidades, especialmente após o século XIX, pois, são responsáveis pela alteração da composição química da atmosfera por meio da emissão de poluentes .

Durante o período de 1880 a 2022, a média global combinada das temperaturas terrestres e oceânicas aumentou em aproximadamente 1 °C. Os 20 anos mais quentes foram registrados nos últimos 22 anos, sendo que os anos de 2015 a 2018 ocupam os quatro primeiros lugares do ranking. Se essa tendência continuar, as temperaturas poderão subir entre 3 ° e 5 °C até 2100 (IPCC, 2022).

A poluição atmosférica é responsável por milhões de mortes anualmente em todo o mundo devido à exposição a contaminantes, sendo, portanto, um assunto não só de impacto ambiental, mas também de saúde pública (OMS, 2021). Trata-se de um risco invisível, mas significativo para a saúde de todos, principalmente o público infantil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) atribui que a exposição de crianças à poluentes atmosféricos impacta na redução do crescimento e função pulmonar, infecções respiratórias e asma agravada (OMS, 2021). Além disso, pode causar má formação das células neurais, baixa cognição e dificuldade de aprendizado (URBAN95, 2023). As crianças são especialmente sensíveis aos seus ambientes devido a numerosos

mecanismos fisiológicos e psicológicos ainda em desenvolvimento (Vanos, 2015) e, por isso, deveriam ser as primeiras a conhecer os malefícios de sua exposição e, conseqüentemente, as estratégias de mitigação em busca de uma cidade mais saudável.

Nessa perspectiva, envolver e despertar a consciência ambiental do público infantil é ressaltar a importância de aceitar a voz das crianças como expressão legítima de participação na vida da cidade. O Poder Público assegura a efetividade do direito (Art. 225; § 1º; VI) de: promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, CF, 1988). O público infantil deve vencer o distanciamento de uma realidade da vida contemporânea e o valores fundamentais para diminuir impactos ambientais.

Pela educação, os estudantes podem assumir um papel crítico, exercendo sua influência na promoção de mudanças de comportamentos, determinantes para a melhoria da qualidade ambiental e para a saúde. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), através da Lei Federal no 9.795/1999, estabelece que: todos têm direito à Educação Ambiental (EA), devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999). Entretanto, observa-se um conjunto de ações trabalhado de forma generalizada em relação às questões ambientais e pouco se tem da aplicação de uma educação ambiental com temáticas mais específicas e que, muitas vezes, fazem parte do cotidiano e da cidade onde se vive.

A maioria das grandes metrópoles no Brasil e no mundo, tem como principal fonte poluidora do ar a queima de combustíveis fósseis pelos veículos automotores e as indústrias (Santos; Junior; Galvão, 2022). Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), por exemplo, as principais reclamações da população ao órgão de proteção ambiental dizem respeito a poeira sedimentada em suas residências (Melo; *et al.*, 2015). O material particulado, como é denominado, pode ser classificado em material particulado total (MPT), material particulado com diâmetro menor que 10 µm (MP10, Partículas Inaláveis) e material particulado com diâmetro menor que 2,5 µm (MP2.5, Partículas Respiráveis). Além desses, têm-se presente na região o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de nitrogênio (NOX), monóxido de carbono (CO) dentre outros poluentes (ESTADO - IEMA, QGAR, 2020).

O estudo de Vanos (2015) relata que a exposição atual à poluição do ar pode ser agravada por parâmetros meteorológicos, e a incidência

de asma em crianças pode ser acentuada pelo aumento das emissões antropogênicas, crescimento populacional e aumento do ozônio ao nível do solo relacionado às mudanças climáticas.

Nesse entendimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou em 2015 a Agenda 2030, na qual enfatiza a importância de ações de todo o mundo para um caminho mais sustentável e resiliente até 2030 (ODS, 2023). Nessa afirmação, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se integram e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões da sustentabilidade (econômico, social e ambiental). Dentre esses, o ODS 13 expõe a importância de melhorar a educação e aumentar a conscientização de todos sobre as medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que diz respeito às alterações climáticas.

Assim, faz-se necessário o incentivo a formação da consciência ambiental com as crianças. No meio científico, a temática da qualidade do ar aliada ao público infantil é explorada em diferentes estudos, principalmente os direcionados aos impactos a saúde (Kitagawa; *et al.*, 2022), que em sua maioria não focam na disseminação do conhecimento do assunto a essa população, mas de usá-la apenas como amostra quantitativa em busca de seus resultados. Acredita-se que aí perde-se a oportunidade de colocar em prática o aumento da conscientização de todos em relação aos problemas ambientais. As ações envolvendo essa temática se delimitam, em sua maioria, junto a organizações não governamentais e projetos isolados. O objetivo deste trabalho, portanto, é discutir sobre a importância do papel da criança dentro do contexto ambiental e apresentar algumas dessas ações de sucesso envolvendo o público infantil na temática da qualidade do ar urbano.

A criança e o contexto ambiental

Ao longo da história, a sociedade passou a perceber a criança como indivíduo pertencente à sociedade, que tem “vez”, tem “voz”, tem sua forma de viver, que influencia e por ela também é influenciada (Niehues; Costa, 2012). As mudanças sociais que a infância tem sofrido, as contribuições pela sua ação para a sociedade contemporânea, os modos diferenciados de interpretação do mundo e de simbolização do real, isso tudo, elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade (Sarmiento, 2005).

Nesse contexto, Ana Mae Barbosa (2018), considera que:

Por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade analisada (Barbosa, 2018 [n.p]).

Para Peixoto (2013), o papel da arte pode ser compreendido como uma das maneiras humanas de refletir sobre nós mesmos, sobre nossa existência, sobre o mundo em que habitamos e sobre a natureza. Desse modo, conscientes da realidade do planeta, deve-se fornecer instrumentos para as crianças, com intuito de promover mudanças de comportamento e conscientizá-los dos problemas relacionados a degradação do ambiente.

Diante da problemática, é de suma importância que o indivíduo se aproprie dos conteúdos para mudar a realidade ambiental do planeta. A função da educação é propiciar meios facilitadores para que os potenciais da criança possam emergir espontaneamente. Miguel Arroyo (2013) considera o espaço da sala de aula o local onde a relação pedagógica mestre-educador-aluno-educando encontra seu lugar, adquire ou perde significado, seja da realização ou de mal-estar. Na premissa de Freire (2015), como pessoas, somos seres de transformação, e não de adaptação. Então, a educação e a aprendizagem devem ser dirigidas para a mudança.

Neste contexto, o espaço escolar é um local apropriado para que crianças possam participar ativamente através da arte, com atividades direcionadas pelo professor, onde procura soluções para os problemas ambientais, intensificados, principalmente, a partir de meados do século XX. Essas ações individuais e coletivas nos ambientes escolares devem ser um meio de contribuir para a conservação do planeta e a qualidade de vida nas cidades.

Um avanço institucional importante foi a promulgação da atual Constituição em 1988, que passa a conter um capítulo específico sobre o meio ambiente. Vale destacar o Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Ferreira; Salles, 2016).

Tal fortalecimento institucionalizado culminou na lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Ressalta-se no Art. 10: A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino (Brasil, 1999). Com essa integração, espera-se a redução dos riscos para a saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais. Tais avanços contribuíram para a política ambiental brasileira, marcada desde a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) por meio do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973.

Nesse âmbito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) (Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012), define Educação Ambiental (EA) como:

Art. 2º - A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Brasil, 2012).

O controle da poluição e a degradação da natureza intensificaram com a Agenda 21 – documento elaborado durante a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo principal foi verificar as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo em 1972 (Gadotti, 2008).

De forma paralela, acontecimentos de ordem global alertam para os desafios de como melhorar a vida das pessoas e conservar os recursos naturais. Assim, em 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, sede da Organização das Nações Unidas (ONU), definiu os 17 objetivos e 169 metas de ações global para alcance até 2030. A Agenda 2030 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016, no entanto, só serão alcançadas se os gestores municipais se empenharem e alinharem suas políticas públicas de acordo com os indicadores estabelecidos (ODS, 2023).

Dentre os objetivos, na defesa de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, o ODS 13 expõe a importância de melhorar a educação e aumentar a consciencialização de todos sobre as medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que diz respeito às alterações climáticas. A Confe-

rência das Nações Unidas sobre o Clima (COP26), realizada em 2021 na cidade de Glasgow, na Escócia, reuniu diversos países com o propósito de debater a redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, embasados nos mais recentes dados científicos que monitoram os impactos atuais e futuros do aquecimento global (COP26, 2021).

Entre os avanços, o Brasil se comprometeu a zerar e reverter o desmatamento no mundo até 2030 (Acordo de Florestas) e estipulou o corte de emissões globais de metano de 30% em 2030 em relação aos níveis de 2020 (Acordo de Metano). O “Pacto de Glasgow para o clima” foi o primeiro documento de uma COP a mencionar o termo “combustíveis fósseis”, como o carvão e o petróleo, principais vilões do aquecimento global (COP26, 2021). Em 2022, a COP27, em Sharm El Sheikh, Egito, registrou um acordo sobre a criação de um fundo de “perdas e danos” para os países mais afetados pelas mudanças climáticas.

A poluição do ar é uma preocupação global e tem atenção especial para as populações com déficit de recursos, pois as soluções existentes podem não ser acessíveis ou aplicáveis a elas. Com esses acordos, espera-se que as nações capturem e avaliem seu progresso para aumentar a resiliência e ajudar as comunidades mais vulneráveis (COP27, 2022). Desse modo, reconhecer o papel transformador e emancipatório da EA torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que as preocupações com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais e as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

A responsabilidade com o meio ambiente e com a qualidade do ar nas cidades é dever de todos, do poder público e da sociedade civil. As crianças são mais susceptíveis às doenças respiratórias por conta da presença de substâncias nocivas no ar. Diante do cenário atual, a educação pode ser um elo na reestruturação de práticas e pensamentos coletivos na sociedade, algo possível apenas quando se assume a metamorfose como meta prioritária, utopia realizável, sonho possível (Morin, 2013).

No meio científico, a temática da qualidade do ar aliada ao público infantil é explorada em diferentes estudos, principalmente os direcionados aos impactos a saúde (Kitagawa; *et al.*, 2022), que em sua maioria não focam na disseminação do conhecimento do assunto à essa população, mas de usá-la apenas como amostra quantitativa em busca de resultados. Acredita-se que aí perde-se a oportunidade de colocar em prática o aumento da consciencialização de todos em relação aos problemas ambientais.

Ações envolvendo o público infantil

O processo de urbanização dificultou as crianças a estabelecer contato direto com a natureza pois a maior parte das interações realizadas por elas ocorre em um espaço modificado pelo homem (Calazans; Oliveira e Silva, 2018). Gehl (2015, p.26) entende que o aumento do tráfego de automóveis tirou de cena a vida na cidade ou tornou completamente impossível os deslocamento a pé. Por isso, deve-se expandir a consciência ambiental que se dá na exata proporção em que percebemos o meio ambiente como algo que começa dentro de cada um de nós, alcançando tudo o que nos cerca e as relações que estabelecemos com o universo (Trigueiro, 2003).

Nesse contexto, crescem as atividades intencionais com crianças em busca de conscientizá-las. Um exemplo foi a enorme bolha cinza que participou da COP26, em Glasgow. O objetivo era encorajar pais e crianças a mudar suas percepções sobre a poluição atmosférica e ressaltar a importância da saúde das crianças, bem como de não investir no uso de novos combustíveis fósseis. Tais ações incluiu as comunidades, as famílias e principalmente as crianças sobre o esgotamento dos recursos naturais e a poluição do ar (Figura 1).

Figura 1 – Ações (Boa vista [a] Fortaleza [b]) com a participação do público infantil



Fonte: Livre para Brincar Lá Fora (2021).

Assim, a diminuição da degradação do meio ambiente e a melhoria da qualidade do ar é possível quando se direcionam ações de conscientização para mudar percepções individuais e coletivas com eventos que envolvem os mais diversos atores da sociedade, dentre eles as famílias e as comunidades. Envolver as crianças nesse processo é fornecer informações sobre as causas e os efeitos da poluição do ar na saúde, podendo no futuro garantir um melhor bem-estar e uma cidade mais saudável.

Outro exemplo interessante foi o estudo de Varaden *et al.* (2021). Nele, os autores analisaram 258 respostas em relação a percepção de crianças entre 7 e 11 anos, em cinco escolas de Londres, sobre a poluição atmosférica na cidade (Figura 2). O diferencial da pesquisa em relação à maior parte dos trabalhos presentes na literatura foi que as crianças tiveram sessões de explanação sobre a poluição do ar, além de participarem ativamente de um monitoramento de contaminantes aéreos, por meio do uso de sensores de poluentes de baixo custo fixados às suas mochilas por uma semana. As crianças recebiam diariamente um resumo dos resultados das concentrações registradas em seus trajetos georreferenciados e puderam discutir esses resultados com os familiares e a escola.

Figura 2 – Crianças em uma sessão educativa sobre a poluição atmosférica na escola (a), crianças transportando as mochilas de monitoramento no trajeto para escola (b)



(a)

Fonte: Varaden, *et al.* (2021).



(b)

O estudo registrou que 31% das crianças optaram, após os relatórios, por mudar a rota de casa para a escola após dicas e informações de como elas poderiam reduzir sua exposição aos poluentes . A

aproximação e participação da sociedade com a pesquisa científica fez com que as crianças fossem ativamente envolvidas no processo e encorajou a adoção de comportamentos positivos na redução à exposição (Varaden; *et al.*, 2021).

A pesquisa de Lynch (2021) com crianças da América do Norte alertou quanto ao comportamento e conscientização infantil no intuito de reduzir a exposição à poluição do ar e que isso variava de acordo com as características demográficas. O estudo constatou que 52% achavam que certas atitudes poderiam contribuir para limitar a exposição deles ou de suas famílias e 19% estavam cientes dos alertas de qualidade do ar. Esses resultados, segundo Lynch (2021), podem ser usados para informar as intervenções necessárias e aumentar a conscientização e o comportamento, a fim de reduzir a exposição à poluição do ar entre os adolescentes dos EUA.

O trabalho de Kim, Senick e Mainelis (2019) buscou compreender como as famílias de baixa renda, principalmente as crianças, percebem e avaliam a qualidade do ar interno (QAI) as edificações. A poluição do ar interior em residências de baixa renda é particularmente preocupante, pois essas famílias sofrem desproporcionalmente com a má qualidade do ar. Além disso, o estudo de Kim, Senick e Mainelis (2019) alerta que a asma e os sintomas respiratórios relacionados são ameaças significativas à saúde de crianças em famílias de baixa renda. Os autores declaram que aproximadamente 7 milhões de crianças nos Estados Unidos com asma vivem em uma família abaixo do nível nacional de pobreza.

A má qualidade do ar é uma questão universal de preocupação em todos os grupos socioeconômicos, mas atenção especial é necessária em relação a populações com déficit de recursos pois as soluções existentes podem não ser acessíveis ou aplicáveis a elas. Para compreender como as famílias de baixa renda percebem e avaliam a qualidade do ar interno, os autores convidaram os participantes (Figura 3) para uma oficina participativa como meio de obter a opinião deles.

Os resultados mostram que a qualidade do ar do ambiente interno, de acordo com Kim, Senick e Mainelis (2019), é percebida e avaliada pelas crianças principalmente por meio de respostas sensoriais relacionadas ao conforto ou desconforto percebido, como olfato, limpeza visual e conforto térmico.

Figura 3 – Sessões de atividades de design (a). Um participante registrou o desenho de um quarto que é percebido como tendo uma (b) QAI ruim – esboço acima QAI bom – esboço abaixo



(a)

Fonte: Kim; Senick & Mainelis (2019).



(b)

Para Bluysen *et al.* (2020), ações com atividades intencionais podem promover mudanças comportamentais no público infantojuvenil. Em seu trabalho, os autores direcionaram as crianças de ensino fundamental da Holanda a pensar em estratégias para melhorar o ambiente de suas salas de aula. Eles poderiam discutir o problema com um colega e posteriormente eram solicitados a escrevê-lo e/ou desenhá-lo da forma mais detalhada possível (Figura 4). As crianças da escola primária identificaram problemas e soluções para qualidade do ambiente em suas salas de aula e foram capazes de expressá-los em desenhos e textos escritos.

Figura 4 – Desenho infantil representando uma solução na visão da criança, para a melhoria da qualidade do ar na sala de aula: cheiro (máscara de gás)



Fonte: Bluysen *et al.* (2020)

Foi possível perceber que as crianças são capazes de expressar sua percepção em relação a temática da qualidade do ambiente da sala de aula, inclusive mostrando interesse e desenhando idéias criativas para controlar a qualidade do ar. Estas podem ser contribuintes valiosos no co-design de ambientes ‘novos’ ou ‘adaptados’. Entretanto, observa-se que a temática da poluição atmosférica em si, é pouco explorada dentre o público infantil deixando de repassar a essa população informações específicas e mais aprofundadas deste conteúdo. Tanto em ações envolvendo o meio científico ou não, a maior parte das crianças mostram capacidade de assimilação e curiosidade em relação à apreender as novas informações.

Considerações finais

A poluição do ar é uma ameaça importante para a saúde e qualidade de vida nas cidades. As fontes de poluentes industriais e antropogênicas contribuem para os agravos de doenças do trato respiratório em idosos e crianças, apesar de muitos poluentes apresentarem níveis considerados dentro do limite aceitável. A educação exerce um papel fundamental como meio de promover ações de conscientização ambiental da população e formação da cidadania. A temática da qualidade do ar está relacionada à saúde pública, torna-se cada vez mais emergente diante dos cenários de urbanização acelerada e das mudanças climáticas disseminar o conhecimento com o público escolar. Pouco se tem sobre ações específicas voltadas ao público infantil sobre a qualidade do ar. Entretanto, observa-se nos trabalhos analisados que há grande envolvimento e interesse por parte das crianças, bem como grande assimilação do conteúdo, capacidade de discussão, reflexão e criação de soluções visando a construção de espaços mais saudáveis. O debate e comprometimento junto a família, escola e comunidade em atividades inerentes ao tema mostrou um forte reforço e entusiasmo no assunto, evidenciando um vasto campo que pode ser explorado tanto pela sociedade quanto por autoridades locais, seja na implementação de campanhas de divulgação, programas educacionais e políticas públicas direcionadas para proteção e conscientização de crianças e famílias.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2013.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

BLUYSSSEN, P. M., KIM, D. H., EIJKELENBOOM, A., & ORTIZ-SANCHEZ, M. Workshop with 335 primary school children in The Netherlands: What is needed to improve the IEQ in their classrooms? **Building and Environment**, 168, 106486, 2020.

BRASIL - **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL- Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 mar. 2023.

CALAZANS, Denis Rocha; OLIVEIRA, Maryanna Alves; SILVA, Yelli Katerine Oliveira. O uso do jogo de tabuleiro como ferramenta de Educação Ambiental na Educação Básica. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 780–792, 2018. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v3i3.662. Disponível em: https://diversitas.emnuvens.com.br/diversitas_journal/article/view/662. Acesso em: 20 mar. 2024.

CONFERÊNCIA DO CLIMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **COP26** (2021). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/156377-guia-para-cop26-o-que-%C3%A9-preciso-saber-sobre-o-maior-evento-clim%C3%A1tico-do-mundo>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CONFERÊNCIA DO CLIMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **COP27** (2022). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voce-precisa-saber-sobre-conferencia-do-clima-da-onu>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ESTADO – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA) 2020. **Guia da Qualidade do Ar. (QGAR)**. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/qualidadedoar/indicedequalidadedoar>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, Paraná, v. 42, n. 2, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v42i2>.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. [recurso eletrônico] Paulo Freire; Ana Maria de Araújo Freire. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, Moacir. Agenda 21 e carta da terra. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 4, p. 128-136, Montes Claros, 2008.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), Climate change 2022, in: **IPCC Sixth Assessment Report**. Geneva, 2022.

KIM, S., SENICK, J. A., & MAINELIS, G. Sensing the invisible: Understanding the perception of indoor air quality among children in low-income families. **International journal of child-computer interaction**, 19, 79-88, 2019.

KITAGAWA, Y. K. L.; KUMAR, P.; GALVÃO, E. S.; SANTOS, J. M.; REIS JR, N. C.; NASCIMENTO, E. G. S.; MOREIRA, D. M. Exposure and dose assessment of school children to air pollutants in a tropical coastal-urban area. **Science of The Total Environment**, v. 803, p. 149747, 2022.

LIVRE PARA BRINCAR LÁ FORA. 2021. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/pt-br/news/free-to-play-outside-campaign-makes-air-pollution-in-cities-visible-with-big-grey-bubble>. Acesso em: 16 mar. 2023.

LYNCH, Katie M.; MIRABELLI, Maria C. Outdoor air quality awareness, perceptions, and behaviors among US children aged 12–17 years, 2015–2018. **Journal of Adolescent Health**, v. 68, n. 5, p. 882-887, 2021.

MELO, M. M.; SANTOS, J. M.; FRERE, S.; REISEN, V. A.; REIS JR, N. C.; MARIA DE FÁTIMA, S. L. Annoyance Caused by Air Pollution: A Comparative Study of Two Industrialized Regions. **International Journal of Environmental and Ecological Engineering**, v. 9, n. 2, p. 177–182, Pensilvânia, 2015.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de: Edgard de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NIEHUES, Mariane Rocha; COSTA, Marli De Oliveira. Concepções de infância ao longo da história. **Revista Técnico Científica do IFSC**, p. 284-284, Santa Catarina, 2012.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS (2023). Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt->. Acesso em: 16 mar. 2023.

PEIXOTO, Simone. **Pensar o desenho: linguagem, história e prática**. Guarapuava: UNICENTRO, 2013.

SANTOS, Jane Meri; JUNIOR, Neyval Costa Reis; GALVÃO, Elson Silva (Org.). **Material particulado na atmosfera urbana e suas interações com a saúde humana**. Goiânia: Goiás, Editora Alta Performance, 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**. v. 26, p. 361-378, Campinas, 2005.

TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

URBAN95. Fundação Bernard van Leer. Disponível em: <https://urban95.org.br/cidades/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

VANOS, Jennifer K. Children's health and vulnerability in outdoor microclimates: A comprehensive review. **Environment international**, v. 76, p. 1-15, 2015.

VARADEN, D.; LEIDLAND, E.; LIM, S.; BARRATT, B. "I am an air quality scientist" – Using citizen science to characterise school children's exposure to air pollution. **Environmental Research**, v. 201, p. 111536, 2021.

Organização Mundial de Saúde . Diretrizes globais de qualidade do ar da OMS: partículas (PM_{2,5} e PM₁₀), ozônio, dióxido de nitrogênio, dióxido de enxofre e monóxido de carbono. OMS, 2021. <https://iris.who.int/handle/10665/345329> . Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Acesso em: 20 mar. 2024.

Ensino do BIM na Graduação em Arquitetura

*Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos
Matheus Baptista Carvalho*

Introdução

As tecnologias digitais têm concorrido com avanços consideráveis para o processo contemporâneo de projeto, vindo auxiliar aos profissionais de arquitetura nas diversas questões de projeto através do uso de softwares dedicados às várias disciplinas, além de outras ferramentas da tecnologia da informação-TI. Dessa forma, são tecnologias que possibilitam aos arquitetos um ampliar de perspectivas para a realização de trabalhos, embora sejam desafiantes, pois interferem diretamente com relação ao modo de projetar tradicional.

As ferramentas digitais inovadoras são constituídas nas máquinas de protótipos, técnicas de imersão espacial e de simulação, que operam sobre um modelo digital da edificação tendo como base a materialidade, implantação e as características ambientais. O que permite análises sobre o desempenho do prédio relacionado com as várias questões estabelecidas: custos, estruturas, eficiência energética, conforto ambiental etc.

Pensando no grande desafio que se apresenta para a integração da plataforma digital – BIM – no ensino acadêmico, o presente capítulo se dedica a examinar algumas fontes bibliográficas atualizadas que procuram enfocar pontos de interesse, de modo a possibilitar uma análise sobre a problemática e contribuir para discussão sobre caminhos a seguir. Essa preocupação também norteou o desenvolvimento da temática na dissertação de mestrado do autor discente, (Carvalho,2022).

Tecnologias Digitais e o BIM

A plataforma digital *Building Information Modeling* (BIM) foi criada na década de 1970, (Eastman *et al.*, 2014), a partir de pesquisas alemãs e inglesas, com o intuito de reduzir tempos e custos na área da construção civil. Holland *et al.* (2010) indicam que logo a seguir, muitas companhias e escritórios passaram a desenvolver projetos através de processos BIM, e já se verificava uma demanda por profissionais especializados. Mas, apesar do potencial promissor dessa tecnologia, em geral a sua implementação transcorreu lentamente ao longo dos anos subsequentes.

Em termos de precedentes, segundo Howell e Batchelor (2005), o processo de modelagem baseado em objetos paramétricos data de 1980 e advém do conceito de projeto orientado ao objeto – OOCAD (Object Oriented CAD). Objetiva integrar informações geométricas a não geométricas por meio de relacionamentos associados e paramétricos (Oliveira; Fabrício, 2011). O conceito de parametrização foi incorporado à última geração do CAD, e o sistema OOCAD, tem sido fundamental para a aplicação do BIM (Howell; Batchelor, 2005). O que diferencia a parametrização em BIM do OOCAD diz respeito à interface simplificada para realizar as alterações nos objetos, que demandaria no OOCAD conhecimentos de programação (Eastman; *et al.*, 2014).

O BIM, conforme indicam Hochscheid e Halin (2020), consiste em uma plataforma digital contendo um banco integrado de dados, com informações úteis ao longo da vida de um trabalho. Opera pela alimentação de dados e pelo acesso de ferramentas digitais. No início da concepção do projeto, o emprego do BIM requer grande esforço de modelagem, porém nessa fase de projeto são menores as restrições e maior a possibilidade de escolhas, o que permite maior intercâmbio de decisões pelos diversos atores, com implicação em um menor custo da obra. A lógica intrínseca a essa tecnologia é a racionalização do trabalho e a melhoria de qualidade técnica. Para os autores acima, a implementação do BIM requer grandes mudanças nas práticas sob três aspectos:

Dimensão técnica (ferramentas digitais, formatos e plataformas de trocas); Fatores humanos e organizacionais (métodos de trabalho dos atores, papéis e habilidades, organização de equipes); Lado

institucional (políticas públicas de desenvolvimento, *integração ao ensino*, arcabouço regulamentar). O impacto do BIM sobre a profissão depende dela mesma enquanto decisão política, das pressões econômicas e sociais, bem como de suas próprias reações a essas pressões, (Hochscheid; Halin,2020).

Na contemporaneidade, apesar das promessas e realidades do BIM, a mudança de paradigma de projeto tem ocorrido de forma gradual nas áreas de Arquitetura, Engenharia e Construção – AEC, porém ocorre de modo irreversível. No entanto, ainda há desafios para a tecnologia BIM em vários setores de atividades: no projeto de edificações novas e de reabilitações; na indústria da construção civil em geral; e nas atividades de ensino no meio acadêmico. Com o avanço do BIM, diversas universidades passaram a implementar cursos sobre fundamentos e práticas relacionadas com esse novo paradigma.

Outra questão atual de grande interesse se refere ao atendimento no projeto dos objetivos da Sustentabilidade ODS-2030. Nesse sentido, tem sido verificado algum progresso sobre a integração digital de ferramentas para fins de análise ambiental na plataforma BIM. Para tanto, considera-se como base a necessidade da modelagem tridimensional, o potencial de parametrização entre geometria e informação, além da interoperabilidade entre software e a participação dos atores do projeto. As questões de tomada de decisão enfrentam a complexidade da análise ambiental entre as variáveis, inferindo a relação entre geometria e as informações referentes a modelagem, parametrização e interoperabilidade do sistema BIM. Marques *et al.* (2019) reconhecem os desafios inerentes à interoperabilidade de um software com o BIM, quando de um projeto arquitetônico. Através da utilização do software Archiwizard (AWZ) na plataforma BIM, realizaram a análise ambiental de uma edificação em termos de conforto ambiental, energia e luz natural, tendo identificado um grande potencial para o processamento das informações e na pesquisa de soluções de projeto para uma edificação.

Considerando a legislação brasileira, verifica-se que têm sido realizados avanços consideráveis para a implementação do BIM na esfera pública, através de Decretos Leis. Assim, o Decreto n° 9.337 de 17 de maio de 2018 instituiu a *Estratégia de Disseminação do BIM*, enquanto o Decreto n°9.983 de 22 de agosto de 2019 dispôs sobre a *Estratégia de Disseminação do BIM e instituiu o Comitê Gestor da Estratégia*

BIM. Finalmente, o Decreto nº 10.306 de 2 de abril de 2020 estabeleceu a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizadas pelas entidades da administração pública federal no âmbito estabelecido já no decreto anterior nº 9.983 de 2019. Face à legislação em vigor, é desejado que as instituições públicas e privadas passem a integrar o BIM em seus processos de produção, assim como para fins educacionais. Isso requer do meio acadêmico uma concentração de esforços para o treinamento dos estudantes nessa metodologia, para que possam aplicar em suas atividades futuras de arquitetura e engenharia.

O ensino do BIM na Universidade

No âmbito do ensino do BIM, as primeiras experiências pedagógicas eram relativamente novas e baseadas em pedagogias ainda não consolidadas (Barison; Santos, 2011). Fato que já sinalizava ser um problema a escolha da melhor maneira de inserir o BIM em grades curriculares, além das questões de como e quando introduzir os conteúdos BIM. Outra questão relatada era sobre as diferentes abordagens assumidas pelas instituições, o que impedia implementações e experimentações, como também possíveis trocas de informações e colaborações em ensino e pesquisa. Por outro lado, a implementação de novas tecnologias na educação requer um repensar sobre a prática pedagógica em sala de aula, como também currículos que permitam um processo de ensino/aprendizagem com mais autonomia para os alunos e descentralizado da figura do professor. A participação ativa do aluno possibilitada pelo uso do ferramental digital determina a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas (Aguiar, 2008). Assim, as novas mídias e a internet se apresentaram de tal modo que suscitaram o discurso de que a escola e os centros de educação deveriam repensar suas funções e se pautarem pelas tecnologias “com maior eficácia pedagógica”, (Alonso, 2008). Apesar das dificuldades para a implementação do BIM, continua a ser verificada uma tendência crescente para sua adoção nos currículos universitários (Ibrahim, 2014).

Outro ponto de interesse diz respeito à formação continuada de professores, que é importante devido à constante evolução tecnológica. O docente deve estar a par das novas tecnologias para o ensino

digital e das ferramentas necessárias para fins de aplicabilidade no ensino do projeto. Segundo Oliveira *et al.* (2015), o perfil do profissional de ensino normalmente encontra-se orientado para uma determinada especialização. Desse modo, o professor que não renovar seus conhecimentos e não se atualizar poderá se tornar o mediador de um ensino deficitário, em vista das novas tecnologias de informação. É necessário, portanto, que o professor esteja em constante atualização de seus conhecimentos e de práticas docentes.

Na realidade, no Brasil, a academia foi a primeira a demonstrar em 1996 o interesse pela plataforma BIM, como indicam as primeiras dissertações relacionadas ao tema defendidas na Universidade Federal Fluminense-UFF, (Kassem; Amorim, 2015). Alguns projetos da área acadêmica, também contribuíram para a difusão do estudo do BIM no Brasil. O primeiro deles foi o CDCON – Classificação e Terminologia para a Construção – com equipes das universidades UFF, UFSC e UFRGS, visava:

[...] fortalecer a discussão das aplicações de Tecnologia de Informação na construção, tendo sido o embrião de outros grupos de pesquisa que se constituíram desde então”. (Kassem; Amorim, 2015, p. 23).

Também a ANTAC promove desde 2018 o ENEBIM, evento com periodicidade anual que visa a troca de experiências sobre o ensino do BIM e de acompanhar a incorporação do BIM no ensino no Brasil, com anais do evento registrados em ISSN- 2763-6771.

Basto *et al.* (2016) assumem que a introdução do BIM no currículo de arquitetura deve ter um cunho interdisciplinar através das seguintes disciplinas: representação gráfica digital; workshops de projeto; ateliês de projeto, específicas para o ensino do BIM; tecnologia da construção; gerenciamento da construção, e no trabalho de conclusão de curso e estágio curricular. Sob esse enfoque, haveria alunos estimulados a explorar ferramentas BIM e possibilitaria também um processo de realimentação para o ensino na academia. Soliman (2017) comenta sobre a sobrecarga que o BIM pode trazer para os alunos, pela necessidade de aprendizagem de uma ferramenta orientada para desenvolvimento de projetos. Pela sua complexidade, a introdução do BIM na grade curricular demanda muito esforço e aumenta a escala de um problema à semelhança do que já ocorre nos escritórios de arqui-

tutura. Muitas vezes os profissionais atuantes nos escritórios devido a carga de trabalho não conseguem aprofundar seus conhecimentos para fins de uma melhoria contínua, o que dificulta a implementação do BIM em seus projetos.

As proposições recentes de integração do BIM no ensino acadêmico de arquitetura enfatizam o seu alinhamento com a formação profissional dos arquitetos, com base na legislação em vigor. Em conformidade com as Resoluções do Ministério da Educação - MEC (2010, 2021), Salgado (2022) apresenta uma proposta para a inserção do BIM no ensino de graduação em arquitetura e urbanismo da FAU/UFRJ:

Os conteúdos foram agrupados em cinco categorias: **Construção e tecnologia, Conforto ambiental, Teoria e história, Geometria, e Planejamento e projeto**. A categoria Informática aplicada à arquitetura foi considerada como transdisciplinar. Em síntese, os resultados da análise permitiram identificar que: (i) os usos do Modelo BIM relacionados à **captura de imagem e representação, simulação e quantificação e controle e monitoramento** podem ser explorados desde os primeiros períodos do curso, ganhando em complexidade conforme o estudante adquire conhecimentos sobre os conteúdos em arquitetura e urbanismo; (ii) os usos do Modelo BIM relacionados à **captura de imagem e representação** oferecem alternativas para o ensino das disciplinas teóricas (História da Arquitetura, Documentação do Patrimônio, entre outras) permitindo ao aluno a compreensão do potencial do BIM para além da modelagem das informações geométricas; (iii) os usos do Modelo BIM relacionados ao **projeto e planejamento, e construção e fabricação** tem potencial para serem fortemente explorados nos períodos intermediários do curso (do terceiro ao sétimo período) em consonância com as disciplinas de projeto de arquitetura e tecnologias construtivas; (iv) os usos do Modelo BIM relacionados à **operação e manutenção e ao monitoramento e controle** são os que menos oportunidades de inserção apresentam ao se considerar as disciplinas conforme currículo analisado. No entanto, considerando a importância desses temas na formação do arquiteto e urbanista, ao ensino poderão ser incorporadas as disciplinas de planejamento, projeto, construção e tecnologia (Salgado,2022).

Ainda segundo a autora, com ênfase no currículo do curso analisado, os resultados evidenciam um potencial de associação do Modelo

BIM às disciplinas desde o primeiro período do curso de arquitetura. Como os três últimos períodos têm uma estrutura livre (os alunos podem escolher as disciplinas de acordo com seus interesses), os Usos do Modelo BIM que não puderam ser explorados em anos anteriores poderiam ser incorporados às práticas de laboratório, ou no desenvolvimento do trabalho final de graduação.

Nesse sentido, para uma visão mais ampla, Besné *et al.* (2021) procedem a uma revisão sistemática da literatura, traçando um panorama internacional no período 2016-2021, sobre as estratégias correntes e métodos para a implementação do BIM no ensino universitário. Consideram que, na formação de arquitetos e engenheiros, o BIM não deveria alterar o escopo ou conteúdo dos cursos, mas sim a metodologia dos processos de ensino e aprendizagem. Enfatizam a natureza colaborativa inerente ao BIM e assim deve-se estabelecer uma dinâmica própria para interação entre os alunos, e destes com o professor. Pensam que cada instituição deveria assumir um enfoque unificado através de seus cursos em AEC. Finalmente, pela análise realizada, há indicação de um consenso sobre a necessidade de linhas comuns de atuação interuniversitárias, com revisão do currículo de cada curso, assim como o desenvolvimento de novas estratégias de ensino e aprendizagem. O artigo brasileiro incluso nessa análise, (Sotelino *et al.*,2020) descreve uma experiência na PUC-RJ com um curso piloto de implementação do BIM na engenharia e das dificuldades encontradas pelo corpo docente para a seleção de uma metodologia mais apropriada para o ensino e a aprendizagem.

No cenário apresentado, pode-se inferir que o desenvolvimento científico e tecnológico passa a requerer um processo de formação continuada para o corpo docente. Pois, isso concorrerá para a adoção de novos modelos pedagógicos de ensino em vista das profundas modificações e avanços tecnológicos que vêm ocorrendo nos vários setores da indústria de AEC. Por outro lado, as pesquisas realizadas pelo meio acadêmico têm procurado tratar com a necessária profundidade várias dessas questões apontadas. Checucci (2018) apresenta um panorama das pesquisas da pós-graduação no Brasil relacionadas com o ensino e a aprendizagem do BIM ao longo do período 2013-2018, distribuídas por região e autores. Mais recentemente, Souza e Salgado (2022) analisam resultados de pesquisas da pós-graduação brasileira relativas ao ensino do BIM, e concluem:

Os temas abordados demonstram uma preocupação com a implementação do uso do BIM no ensino considerando toda a estrutura curricular. Foram propostas adequações dos currículos e, em alguns casos, realizadas experiências práticas em uma disciplina. Dessa forma, não há nenhuma experimentação sobre a integração da grade curricular, de modo a estimular o trabalho colaborativo. Ainda são poucos os trabalhos que exploram as estratégias didáticas a serem consideradas no fomento à colaboração, gestão de processos e pessoas. Torna-se necessário ainda incrementar o conteúdo técnico dos cursos de graduação em arquitetura e engenharia para que haja disciplinas que possibilitem a realização de trabalhos em colaboração. As pesquisas de pós-graduação precisam se debruçar nas estratégias a serem incorporadas ao curso, fomentando a colaboração no desenvolvimento de projeto e no aprendizado das disciplinas (Souza; Salgado, 2022).

Da mesma forma, Leite e Brooks (2020) consideram que a implementação do BIM no ensino ainda traz desafios. Sendo um deles identificado como a questão de compreensão pelos alunos do nível básico, sobre a complexidade que o modelo digital da edificação deve apresentar logo nas primeiras fases de desenvolvimento de um projeto. O modelo BIM, por natureza, precisa ser muito bem preciso e específico, o que nas fases iniciais de projeto pode causar dificuldades no avanço das soluções por parte dos alunos. Os autores indicam que, algumas vezes, técnicas de simplificação são importantes de serem implementadas para a criação de modelos 3D que possibilitam soluções em diagramas, de modo que, a posteriori, os alunos possam trabalhá-las de forma mais fluida e, assim, discutir e aprimorá-las. Mais adiante, essas soluções podem ser refinadas através de softwares no BIM.

Agirbas (2020) apresenta algumas vantagens para a utilização do ensino do BIM em cursos de graduação de arquitetura. Uma delas considera que os softwares BIM passaram por um desenvolvimento contínuo nos últimos anos e seu uso está se tornando cada vez mais difundido e aplicado no mercado da arquitetura e da construção. Além de ser possível desenvolver um modelo virtual da edificação, que reflete toda sua realidade, o BIM auxilia com a geração de informações referentes a todo o ciclo de vida da edificação, o que significa, na verdade, que os alunos vão aprender, durante a construção dos modelos virtuais, sobre as características físicas de situações reais da construção. O mesmo autor ainda exemplifica como a modelagem pode

ser utilizada, desde sua forma mais básica para simulações e análises de desempenho da edificação, principalmente para questões energéticas, e às relacionadas à sustentabilidade. A aplicação de conceitos ensinados sobre a sustentabilidade e análise energética encontram uma aplicação direta quando do desenvolvimento do projeto pelos alunos. Por meio dessas análises, os edifícios que consomem menos energia e/ou utilizam fontes de energias renováveis podem ser projetados e construídos. Dessa forma, melhores soluções de projeto poderão ser desenvolvidas pelos alunos, em razão das análises realizadas quando da fase inicial de concepção.

Maturidade do BIM

A maturidade da aplicação do BIM em projetos é avaliada em quatro níveis: *Nível 0 Projeto em 2D* – Prática tradicional, software e desenho 2D, baixas colaboração e integração entre disciplinas e muitas interferências; *Nível 1 Projeto 3D* – Transição entre desenho 2D e modelagem 3D, baixa colaboração e integração entre disciplinas, visualização 3D, automação dos quantitativos e detalhamento; *Nível 2 Projeto 4D e 5D* – Alta integração e colaboração entre disciplinas, análise das disciplinas, detecção de interferências, uso do 4D (tempo) e 5D (custo); *Nível 3 Projeto 6D e 7D* – Colaboração através de servidores (Revit Server), construção limpa, uso 6D (gestão do edifício) e uso 7D (Sustentabilidade)¹.

Uma pesquisa recente foi realizada no Brasil sobre o nível de maturidade no uso do BIM de empresas, instituições de ensino superior (IES) e profissionais. Das 17 instituições de ensino-IES públicas ou privadas que participaram da enquete, somente 41,18% delas adotam a metodologia BIM², (Sienge, 2020). No entanto, não há no documento nenhuma indicação, nem comentários sobre o nível de maturidade BIM alcançado nas IES. Boes *et al.* (2021) indicam que a literatura apresenta vários modelos com maturidade em BIM para projetos, empresas e indivíduos. Porém enfatizam haver de fato uma lacuna de modelos destinados às IES. Indicam que o conceito de maturidade BIM deve ser usado para identificar um conjunto de melhorias em processos que permitam alcançar benefícios específicos, e assim permitir um melhor

¹ neoipsum.com.br/nível-de-maturidade-bim/

² <https://sienge.com.br>

conhecimento sobre o crescimento e a diversidade das aplicações em BIM. Assim, apresentam uma proposição de modelo matricial com maturidade BIM para as IES, além de várias questões de importância. O modelo proposto já foi objeto de mensuração em IES no estado do Ceará. O estudo objetivou (1) apresentar um modelo de matriz de maturidade BIM para IES; e (2) realizar a mensuração da maturidade BIM nas IES do estado do Ceará. O modelo desenvolvido está estruturado em três campos BIM (Políticas, Processos e Tecnologia), através de 16 critérios e divididos em cinco níveis de maturidade. A pesquisa analisou 26 cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, em IES públicas e privadas, obtendo o Grau de Maturidade, o Índice de Maturidade e as características de utilização do BIM. Como contribuição, o estudo apresenta: (i) uma contribuição teórica, através da proposição de um modelo de maturidade BIM para as IES, permitindo que outras instituições possam mensurar seu desempenho; (ii) caracterização do BIM nas IES, as barreiras para adoção, usos e disciplinas BIM; e (iii) mensuração da maturidade das IES. A mensuração da maturidade BIM nas IES do estado do Ceará permitiu um panorama das IES, fazendo parte de uma etapa de macro diagnóstico do setor.

BIM no ateliê de projeto

O ateliê de projeto em essência constitui-se em um espaço educativo onde podem ser desenvolvidas metodologias e práticas de ensino/aprendizagem na busca de soluções para diversos problemas reais da arquitetura, urbanismo e engenharias. Naturalmente, o ateliê de projeto é um lugar que permite várias práticas, além da utilização de tecnologias digitais orientadas para o desenvolvimento do processo de ensino e da aprendizagem. Por exemplo, Pagel (2022) apresenta resultados de experiências em ateliê de projeto na Universidade Vila Velha-UVV, voltados para a concepção de espaços sustentáveis na arquitetura de escolas, em que foram também contempladas atividades de extensão e de práticas pedagógicas, realizadas com real êxito.

Um ponto importante motivador para os alunos no ateliê se refere a aplicação de uma *pedagogia baseada em projetos*, que pode ser muito útil ao processo de aprendizagem, situação em que ênfase é dada a um problema enunciado, ou quando selecionado um estudo de caso. Com

isso, as habilidades e conhecimentos já adquiridos pelos alunos nas diversas disciplinas poderão ser utilizados na procura de soluções. A atividade no ateliê pode ser um momento particularmente útil para o docente também ilustrar sobre questões desafiantes da interoperabilidade, além de promover a colaboração entre os alunos, frente às diferentes disciplinas envolvidas quando do processo de projeto em BIM.

Puolitaival e Forsythe (2016) consideram que no ateliê pode ser possibilitada aos alunos uma melhor compreensão sobre a metodologia BIM através da apresentação de vários recursos como: relatórios; pesquisas; livros; artigos de revistas e conferências; sites; vídeos; webinars; e blogs. Além disso, consideram necessário o compartilhamento de informações entre os departamentos da universidade, de modo a facilitar os trabalhos com um novo currículo que contenha o BIM. Se faz necessária, também, a compreensão por parte da instituição acadêmica de que essa implementação deve ser feita de forma conjunta, e não apenas como ações isoladas. Continuando, os autores comentam que cada disciplina do curso de arquitetura trata de um conhecimento específico para a formação do arquiteto, sobretudo na área de tecnologias da construção. Portanto, consideram que na implementação do BIM, cada disciplina utilize essa metodologia como uma plataforma didática na exploração dos conhecimentos acerca do seu conteúdo. Os conteúdos poderiam se relacionar com os conhecimentos de outras disciplinas a partir de uma plataforma multidisciplinar. Assim, o projeto em desenvolvimento em ateliê de projeto poderia ser utilizado para diversos estudos: bioclimáticos; desempenho da edificação; e disciplinas complementares. Tudo isso visando uma estratégia de implementação de todo o programa do curso, em que os assuntos individuais exploram o BIM de acordo com a ênfase de um assunto específico.

Segundo Soliman (2017), o trabalho em equipe interdisciplinar é uma estratégia pouco implementada nas instituições de ensino superior por diversos motivos, embora essa estratégia seja essencial para as empresas do setor da construção. A participação interdisciplinar em todas as fases do ateliê de projeto pode evitar reprojeto e modificações não planejadas, e garantir assim um plano totalmente viável e até possível de ser utilizado para a futura construção da edificação.

Uma questão, dita por Jin *et al.* (2019) como pouco explorada, se refere a pesquisas voltadas para a percepção dos alunos quanto à

adoção da metodologia BIM no seu cotidiano, sobretudo nas oficinas e ateliês de projeto. Segundo os autores, nos países pesquisados, nada havia sido explorado sobre a visão sistêmica da adoção de BIM na universidade, tendo em vista a compreensão dos alunos, a interdisciplinaridade como plataforma predominante, assim como a utilização da metodologia em sua plenitude. Convém ser indicado que, no Brasil, Santos (2012), já tinha pesquisado sobre essa questão quando na prática de ateliê de projeto.

Maciel *et al.* (2020) relatam experiências exitosas em ateliês de projeto na UFBA com tecnologias digitais, através da utilização das ferramentas SketchUp, Rhinoceros, Grasshopper, e Lady Bug, além de atividades à mão livre (croquis). Concluem que a utilização do computador, especialmente em turmas iniciais, quando os alunos estão descobrindo o universo arquitetônico, pode potencializar o processo de ensino-aprendizagem ao dinamizar as atividades e trazer novas perspectivas para o alcance dos resultados. A tecnologia digital utilizada no processo de projeção ao lado das diversas abordagens assumidas nas atividades se revelaram como determinantes para a consolidação da metodologia ativa utilizada.

Resende e Veloso (2021) tratam do ensino de projeto em ateliê na UFRN e enfatizam a dificuldade dos alunos para a inserção da estrutura da edificação quando das etapas iniciais do projeto arquitetônico, um tema que tem sido discutido na literatura. Consideram que uma das causas apontadas remete à questão do ensino, notadamente, a falta de integração entre o ensino de estruturas e o ensino do projeto em ateliê. Entendem que o ensino de projeto de arquitetura é complexo e envolve professores e alunos em processos de diálogos e críticas. Os autores consideram que a integração da concepção estrutural adiciona mais uma dificuldade, mas também estimula uma prática muito mais reflexiva do que a utilizada usualmente no ensino das disciplinas de estruturas.

Segundo Nikolic *et al.* (2021), é importante que o corpo docente discuta e reflita sobre a adoção dessas tecnologias, mas de modo crítico e com base em casos que estão sendo vividos a partir da adoção de BIM na universidade. Com realce nas disciplinas da construção e nos ateliês de projeto que utilizam a metodologia como plataforma, e interface de diálogo para a transmissão de conhecimentos.

Outra questão que se apresenta ao nível do ensino em ateliê de projeto se refere à mudança contemporânea de paradigma do

processo de projeto, pois todos os atores envolvidos e responsáveis de cada disciplina de projeto deverão atuar através de esforços que envolvam a esfera digital, além da necessária comunicação interpessoal. Portanto, da mesma forma, há no ateliê a necessidade da elaboração de estratégias didáticas que favoreçam o intercâmbio de informações entre os alunos, além do necessário conhecimento do uso de ferramentas digitais, pensando-se numa integração com o modelo virtual da edificação na plataforma BIM. Também são importantes o levantamento de questões relacionadas com a eficiência energética da edificação, condições estabelecidas de conforto ambiental, salubridade ambiental e diretrizes construtivas através de regulamentos, posturas municipais e normas, que fazem parte do elenco das informações necessárias de projeto. Outro ponto de interesse, conforme já indicado, se refere ao ensino e aprendizagem de ferramentas digitais e da plataforma BIM, por exemplo, sob um enfoque baseado em problemas.

Nesse ponto convém revisitar a pesquisa de Santos (2012), que destaca três visões sobre os sistemas de projeto: (i) sistema orientado por metas (Simon, 1997); (ii) sistema como processo retroalimentado através da aprendizagem pelo fazer (Schon, 1983; 2000); e (iii) sistema construído a partir de uma linguagem de padrões (Alexander, 1976; 1981).

Identificou-se que tais visões podem fundamentar processos de projeto-baseado-no-desempenho (performance-base-design), uma abordagem contemporânea do processo projetual incentivada pelos desafios que se apresentam ao mundo contemporâneo, e pelas novas possibilidades advindas das mídias digitais. O conceito de projeto-baseado no desempenho entrelaça-se ao conceito de projeto orientado para a sustentabilidade, ao se compreender a sustentabilidade como um atendimento a requisitos de desempenho (sociais, econômicos e ambientais), definidos a partir de uma situação-problema, em um determinado espaço-tempo. Assim, elaborou-se uma investigação da sustentabilidade na arquitetura fundamentada na abordagem sistêmica, reconhecendo a sustentabilidade como parte da mudança paradigmática na maneira de ver e perceber o mundo, que se intensifica no início do século XX, a partir do pensamento sistêmico. A partir da interface teórica estabelecida, investigou-se de que forma ela pode se revelar no âmbito do ensino de arquitetura. Para isso, realizou-se uma experiência

pedagógica, na qual se explorou um método de ensino fundamentado nos elementos teorizados no corpo desta tese. Procurou-se investigar criticamente como esses elementos, quando utilizados no **ateliê de ensino**, contribuíram para que alunos de arquitetura construíssem um entendimento sistêmico do objeto arquitetônico e de seu desempenho, colaborando para o reconhecimento do edifício como um organismo. (Santos, 2011).

Comentários finais e conclusões

Em termos do referencial teórico-metodológico, foram expostos e discutidos alguns conceitos importantes de BIM, assim como suas vantagens, aplicações e desafios. Em um segundo momento, foram abordados tópicos sobre a integração das disciplinas no processo de projetos digitais, em que são explorados textos sobre “processo de projeto em Arquitetura”, “Integração de projetos no ambiente BIM” e “integração no ensino de projeto de arquitetura; níveis de competência”; instrumentos/ferramentas; processos e produtos específicos dos ateliês.

A partir dos textos analisados, verificou-se que foram enfocadas diversas questões que envolvem o ensino e a aprendizagem de ferramentas digitais nos ateliês de projeto, com foco principal no BIM. Um ponto importante a ser ressaltado diz respeito à atual incipiência de um modelo para a plataforma BIM que seja adequado para o ensino acadêmico. Podem ser constatadas também proposições recentes para uma efetiva implementação de BIM no ensino universitário, embora de caráter ainda pontual.

Também fica ressaltada a necessidade das instituições de ensino se adequarem para possibilitar a formação continuada de seu corpo docente, sobre as tecnologias digitais e a plataforma BIM. São recomendados workshops com a participação de consultores do mercado a partir de abordagens colaborativas, e o estabelecimento de parcerias para uma implementação efetiva da tecnologia para o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, são recomendadas mais aulas práticas nas instituições com o uso da tecnologia BIM, e a utilização softwares compatíveis com o sistema, pois foram verificadas, por alguns autores analisados, dificuldades de compreensão sobre os principais conceitos BIM por parte dos alunos e professores, mesmo aqueles usuários de BIM.

A adaptação curricular é outro importante passo para o avanço de maturidade digital, através de uma discussão curricular focada em BIM, com eixos horizontais e verticais de integração, pois, dessa forma, será possível acompanhar as tendências internacionais relativas ao ensino de arquitetura, de forma a envolver disciplinas de tecnologia, adicionar sistemas e gerar tecnologia de informação, através de extração de quantitativos para trabalhar custos e ainda adicionar cronograma para trabalhar o tempo, 5D.

A ferramenta Revit Architecture tem sido muito utilizada nos ateliês de projeto e tem potencial para alcance de produtos específicos, exigidos pelos professores no meio acadêmico. No entanto, o aproveitamento da ferramenta ainda tem se dado de um modo parcial da tecnologia, por dificuldades diversas do ambiente acadêmico.

É evidente que o advento dos meios digitais passou a influenciar sobremodo a concepção do projeto arquitetônico, assim como ao processo de realização física da edificação. O profissional de arquitetura e engenharia na atualidade necessita de uma constante atualização sobre o avanço da tecnologia tanto sobre recursos de software, como de hardware.

O ensino universitário brasileiro tem avançado, talvez nem tanto quanto o desejado, nos cursos com base tecnológica, sobre a implementação de recursos digitais e da plataforma BIM. Foram detectados grandes desafios ainda a enfrentar. O ateliê de projeto revela-se como um meio importante para a transmissão de conhecimentos e da aprendizagem, principalmente quando a abordagem for direcionada para solucionar algum problema apresentado aos alunos como desafio.

As questões ambientais, ditadas pelos impactos nocivos ao planeta e às pessoas, requerem maior atenção quando do processo de ensino. O atendimento aos preceitos da Sustentabilidade, com enfoque na Agenda 2030 da ONU, devem necessariamente fazer parte do ensino e aplicação nos ateliês de projeto. Embora, conforme indicado, deveria ser requerido o nível 2 de maturidade, ainda difícil de ser alcançado nos trabalhos da graduação.

Finalmente, deseja-se que a pesquisa realizada contribua para o cenário nacional e regional de BIM orientado para o ensino e que alavanque novas metodologias de projeto na abordagem de problemas contemporâneos da sociedade.

Referências

- AGIRBAS, Asli. Teaching construction sciences with the integration of BIM to undergraduate architecture students. **Frontiers of Architectural Research**, [S.L.], v. 9, n. 4, p. 940-950, dez. 2020. Elsevier.
- AGUIAR, E. V. B. As novas tecnologias e o ensino-aprendizagem. **VÉRTICES**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 63-71, 2008.
- ALEXANDER, Cristofer. A pattern language. Towns, Building, Construction. Oxford Usa Trade, 1976.
- _____. El modo intemporal de construir. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1981.
- ALONSO, K.M. Tecnologias da Informação e Comunicação e Formação de Professores: sobre rede e Escolas. Campinas: **Educ. Soc.**, 2008.
- BARISON, M. B.; SANTOS, E. T. Ensino de BIM: tendências atuais no cenário internacional. **Gestão & Tecnologia de projetos**, v. 6, pp. 67-80, 2011.
- BASTO, Priscilla E. A.; LORDSLEEM, Alberto C. Jr. Ensino de BIM em curso de graduação em engenharia civil em uma universidade dos EUA: estudo de caso. **Ambiente Construído**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 45-61, dez. 2016. FUNIFESP (SciELO).
- BESNÉ, A; PÉREZ, M.A.; NECCHI, S.; PENA, E.; FONSECA, D.; NAVARRO, I.; REDONDO, E. A systematic review of current strategies and methods for BIM implementation in the academic field. **Applied Sciences**. 11, 5530, 2021.
- BÖES, J. S.; BARROS Neto, J. de P.; LIMA, M. M. X. de. BIM maturity model for higher education institutions. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 131-150, abr./jun. 2021. ISSN 1678-8621.
- BRASIL. Decreto n. 10.306, de 2 de abril de 2020. Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM–Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição 65, Seção, 1, p. 5, abr. 2020. Atos do Poder Executivo.
- BRASIL. Decreto n. 9.983, de 22 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do BIM. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição 163, Seção 1, p. 2, ago. 2019. Atos do Poder Executivo
- BRASIL. Decreto n. 9.337, de 17 de maio de 2018. Institui a Estratégia de Disseminação do Building Information Modelling. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição 95, Seção 1, p. 3, mai. 2018. Atos do Poder Executivo.
- CARVALHO, Matheus B. Tecnologia e Projeto: Uma análise da inserção do BIM no ensino de arquitetura. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Cidade)**. Universidade Vila Velha-UVV. 2020.
- EASTMAN, Chuck; TEICHOLZ, P.; SACKS, R.; LISTON, K. **Manual de BIM: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

HOCHSCHEID, E., HALIN, G. Les agences d'architecture françaises à l'ère du BIM: contradictions, pratiques, réactions et perspectives. **Les Cahiers de la Recherche Architecturale et Urbaine et Paysagère**, out. 2020.

HOLLAND, R., J. MESSNER, J., PARFITT, K., POERSCHKE, U., PIHLAK, M., and SOLNOSKY, R. Integrated Design Courses Using BIM as Technology Platform. Proc.: **The BIM-Related Academic Workshop**, Salazar and Raymond Issa, Washington D.C., 2010.

HOWELL I.; BATCHELOR, B. **Building Information Modeling Two Years Later - Huge Potential, Some Success and Several Limitations**. The Laiserin Letter. 2005. Disponível em: http://www.laiserin.com/features/bim/newforma_bim.pdf.

IBRAHIM, M. M. Thinking the BIM Way. Education and research in Computer Aided Architectural Design in Europe - eCAADe 32, 2014. 427-435. ISIKDAG, U.; UNDERWOOD, J. Two design patterns for facilitating Building Information Model-based synchronous collaboration. **Automation in Construction**, v. 19, n. 5, p. 544-553, 2010.

JIN, R.; ZOU, P.; LI, Bo; PIROOZ FAR, P.; PAINTING, Noel. Comparisons of students' perceptions on BIM practice among Australia, China, and the UK. **Engineering, Construction and Architectural Management**, [S.L.], v. 26, n. 9, p. 1899-1923, 4 jun. 2019.

KASSEM, M.; AMORIM, S. R. L. D. **BIM - Building Information Modeling no Brasil e na União Europeia**. Brasília. 2015.³

LEITE, Fernanda; BROOKS, Gregory. Integrating an Architectural Engineering Undergraduate Program with Building Information Modeling. **Journal of Architectural Engineering**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 05020002, jun. 2020.

MACIEL, S. D.; AMORIM, A. L. CHECCUCCI, É. S.; SANTOS, K. B. Ateliê digital integrado: segundo ano da experiência de ensino de projeto arquitetônico mediado por computador. **Gestão e Tecnologia de Projetos**, São Carlos, v.16, n.1, p.60-79, jan.2021.

MARQUES, Aline C.; BASTOS, Leopoldo E.G.; ADOLPHE, Luc. The environmental analysis and the BIM system. p. 174-188. IN: LIMA, F., BORGES, M., COSTA, F.R. (Org.). **Digital techniques applied to the design process**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2019.

MEC (2010) Resolução n°2 junho, 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo**, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES n° 6/2006.

MEC (2021) Resolução n°1 Março de 2021 (*) **Altera o Art. 9°, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6°, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo**.

NIKOLIC, Dragana; CASTRONOVO, Fadi; LEICHT, Robert. Teaching BIM as a collaborative information management process through a continuous improve-

³ TeesRep - Teesside University's Research Repository - <http://tees.openrepository.com/tees>

ment assessment lens: a case study. **Engineering, Construction and Architectural Management**, [S.L.], v. 28, n. 8, p. 2248-2269, 21 jun. 2021.

OLIVIA, M.R.; FABRICIO, M. M. Projeto Paramétrico e Prototipagem Rápida: Casos em instituições Internacionais. In: KOWALTOWSKI, D. C. C.; MOREIRA, D. C.; PETRECHE, J. R. D.; FABRICIO, M. M. **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

OLIVEIRA, C. MOURA, S. P. **TIC 'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno**. UESPI-Campus 2015.

PAGEL, Erica C. Vivências práticas e educação ambiental no ensino do atelier de projetos integrados de arquitetura, urbanismo e paisagismo. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, 17(3), 11-31, 2022..

PUOLITAIVAL, Taija; FORSYTHE, Perry. Practical challenges of BIM education. **Structural Survey**, [S.L.], v. 34, n. 4/5, p. 351-366, 8 ago. 2016.

RESENDE, C.C., VELOSO, M.F.D. O ensino da concepção estrutural no ateliê de projetos de edifícios verticais: um estudo de caso na UFRN. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v.16, n.2, 2021.

SALGADO, Mônica S. Adoção dos usos do modelo BIM como estratégia para inserção no ensino de graduação: estudo de caso. Anais do XIX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC 2022. 10 págs. V.19, 2022. Anais [...].Porto Alegre: ANTAC, 2022, p.1-10. DOI: 10.46421/entac.v.19 i 1.2024..

SANTOS, Cynthia M. L. Compreendendo o edifício como organismo. Interfaces entre pensamento sistêmico, ensino de projeto e Sustentabilidade. **Tese (Doutorado em Arquitetura)**. PROARQ-FAU/UFRJ, 2012.

SCHON, Donald. **The reflective practitioner. How professionals think in action**. Basic Books, 1983.

_____. **Educando o Profissional Reflexivo**. Um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SIENGE. **Mapeamento da maturidade BIM Brasil**. Disponível em: .<https://www.sienge.com.br/relatorio-mapeamento-de-maturidade-bim/>. Acesso em 6/11/2020.

SIMON, Herbert. **The structure of ill-structured Problems**. IN: Developments in Design Methodology. N. Cross (ed.), John Wiley & Sons, Inc., p. 146-166, 1984.

_____. **The sciences of the artificial**. The MIT Press.Cambridge, Massachusetts, 1996.

SOLIMAN, Ashraf M. Appropriate teaching and learning strategies for the architectural design process in pedagogic design studios. **Frontiers of Architectural Research**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 204-217, jun. 2017.

SOTELINO, A., NATIVIDADE, V., TRAVASSOS, C.C.S. Teaching BIM and its impact on young professionals. **Journal of Civil Engineering Education**. V.146, issue 4, 2020. DOI: 10.1061/(asce)ei.2643-9115.0000019

SOUZA, Carla C., SALGADO, Mônica S. Tecnologia e projeto: uma análise da inserção do BIM no ensino de arquitetura. Anais do XIX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – V.19 , ENTAC 2022.. DOI: <https://doi.org/10.46421/entac.v19i1.2001>, 2022.

Sobre os autores

Alana Ulm - Mestranda do Programa de Pós Graduação em Design Inclusivo pela Universidade de Ciências Sociais de Frankfurt – UAS Frankfurt. Graduada em Serviço Social de Artes (UAS Frankfurt, 2021). Desenvolve estudos com foco em Saúde Digital e Gestão de Casos.

ORCID 0009-0009-1308-9722

alana.ulm@googlemail.com

Amanda Cerioni Belniaki - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da PUC-PR. Mestre em Gestão Urbana (PUC-PR). Arquiteta e Urbanista (PUC- PR). Membro do Grupo Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e bolsista da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

ORCID 0000-0002-3394-1806

amandacerionibelniaki@gmail.com

Ana Paula Rabello Lyra - Doutora em Cidade, Segurança e Saúde pela Universidade Católica de Milão, Itália. Mestre em Cidade, Segurança e Saúde pelo Politécnico de Milão, Itália. Especialista em Paisagismo pela Universidade Estatal de Milão, Itália. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Professora titular do Mestrado em Arquitetura e Cidade e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV). Líder CNPQ do Grupo de Pesquisa Dignidade Urbana. Integrante da Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net.

ORCID 0000-0003-0806-911X

ana.lyra@uvv.br

Carlos Hardt - Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bolsista Produtividade

em Pesquisa e Vice-Líder do Grupo Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Integrante da Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net.

ORCID 0000-0003-2240-3436

c.hardt@pucpr.br

Caroline Günther - Doutora em Engenharia (TUDresden), Mestre em Arquitetura, Departamento de Planejamento e Construção sem Barreiras (UAS Frankfurt), graduada em Arquitetura (UAS Frankfurt). Professora de Acessibilidade e Construção Sem Barreiras, em que é coordenadora do Mestrado em Design Inclusivo e membro do Centro de Pesquisa em Idades Avançadas da UAS Frankfurt. Integrante da Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net.

ORCID 0000-0001-6585-5825

caroline.guenther@fb1.fra-uas.de

Cynthia Marconsini Loureiro Santos - Doutora e mestre em Ciências da Arquitetura (PROARQ/UFRJ). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha (UVV). Líder CNPQ do Grupo de Pesquisa SCP | Sistemas Contemporâneos de Projeto.

ORCID 0000-0002-1284-4927

c.marconsini@gmail.com

Elisabeth Ranck - Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Santa Catarina, geógrafa pela Universidade Federal de Santa Catarina e especialista em Geoprocessamento e Análise Ambiental pela Universidade Federal do Pará. Bolsista de Treinamento Técnico do Projeto Temático FAPESP “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática”.

ORCID: 0000-0003-3340-3415

bethranck@gmail.com

Érica Coelho Pagel - Doutora e mestre em Engenharia Ambiental (UFES). Especialista em Lighting Design (UCB/RJ). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Professora titular do Programa

de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha (UVV). Líder CNPQ do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Estudos Ambientais (ARQAMB).

ORCID 0000-0003-4484-1963

erica.pagel@uvv.br

Flávia Lopes do Nascimento - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vila Velha (UVV). Bolsista de Iniciação Científica UVV (2017 a 2019), FAPES (2020) e CNPQ (2021). Integrante do Grupo de Pesquisa Dignidade Urbana.

ORCID 0000-0003-0806-911X

flavialn2010@gmail.com

Frank Andrew Davies - Doutor em Ciências Sociais (UERJ). Mestre em Sociologia e Antropologia. (URFJ). Graduado em Ciências Sociais (UFRJ). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha (PPGA-C-UVV) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição (PPGSP-UVV) de 2021 a 2023. Coordenador do CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana da UERJ e o Observatório do Turismo nos Subúrbios Cariocas.

ORCID 0000-0003-4207-4799

daviesfr@gmail.com

Gilton Luis Ferreira - Doutor e mestre em História Urbana (UFES). Especialista em Gestão de Cidades (UNIVES). Graduado em Administração (FACHA). Professor do Departamento de Administração e da Pós-Graduação em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (PPGES-UFES). Membro do Grupo de Pesquisa Cidade e Políticas Urbanas. Coordenador do Grupo de Pesquisa Rede de informações, Conhecimento e Inovação no Planejamento e Gestão do Território para o Desenvolvimento Local Sustentável.

ORCID 0000-0002-3201-0380

gilton87@hotmail.com

Giovanilton André Carretta Ferreira - Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Professor titular do Mestrado em Arquitetura e Cidade e do Curso

de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV). Líder CNPQ do do Grupo de Pesquisa Cidades e Políticas Urbanas e pesquisador associado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles-Núcleo Vitória.

ORCID 0000-0002-3136-2966

giovanilton2002@hotmail.com

Guilherme Falqueto do Rosario - Mestre em Arquitetura e Cidade (PPGAC-UVV). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vila Velha (UVV). Membro do grupo de pesquisa Cidades e Políticas Urbanas (CIPURB).

ORCID 0000-0001-8890-5653

guilhermefalqueto662@gmail.com

Heitor Ambrozini - Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vila Velha (UVV). Bolsista de Iniciação Científica da UVV. Pesquisador do grupo de pesquisa Arquitetura, Cidade e Patrimônio e do LEMC (Laboratório Espaço Mente e Comportamento).

ORCID 0009-0005-8440-5113

heitorambrozini@gmail.com

Hugo Mariani Frossard - Mestre em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UVV). Pesquisador dos grupos DALE! Decolonizar a América Latina e seus espaços (UFBA e UNILA), Neus – Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais (UVV) – e Urbes – Núcleo Capixaba de Estudos da Experiência Humana em Meio Urbano (UFES).

ORCID 0000-0003-1516-6209

frossard.hm@gmail.com

Jucileia Sian das Neves - Mestre em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV). Especialista em Artes na Educação (Fabra – Serra, ES). Licenciada em Artes Visuais (UFES). Graduada em Gemologia (UFES). Professora MAPB de Artes Visuais (PMS, Serra, ES).

ORCID 0000-0002-3920-0937

josi_sian@hotmail.com

Karita de Souza Nunes - Mestre em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UVV). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Arquitetura, Cidade e Patrimônio, do LEMC (Laboratório Espaço Mente e Comportamento) e da rede DASMind.
ORCID 0000-0002-3715-8720
karitasn@gmail.com

Klaus Frey - Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Konstanz na Alemanha. Professor titular em Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC. Pesquisador do CNPq e pesquisador associado (PI) do Projeto Temático FAPESP “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática”. Integrante da Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net.
ORCID 0000-0002-7564-1764
klaus.frey@ufabc.edu.br

Larissa Letícia Andara Ramos - Doutora em Tecnologia e Projeto para Qualidade Ambiental pelo Politécnico de Milão, Itália. Professora titular do Mestrado em Arquitetura e Cidade e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV). Líder CNPq do grupo de pesquisa Paisagem Urbana e Inclusão.
ORCID 0000-0002-2295-8995
larissa.ramos@uvv.br

Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos - Doutor e mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Engenharia Industrial Mecânica (UFRJ). Professor titular do Mestrado em Arquitetura e Cidade e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV) e PROARQ-FAU/UFRJ. Líder CNPq do Grupo de Pesquisa Projeto Arquitetura e Sustentabilidade - GPAS.
ORCID 0000-0003-3217-7129
Leopoldo.bastos@uvv.br

Letícia Peret Antunes Hardt - Doutora e mestre em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPR). Professora titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bolsista Produtividade em Pesquisa e Líder CNPq do Grupo Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais. Integrante da Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net.

ORCID 0000-0002-6661-0050

l.hardt@pucpr.br

Lucas Grocoske Ferrari - Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Pesquisador voluntário do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da mesma instituição. Membro do Grupo Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais e ex-bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ORCID 0009-0009-1983-1326

lucasgferrari97@gmail.com

Marcio A. Kontopp - Cientista Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Pesquisador associado do Projeto Temático FAPESP “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática”.

ORCID 0000-0002-3677-1072

marciokontopp@gmail.com

Matheus Baptista Carvalho - Mestre em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV). Arquiteto e Urbanista pela Fundação de Assistência e Educação-FAESA/ES. Desenvolve pesquisa na área de Revit Architecture e BIM. Experiência em arquitetura residencial.

ORCID 0009-0005-4868-2615

arquitetura.matheuscarvalho@gmail.com

Melissa Ramos da Silva Oliveira - Doutora e mestre em Geografia pela UNICAMP. Especialista em Restauro Arquitetônico pela PUC-Campinas. Arquiteta e Urbanista pela UNESP. Coordenadora e Professora titular do Mestrado em Arquitetura e Cidade e professora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha. Líder no CNPq do grupo de pesquisa Arquitetura, Cidade e Patrimônio, coordenadora do LEMC (Laboratório Espaço Mente e Comportamento) e pesquisadora da rede DASMind.

ORCID 0000-0002-8529-5180

melissa.oliveira@uvv.br

Michael Peterek - Doutor em Arquitetura pelo Instituto de Tecnologia de Karlsruhe. Arquiteto pela RWTHA Aachen University. Professor de Planejamento e Desenho Urbano e Diretor do Mestrado em Aglomerações Urbanas na Universidade de Ciências Sociais Aplicadas de Frankfurt (Frankfurt UAS). Coordenador do Grupo de Pesquisa de Urbanização Global. Desenvolve pesquisas em colaboração com a América Latina, Ásia e África. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em urbanização mundial, cidades e regiões sustentáveis, planejamento integrado e tipologias urbanas. Integrante da Rede Internacional de Pesquisa Urban Knowledge Net.

ORCID 0000-0003-1057-5425

Myllena Siqueira Santos - Mestranda em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha - ES. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UVV). Colabora no Grupo de pesquisa Paisagem Urbana e Inclusão, em que investiga temas envolvendo o espaço público, segurança urbana e a perspectiva de gênero.

ORCID 0000-0003-3822-853X

myllena.santos@uvvnet.com.br

Nayra Carolina Segal da Rocha - Mestre em Arquitetura e Cidade com bolsa CAPES (UVV). Pós Graduada em Geoprocessamento (PUC Minas, 2021), Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UVV). Integrante do Grupo de Pesquisa Dignidade Urbana.

ORCID 0000-0003-3472-9919

nayrasegal@gmail.com

Nur Bdair - Mestrando do Programa de Pós Graduação em Design Inclusivo da Universidade de Ciências Sociais de Frankfurt – UAS Frankfurt. Graduado em Arquitetura e Artes (UAS Frankfurt). Desenvolve estudos com foco na Arquitetura Inclusiva.

ORCID 0009-0005-3060-3755

nur.bdair@hotmail.de

Patrícia Cordeiro - Mestre em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Especialista em Engenharia de Campo (UFES). Pesquisadora do Grupo SCP |Sistemas Contemporâneos de Projeto. Atuou na Gerência Geral do CAU/ES, nas Prefeituras Municipais de Vitória e Serra.

ORCID 0000-0002-9876-8792

pat.cordeiros@gmail.com

Philipp Frankmann - Mestre em Artes e Arquitetura (UAS Frankfurt). Mestrando do Programa de Pós Graduação em Design Inclusivo pela Universidade de Ciências Sociais de Frankfurt - UAS Frankfurt. Desenvolve estudos com foco na Arquitetura Inclusiva.

ORCID 0009-0004-7290-4241

p.frankmann@outlook.de

Sabena Thomas - Doutorando na Universidade de Tecnologia de Brandemburgo Cottbus - Senftenberg. Mestre em Estudos Urbanos pela Frankfurt UAS. Pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa em Urbanização Global da Universidade de Ciências Aplicadas de Frankfurt. As experiências de investigação incluem práticas hídricas urbanas sustentáveis na África do Sul, turismo comunitário no Vietnã e estratégias de resiliência socioecológica em cidades emergentes do Sul Global.

ORCID 0009-0003-5868-6113

sabena.thomas@fb1.fra-uas.de

Silvana Minsch - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Design Inclusivo da Universidade de Ciências Sociais de Frankfurt - UAS Frankfurt. Graduada em Ciência do Marketing e Media Digital pela Universidade de Ciências Sociais de Hochschule

Kaiserslautern (Alemanha, 2020). Desenvolve estudos com foco na Arquitetura Inclusiva.

ORCID 0009-0007-2958-1821

silvana.minsch@web.de

Susana Restrepo Rico - Doutora pela Universidade Técnica de Darmstadt com foco em pesquisa em melhoria e planejamento urbano participativo. Pesquisadora associado do Grupo de Pesquisa em Urbanização Global da Universidade de Ciências Aplicadas de Frankfurt (Frankfurt UAS). Professora do Programa de Mestrado Internacional “Aglomerações Urbanas” no módulo “Métodos Científicos e Escrita Acadêmica”.

ORCID 0009-0006-7300-9884

s.restrepo.rico@fb1.fra-uas.de

Teresa Cristina da Silva Rosa - Doutora em Sociologia do Desenvolvimento (EHESP-PARIS). Professora titular dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade e em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV-ES). Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais/NEUS.

ORCID 5488-6726-2794-1326

tsrosaprof@gmail.com

Walter Pereira Cossuol Neto - Mestre em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em MBA Gerenciamento de Obras, Qualidade e Desempenho da Construção pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG). Graduado em Engenharia Civil (UFES).

ORCID 0000-0003-0897-7513

waltercoss@gmail.com

Yasmin Depes Marques - Mestre em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vila Velha. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais/NEUS.

ORCID 0369-1843-8859-9131

yasmin.ydm@gmail.com

Índice remissivo

A

Accessibility 16, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 148, 149
Adensamento 69, 73, 76, 196, 198, 208
Arquiteto 161, 165, 254, 259, 273, 274
Autonomia 199, 211, 252

B

Barreiras 30, 43, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 68, 258, 269
Barrier-free design 135
BIM 7, 14, 16, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 273
Built environment 135, 216

C

Capacity building 224, 225, 228, 229, 230
Case study 230, 231, 217, 266
Cidades 5, 8, 9, 13, 20, 21, 22, 24, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 70, 77, 78, 79, 81, 91, 101, 108, 114, 127, 128, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 173, 174, 175, 178, 179, 191, 192, 198, 200, 206, 213, 235, 238, 240, 245, 247, 270, 271, 274, 275
Community-based tourism (CBT)
Competência 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 198, 213
Comunidade 32, 122, 167, 187, 189, 191201, 204, 206, 235, 245,
Conselho gestor 173, 179
Consórcio 202 206
Construção coletiva 174
Consumo 77, 101, 113, 129, 151, 153, 159
Cooperação 13, 174, 192, 195
Crimes 19, 26, 27, 28, 35, 36, 41, 42, 43, 53, 54, 56, 60
Cultural institutions 136, 149
Currículo 246, 253, 254, 255, 259

D

Densidade 8, 20, 27, 28, 29, 38, 44, 48, 49, 53, 54, 55, 64, 70, 73, 83, 86, 155, 211
Desastres 80, 82, 88, 91, 92, 93
Descentralização 123, 174, 195
Desenho urbano 19, 21, 37, 56, 57, 64, 274
Desigualdade 19, 23, 25, 26, 36, 37, 69, 97, 114, 173, 211
Dictionary of Inclusion 148
Digital 15, 57, 60, 138, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 260, 261, 263, 265, 268, 275, 280
Diversidade 14, 20, 25, 26, 30, 35, 36, 44, 53, 54, 121, 123, 154, 155, 158, 160, 164, 166, 167, 168, 192, 258
Diversity Arts Culture 136

E

Ecuador 7, 11, 16, 216, 217, 218, 220, 230
Edifício 6, 10, 14, 32, 97, 98, 99, 106, 125, 133, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 167, 168, 169, 257, 266
Elementos morfológicos 42
Empoderamento local 174
Ensino 7, 13, 14, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 271, 273, 275
Espaço coletivo 121, 151
Exclusão social 80

F

Fachada 35, 159, 160, 166
Ferramenta 2, 78, 158, 246, 253, 263
Financial sustainability 229
Fundo de habitação 173

G

Germany 6, 15, 16, 135, 138, 216

Gestão 6, 10, 14, 21, 41, 56, 57, 59, 81, 85, 111, 113, 119, 125, 127, 129, 131, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 221, 223, 225, 227, 229, 231, 256, 257, 264, 265, 266, 268, 270, 273

Global south 217, 218

Governança 6, 14, 177, 192, 193, 194, 195, 201, 206, 212, 213, 214, 215, 269, 272, 273

H

Habitação 6, 10, 14, 67, 92, 93, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191

Habitação digna 174

I

Iluminação 24, 30, 31, 35, 36, 38, 43, 48, 49, 53, 54, 56, 59, 156

Inclusive Design 136, 138

Indicadores 10, 78, 81, 100, 168, 194, 201, 202, 203, 205, 206, 239

L

Leadership 149, 219, 224, 226, 228, 229, 231

M

Maçãos rochosos 84, 85, 87

Management structure 228

Meio ambiente 7, 14, 79, 85, 88, 92, 93, 117, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 257, 259, 261, 263, 265, 267, 268, 269, 271, 273, 275

Mercado 63, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 108, 125, 126, 129, 131, 151, 152, 153, 167, 169, 210, 211, 213, 256, 262

Ministério das Cidades 174, 175, 179, 191, 200

Moradia digna 80

Morar 151, 152, 153, 161, 169

Morro 5, 9, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 117, 118

Municípios 10, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 213, 66, 78, 83

P

Paisagem segura 5, 41, 43, 57, 58, 59

Paisagem urbana 22, 24, 42, 45, 55, 57, 59, 84, 155, 274

Participação social 178, 189

Participatory concept 136

Pedagogia 258

Periférico 79

Permeabilidade 29, 30, 35, 36, 38, 43, 53, 54, 56, 63, 68, 70

Planejamento 19, 20, 22, 25, 26, 39, 54, 78, 88, 91, 124, 126, 131, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 213, 214, 215, 254, 268, 269, 270, 273, 274, 276

Plano 14, 64, 70, 84, 86, 88, 89, 93, 124, 126, 173, 175, 176, 179, 187, 189, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 213, 259

Políticas públicas 37, 56, 80, 83, 85, 88, 90, 91, 110, 119, 177, 191, 197, 204, 215, 239, 251, 272, 273

Preservação 84, 85, 88, 97, 106, 110, 129, 236

Privacidade 163, 167

Processo 22, 42, 54, 56, 63, 64, 65, 69, 70, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 101, 102, 109, 115, 117, 123, 124, 151, 162, 165, 167, 175, 190, 193, 196, 197, 198, 210, 211, 212, 236, 241, 242, 243, 249, 250, 252, 253, 255, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 280

Profit distribution 229

Projeto 31, 58, 105, 112, 113, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 152, 155, 156, 157, 161, 164, 167, 168, 169, 199, 200, 212, 249, 250, 251, 253, 254, 256, 257,

258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265,
266, 267, 268, 269, 272, 273, 275

Q

Qualidade 6, 7, 10, 11, 14, 38, 70, 76, 84,
100, 133, 151, 152, 153, 154, 155, 156,
157, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167,
168, 169, 190, 192, 193, 201, 202, 204,
207, 208, 209, 210, 211, 235, 236, 237,
238, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 248,
250, 272

R

Região metropolitana 6, 36, 78, 186, 190,
192, 236

Risco 5, 9, 24, 32, 67, 79, 80, 81, 82,
84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,
235

S

Saneamento básico 6, 10, 14, 192, 193,
194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202,
203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210,
211, 212, 213, 214

Segregação espacial 155

Segurança 5, 8, 9, 13, 17, 19, 20, 21, 22,
23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46,
47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59,
70, 77, 81, 93, 123, 128, 155, 158, 268,
274

Serviços 28, 44, 48, 49, 66, 69, 82, 102,
128, 152, 154, 155, 156, 158, 167, 193,
194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203,
204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212,
214, 252, 264

Simulação 249, 254

Sociabilidade 113, 114, 121, 122, 127,
167

Social barriers 136, 139, 140, 142, 148

Socioambiental 5, 79, 80, 81, 82, 83, 84,
85, 86, 87, 88, 89, 91, 92

Software 27, 31, 251, 257, 263

Spatial barriers 142

Sustainability 60, 217, 218, 225, 228, 229,
231

T

Technical barriers 142

Tecnologia 7, 14, 58, 101, 153, 169, 233,
235, 237, 239, 241, 243, 245, 247, 249,
250, 251, 253, 254, 255, 257, 258, 259,
260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267,
269, 271, 272, 273, 275

Térreo 156, 157, 158, 159, 160

Thailand 7, 11, 16, 216, 217, 218, 221,
222, 224, 226, 227, 228, 231

Tourism 7, 16, 59, 216, 217, 218, 219, 221,
223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231

U

Universal design 135

Urban Knowledge Net 268, 269, 272,
273, 274

Urbanização 41, 55, 60, 63, 78, 79, 81, 84,
91, 182, 183, 184, 188, 235, 241, 245,
274, 275, 276

Urban-rural nexus 216

Usuários 30, 43, 46, 47, 101, 106, 151,
161, 165, 202, 203, 204, 205, 262

V

Vida urbana 69, 154, 155, 157

Vietnam 216

Violência 5, 8, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 47,
55, 58, 151

Visibilidade 22, 23, 24, 25, 26, 43, 48, 49,
52, 53, 54, 56, 60

Vitória 6, 9, 10, 14, 16, 28, 40, 66, 67, 78,
83, 97, 99, 100, 102, 103, 105, 106,
107, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116,
117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124,
125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132,
173, 175, 176, 178, 179, 184, 185, 186,
188, 190, 191, 236, 271, 275

Vivências 97, 98, 101, 103, 109, 165,
266

Vulnerabilidade 5, 8, 13, 19, 20, 21, 30,
31, 34, 35, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73,
75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87,
88, 89, 90, 91, 92, 93

Abordagens e Reflexões: do legal ao social, do físico ao ambiental é um projeto editorial idealizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade (PPGAC) da Universidade Vila Velha (UVV), destinado a compartilhar conhecimentos científicos interdisciplinares, produzidos como resultado da internacionalização acadêmica por meio de pesquisas que abrangem realidades brasileiras e estrangeiras. Os estudos apresentados estão reunidos em 13 capítulos que abrangem contribuições interdisciplinares de estudos de caso, discussões e percursos investigativos com o propósito comum de gerar conhecimentos para a área das Ciências Sociais Aplicadas de Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano.

ISBN 978-85-7785-978-8

